

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

JEFERSON AUGUSTO DA CRUZ

**UMA MÃO DE VERNIZ SOBRE O TABULEIRO DE PIRRO:**  
Ecos da *Belle Époque* em Aracaju (1918 – 1926)

JEFERSON AUGUSTO DA CRUZ

**UMA MÃO DE VERNIZ SOBRE O TABULEIRO DE PIRRO:**  
*Ecos da Belle Époque em Aracaju (1918 – 1926)*

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Cultura, Historiografia e Representações.

Orientador: Prof. Dr. Gian Carlo de Melo Silva

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**  
Bibliotecário Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

C957m Cruz, Jeferson Augusto da.  
Uma mão de verniz sobre o Tabuleiro de Pirro: Ecos da Belle Époque em  
Aracaju (1918-1926) / Jeferson Augusto da Cruz. – 2016.  
192 f. : il.

Orientador: Gian Carlo de Melo Silva.  
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas.  
Instituto de Ciências humanas, Comunicação e Artes. Programa de  
Pós-Graduação em História. Maceió, 2016.

Bibliografia: f. 180-190.

1. Aracaju (SE) – História. 2. Belle Époque – 1918-1926. 3. Aracaju (SE) –  
Modernização. 5. Urbanização. I. Título.

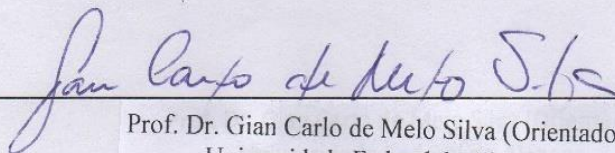
CDU: 981.37

**Folha de Aprovação**

JEFERSON AUGUSTO DA CRUZ

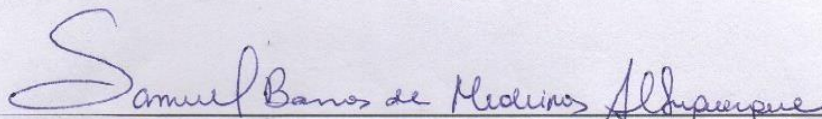
**UMA MÃO DE VERNIZ SOBRE O TABULEIRO DE PIRRO:**  
Ecos da *Belle Époque* em Aracaju (1918-1926).

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 30 de Março de 2016.

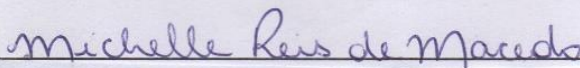


Prof. Dr. Gian Carlo de Melo Silva (Orientador)  
Universidade Federal de Alagoas

**Banca Examinadora:**



Prof. Dr. Samuel Barros de Medeiros Albuquerque (Examinador Externo)  
Universidade Federal de Sergipe



Profª. Drª. Michelle Reis de Macedo (Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Alagoas

*À minha tia Valdira (1949 – 2011), quem tanto  
amei e amo, que estará no meu coração e mente  
para sempre.*

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato que enobrece o ser humano, quando agradecemos não estamos apenas reconhecendo quem nos ajudou, mas reconhecemos a nós mesmos. Por isso, inicialmente agradeço a Deus por tudo que passei nesses dois anos de idas e vindas entre Aracaju e Maceió, pois nada de ruim que a mim foi destinado se concretizou, graças a sua infinita proteção.

Aos meus pais, Jacira e José Agostinho, uma professora e um homem do campo, que nunca mediram esforços pela educação dos filhos, pelas diversas vezes que contei com o incondicional apoio de ambos e por não me deixarem desistir desse propósito. Agradeço aos meus irmãos: Jaciara, Jackeline, Jéssica e Jenerson, e aos meus sobrinhos: Heloísa, Luiz Carlos, David Luiz, Pietro, Kayky e Lavínia, partes fragmentadas de mim.

Aos meus avôs Ozéas e José (in memoriam) por terem sido os melhores exemplos de retidão que já tive, pois juntos com suas esposas, as minhas avós Madalena e Julieta, sempre tiveram um tempo para transmitir a esse neto, os mais valiosos exemplos da vida. Suas lições, vozes e afetos estão sempre em minhas lembranças.

Palavras de agradecimentos se tornam necessárias para você Gian, pois no momento que precisei contei com seu auxílio. Obrigado também por não ter desistido da orientação, graças a ela pude ver com outros olhos minha pesquisa, sei que tiveram alguns percalços, mas contei com um bom e inteligente orientador, serei grato sempre a você tenha certeza disso.

Agradeço por demais à professora Michelle, por ter feito parte de minha banca, as contribuições da qualificação foram importantes para redesenhar o trabalho, por isso tenho um carinho, respeito e admiração por você, sua valorosa correção me ajudou a entender melhor o meu objeto e sua compreensão para com sua orientanda "tupiniquim" nos ajudava também. Muito Obrigado!

Ao meu querido professor Samuel, que sempre acreditou em meu potencial e por me direcionar a cada dia para águas mais profundas. O conselho para realizar esse trabalho partiu dele, não somente os esboços de uma ideia, mas tudo que rodou a pesquisa. Graças aos seus valorosos conselhos, sei que posso seguir cada dia mais forte e tenho certeza que teremos outras conquistas para nos orgulharmos no futuro. Tudo que fui, que sou e serei devo as suas preciosas palavras de mestre e amigo.

Sempre temos alguém que nos inspira, além de minha mãe, busquei inspiração em uma querida contrerrânea, que diversas vezes me ajudou e com uma paciência digna de uma genitora, pois é Terezinha Oliva, o que seríamos de nós se não mirássemos nos exemplos das "Mulheres de Atenas?" Com a senhora pude contar de uma maneira maravilhosa e sei que faria novamente se preciso. Haverá sempre em mim uma gratidão infinita por tudo aquilo que me ensinou e pela torcida que emana de você e seu pai o nobre João Oliva, para que eu procure crescer cada vez mais com humildade, sabedoria e estudo, assim as vitórias vão surgindo. Mil vezes obrigado, obrigado e obrigado!

Creio nunca ter visto uma turma tão unida quanto à da linha de Cultura, Historiografia e Representações, em meio às diversas angústias que recaiam (e recaem) sobre nós, procurávamos rir, pois era o melhor remédio, apesar das minhas inconstâncias emocionais obviamente. Nós somos a geração do entendimento, da compreensão e do respeito aos nossos futuros alunos, sem as vaidades que cobrem o âmbito acadêmico, por isso é válido agradecer a Carine, minha companheira das viagens a Maceió, a Ana Beatriz, minha amiga de sonhos opulentos, a Adriana, mãe da turma, a Marta, a menina do Crato, ao Cupirense Zé Luiz, a silenciosa Izabela, a conselheira Simoneide, a simpática Simone e de forma especial agradeço ao colega, agora amigo, Josian Paulino e a sua esposa Taísa pelas diversas vezes que me receberam em sua casa quando precisei pernoitar em Maceió, vocês não sairão de minhas lembranças jamais.

Com enorme alegria agradeço a uma querida professora do Departamento de Museologia da UFS, minha segunda graduação, a você Ana Karina devo toda força que tive durante esse mestrado, pois com sua alegria contagiante soube me munir de coragem para seguir em frente e não me preocupar com as barreiras que foram impostas, sei que fará isso outras e outras vezes, por isso tens um lugar em mim para sempre. Também agradeço ao professor Clovis, inicialmente pela torcida durante a seleção em 2013 em seguida, pela compreensão que teve quando precisei me ausentar das aulas para terminar esses escritos, acima de tudo pela confiança que tem em mim, espero um dia retribuir a altura. Aos demais professores, que de alguma maneira me incentivaram nessa caminhada, pessoas como Neila e Michel Platini que vez e outra me perguntavam como estava o mestrado, como Priscila, Sura, Cristina e Verônica que também estiveram presentes nessa trajetória merecem o meu reconhecimento e gratidão. Aos queridos Fernando Aguiar e Janaina Couvo dois grandes amigos, que me ajudaram nos momentos que mais precisei, sei o quanto vibraram com minha aprovação em 2013, como também estão torcendo pela defesa, por isso, Janaina disse que tem uma

parcela de "culpa" nisso tudo e sente-se na obrigação de brindar comigo e com minha família, todas as vitórias que vierem pelo caminho. Obrigado por tudo, pois se não fosse a acolhida de vocês em 2012, nem sei como estaria minha vida nesse momento.

Aos amigos da Bahia, que dividiram comigo os momentos de angústia e de apreensão que uma pós-graduação oferece, sem dúvida as coisas seriam mais tensas se não fossem as risadas, as raivas e brincadeiras que através do grupo do WhatsApp fazíamos. Por isso meu “Merci Beaucoup” para Hernandes, Magno, Tácila, Jacson, Lucas, Isadora e Alisson, espero nos vermos em breve através das mudanças da vida.

Graças, a minha participação no Simpósio Nacional de História da ANPUH em Florianópolis, em 2015, e a minha apresentação no Simpósio Temático "Cidades e Práticas Culturais: modernidade, subjetividades e configurações de identidades", pude conhecer duas maravilhosas pessoas que com suas dicas especiais, indicação bibliográfica e constante contato, tornei meu trabalho mais rico, logo vocês também são dignas de agradecimentos Professoras Fabiana Cunha e Carla Ferraresi, obrigado pelas ajudas via Facebook e pelas conversas descontraídas que tivemos, me ajudaram na constituição desse trabalho.

Agradeço também a Cristiane Vitória, Sayonara Rodrigues, Crislane Azevedo, Andreza Maynard e Fabrícia Oliveira, por terem me enviado seus trabalhos, pois são produções importantes para conhecermos a *Belle Époque* aracajuana. Além das pessoas, é válido ser grato as instituições de pesquisa que visitei e que através do seu acervo, me possibilitou conhecer as fontes dessa dissertação, por isso agradeço a todos os funcionários do IHGSE (Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe), APES (Arquivo Público do Estado de Sergipe), APA (Arquivo Público Municipal de Aracaju), AGJESE (Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe), MESE (Memorial de Sergipe – UNIT), BPED (Biblioteca Pública Epifânio Dórea) e PDPH (Programa de Documentação e Pesquisa Histórica – UFS).

Por fim, agradeço a Fundação de Apoio a Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPEAL, pela concessão da bolsa, talvez sem esse auxílio fosse mais difícil constituir esse trabalho.

*“Combati o bom combate, acabei a carreira, guardei a fé.”*  
2 Timóteo 4:7

*Pessoa que vem zangada, vê Aracaju e  
continua zangada, não tem jeito mesmo, é  
caso perdido. Porque Aracaju dá bom-humor  
aos tristonhos, alegria aos que são apenas  
bem humorados. Aracaju amanhece rindo na  
doçura do panorama que a natureza reservou,  
patenteou para ela.*

*Genolino Amado*

## RESUMO

Um período entressécular marcado por transformações. Essa foi uma das características que permeou as últimas décadas do século XIX e as iniciais do XX. Nessa época, ocorreram diversas mudanças nos âmbitos político e social, a cidade se converteu no palco onde foram materializadas as transfigurações que caracterizavam esse momento. No Brasil, com a implantação da república em 1889, as palavras ordem e progresso estavam em alta e se fazia necessário conduzir o país aos ideais modernos que outrora vigoravam na Europa, por isso a urbanização das principais cidades brasileiras, principalmente as capitais dos estados, foram empreendidas com intuito de vivenciar os ares cosmopolitas e modernos tão almejados pelo novo regime. Sergipe, menor estado da federação, não sentiu de imediato as modificações empreendidas no âmbito urbano, pois mesmo sendo idealizada na sua gênese como moderna, a capital sergipana, Aracaju, não sofreu maiores modificações em sua estrutura urbana durante mais de meio século, ocorrendo transformações significativas no físico da cidade a partir da segunda década do século XX. Por isso, o propósito desse estudo é apresentar o processo modernizador de Aracaju, principiado em 1910, porém, intensificado a partir de 1918 a 1926. Sendo assim, um dos objetivos é analisar o processo de inserção da Belle Époque em Aracaju através do seu projeto de modernização e urbanização, iniciado na gestão do presidente do Estado José Joaquim Pereira Lobo (1918-1922) e impulsionado por seu sucessor Maurício Graccho Cardoso (1922-1926). Por fim é necessário analisar os impactos que a reforma urbana causou na cidade e como foi apropriada pela população. Logo, tomarei como interlocutores autores que se debruçaram sobre a temática no âmbito nacional e sergipano, juntamente com os que evidenciam os conceitos de modernidade, representação, apropriação e cotidiano, facilitando assim o descortinar desses eventos e possibilitando a melhor compreensão do objeto estudado.

**PALAVRAS-CHAVES:** Aracaju; Belle Époque; Modernização; Urbanização; Sociabilidades.

## RÉSUMÉ

Une période de transition entre siècles marquée par des transformations. Cela a été une des caractéristiques qui a traversé les dernières décennies du XIX siècle et le début du XX. Dans cette époque-là, plusieurs changements se sont passés dans les cadres politique et social, la ville s'est convertie en scène où ont été matérialisées les transfigurations qui caractérisaient ce moment. Au Brésil, avec l'implantation de la république en 1889, les mots ordre et progrès étaient en hausse et il était nécessaire de conduire le pays aux idéaux modernes qu'autrefois étaient en vigueur en Europe, voilà pourquoi l'urbanisation des principales villes brésiliennes, surtout les capitales des états, ont été entreprises avec le but de vivre les aires cosmopolites et modernes si souhaités par le nouveau régime. Sergipe, le plus petit état de la Fédération, n'a pas eu dans l'immédiat les modifications entreprises dans le cadre urbain, car même en étant idéalisée dans sa genèse comme moderne, la capitale de Sergipe, Aracaju, n'a pas souffert de grosses transformations significatives dans le physique de la ville à partir de la deuxième décennie du XX siècle. Pour cela, le but de cette étude est de présenter le processus modernisateur d'Aracaju, au début de 1910, mais, intensifié à partir de 1918 à 1926. Pour ainsi dire, l'un des objectifs est d'analyser le processus d'insertion de la Belle Époque à Aracaju à travers son projet de modernisation et urbanisation, débuté dans la gestion du président de l'État José Joaquim Pereira Lobo (1918- 1922) et impulsé par son successeur Maurício Graccho Cardoso (1922-1926). Enfin il faut analyser les impacts que la réforme urbaine a causé dans la ville et comment elle a été appropriée par la population. Donc, je prendrai comme interlocuteurs des auteurs qui se sont penchés sur la thématique dans le cadre national et de l'état de Sergipe, ainsi que ceux qui font aux concepts de modernité, représentation, appropriation et quotidien, en facilitant, pour ainsi dire, la découverte de ces événements et tout en permettant la meilleure compréhension de l'objet étudié.

**MOTS-CLÉS :** Aracaju ; Belle Époque ; Modernisation ; Urbanisation ; Sociabilités.

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                                                  |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Figura 01</b> – Mapa de Aracaju em 1855 .....                                                                 | 39  |
| <b>Figura 02</b> – Planta do Plano de Aracaju em 1857 .....                                                      | 40  |
| <b>Figura 03</b> – Inauguração dos Jardins Olímpio campos, 1907 .....                                            | 47  |
| <b>Figura 04</b> – Mapa de Sergipe em 1918.....                                                                  | 54  |
| <b>Figura 05</b> – Av. Barão de Maruim em fase de melhoramentos, 1920.....                                       | 61  |
| <b>Figura 06</b> – Praça Benjamim Constant, atual Praça Olímpio Campos, 1921.....                                | 63  |
| <b>Figura 07</b> – Avenida Barão do Rio Branco, S/D .....                                                        | 65  |
| <b>Figura 08</b> – Palácio do Governo de Sergipe, 1920.....                                                      | 69  |
| <b>Figura 09</b> – Palácio do Governo de Sergipe, após a remodelação de 1920, S/D .....                          | 72  |
| <b>Figura 10</b> – Estátuas dos Índios.....                                                                      | 75  |
| <b>Figura 11</b> – Projeto o Theatro S. Christóvão .....                                                         | 77  |
| <b>Figura 12</b> – O Tabuleiro de Pirro, algumas repartições públicas e a sé católica.....                       | 80  |
| <b>Figura 13</b> – Comissão Executiva das festas do 1º Centenário da Emancipação Política de Sergipe, 1919 ..... | 82  |
| <b>Figura 14</b> – Anúncio de venda de roupas .....                                                              | 87  |
| <b>Figura 15</b> – Praça Fausto Cardoso, celebração da independência de Sergipe.....                             | 89  |
| <b>Figura 16</b> – Ilustração em honra a Pereira Lobo, 1920 .....                                                | 90  |
| <b>Figura 17</b> – Foto de Pereira Lobo.....                                                                     | 91  |
| <b>Figura 18</b> – Graccho Cardoso em seu gabinete no Palácio Olímpio Campos.....                                | 98  |
| <b>Figura 19</b> – Grupo Escolar General Valladão .....                                                          | 105 |
| <b>Figura 20</b> – Grupo Escolar Manoel Luiz.....                                                                | 107 |
| <b>Figura 21</b> – Grupo de alunas da Escola Normal de Aracaju .....                                             | 109 |
| <b>Figura 22</b> – O edifício do Patronato de São Maurício.....                                                  | 111 |
| <b>Figura 23</b> – Grupo Escolar Barão de Maroim .....                                                           | 112 |
| <b>Figura 24</b> – Instituto de Química.....                                                                     | 114 |
| <b>Figura 25</b> – Prédio do Atheneu Pedro II.....                                                               | 125 |
| <b>Figura 26</b> – O novo calçamento de Aracaju paralelepípedos .....                                            | 118 |
| <b>Figura 27</b> – Coreto da Praça Fausto Cardoso .....                                                          | 120 |
| <b>Figura 28</b> – Um trecho da Avenida Rio Branco, depois do calçamento e da nova ajardinação.....              | 121 |
| <b>Figura 29</b> – Palácio da Prefeitura de Aracaju.....                                                         | 122 |
| <b>Figura 30</b> – Vista lateral do Instituto Parreiras Horta, em Aracaju.....                                   | 127 |
| <b>Figura 31</b> – Vista geral do Hospital de Cirurgia, em Aracaju.....                                          | 129 |

|                                                                                                                                                                                                                                     |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Figura 32</b> – O grande Mercado Municipal de Aracaju.....                                                                                                                                                                       | 133 |
| <b>Figura 33</b> – Palacetes do Dr. Manoel Dantas, à Rua de Estância, do Sr. J. Couto Faria,<br>na Rua de Pacatuba, do Dr. Manoel Cruz, na Rua de Itabaiana e do Coronel Ceciliano<br>Teixeira de Andrade, na Rua de Pacatuba ..... | 140 |
| <b>Figura 34</b> – Igreja de São Salvador, recém reformada .....                                                                                                                                                                    | 143 |
| <b>Figura 35</b> – Bondes na Rua João Pessoa .....                                                                                                                                                                                  | 146 |
| <b>Figura 36</b> – Ilustração de um automóvel <i>Studebaker</i> .....                                                                                                                                                               | 150 |
| <b>Figura 37</b> – Anúncio da Alfaiataria Carioca .....                                                                                                                                                                             | 160 |
| <b>Figura 38</b> – Anúncio do Lança Perfume Paris.....                                                                                                                                                                              | 161 |
| <b>Figura 39</b> – Anúncio do Palace Club.....                                                                                                                                                                                      | 164 |
| <b>Figura 40</b> – Anúncio de Madame Marguerite .....                                                                                                                                                                               | 166 |
| <b>Figura 41</b> – Anúncio da Alfaiataria Paris .....                                                                                                                                                                               | 167 |
| <b>Figura 42</b> - Anúncio da loja de chapéus Elite.....                                                                                                                                                                            | 168 |

**LISTA DE QUADROS**

|                                                                        |     |
|------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Quadro 01</b> – Crescimento populacional de Aracaju 1872-1920 ..... | 55  |
| <b>Quadro 02</b> – Exportações sergipanas .....                        | 104 |

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**AGJESE** – Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe

**APA** – Arquivo Público Municipal de Aracaju

**APES** – Arquivo Público do Estado de Sergipe

**BPED** – Biblioteca Pública Epiphâneo Dórea

**IHGSE** – Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

**MESE** – Memorial de Sergipe – UNIT

**PDPH** – Programa de Documentação e Pesquisa Histórica – UFS

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                                               |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                                                                       | <b>16</b>  |
| <b>CAPÍTULO 1 – DAS TERRAS PANTANOSAS AO QUADRADO DE PIRRO:<br/>AS ORIGENS DE ARACAJU E O INÍCIO DA MODERNIZAÇÃO .....</b>                                                    | <b>33</b>  |
| 1.1 - A Inserção de Aracaju na <i>Belle Époque</i> .....                                                                                                                      | 43         |
| 1.2 - A Remodelação da Aparência Urbana de Aracaju .....                                                                                                                      | 45         |
| 1.3 - Situação Econômica de Sergipe .....                                                                                                                                     | 51         |
| <b>CAPÍTULO 2 - O GOVERNO DE PEREIRA LOBO E O INÍCIO DA<br/>REMODELAÇÃO URBANA (1918-1922) .....</b>                                                                          | <b>56</b>  |
| 2.1 - O Contexto político e a Reforma de Aracaju .....                                                                                                                        | 56         |
| 2.2 - “Que a Sergipe Honra e Decora”: Celebrações do Centenário da Independência<br>do Estado .....                                                                           | 81         |
| <b>CAPÍTULO 3 – UMA MÃO DE VERNIZ SOBRE O TABULEIRO DE PIRRO:<br/>O GOVERNO DE GRACCHO CARDOSO (1922-1926) E A CONTINUAÇÃO<br/>DAS OBRAS DA BELLE ÉPOQUE ARACAJUANA .....</b> | <b>94</b>  |
| 3.1 - A <i>Belle Époque</i> da Educação: Os Grupos Escolares .....                                                                                                            | 99         |
| 3.2 - O Tabuleiro em Obras .....                                                                                                                                              | 116        |
| 3.3 “Hygienizar, Embelezar e Modernizar”: A Reforma Sanitária de Graccho<br>Cardoso .....                                                                                     | 123        |
| <b>CAPÍTULO 4 – ECOS DA BELLE ÉPOQUE: O COTIDIANO DA CAPITAL DE<br/>SERGIPE COM AS REFORMAS URBANAS .....</b>                                                                 | <b>136</b> |
| 4.1 - “Aracaju Civiliza-se!” .....                                                                                                                                            | 137        |
| 4.2 - As Ruas, os Espaços e as Sociabilidades .....                                                                                                                           | 158        |
| 4.3 - Os Pobres da <i>Belle Époque</i> Aracajuana .....                                                                                                                       | 169        |
| <b>CONCLUSÃO .....</b>                                                                                                                                                        | <b>177</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                                                                                                      | <b>180</b> |

## INTRODUÇÃO

A evolução, porém, pode levar esta cidade aos três, aos quatro, aos cinco milhões. Esse último quarto de século é o princípio de uma era extraordinária.

A epígrafe acima, encontrada em um texto escrito por Machado de Assis, no periódico “*A Semana*” com data de 22 de abril de 1894, refere-se à fala do “Bruxo do Cosme Velho”, que trata sobre o crescimento da cidade do Rio de Janeiro, como também do burburinho que as ruas começavam a ganhar com as novidades vindas do outro lado do Atlântico. Essas mudanças já eram avistadas no horizonte durante o crepúsculo dos oitocentos. No entanto, foi um período de transição conturbado e que representou a inserção da sociedade a padrões tidos como modernos encaminhado-a rumo ao progresso almejado, principalmente, pelas camadas mais ricas, que ditavam as regras nesse período, pois “estava na ordem do dia assegurar para as classes mais abastadas um espaço público propício à integridade e à ostentação do *status*, de acordo com as últimas tendências do mundo tido como civilizado”<sup>1</sup>. Houve mudanças significativas em diversas áreas, pois as impressões do final do século XIX e início do XX marcaram fortemente as gerações desse período. Mas as mudanças transcorridas no contorno das grandes cidades e nos comportamentos foram as mais significativas<sup>2</sup>.

As mudanças vertiginosas desse período estiveram presentes em todas as esferas sociais existentes, mas foram nas cidades que as transformações ganharam uma expressão maior, pois elas se tornariam “vitrine para as mariposas do luxo”<sup>3</sup>. A cidade foi o palco onde os acontecimentos do cotidiano se desdobraram, concomitantemente “foram os grandes cenários da modernidade e, hoje, o lugar emblemático das suas ruínas e das suas tentativas de reconstrução”<sup>4</sup>. Sobre a importância do século XIX e seus acontecimentos “descortinadores”, Weber apresenta:

O século XIX tinha o hábito de encerrar as coisas. A cortina caía repentinamente sobre regimes, revoluções, classes dominantes e

---

<sup>1</sup>AZEVEDO NETO, Joachin. **Uma outra face da Belle Époque carioca**: o cotidiano nos subúrbios nas crônicas de Lima Barreto. Rio de Janeiro: Multifoco, 2011, p. 34.

<sup>2</sup>SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 3.

<sup>3</sup>Sobre a transformação das cidades em vitrines, onde as pessoas praticavam o *flâneur* e dedicavam inúmeras horas do dia para olharem as novidades luxuosas que a modernidade trazia. Ver em: BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

<sup>4</sup>REZENDE, Antônio Paulo. **Desencantos modernos**: histórias da cidade do Recife na década de XX. Recife: FUNDARPE, 1997.

ideologias, erguia-se e depois baixava de novo; mas aqueles que a história alegadamente condenava nunca paravam de morrer<sup>5</sup>

Os acontecimentos enredados durante o século XIX tiveram papel importante na formação das estruturas que vigoraram durante o início do século XX, pois como evidencia a citação acima, regimes políticos, revoluções populares, classes abastadas e as ideias que vigoravam no período, ocasionalmente eram dissolvidas, porém, eram imediatamente restabelecidas. Esses acontecimentos nos ajudam a compreender como a sociedade do início do século XX foi forjada, ou seja, como os acontecimentos da centúria formariam a mentalidade do novo período que se iniciava.

No que diz respeito à modernidade, tão almejada durante as transformações ocorridas na cena urbana, Berman constata que ela está dividida em dois compartimentos que as diferenciam, no entanto há uma ligação hermenêutica entre um e o outro, ou seja, para o autor, a modernidade contém duas partes: a modernização, que está associada entre a economia e a política e o modernismo, por sua vez ligado de forma umbilical ao universo da arte, cultura e sensibilidade, porém tanto a modernização quanto a modernidade “se desenvolvem por conta própria” sem precisar necessariamente da ação humana sobre elas, no entanto, apesar de ser independente, esse dualismo incide fortemente nas pessoas que perscrutam sobre os caminhos modernos<sup>6</sup>.

A vertente da modernidade, que em alguns momentos será empregado nesse trabalho será a modernização, haja vista que o projeto modernizador de Aracaju fora pensado justamente pelos representantes da política e da elite, com isso, comungamos com a assertiva que aponta a “política modernizadora desencadeada a partir de 1889 – e até muito antes – esteve mais para um processo de modernização do que modernismo”<sup>7</sup>. Como exemplo de vivência nos ambientes cosmopolitas, Berman cita Charles Baudelaire, justamente para exemplificar o indivíduo que teve ligações fortíssimas com os aparatos da modernidade. Para ele, Baudelaire foi responsável por difundir entre as gerações do século XIX na França, a necessidade de pensarem como modernos. Logo, vemos que ele teve um papel importante durante as transformações urbanas vivenciadas em Paris no final do século XIX. Além de ter sido um observador assíduo e perspicaz,

<sup>5</sup>WEBER, Eugen. **França Fin-de-Siècle**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 9.

<sup>6</sup>BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

<sup>7</sup>SILVA, Maurício. **A hélade e o subúrbio: confrontos literários na Belle Époque carioca**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006, p. 19.

ele difundiu junto a sua geração a necessidade de serem cidadãos modernos, algo que foi presente em suas obras e que se perpetuou durante muito tempo.

Benjamin foi outro autor que se debruçou sobre Baudelaire em seus trabalhos, para ele através do personagem, a cidade de Paris torna-se “um objeto da poesia lírica”, criando um olhar alegórico sobre ela. O olhar do *flâneur* sobre a Cidade Luz e suas transformações foi um dos fatores preponderantes para entendermos como a população recebia as novidades trazidas pela modernidade e que culminaram no período chamado *Belle Époque*<sup>8</sup>.

Esse momento, Santucci conceitua como um período que compreende o final do século XIX e vai até a Primeira Guerra Mundial, e ainda no entender da autora:

[...] se caracterizou por uma sucessão de experimentações que se estende pelo nome de modernidade, vivenciada e compreendida por seus contemporâneos como progresso e civilização. O momento foi marcado por uma explosão de contradições que ressaltaram as diferenças e as condições diversas oferecidas no contexto da vida urbana, acompanhada de uma euforia que trazia a expectativa de ser possível resolver cientificamente todos os problemas da humanidade<sup>9</sup>.

O termo modernidade, citado pela autora, foi utilizado, segundo ela, “no sentido de relacionar as transformações urbanas e seus efeitos socioculturais ocorridos a partir da segunda metade do século XIX. Ao lidar com o ineditismo da vida moderna, o indivíduo que vive essas mudanças se sente ameaçado e seduzido ao mesmo tempo”<sup>10</sup>. Percebamos que há relações entre Santucci e Berman, pois ambos evidenciam o mister de deslumbre e fascinação que as pessoas tinham quando se deparavam com as transformações vertiginosas. Concomitantemente, vemos que esse período foi marcado pela exclusão das camadas menos favorecidas, tornando-o um “processo tortuoso, dantesco, criminoso e excludente”<sup>11</sup>, com isso a *Belle Époque* se torna um momento dual, onde os aparatos modernos deveriam guiar o indivíduo para a civilização e ao mesmo tempo excluía aqueles que não encaixavam no quesito de cidadão da modernidade.

É necessário conhecermos os aparatos modernos, que levaram a sociedade do fim dos oitocentos e a do alvorecer do século passado a vivenciarem a *Belle Époque* nos importantes núcleos urbanos. Tais aparatos da modernidade evidenciam os motivos que

<sup>8</sup>BENJAMIN, Walter. Op. Cit., 2009.

<sup>9</sup>SANTUCCI, Jane. **Cidade rebelde**: as revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008, p. 17.

<sup>10</sup>Ibidem, p. 160.

<sup>11</sup>AZEVEDO NETO, Joachin. Op. Cit., p. 30.

levaram a modernização das cidades e revelam o anseio de fazerem parte de uma civilização pautada em costumes refinados oriundos da Europa (mais especificadamente na França), no caso de algumas cidades brasileiras, a exemplo de Manaus, Belém, Fortaleza, Natal, Recife, Salvador, Franca (SP), São Paulo, Rio de Janeiro e Aracaju, o nosso objeto de estudo.

A cidade de Manaus, localizada na região amazônica, vivenciou o apogeu da borracha, porém diferente da capital do Pará, nos anos finais da monarquia, “a cidade permanecia acanhada, constrangida espacialmente pelo rio, para onde estava voltada”<sup>12</sup> A partir de 1892, no Governo de Eduardo Ribeiro, Manaus começa a se projetar como uma cidade moderna, valendo-se do apogeu da economia do látex. Para que isso ocorresse, era necessária a adoção de códigos que ajudassem reger a ordem na cidade, por isso que em 1893, as posturas adotadas pela capital do Amazonas foram redigidas para indicar os modos que deveriam ser adotados em uma cidade moderna.

Assim como Aracaju, Manaus adotou o modelo urbanístico baseado em um tabuleiro de xadrez, por isso foram criadas “ruas largas em traçados retos”, sobrepondo-se à natureza através de canalização de igarapés existentes na cidade, alguns foram aterrados, com o intuito de controlar a salubridade e a umidade presentes na urbe. A modernização de Manaus não atingiu a toda população. De acordo com Daou:

A Manaus modernizada atendia particularmente aos interesses da burguesia e da elite “tradicional”, vinculada às atividades administrativas e burocráticas. Foram implantados vários serviços urbanos: redes de esgoto, iluminação elétrica, pavimentação das ruas, circulação de bondes e o sistema de telégrafo subfluvial, que garantia a comunicação da capital com os principais centros mundiais de negociação da borracha<sup>13</sup>.

As transformações ocorridas nas cidades brasileiras, citadas anteriormente, não buscavam de fato atingir as populações pobres, uma vez que os ricos comerciantes e os grandes fazendeiros eram que possuíam o comando da administração e da economia. Todos os serviços citados pela autora não eram acessíveis aos menos favorecidos, isso foi uma constante no processo de modernização do país entre o final do século XIX e início do XX. Apresentar uma Manaus moderna e urbanizada, dotada de diversos serviços, era também uma forma de chamar atenção para os investidores interessados na borracha.

---

<sup>12</sup>DAOU, Ana Maria. **A Belle Époque amazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 35.

<sup>13</sup>Ibidem, p. 36.

Encontraremos características similares em Belém do Pará, que durante os anos de 1870 e 1912, também viveu o apogeu da sua economia, devido à produção do látex extraídos das seringueiras e que se transformava em borracha. Esse fator econômico impulsionou as transformações urbanas na capital paraense, onde palacetes em estilo *Art Nouveau* foram erguidos para abrigar a elite; bancos instalaram-se na cidade; o Teatro da Paz para o entretenimento das classes mais abastadas e por fim o Mercado Municipal do Ver-o-Peso<sup>14</sup>.

Assim como Manaus, Belém também teve novas e largas ruas, como também grandes avenidas que lembravam os *boulevares* franceses. De acordo com Sarges: “a remodelação da cidade tornou-se um projeto das elites locais que a propunha em nome do progresso e do interesse coletivo”<sup>15</sup>. Essa afirmativa é contraditória, pois como havia interesse coletivo, se as elites e os políticos eram os principais interessados nas reformas urbanas e no embelezamento das cidades? Esse coletivo excluía a população pobre que não tinha condições de viver nos centros da urbe, devido às exigências prescritas nos códigos de postura, o que implica dizer que a modernização de Belém não atingiu a todos.

Nos idos de 1875, Fortaleza, capital da então Província do Ceará, começava um projeto ousado, que visava transformar a cidade em uma “Paris do Nordeste”, ou levar Fortaleza até a Cidade Luz. Havia um projeto de reforma urbana que incluía 3 *boulevards*, como nos mostra Ponte:

Em 1875, Adolfo Herbster, engenheiro da Província do Ceará e da Câmara Municipal de Fortaleza, desde 1855 contratado de Pernambuco para substituir o então “*arruador*” (arquiteto leigo), concluía a “*Planta Topográfica da Cidade de Fortaleza e Subúrbios*”. [...] a propósito dos 3 *boulevards*, que Herbster os incluiu em sua planta por imitação das reformas realizadas pelo Barão de Haussmann em Paris, em meados do século XIX<sup>16</sup>.

Notemos que Fortaleza iniciou suas obras de remodelação antes do Rio de Janeiro, pois os projetos do então engenheiro do Ministério conservador, Pereira Passos, sofriam represálias da política imperial. Contrariando as respostas negativas que Passos recebera na Corte, Herbster encontra respaldo político e econômico para realizar as reformas em Fortaleza, pois “a adaptação suavizada do projeto parisiense de Haussmann

<sup>14</sup>SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a Belle Époque** (1870-1912). 2. ed. Belém: Paka-Tatu, 2002.

<sup>15</sup>Idem, p. 161.

<sup>16</sup>PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social** (1860-1930). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf, 1993, p. 27.

por Herbster não era algo descabido ou mesmo uma idéia fora do lugar”<sup>17</sup>. O motivo para a deliberação dessa obra foi devido à Fortaleza dos meados do século até aquele ano de 1875, estar passando por significativas transformações que a tornaram o principal centro político, econômico, social e cultural da Província e o crescimento da exportação do algodão, que ajudou a transformar a capital em um entreposto comercial da Província. Com o desenvolvimento econômico da capital alencarina, se fez necessário reformá-la para atender às necessidades dos grupos dominantes e a população de profissionais que desfrutavam do apogeu econômico.

Os paradigmas da modernidade que geraram a *Belle Époque* também foram vivenciados em outras capitais do então norte brasileiro. Natal, no Rio Grande do Norte é um dos exemplos, quando em 1900 inicia o seu processo de reforma urbana no Governo Alberto Maranhão como Marinho nos apresenta:

Em Natal, uma parte das elites exigia que a cidade apresentasse esses aparatos modernos, para que a capital do Estado consumisse também as novidades consumidas, com todo glamour, nos grandes centros do mundo. A reforma do porto e a ampliação das linhas férreas além de auxiliar a escoação da produção agrícola do interior do estado, também foram definidores no aumento do consumo de mercadorias importadas, como máquinas de costura, gramofones, alimentos industrializados, pianos, automóveis, vestimentas, livros e revistas. Esses produtos entravam na cidade de Natal com uma crescente frequência, vindos dos estados do sul ou diretamente da Europa<sup>18</sup>.

Havia uma necessidade das elites de usufruírem de elementos sofisticados, oriundos principalmente da Europa. A solução foi a reforma do porto da capital potiguar, a fim de que ele trouxesse as novidades da modernidade cosmopolita europeia e do sul do Brasil. A ferrovia era um fator importante para os natalenses, pois ao mesmo tempo que transportava com rapidez a produção agrícola do Estado, trazia com a mesma eficácia, mercadorias e objetos de luxo para atender as classes abastadas. Esse desejo das elites da capital potiguar, de adentrarem ao um universo cosmopolita, baseado em padrões europeus, encontrou aliados importantes nos representantes do Governo do Estado que também possuíam os mesmos ideais.

As primeiras décadas do século XX foram profícuas para o Recife, pois nesse momento, a capital de Pernambuco vivenciou modificações em sua estrutura urbana, porém ressaltamos que sua modernização passou por um processo gradual durante

---

<sup>17</sup>Ibdem, p. 28.

<sup>18</sup>MARINHO. Márcia. **Natal também civiliza-se:** sociabilidade, lazer e esporte na *Belle Époque* natalense. Natal: UFRN, 2011, p. 25-26.

quase um século. Abaixo vemos os três primeiros momentos das reformas urbanas no Recife, que de acordo com Moreira, a primeira reforma:

[...] pode ser definida em meados do século XIX quando da administração do Conde da Boa Vista e da estrada de Vauthier na cidade. Uma segunda fase ocorreu entre 1909-1915 com um amplo programa de obras, que compreendeu o Plano de Saneamento do Recife, de autoria do engenheiro Saturnino de Brito, uma reforma completa do bairro portuário, o reaparelhamento e modernização do Porto e um incremento das ações higienistas, com a reorganização da Inspectoria de Hygiene. Uma terceira etapa pode ser detectada no período do Governo Sérgio Loreto (1922-1926), marcado por obras de expansão urbana na periferia de então, como a urbanização da Campina do Derby, a construção da Avenida Boa Viagem e a modernização de vários largos e praças nos núcleos suburbanos<sup>19</sup>.

Desde o século XIX, o Recife passou por diversas transformações em seu cenário urbano. Na primeira, contou com a presença de profissionais franceses, uma vez que o Conde da Boa Vista havia realizado estudos na França e trouxe consigo elementos da reforma parisiense. A segunda reforma, já no século XX, voltou-se para o saneamento básico da cidade, seguindo as tendências de higiene e a necessidade de reformar o porto para atender as necessidades econômicas. Por fim, a reforma da década de 1920, que compreendeu a criação de avenidas, algo presente em outras reformas urbanas pelo país. Nesse momento, as reformas saem dos espaços privilegiados das cidades e vai para as zonas periféricas, o que provavelmente causou estranhamento na população<sup>20</sup>.

Em Salvador, com a ascensão de José Joaquim Seabra<sup>21</sup>, ou simplesmente J. J Seabra, ao Governo da Bahia, a cidade começa experimentar um processo modernizador, em 1912. Os melhoramentos davam inicialmente no âmbito da cidade, nas ruas e depois na população, em seus hábitos e costumes. Porém, apesar das transformações urbanas da capital baiana terem ganhado um impulso no ano já especificado, ela já havia experimentado algumas significativas mudanças em sua estrutura urbana nos anos iniciais das quatro décadas da República Velha, como nos mostra Leite:

---

<sup>19</sup>MOREIRA, Fernando Diniz. A construção de uma cidade moderna: Recife (1909-1926) In: **Anais do VI Encontro Nacional da ANPUR**, Brasília, 1995, p. 788.

<sup>20</sup>REZENDE, Antônio Paulo. Op. Cit., p. 26.

<sup>21</sup>Seabra participará das festividades do centenário de Sergipe em Aracaju, ao lado do Presidente deste Estado, seu xará, José Joaquim Pereira Lobo em 1920, quando estava no segundo mandato a frente do Governo baiano.

1º) em 1906, relacionado ao início de obras no porto, com a construção de cais e armazéns, além da pavimentação de ruas vizinhas; 2º) em 1910, calçamento de ruas e saneamento do bairro comercial, como preparo a comemoração dos cem anos da Associação Comercial; 3º) entre 1912-1916, relativo as varias obras para alargamento de ruas, abertura de avenidas e construção de novos edificios empreendidas no governo de J. J. Seabra; e 4º) em 1924, com construção do bairro das Nações, em áreas conquistadas ao mar, na Cidade Baixa<sup>22</sup>.

Através da citação, veremos que o período do primeiro mandato de Seabra, consistiu no mais significativo momento da reforma urbana em Salvador, pois foi nesse momento que demolições foram empreendidas, assemelhando-se às reformas do Rio de Janeiro, no início do século passado. Vale a pena mostrar que Seabra, nesse período, ocupou cargos administrativos federais no Governo de Rodrigues Alves, como o Ministério da Justiça e Negócio interiores, por isso pode assistir as transformações realizadas na capital federal empreendidas pelo então Prefeito Pereira Passos.

A importância que Salvador detinha como um ponto de confluência para as outras cidades baianas, por ser a sede administrativa do Estado e sua ligação comercial com outras cidades europeias e da América do Norte, foram fatores que contribuíram para pensar na reforma no contexto apresentado pela administração de Seabra. Os melhoramentos da capital baiana foram justificados, de acordo com Leite, como uma urgência higiênica e estética. Para que as obras iniciassem, foram realizadas parcerias e articulações entre o Governo Federal, Estadual e Municipal. Cada uma dessas esferas atuou de forma conjunta ou assumia uma parte da reforma.

A capital do Estado de São Paulo que “não passaria, antes do século XIX, de uma vila pobre, sem expressão econômica ou política”<sup>23</sup>, teve um significativo crescimento “na segunda metade do século XIX. A capital da Província passou de 11ª maior aglomeração urbana do Brasil em 1872, para a segunda em 1920, perdendo apenas para a capital do país”<sup>24</sup>.

Ferraresi nos mostra como ocorreu essa evolução urbana:

---

<sup>22</sup>LEITE, Rinaldo César Nascimento. **E a Bahia civiliza-se...: ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana em Salvador (1912-1916)**. 1996. 161f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996, p. 52-53.

<sup>23</sup>OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. Uma senhora na Rua do Imperador: população e transformações urbanas na cidade de São Paulo 1870-1890. In: GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo (Orgs). **O Brasil imperial: 1870-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 159.

<sup>24</sup>Idem.

A cidade de São Paulo na década de 1920 experimentava modificações que tendiam a transformar sua feição colonial em um espaço urbano. Sua paisagem redefinia-se de modo caótico e desordenado, evidenciando as tensões entre os diferentes fluxos temporais, culturais, econômicos e políticos que perpassavam a cidade oitocentista e aqueles que derivavam do atrelamento cada vez maior da economia citadina ao mercado mundial, cujos múltiplos aspectos surgem nas pesquisas mais recentes da historiografia da urbanização paulistana<sup>25</sup>.

No início do século, principalmente nos anos vinte, a cidade de São Paulo passou por um processo de urbanização, que tinha por finalidade ordenar a paisagem urbana, retirando as feições que lembrassem o passado colonial. É necessário ressaltar que as transformações ocorridas se devem ao crescimento da população, que no ano de 1872 possuía 31.385 habitantes e “a partir de 1890, a cidade de São Paulo teve um crescimento demográfico acelerado, com o aumento expressivo da população de origem estrangeira”<sup>26</sup>. O número de habitantes, nesse período, era de 64.934, um aumento de 106,9% desde a primeira contagem dezoito anos antes<sup>27</sup>.

O crescimento da população de São Paulo se deu por dois motivos: a abolição da escravidão e a chegada de imigrantes, que contribuíram para o aumento da população. No entanto, é necessário lembrar que assim como em outras cidades brasileiras, que passaram pelo processo de industrialização, a elevação da densidade demográfica se deu por conta também da necessidade de mão de obra para as nascentes indústrias, que com suas grandes chaminés, anunciavam a chegada da modernidade à capital paulista. Uma nova cidade nascia, “com tijolo e ferro, que sobrepujava a antiga cidade de taipa. Outra São Paulo foi-se fazendo, e não só pela vontade dos que administravam ou tinham poder sobre ela, mas também por vontade de sua população”<sup>28</sup>.

Porém, apesar de se transformar em uma metrópole moderna, “ainda guardava traços coloniais e reminiscências de suas antigas tradições”<sup>29</sup>. São Paulo não fugiu a regra do que ocorreu em outras cidades brasileiras: a exclusão de pessoas pobres foi um efeito das reformas urbanas desencadeadas pela república, pois “a estratégia norteadora da intervenção dos higienistas sociais na remodelação da cidade consiste, então, em

<sup>25</sup>FERRARESI, Carla Miucci. **Papéis normativos e práticas sociais:** o cinema e a modernidade no processo de elaboração das sociabilidades paulistanas na São Paulo dos anos de 1920. 475f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, p. 66.

<sup>26</sup>Ibidem, p. 67.

<sup>27</sup>IBGE, **Censos Demográficos:** (1872-2010). Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

<sup>28</sup>PAULA, Zuleide Casagrande de. **A cidade e os jardins:** Jardim América, de projeto urbano a monumento patrimonial (1915-1986). São Paulo: UNESP. 2008, p. 28.

<sup>29</sup>FERRARESI, Carla Miucci. Op. Cit., p.75.

separar os corpos, designado a cada um deles um lugar específico”<sup>30</sup>. É interessante frisar que toda essa transformação, se deu por conta do desenvolvimento econômico que o Estado de São Paulo passou no final do século XIX e início do XX, graças ao apogeu da produção cafeeira, que com o declínio do Vale do Paraíba no Estado do Rio de Janeiro tornou o oeste paulista o novo centro econômico do café no país.

Quando adentramos a esse universo de mudanças nas cidades, nos hábitos e costumes; trilhamos por um caminho que nos direciona a mais dois conceitos que serão abordados nessa pesquisa, ou seja, representação e apropriação que Chartier entende como a forma que os homens constroem intelectualmente seus mundos e sua realidade circundante<sup>31</sup>.

Era evidente que os cenários urbanos deveriam passar por modificações em suas estruturas, para atenderem aos propósitos políticos e a elite dominante, pois “buscou privilegiar determinados setores da sociedade, efetivando uma modernização de casta”<sup>32</sup>, com intuito de dar vida à modernidade tão desejada pelas gerações daquela época, a fim de que pudessem viver em uma sociedade voltada para os padrões civilizatórios europeus.

Mas antes de adentrarmos às transformações da *Belle Époque*, se faz necessário entendermos o contexto do período abordado, para em seguida, compreendermos a inserção dos paradigmas modernos na célula cidadina. Precisamos também analisar outros dois conceitos que permeiam esse trabalho: civilização, que segundo Elias está relacionado a uma grande e variada quantidade de fatos, a exemplo de como os homens e mulheres vivem, suas maneiras, costumes e práticas, sejam religiosas, sociais ou culturais<sup>33</sup>.

O último conceito a ser trabalhado é o de cotidiano que no entender de Certeau: “o cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão no presente”<sup>34</sup>.

Durante algum tempo na Europa, era comum associar o *fin-de-siècle*<sup>35</sup> com a *Belle Époque*, conferindo a ambos o mesmo significado. Vale ressaltar que são dois momentos distintos, onde o primeiro serviu de marco transitório para o segundo e que o

<sup>30</sup>RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista**, Brasil (1890-1930). 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014, p. 217.

<sup>31</sup>CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990, p. 17.

<sup>32</sup>SILVA, Maurício. Op. Cit., p. 19.

<sup>33</sup>ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011, v. 1, p. 23.

<sup>34</sup>CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 31.

<sup>35</sup>Expressão de língua francesa que significa “final do século”.

período que antecede a *Belle Époque* foi marcado por muita desconfiança, devido às promessas de vida melhor ocasionada pelos efeitos da modernidade e seus aparatos.

Observemos que a *Belle Époque* já estava começando a ser difundida durante o *fin-de-siècle*, que foi um momento onde havia uma dualidade, que o conceituava: um período tido como degenerado, mas, ao mesmo tempo, uma época de esperança e recomeço. Ainda partindo desse pressuposto, de traçar paralelos que diferenciem ambos os momentos, Weber nos mostra que:

[...] Depois do término da guerra tornou-se moda chamar os anos que a precederam de *Belle Époque* e confundir esse período com *fin de siècle*, como se os dois tivessem sido um só. [...] Mas a *Belle Époque* que só foi assim chamada quando se olhou em retrospectiva através de cadáveres e ruínas, representa os dez anos e pouco antes de 1914. Esses também tiveram seus problemas, mas foram anos relativamente robustos, otimistas e produtivos. O *fin de siècle* o tinha precedido: uma época de depressão econômica e moral, recebendo muito menos a alegria ou esperança<sup>36</sup>.

O autor reforça a distinção entre os termos e, ao mesmo tempo, afirma que a *Belle Époque* só pôde ser analisada ao término da Primeira Guerra Mundial. Ressalta também que existiram problemas nesse período, no entanto houve resultados satisfatórios que o diferenciou do momento que precedera. A visão de Weber pode não coadunar com a existência da dualidade que outrora pudesse existir durante o *fin-de-siècle*, pois para ele as situações negativas como recessão, miséria e crise na política foram as que predominaram durante esse momento histórico. Ressaltamos que as discussões do autor tem como ponto norteador a França, que “pode ser compreendida como uma espécie de matriz do projeto cultural da modernidade como um verdadeiro centro irradiador de ideias, tendências políticas e de comportamentos”<sup>37</sup>.

Logo, percebemos que o *fin-de-siècle* foi um momento conturbado e que transfigurou-se em marco transitório culminado na *Belle Époque*. Nesse período, os problemas sociais e políticos agitavam a França, que denominou-se como o bastião das transformações ocorridas nesse período e que inspirou outros países a adotarem os paradigmas modernos e empreenderem reformas urbanas em suas principais cidades. No entanto, por mais que a difusão dos ideais progressistas e modernos ocupasse o centro das discussões, poucas pessoas puderam vivenciar a inserção da *Belle Époque* e seus aparatos modernos. Abordaremos essa situação nas páginas seguintes desse

<sup>36</sup> WEBER, Eugen. Op. Cit., p. 10.

<sup>37</sup> AZEVEDO NETO, Joachin. Op. Cit., p. 29.

trabalho quando analisaremos as transformações das principais cidades brasileiras e como elas empreenderam essas reformas urbanas, tendo como exemplo Paris e como ponto norteador o Rio de Janeiro, a capital do Brasil na época e o ponto difusor das transformações que estavam ocorrendo nos âmbitos político, social e cultural, criando, dessa forma, uma nova memória para a cidade.

A antiga capital da república influenciou as reformas urbanas ocorridas no Brasil, levando as principais cidades a seguirem seu exemplo, perscrutarem pelos caminhos da modernidade e chegarem à *Belle Époque* de acordo com suas condições e necessidades. Ao mesmo tempo, assim como tais exemplos, também houve aqueles que, de alguma forma, foram excluídos e/ou silenciados para que a efervescência cosmopolita pudesse se fixar nas estruturas da cidade, como por exemplo, a população pobre que vivia nos grandes centros urbanos brasileiros.

Com o fim da guerra do Paraguai em 1870, as questões como a instauração da república e a abolição da escravidão voltaram a ser discutidas, pois o conflito fomentou intensas discussões sobre os entraves que atrasavam a imersão do Brasil no panteão das nações civilizadas. Um dos principais entraves, como é elencado por Feijão, foi a mácula da escravidão, pois as civilizações modernas repudiavam o trabalho cativo, alegando que o mesmo estava ligado às tradições ultrapassadas de um país que ainda vivenciava paradigmas de seu passado colonial. Outro fator que contribuiu foram os acontecimentos no cenário político europeu, ajudando a composição dos ideais de uma suposta modernização política no Brasil, como por exemplo, a revolução ocorrida na Espanha no ano de 1868 e a queda de Napoleão III na França, que ocasionaram a instalação de regimes republicanos nesses países e também ajudaram a dar forças ao movimento republicano brasileiro<sup>38</sup>.

As agitações políticas no outro lado do Atlântico ajudaram a sociedade brasileira a pensar em suas estruturas políticas, se ainda era viável manter a economia de um país sob a nódoa de um sistema escravocrata e um Governo encabeçado por um regime que era uma exceção no continente americano.

No que se refere ao manifesto lançado na década de setenta do século XIX, podemos atribuí-lo como um dos primeiros indícios modernos no Brasil. Para isso retornemos a Berman, quando o mesmo aponta as duas partes que compõe o espírito da modernidade, ele se refere ao “modernismo” como uma ligação ao universo da arte, da

---

<sup>38</sup> FEIJÃO, Rosane. **Moda e modernidade na Belle Époque carioca**. Rio de Janeiro: Estação das Letras e Cores, 2011.

cultura e sensibilidade. O autor também se refere, em partes mais à frente da sua obra, ao Manifesto Comunista de Karl Marx. Para ele esse documento “expressa algumas das mais profundas percepções da cultura modernista e, ao mesmo tempo, dramatiza algumas de suas mais profundas contradições”<sup>39</sup>.

Apropriando-se dessa percepção do autor para inserirmos na realidade brasileira do final do século XIX, constataremos que o Manifesto Republicano de 1870, se comparado à importância modernista divulgada pelo de Karl Marx, foi sem dúvida uma das primeiras manifestações modernas no Brasil. Confirmando essa assertiva, Velloso apresenta:

O Manifesto Republicano de 1870 é considerado um dos marcos da modernização brasileira. Nesse documento enfatizava-se a necessidade urgente da abolição da escravidão e da instauração da República. Essas mudanças eram compreendidas como indispensáveis para garantir a entrada do Brasil na modernidade. É forte a imagem de um mundo novo contrastando com as ruínas do antigo<sup>40</sup>.

A assertiva da autora reforça a consolidação do manifesto como a gênese dos aparatos modernos que o país almejava. Fazia-se necessário realizar mudanças em diversos espaços para que as transformações pudessem, de fato, serem efetivadas de maneira satisfatória, mas naquele momento, a abolição e a implantação do regime republicano eram de fundamental importância para o encontro do progresso.

O ponto irradiador dos ideais modernistas era justamente a cidade do Rio de Janeiro, onde vivia um seleto “grupo de escritores conhecidos na época como os ‘mosqueteiros intelectuais’ e, mais tarde, como ‘a geração modernista de 70’”<sup>41</sup>. Vale ressaltar que para esses intelectuais, o que os mobilizavam era a busca por uma “compreensão da identidade”, pois de acordo com Velloso<sup>42</sup>: “o resgate da diversidade cultural constituiu-se em impulso decisivo para a modernização”.

Mas, quem foram os componentes da tão afamada Geração de 1870 que muito influenciou na composição de uma nação moderna? Feijão aponta que os intelectuais foram:

<sup>39</sup>BERMAN, Marshall. Op. Cit., p. 103.

<sup>40</sup>VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucila de Almeida Neves. (Orgs): **O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 354.

<sup>41</sup>FEIJÃO, Rosane. Op. Cit., p. 29.

<sup>42</sup>VELLOSO, Mônica Pimenta. Op. Cit., p. 356.

Escritores tão diferentes como Machado de Assis, Coelho Neto, Aluísio Azevedo, Olavo Bilac, Monteiro Lobato e Silvio Romero envolveram-se em debates nos quais tentavam precisar como inserir a produção literária brasileira na esfera internacional. Esses intelectuais desejavam participar dos grandes debates que animavam os círculos intelectuais europeus, sem deixar, no entanto, de afirmar nossas especificidades nacionais<sup>43</sup>.

É importante pensarmos como as manifestações dos intelectuais ajudaram a compor a ideia de um novo Brasil durante o final do século XIX, ou seja, uma nação de pessoas livres, inserida em um regime democrático, com um arcabouço cultural diversificado e que deveria ser apresentado ao mundo moderno. Esses acontecimentos, nos momentos finais dos oitocentos brasileiro agitaram a sociedade, tendo como um dos momentos decisivos a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. Tendo em vista todos esses acontecimentos, O'Donnell aponta que o *fin-de-siècle* brasileiro foi:

[...] marcado pelo advento da República: a manipulação de novos significantes no jogo social, cuja transformação em novos significados não se dava no ritmo do golpe que derrubou a monarquia. O positivismo, a modernidade burocrática, a ordem e o progresso serviam de berço ideológico para a nova conjuntura política que invadia o universo do formalismo e da abstração burocrática<sup>44</sup>.

A autora mostra que o golpe republicano de 15 de novembro de 1889 foi o ápice do *fin-de-siècle* brasileiro. Ele representou, junto com a Abolição da Escravatura, um ano antes, os resultados das ações iniciadas pela Geração de 1870, que impulsionariam a inserção do Brasil nos parâmetros modernos.

Enfim, chegara a República, através do golpe militar de 15 de novembro de 1889, encabeçado pelo marechal Deodoro da Fonseca. Com ela, as mudanças constantes na vida social do país. Freyre as descreve através do cotidiano de pessoas que viveram nesse período de transição entre a monarquia e o regime republicano. Concomitantemente, elas foram “figurantes” no interior das transformações capitaneadas pela nova ordem política. O lema positivista, *Ordem e Progresso*, estava na pauta das reuniões em gabinetes de políticos até na mais fugaz das conversas das praças, cafés, lojas, ruas e etc. No que refere ao tão almejado progresso, Freyre será enfático ao dizer que:

<sup>43</sup>FEIJÃO, Rosane. Op. Cit., p. 29.

<sup>44</sup>O'DONNELL, Julia. **De olho na rua: a cidade de João do Rio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, p. 32.

[...] é o relativo, de desenvolvimento, e não o messiânico, de evolução sempre ou completamente para melhor. Somos inclinados a acreditar menos em progresso, sempre completo e para melhor, que em progressos, neutralizados às vezes por tendências em sentido contrário ao melhorista, quando ao melhorismo se aplica um critério de avaliação de valores éticos, estéticos, religiosos, intelectuais, paralelo ao de consagração ou exaltação dos puramente técnicos e mecânicos. Paralelo, note-se bem; não convergente. Por esse duplo critério de análise e comparação dos progressos é que nos é possível situar o conjunto ateniense de valores e estilos de vida, por exemplo, em plano se não absolutamente, relativamente superior, ao conjunto de valores de que hoje se orgulha Chicago, na América do Norte; e na do Sul, São Paulo; e na própria África, Joanesburgo<sup>45</sup>.

O progresso está ligado umbilicalmente ao processo de evolução e, ao mesmo tempo, de desenvolvimento. No entanto, podemos perceber que, para o autor, há uma forma de progresso que visa somente melhorias, enquanto a outra vertente é voltada para tendências contrárias, que podemos supor que sejam diferentes da realidade da nação. Logo, é necessário pensarmos na realidade da nação para discutirmos como o progresso foi implantado em seu seio. Após lançarmos nossos olhares na inserção da modernidade no Brasil, se faz necessário vermos o palco onde os ideais modernistas atuaram, ou seja, a cidade. Observaremos como alguns núcleos citadinos se “revestiram” com seus projetos de modernização para receberem a *Belle Époque* e todas as promessas de mudança e progresso prometidas pela república.

Um desses núcleos é o objeto de estudo do presente trabalho intitulado **Uma Mão de Verniz Sobre o Tabuleiro de Pirro: Ecos da *Belle Époque* em Aracaju (1918-1926)** que tem como proposta principal analisar o processo de inserção da *Belle Époque* em Aracaju, através do seu projeto de modernização e urbanização na década de 1920, iniciado na gestão do Presidente do Estado José Joaquim Pereira Lobo e impulsionado por seu sucessor Maurício Graccho Cardoso.

O recorte temporal tem início no ano de 1918 quando Pereira Lobo assume a presidência do Estado de Sergipe. A escolha desse período se deu porque foi durante esse Governo que se intensificou a reforma urbanística de Aracaju, acelerando as obras de embelezamento da capital sergipana, que já haviam iniciado a curtos passos em gestões passadas. O processo de modernização e urbanização de Aracaju seguiu os mesmos preceitos “estruturais, medicinais e educacionais” realizados em outras cidades que passaram por reformas urbanas a exemplo do Rio de Janeiro, Franca (São Paulo), Salvador, Natal, Belém e Manaus. O ponto final do recorte temporal é o ano de 1926,

---

<sup>45</sup>FREYRE, Gilberto. **Ordem e progresso**. 6. ed. São Paulo: Global, 2004. p. 354.

quando encerra o Governo de Graccho Cardoso, que realizou reformas sanitárias e educacionais na menor possessão da federação e principalmente em Aracaju. Todavia, esse período caminha para os momentos finais do que a historiografia tradicional denominou de República Velha.

A metodologia desse trabalho está sendo desenvolvida através de exploração da documentação referente ao marco temporal analisado. Dentre os documentos podemos citar os Relatórios e Discursos dos Presidentes do Estado, os Códigos de Postura Municipal, a Coleção de Leis e Decretos do Estado presentes no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), os relatórios manuscritos encontrados no Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES), os decretos e, publicações contidas no Diário Oficial do Estado que correspondem aos anos dos Governos de Pereira Lobo e Graccho Cardoso encontrados no Arquivo Público Municipal de Aracaju (APA), alguns processos crimes oriundos do Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe (AGJES), os quais ajudarão a conhecer a cidade através de outro olhar, fugindo dos discursos oficiais e o acervo fotográfico da Biblioteca Pública Epifânio Dórea (BPED) e do Memorial de Sergipe nos darão a percepção de como era Aracaju nas décadas iniciais do século XX. Obviamente que, para a leitura das imagens, autores que trabalham com a temática foram cotejados.

No tocante a vasculhar as transformações ocorridas em Aracaju no período estudado, os jornais sergipanos que circulavam na época servem como fontes primordiais de informação, pois alguns deles relatam esse processo de “civilizar-se” na capital de Sergipe. Podemos analisá-los graças a um dos métodos trabalhados por Ginzburg onde o mesmo diz que o historiador deve analisar as fontes como evidências e julgá-las tal como um juiz<sup>46</sup>.

Nesse contexto, os jornais da época foram analisados e pode-se perceber que *O Correio de Aracaju* era o que mais fazia propagandas exageradas sobre os principais políticos do Estado, ou seja, era um órgão situacionista. *O Estado de Sergipe* era órgão do Governo, publicava os decretos e atos da presidência. *O Imparcial* que circulou até os anos iniciais do Governo de Pereira Lobo, quando publicou uma matéria que não agradou ao Presidente e seu dono foi convidado a depor e não suportando as perseguições fechou o jornal e mudou-se para o Rio de Janeiro<sup>47</sup>.

---

<sup>46</sup>GINZBURG, Carlo. Controlando a evidência: O juiz e o historiador. In: NOVAIS, Fernando A. SILVA, Rogério Forastieri da. (Orgs). **Nova História em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naip, 2011, p. 342-343.

<sup>47</sup>DANTAS, José Ibarê Costa. **O tenentismo em Sergipe**: da Revolta de 1924 à Revolução de 1930. 2. ed. Aracaju: J. Andrade, 1999, p. 67.

Assim como este, o *Diário da Manhã* também foi empastelado<sup>48</sup>. O *Sergipe Jornal* alegava que não fazia propagandas exageradas ou críticas ferrenhas ao Governo. Em matéria publicada em 28 de outubro de 1921, o jornal disse que respeitava a Presidência do Estado e por ser uma sociedade anônima, trabalhava por conta própria, mas agia igual ao *Correio de Aracaju*. Segundo consta, ele foi criado por Lobo para defender o Governo e isso lhe rendeu mais críticas, pois segundo a oposição, estava “gastando vultuosas somas com sua defesa, num período de desequilíbrio financeiro”<sup>49</sup>.

Esse trabalho está dividido em quatro capítulos, o primeiro intitulado **Das terras pantanosas ao Quadrado de Pirro: as origens de Aracaju e o início da modernização**, apresentaremos primórdios da criação de Aracaju, a remodelação da cidade e a situação econômica que vivia Sergipe nas duas primeiras décadas do século XX. A intensificação das reformas urbanas na capital de Sergipe será apresentada no capítulo dois **O governo de Pereira Lobo e o início da remodelação urbana (1918-1922)** que veremos a reforma urbana e o embelezamento de Aracaju para as celebrações do centenário da independência do Estado, em 1920. **Uma Mão de Verniz Sobre o Tabuleiro de Pirro: O Governo de Graccho Cardoso (1922-1926) e a Continuação das Obras da Belle Époque Aracajuana** como é intitulado o terceiro capítulo, que mostrará a continuidade das obras na capital de Sergipe, capitaneadas pelo novo Presidente, Maurício de Graccho Cardoso, que prosseguiu com os trabalhos do seu antecessor e ampliou a remodelação, construindo os imponentes grupos escolares e preocupando-se com a saúde pública. Por fim, o quarto capítulo finaliza este trabalho e a ele demos o seguinte título **Ecos da Belle Époque: o Cotidiano da Capital de Sergipe com as Reformas Urbanas** mostrará como a população viveu com as mudanças introduzidas na cidade. Apresenta também os espaços de sociabilidades, onde as pessoas se encontravam, as festas naquela época e como viviam os excluídos do processo modernizador.

<sup>48</sup>AZEVEDO NETO, Joachin. Op. Cit., p. 29.

<sup>49</sup>NASCIMENTO, Sayonara Rodrigues do. **Foros de oposicionismo em Sergipe: a relação entre a imprensa e o Governo de Pereira Lobo (1918-1922)**. 2005. 125f. Monografia (Licenciatura) – Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2005, p. 98.

## CAPÍTULO 1

### DAS TERRAS PANTANOSAS AO QUADRADO DE PIRRO: AS ORIGENS DE ARACAJU E O INÍCIO DA MODERNIZAÇÃO

Aracaju não é cidade. Nem também povoação. Tem casinhas de palha. Forradinhas de melão<sup>50</sup>.

Província de Sergipe, ano de 1855, sob o Governo de Dom Pedro II, Inácio Barbosa governava a pequena possessão do Império. No início de seu Governo, ele empreendeu um ousado projeto que causou controvérsias na sociedade sergipana dos oitocentos: a transferência da capital de São Cristóvão para Santo Antônio do Aracaju, que na época era um pequeno povoado, “localizado à margem direita do rio Sergipe e não Cotinguiba como se diz erradamente”<sup>51</sup>, habitado por pescadores e cercado por pântanos. Para Nunes é um novo momento da história sergipana, pois:

Esse gesto, aparentemente ousado do Presidente Inácio Joaquim Barbosa, se enquadrava no período de progresso e transformação estrutural que vivia o Brasil a partir de 1850 [...]. Também resultava do desenvolvimento que Sergipe vivia na década de 1850 com a valorização, nos mercados internacionais, do açúcar produzido em seus 655 engenhos existentes, concentrados, mais na metade, nos vales férteis do Cotinguiba, e outra grande parte nas vizinhanças do Rio Real<sup>52</sup>.

A necessidade de transferir a capital da Província para um local que facilitasse o escoamento da produção açucareira era de total importância, pois a antiga sede não possuía tal atributo, logo “o eixo político deveria coincidir com o eixo econômico, norma dominante na geopolítica da época”<sup>53</sup>. No que se refere às transformações que estavam ocorrendo no Brasil durante esse momento, Santos nos mostra que:

No plano nacional, desde a segunda metade do século XIX, várias cidades brasileiras tinham passado por profundas transformações. A difusão das idéias do liberalismo econômico e o pensamento progressista do Barão de Mauá influenciaram muitas atitudes no país e é contemporânea ao pensamento que funda a cidade de Aracaju. Partia do entendimento de que o desenvolvimento econômico da província seria condição primordial para sua melhoria material, para a

---

<sup>50</sup>CALAZANS, José. **Aracaju e outros temas Sergipanos**. 2. ed. São Cristóvão: UFS; Aracaju: IHGSE, 2013, p. 111.

<sup>51</sup>Ibidem, p. 82.

<sup>52</sup>NUNES, Maria Thétis. **História da educação em Sergipe**. 2. ed. São Cristóvão: UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008, p. 87.

<sup>53</sup>Idem.

modernização das cidades e para transformações sociais, - mesmo que essas últimas se restringissem às elites, favorecendo sua distinção em meio aos vários grupos sociais<sup>54</sup>.

A fundação de Aracaju estava ligada a um momento em que a economia do país passava por significativos avanços, consolidação econômica do Segundo Reinado e, nessa ocasião se fazia necessário a criação de um núcleo citadino que correspondesse com a situação econômica e, concomitantemente pudesse favorecer a mesma. Logo, a colonial São Cristóvão com seus casarões, igrejas, conventos e praças oriundas do século XVI, não atendia a tais critérios, uma vez que não havia uma saída para o mar que ajudasse no comércio.

No entanto, tal atitude do Presidente não agradou a todos, principalmente aos habitantes da antiga cidade de São Cristóvão de Sergipe Del Rey como nos mostra Freire:

Admira-se realmente a coragem do Dr. Ignacio Joaquim Barbosa, que veio consignado para realizar esse attentado. E é para admirar-se que a deliberação da administração não recuasse perante a grande somma de interesses particulares que o acto da mudança ia prejudicar; retirando vida official de uma cidade secular, situada em excellente local, de excellentes agoas, de saborosas fructas, de abundancia de alimento, rodeada de 200 sítios de pequena lavoura, com um município de 43 engenhos, 11 alambiques, 12 fazendas de criação de gado, de ricos bellos edificios, de clima ameno, para ir atira-la ás praias do Aracajú, onde intenta edificar, de uma noite para o dia, nova cidade, sobre um solo arenoso, que em recentes períodos geológicos servia de leito do Cotinguiba, e que por isto não pôde offerecer base sufficiente para grande e largas edificações<sup>55</sup>.

Através dessa assertiva, podemos perceber que o autor faz, digamos, uma propaganda dos atributos que a antiga capital da Província de Sergipe possuía, no entanto isso não impediu que Inácio Barbosa e João Gomes de Melo, o Barão de Maruim, iniciassem o processo de edificação na nova sede sergipana. Vale ressaltar a importância de realizarmos uma análise nos trabalhos de Felisbello Freire, pois ele inaugura os estudos sobre a transferência da capital de São Cristóvão para Aracaju. Ainda sobre a ação do Presidente da Província, em trasladar a sede do poder para Aracaju, Nunes ressalta que:

<sup>54</sup>SANTOS, Waldefrankly Rolim de Almeida. **Práticas e apropriações na construção do urbano na cidade de Aracaju/se**. 2007. 144f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Área de Concentração: Desenvolvimento Regional, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007, p. 62.

<sup>55</sup>FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. **História de Sergipe**. 3. ed. São Cristóvão: UFS; Aracaju: IHGSE, 2013, p. 370.

A atitude ousada e corajosa do Presidente Inácio Joaquim Barbosa retirava da vestuta e tradicional cidade de São Cristóvão a sede do governo. Abandonava-se um núcleo urbano de mais de 1.500 habitantes, onde atuavam oito sacerdotes, quatro médicos e dois advogados com palácio imponente, conventos e igrejas seculares, belos sobrados residenciais, para um povoado semidesértico, de rústicas e toscas habitações. “Sem dúvida no Aracaju tudo está por fazer, mas é justamente o que ele tem de melhor”, dizia, alvissareiro, o comunicado da mudança da Capital, divulgado no Correio Sergipense, dois dias após o acontecimento<sup>56</sup>.

A secular São Cristóvão já possuía um aparato que a caracterizava como uma das principais cidades da Província e retirá-la de sua condição de núcleo do poder, de onde emanavam todas as decisões importantes para a sociedade da época, foi considerado algo inaceitável para seus habitantes e um grupo político que rivalizava com Inácio Barbosa. Para eles, o que era mais descabido foi a escolha do local que se transfiguraria no principal núcleo do poder político, uma região inóspita e quase desabitada onde havia ainda muito a ser feito.

De fato, a futura Aracaju não possuía boas condições para sediar o núcleo do poder da então Província de Sergipe, no entanto Porto nos mostra que o que valorizou a escolha do Presidente Inácio Barbosa foi a localização geográfica:

O fator geográfico na fundação de Aracaju foi preponderante. O porto foi a bandeira desfraldada adeptos da mudança da Capital. Aracaju possuía um “ancoradouro vasto, profundo e abrigado” dizia o próprio presidente Barbosa. A Capital foi arrastada pelo porto. “Província pequena e pobre, Sergipe não se podia de dar ao luxo de fazer uma capital e um porto marítimo, separadamente, nem era, então, esta a mentalidade dominante”<sup>57</sup>.

Percebe-se nessa assertiva, mais uma vez, que a importância da nova capital está ligada de forma umbilical a um porto que garantisse o desenvolvimento econômico. Por não ter condições financeiras elevadas, não foi cogitado construí-lo separadamente, a exemplo da capital da Província de São Paulo, que por não estar próxima ao mar, tinha seu porto na cidade de Santos.

Nesse quesito, Aracaju derrotou também outras cidades como Estância, Laranjeiras e Maruim, que apesar de possuírem portos, os mesmos não comportavam grandes embarcações. Outro fator significativo foi a proximidade com o vale do Contiguiba, a região econômica mais poderosa da Província, onde a cana-de-açúcar,

<sup>56</sup>NUNES, Maria Thétis. Op. Cit., 2008, p. 93.

<sup>57</sup>PORTO, Fernando. **A cidade do Aracaju (1855-1865):** ensaio de evolução urbana. 2. ed. Aracaju: FUNDESC, 1991, p. 17.

mote da riqueza da aristocracia sergipana, era largamente produzida. Por fim, “geograficamente Aracaju derrotou interesses políticos e individuais que há muito desejava a mudança da Capital”<sup>58</sup>.

Segundo Calazans, desde 1832, havia um interesse em mudar a capital, pois “Sebastião Gaspar de Almeida Boto, propôs ao Conselho do Governo a transferência da Capital para Laranjeiras”<sup>59</sup>. Para o autor, a ideia era antiga, contudo necessitava de alguém com coragem à frente do Governo sergipano, ou seja, Inácio Barbosa. Conforme Calazans:

O presidente ainda acertou na escolha, optando por Aracaju. “Para mim, assegurava o dr. Barbosa, é incontestável que a Capital deve ser do lado em que está situado o Povoado do Aracaju, quer porque tem muito boas águas, e é muito salubre e ventilado, tendo nos fundos o fértil Município do Socorro, ao passo que o dos Coqueiros tem clima ardentíssimo, é falto de águas e tem nos fundos o município de Santo Amaro que é estéril e decadente, quer porque tem uma mais curta comunicação por terra com a cidade de Laranjeiras e outros ricos povoados, sem lhe faltar a comunicação fluvial”<sup>60</sup>.

Percebamos através dessa assertiva de Calazans, contendo um trecho do discurso do Presidente Inácio Barbosa, que existiu um conjunto de situações, que foram devidamente analisadas pelo governante, ao realizar a transferência da capital, que para o autor já supracitado foram “as principais causas da mudança”<sup>61</sup>. A nova capital estava próxima a importantes cidades do vale do Cotinguiba e de onde saía a maior parte da produção de açúcar da Província, além disso, a proximidade com o mar favorecia o escoamento desse e de outros produtos da economia, como também favorecia o uso do transporte marítimo pelas pessoas.

Outra questão contrária à mudança da capital, que foi apresentada pelos opositores de Inácio Barbosa e reproduzida por Felisbello Freire, se refere às habitações existentes no Santo Antônio do Aracaju. Percebemos a existências de casas de palhas, como nos mostra a epígrafe no início deste tópico. Mas o próprio Freire nos esclarece tal assertiva:

A falta de habitações era absoluta. O próprio presidente teve de habitar em uma casa de palha, e a assembléia de reunir-se debaixo de um pé de cajueiro. Os cofres depositados em albergues, sem a menor

<sup>58</sup>PORTO, Fernando. Op. Cit., p. 17.

<sup>59</sup>CALAZANS, José. Op. Cit., p. 95.

<sup>60</sup>Ibidem, p. 97.

<sup>61</sup>Idem.

garantia e segurança. As repartições publicas funcionando em cazebres, feitos á pressa<sup>62</sup>.

É interessante frisar que, Felisbello Freire, apesar de ser um intelectual sergipano do século XIX, também era um político e foi o primeiro Presidente de Sergipe após a instauração da República. Nasce em 1858 em Itaporanga D'Ajuda, ou seja, ele nasce três anos depois da transferência da capital, em um dos lugares que seria afetado economicamente, socialmente e politicamente com a mudança de São Cristóvão para Aracaju. Freire foi um militante político e anos depois da mudança da capital, permaneceu contrário, pois ele era oriundo de uma família do ramo açucareiro e residente na região do Rio Vaza Barris, logo as consequências do ato de Inácio Barbosa prejudicariam os negócios dos seus antepassados. Ao mesmo tempo, ele não apresenta as fontes que comprovem a veracidade do seu texto sobre a infraestrutura da nova capital de Sergipe, tornando-a passível a dúvidas.

Como toda cidade em seu processo de fundação, é obvio que a nova capital em seus primórdios sofreu sérios problemas por conta da falta de infraestrutura, e de fato “havia muito que se fazer”, de acordo com o Presidente. No entanto, mesmo com a ausência de habitações e com todas as críticas oriundas dos políticos opositores a mudança e dos habitantes de São Cristóvão, Inácio Barbosa iniciou o processo de transferência assinando a Resolução 413, de 17 de março de 1855. Nesse documento ele eleva à categoria de vila o povoado Santo Antônio do Aracaju, denominando-o a partir daquele momento como Cidade do Aracaju. Ao mesmo tempo, as reuniões da Assembleia Legislativa passam a ser realizadas na referida cidade e, por fim, transfere a capital da Província de São Cristóvão para Aracaju<sup>63</sup>.

A nova cidade que seria erguida não poderia ter as mesmas estruturas que as demais cidades da Província, deveria ser portadora da modernidade, sem as mesmas características das urbes coloniais, ela deveria ser uma novidade, convidativa e passar uma imagem de lugar com condições favoráveis para se viver, portanto o ideal de um centro urbano moderno já era pensado na segunda metade do século XIX. Para a função de desenhar, pensar, planejar e construir a futura Aracaju, o Presidente designa “Sebastião José Basílio Pirro, capitão dos engenheiros, que aqui se achava, desde 1848,

---

<sup>62</sup>FREIRE, Felisbello Op. Cit., p. 370.

<sup>63</sup>NUNES, Maria Thétis. **Sergipe Provincial II: 1840-1889**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006, p. 127.

foi talvez o primeiro engenheiro brasileiro a receber elevada tarefa de planejar uma cidade nascente”<sup>64</sup>.

Pirro criou um plano onde a cidade foi traçada como um tabuleiro de xadrez, um projeto que estava ligado à estética urbana existente no início do século e que tinha suas origens na França. Tal modelo estava sendo usado tanto na edificação de novos núcleos citadinos quanto na remodelação dos já existentes. Santos nos apresenta como foi pensada a nova capital:

Seu modelo, sua configuração espacial não pode ser encontrado em nenhuma cidade sergipana, corresponde aos ideais de uma racionalidade técnica e utópica, de uma nova maneira de entender as cidades e de operar sobre o espaço, herdada, sobretudo, do pensamento europeu. Sua condução foi confiada inicialmente ao saber do engenheiro Sebastião José Basílio Pirro e contou com os serviços do engenheiro Francisco Pereira da Silva. No projeto de Basílio Pirro, a cidade foi traçada em estrutura urbana ortogonal bem simplificada: 32 quadras simétricas de 110m x 110m (55 braças de lado), separados por vias de medidas iguais de 13,20 metros (60 palmos), prevendo uma extensão do projeto para 1.188 metros (540 braças) iguais nas direções norte, oeste e sul a partir da atual Praça Fausto Cardoso<sup>65</sup>.

O ineditismo do projeto da capital era um fator que a tornava diferente das outras cidades sergipanas e quiçá brasileiras, no entanto, as condições naturais seriam um fator que impediria as obras de Aracaju, pois o clima, os pântanos e a infestação de mosquitos “marcaram profundamente sua história e a historiografia que a contempla. A natureza se tornou uma constante nos relatos sobre a cidade, seja nos relatos de época, ou mesmo nos que foram reescritos contemporaneamente”<sup>66</sup>.

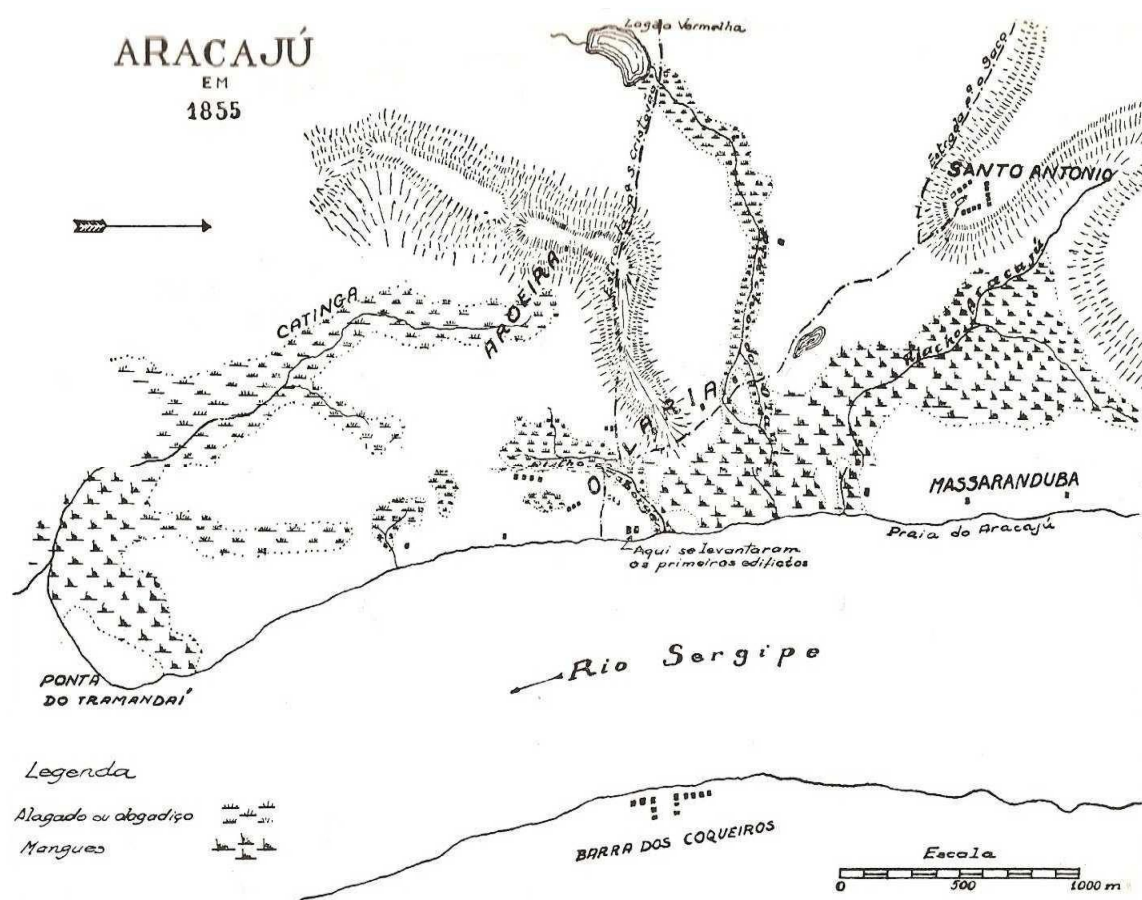
Logo, esses fatores ajudaram a proliferação de doenças, principalmente a febre amarela e a cólera, que vitimizou uma grande parcela da população sergipana nesse período, inclusive os primeiros habitantes da nova capital sergipana. Na região que correspondia à Aracaju no século XIX existiam três zonas distintas como vemos no mapa abaixo:

<sup>64</sup>PORTO, Fernando. Op. Cit., p. 30.

<sup>65</sup>SANTOS, Waldefrankly Rolim de Almeida. Op. Cit., p. 64.

<sup>66</sup>Idem.

**Figura 01 – Mapa de Aracaju em 1855**



Fonte: PORTO, Fernando. **A cidade de Aracaju (1855-1865):** ensaio de evolução urbana. 2. ed. Aracaju: FUNDESC, 1991, p. 18.

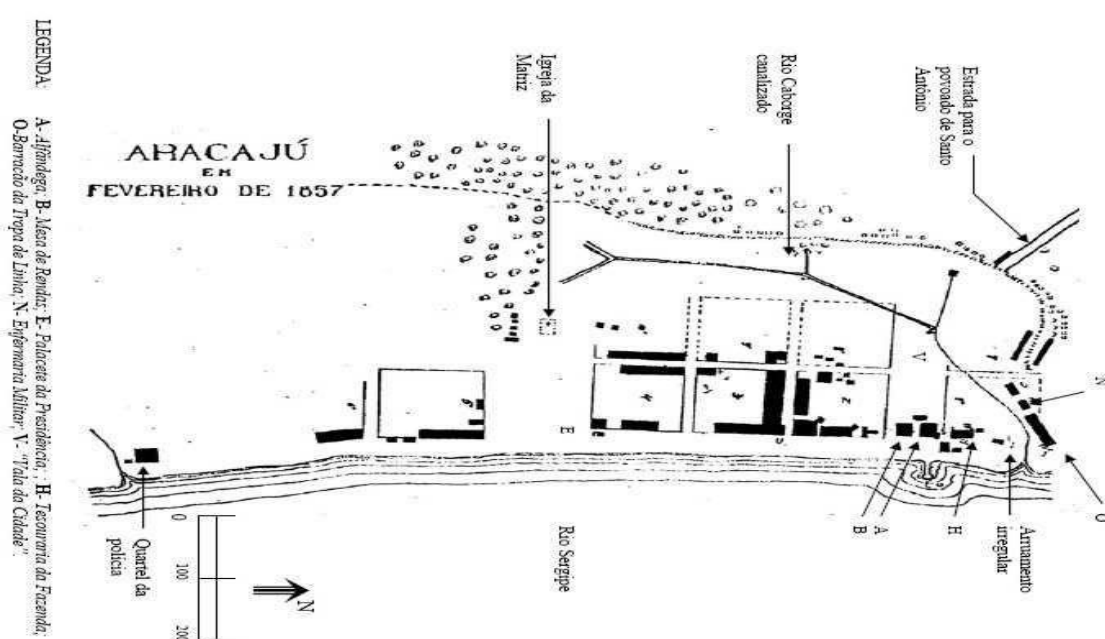
De acordo com o mapa (Figura 01), encontrado na obra de Fernando Porto, “A cidade do Aracaju (1855-1865): ensaio de evolução humana”, pode-se ver ao norte o Santo Antônio, onde “possuía uma pequena povoação e uma capela e se localizava no alto de uma colina, importante para os primeiros dias da capital”<sup>67</sup>. No centro vemos a localidade denominada Olaria, por fim ao sul se encontra a Barra do Rio Poxim. Vale ressaltar que mesmo possuindo uma significativa importância nos primórdios de Aracaju, o Santo Antônio não foi escolhido para sediar a capital da Província, “mas o centro, uma região de planície com características diferentes da anterior”<sup>68</sup>. Não seria tarefa fácil erguer uma cidade em um local inóspito, repleto de pântanos e lugares encharcados. No entanto, Pirro iniciou os “trabalhos de roçagem, alinhamento das ruas e

<sup>67</sup>SANTOS, Waldefrankly Rolim de Almeida. Op. Cit., p. 65.

<sup>68</sup>Idem.

colocação dos marcos, concomitante com os serviços de aterramento da nova capital”, assim ele começava a delimitar o Tabuleiro que leva seu nome até os dias de hoje. O mapa a seguir (Figura 02) mostra como estava organizada a cidade de Aracaju em 1857. Notemos a existência de algumas repartições públicas, da igreja Católica, locais com o arruamento irregular, observa-se também que o Rio Caborgue foi canalizado. É importante ressaltar que a oeste desse rio, a população pobre, que não tinha condições de habitar no Quadrado de Pirro, erguia suas singelas moradias.

**Figura 02 – Plano de Aracaju em 1857**



Fonte: PORTO, Fernando. **A cidade de Aracaju (1855-1865): ensaio de evolução urbana**. 2. ed. Aracaju: FUNDESC, 1991, p. 41.

Através da planta acima, percebemos que dois anos após a transferência da capital, o Tabuleiro de Pirro<sup>69</sup> já começava a despontar, juntamente com algumas repartições que outrora estavam funcionando em casas de palhas, pois na área central, onde a cidade estava sendo edificada, o preço dos terrenos estava em alta, tornando aquele local dos mais valorizados de Aracaju<sup>70</sup>. A presença das casas de palhas foi uma constante durante muitos anos na capital sergipana. Funcionários do Governo e comerciantes se exprimiam nas toscas e rudimentares casebres feitas de palha e barro como nos apresenta Cardoso:

<sup>69</sup>Na Historiografia Sergipana, é comum vermos Tabuleiro, Quadro ou Quadrado de Pirro.

<sup>70</sup>SANTOS, Waldefrankly Rolim de Almeida. Op. Cit., p. 67.

Nos primeiros anos da cidade, até os mais aquinhoados habitaram em casas de palha. Talvez por dificuldade de transporte de material ou por escassez de mão-de-obra especializada em alvenaria, cuja ‘*carestia excessiva*’ foi assinalada em 1860 pelo governo. Além de negociantes, funcionários públicos também passaram por apertados imobiliários na cidade de Inácio Barbosa (1823-1855). Em 1856, o presidente da província relatou que se sentia comovido pela sorte dos empregados públicos, ‘*habitando em pequenos ranchos de palha*’. Esta situação se verificava devido ao alto valor dos aluguéis que corroíam os salários<sup>71</sup>.

O alto valor dos aluguéis de uma “casa decente”, ou seja, “habitações confortáveis e salubres, ou ainda, que não fossem de palha ou cobertas por elas”<sup>72</sup> fazia com que funcionários do Governo e até mesmo abastados comerciantes procurassem abrigos nas habitações rústicas e insalubres. Outro fator apontado por Porto<sup>73</sup>, além da carência econômica, havia também a necessidade de materiais para a construção das habitações. Na localidade só tinham, à disposição, o barro da taipa, obtido nas escavações das baixadas. Esse material utilizado na construção de algumas habitações tornava ainda mais insalubre, além do próprio quadro natural, a estrutura da cidade num momento em que a “salubridade das habitações era um item muito preocupante, sobre tudo na época”<sup>74</sup> pois, como nos mostra Santana:

Em meado de 1855 a sociedade sergipana foi atingida de forma violenta pela maior tragédia sanitária de sua história: a primeira grande epidemia de “*Cholera Morbus*”, que vitimou perto de 30 mil almas, em menos de três meses. É evidente que o terror espalhado por esse acontecimento, numa população de apenas 200 mil habitantes, não poderia deixar os governantes indiferentes quanto aos riscos de novas “Pestes”. Após a tragédia, a preocupação com a saúde pública apareceu na ordem do dia do Poder Público em Sergipe<sup>75</sup>.

Justamente no ano da transferência, um surto de cólera se alastrou sobre Sergipe, fazendo vítimas também na sua nova capital que estava se edificando. Um dos que foram vitimados pelas “Febres do Aracaju” foi justamente o Presidente Inácio Barbosa, que chegou a falecer em 06 de outubro de 1855 na cidade de Estância, sem se quer poder ver concluída a cidade que idealizou para ser a sede da Província de Sergipe.

<sup>71</sup>CARDOSO, Amâncio. A cidade de palha, **Revista do Aracaju**, Ano LX, n. 10, Aracaju: FUNCAJU, 2003, p. 112.

<sup>72</sup>Idem.

<sup>73</sup>PORTO, Fernando. Op. Cit., 1991.

<sup>74</sup>Idem, p. 113.

<sup>75</sup>SANTANA, Antônio Samarone de. **As febres do Aracaju**: dos miasmas aos micróbios. Aracaju: O Autor, 2001, p. 53.

Uma das ações criadas pelas autoridades políticas sergipanas para erradicar os focos da doença, principalmente em Aracaju, foi a criação de um código de postura, no qual a população deveria seguir as exigências para controlar a insalubridade das moradias e minimizar o aparecimento da doença, uma vez que os pântanos e alagadiços existentes ao redor de Aracaju contribuíram para a disseminação das doenças febris. Conforme podemos ver, o Código de Postura de 1856 dizia que:

Art 1º. Ninguém poderá edificar casa na Capital da Província, e Villas deste Município, sem previa licença da Camara. Concedida a licença, a Camara mandará dar o arruamento e alinhamento das casas pelos seos Fiscaes, devendo esse trabalho ser dirigido na Capital por alguns dos Engenheiros ao serviço da Província, que para esse fim será solicitado da Presidência. O contraventor será multado em 10\$000 reis, e a casa será demolida é expensas do dono.

Art 2º. Toda casa que se edificar, ou redificar, terá vinte palmos de vivo de pé direito no primeiro pavimento, dezenove palmos de vivo no segundo pavimento, dezoito palmos de vivo no segundo pavimento, dezoito palmos no terceiro, e assim por diante, diminuindo sempre hum palmo em cada andar, e na frente, junto do telhado, terá huma cornija, ou platibanda em toda a extensão do edificio. As portas, bem como as janellas de sacadas, terão treze palmos de vivo em altura, e cinco de vivo em largura. As janellas de peitoril terão oito palmos de vivo em altura, e cinco de vivo em largura. As portas decocheiras, e armasens, terão dez palmos de vivo em largura, e quatorze palmos de vivo em altura até a bandeira, e dezaseis palmos e meio ate ao vivo da verga. Os contraventores, dodnos, ou administradores da obra serão multados em 30\$ réis, e coadenados á demolirem a mesma obra<sup>76</sup>.

A função do código de postura, além de intensificar o combate às doenças que haviam se alastrado em Sergipe, servia também para embelezar a cidade de Aracaju. No entanto, a grande parte da população era constituída por pessoas desprovidas de condições financeiras, que pudessem atender aos requisitos necessários para edificarem suas moradias dentro dos parâmetros exigidos pela lei. Com isso, no entender de Porto:

[...] os menos abastados, e não eram poucos, vendo nas novas determinações um empecilho à obtenção de moradas ao alcance de seus limitados haveres, tomaram uma resolução heróica. Gritaram seu *alea jacta est* e atravessaram [...] o Caborge, pulando para fora dos limites do “quadro”<sup>77</sup>.

A partir dessa citação, vemos um dos motivos da saída das pessoas pobres que foram habitar no entorno do Tabuleiro de Pirro, abrigando-se de forma desordenada em

<sup>76</sup>POSTURAS da Câmara Municipal da Capital. **Collecção de leis, decretos e resoluções da Provincia de Sergipe. 1850-1859.** Aracaju: Typ. Provincial de Sergipe, 1856.

<sup>77</sup>PORTO, Fernando. Op. Cit., p. 42.

lugares onde o saneamento básico não existia, facilitando assim a proliferação de doenças. Eis o lado excludente da criação de uma cidade moderna.

Paulatinamente Aracaju vai se consolidando como capital, no entanto a ideia de construir uma cidade moderna, a exemplo das cidades europeias, não ganhou impulso no século XIX. Precisaram de meio século e alguns anos para que o alvorecer da modernidade finalmente tocasse o Tabuleiro de Pirro, algo que foi desejado por Inácio Barbosa durante a Monarquia, mas só se configurou na República, quando Sergipe deixa de ser uma Província do Império e se torna um Estado da República Federativa.

### 1.1 - A Inserção de Aracaju na *Belle Époque*

Formosa cidade que o murmurante Cotinguiba oscula e as auras do Atlântico acariciam! Alma de Sergipe, deste Sergipe adorável que dia a dia caminha fulgurante na larga estrada do progresso e da civilização, amado pelo seus probos filhos que não trepidam, nas raiais do digno e da razão, em trabalhar com anfinco, crença e fé, para vel-o prospero, feliz e grande, collocado altivo na vanguarda das constellações de que forma esta Patria, opulenta e fecunda que Cabral sonhou e descobriu<sup>78</sup>.

Ao lermos a epígrafe, percebemos um sentimento amoroso pela cidade de Aracaju, que na época desse texto, publicado no *Sergipe Jornal*, passava por intensas reformas em sua estrutura urbana, com o intuito de ser titulada como uma cidade moderna, já que há muito tempo esteve estagnada e atrás de algumas capitais dos Estados brasileiros. De fato, desde a sua fundação em 1855, Aracaju permaneceu em um processo lento em suas obras de estrutura urbana que somente meio século depois, em 1910, começou a dar alguns passos a caminho dos ideais modernos. Souza nos mostra que:

Com a fundação de Aracaju, no governo de Inácio Barbosa, em 1855, nascia a ideia de construir em Sergipe um núcleo de urbano moderno, em função de um porto que atendesse às necessidades de escoamento de produção açucareira do Vale do Cotinguiba. A “Cidade de Inácio Barbosa”, todavia, enfrentou no seu início os mais diversos problemas, não conseguindo, até o final do século XIX, realizar melhoramentos urbanísticos que lhe pudessem imprimir o caráter e um moderno centro administrativo tornando-se motivo de desencanto por parte daqueles que a queriam moderna<sup>79</sup>.

<sup>78</sup>PARAGUASSÚ, Anselmo. Aracajú. **Sergipe Jornal**. Aracaju, 30 jul. 1921, Ano I, n. 6. Colaboração, p. 02.

<sup>79</sup>SOUZA, Cristiane Vitorio de. **A “República das Letras” em Sergipe (1889-1930)**: São Cristóvão, 2001. 210f. Monografia (Graduação) – Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2001, p. 6.

Além da necessidade econômica, houve outro fator para que a Província possuísse uma cidade-capital com características modernas e que fosse um ponto de confluência da região e todo Sergipe. No entanto, Aracaju pode ter nascido com uma aspiração de “Cidade Moderna”, mas em sua gênese o quesito moderno foi temporariamente abortado, pois ao findar o século XIX, como vimos na citação anterior, as melhorias urbanas que eram ansiadas pelos responsáveis pela sua construção que atribuiriam o *status* de moderna, não foram concretizadas, pois a construção da cidade passou por problemas, principalmente financeiros, devido a desvalorização do preço do açúcar alguns anos depois, que dificultariam na continuidade de suas obras.

Somente nos anos de 1910, foi que Aracaju começou a experimentar os sabores do mundo moderno, através das tímidas reformas urbanas que estavam sendo realizadas no Governo do Presidente do Estado, Rodrigues Dória. Nesse período, “a cidade passa a ocupar a posição de centro privilegiado perante as demais localidades sergipanas, condição favorecida, sobretudo, pelo desenvolvimento da indústria e do comércio”<sup>80</sup>. De acordo com Sousa:

No início da década de 1910 muitas famílias ricas passaram a se estabelecer na capital sergipana e compartilharam com os existentes projetos de interferência na organização da sociedade e\ou no espaço físico da cidade. [...] Foi surgindo paulatinamente um outro ritmo de vida em Aracaju nas décadas de 1910 e 1920 “embalado” pelas características das sociedades industrialmente desenvolvidas<sup>81</sup>.

Com a chegada dessas famílias abastadas à Aracaju, foi necessário transformar a cidade para atender à “nova burguesia”, logo a vida aracajuana se modificou juntamente com a sua estrutura urbana. Porém, antes de conhecermos os caminhos que levaram a “Cidade de Inácio Barbosa” a ser inserida, paulatinamente, em um processo de modernização e concomitantemente a sua *Belle Époque*, devemos realizar um incursão pela história de Aracaju no início do século, onde iremos identificar as poucas, porém importantes, obras realizadas em sua feição urbana, visando a inserção da mesma na modernidade.

<sup>80</sup>SANTOS, Fabrícia de Oliveira. **“Higiene, saúde e beleza”**: preocupações eugênicas nos periódicos sergipanos de Aracaju (1910-1920). São Cristóvão, 1999. 110f. Monografia (Curso de Licenciatura em História) – Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1999, p. 8.

<sup>81</sup>SOUSA, Antônio Lindvaldo. **Em nome do progresso e da liberdade**: 'ordem' e 'rebeldia' no emergente processo urbano-industrial de Aracaju (1910-1930). 1993. 99f. Monografia (Especialização em Ciências Sociais) - Núcleo de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1993, p. 24.

No próximo tópico deste capítulo veremos como se deu a intensificação do processo de urbanização e modernização de Aracaju, ocorrido em 1920, década que “foi marcada por uma aceleração no ritmo das mudanças. A convivência entre o antigo e o novo mostrava-se presente em todos os aspectos da sociedade”<sup>82</sup>.

Através das próximas páginas, conheceremos os agentes políticos e sociais que comungando os ideais de modernidade puderam realizar as transformações urbanas na capital sergipana e assim poder transformá-la em uma cidade moderna e progressista.

## 1.2 - A Remodelação da Aparência Urbana de Aracaju

Estado de Sergipe, início do século XX. Os representantes do Governo Estadual, buscando atender aos ideais progressistas enfatizados pela república, procuravam inserir os parâmetros modernos, também, no menor Estado da Federação, porém o que era ser moderno? Conforme Berman:

Ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradição. É sentir-se fortalecido pelas imensas organizações burocráticas que detêm o poder de controlar e freqüentemente destruir comunidades, valores, vidas; e ainda sentir-se compelido a enfrentar essas forças, a lutar para mudar o *seu* mundo transformando-o em *nosso* mundo. É ser ao mesmo tempo revolucionário e conservador: aberto a novas possibilidades de experiência e aventura, aterrorizado pelo abismo niilista ao qual tantas das aventuras modernas conduzem, na expectativa de criar e conservar algo real, ainda quando tudo em volta se desfaz<sup>83</sup>.

Estar inserido no mundo moderno era viver um universo dual, regado de inúmeras contradições, onde valores eram esquecidos e outros eram adotados. Retomando a Aracaju, o foco principal deste trabalho, vamos perceber que a nova centúria, juntamente com a República vai possibilitar a sua inserção a modernidade que tanto ansiava, pois “foi na segunda década do século XX que ocorreu de modo mais visível a criação de uma estrutura moderna no estado”<sup>84</sup>.

Desde sua fundação até o início do século passado, a cidade de Aracaju não havia passado por modificações em sua feição urbana, o que vai ocorrer em dois momentos transitórios: temporalmente com a passagem do século XIX para o XX e

<sup>82</sup>AZEVEDO, Crislane Barbosa de. **A modernidade no Governo de Graccho Cardoso e a reforma educacional de 1924 em Sergipe**. Natal: EDUFRRN, 2013, p. 13.

<sup>83</sup>BERMAN, Marshall. Op. Cit., p. 14.

<sup>84</sup>SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Ecos da modernidade: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos (1911-1926)**. São Cristóvão: UFS, 2013, p. 70.

politicamente com mudança da Monarquia para o regime republicano. “O processo modernizador ganha força com a República. Nela, a nova capital floresce e se afirma como sede do poder político-administrativo e econômico de Sergipe”<sup>85</sup>.

As primeiras décadas dos novecentos marcariam um período de poucas, porém significativas, transformações para a capital de Sergipe, dentre elas destacamos: o calçamento da cidade, em 1900; implantação da água encanada e bondes, em 1908; rede de esgoto e começo de drenagem, em 1913; ferrovia, em 1914; instalação da energia elétrica estatal, em 1916; e da rede de telefonia, em 1919<sup>86</sup>. Com essas obras iniciais de remodelação, Aracaju começa a perscrutar pelos trechos que levam à modernidade. Somente nesse período foi que a capital sergipana “conseguiu criar monumentos, embelezar ruas, praças e prédios públicos”<sup>87</sup>.

As imagens e fotografias que ilustram esse trabalho servirão justamente para nos mostrar como ocorreram essas mudanças na cidade, mas é necessário ressaltar que não é interessante utilizá-las “apenas de maneira ilustrativa, sob aspectos que podem parecer ingênuos, corriqueiros ou ignorantes a pessoas profissionalmente ligadas à problemática visual”<sup>88</sup>.

O material fotográfico aqui presente é o que Ginzburg chama de “o fio de Ariadne”, pois é através desse fio que encontraremos a relação entre os discursos aqui escritos e as reproduções apresentadas nas imagens, ou seja, os rastros deixados por aqueles que vivenciaram as transformações empreendidas na capital sergipana durante sua remodelação no início do século XX. Ao realizarmos uma leitura crítica das imagens, estaremos também “proporcionando valiosas contribuições à nossa visão do passado – e do local em que nele está inserido o material visual – usando as imagens de uma forma sofisticada e especificadamente histórica”<sup>89</sup>.

A fotografia apresentada a seguir mostra uma das inaugurações realizadas pelo Governo do Estado, com o intuito de apresentar a república à população como um regime onde as coisas andam e provedora da ordem e do progresso amplamente difundidos nesse momento em que a nova forma de Governo buscava se consolidar nos anos finais do século XIX e no início do XX.

<sup>85</sup>AZEVEDO, Crislane Barbosa de. **Grupos escolares em Sergipe (1911-1930):** cultura escolar, civilização e escolarização da infância. Natal: EDUFRRN, 2009, p. 28.

<sup>86</sup>Idem.

<sup>87</sup>SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Op. Cit., p. 71.

<sup>88</sup>GASKELL, Ivan. História das Imagens. In: BURKE, Peter. (Org.): **A escrita da história:** Novas Perspectivas. São Paulo: Unesp, 2011, p. 243

<sup>89</sup>GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros:** verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

**Figura 03 – Inauguração dos Jardins Olímpio Campos, 1907**



Fonte: Acervo Fotográfico do Arquivo Público Municipal de Aracaju.

A foto (Figura 03), datada de 24 de outubro de 1907, mostra a inauguração dos Jardins do Palácio Olímpio Campos, que naquele período além de ser sede do poder executivo sergipano era a residência oficial do Presidente do Estado. O evento foi realizado no dia do aniversário de 87 anos da emancipação política de Sergipe, como nos mostra o jornal *Correio de Aracaju*:

A uma hora da tarde, inaugurou-se, perante compacta multidão, o “Jardim Olympio Campos”, pronunciando o orador oficial um longo discurso adequado ao acto, sendo em seguida aberto á frequência ao nosso publico, tocando por esta ocasião as duas charangas militares<sup>90</sup>.

Um dia festivo e cercado pela inauguração de um espaço, que através do seu nome fazia os aracajuanos lembrarem o Monsenhor Olimpio Campos, líder político e Presidente do Estado, entre 1899 a 1902; Senador da República e Deputado Federal e provincial durante o Império. O referido político sergipano foi assassinado no Rio de Janeiro em 9 de novembro de 1906 pelos filhos do Deputado Fausto Cardoso, que acusaram-lhe de matar seu pai no episódio conhecido por “Revolta de Fausto Cardoso”<sup>91</sup>. O nome dado não partiu da população, pois o governante da época era justamente o irmão do homenageado, Guilherme de Campos. Com esse ato, ele não

<sup>90</sup>CORREIO de Aracajú. Aracaju. 27 out. 1907, Ano II, n. 101, p. 1.

<sup>91</sup>Sobre a revolta ver: OLIVA, Terezinha Alves de. **Impasses do federalismo brasileiro**: Sergipe e a Revolta de Fausto Cardoso. 2. ed.. São Cristóvão: UFS; Aracaju: IHGSE, 2014.

apenas inaugurava um jardim, mas tentava manter viva a lembrança do irmão falecido um ano antes, criando assim o que Nora<sup>92</sup> designa como um “Lugar de Memória”, pois de acordo com o autor:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais<sup>93</sup>.

Os espaços dedicados à memória não surgem do nada, é necessário que haja uma ação humana para que eles se constituam e sejam usados para lembrar algo, uma pessoa, uma data ou um lugar. No caso dos “Jardins Olympio Campos”, obviamente temos a construção de um local forjado pelos interesses políticos, uma vez que a ideia de construir a área verde partiu do então Presidente Guilherme de Campos, irmão do homenageado. Vê-se nesse ato, a perpetuação de uma memória ligada a um afamado político e ao “Olimpismo”, como era chamada a corrente política-ideológica seguida pelos partidários do Monsenhor Olímpio Campos.

Voltando a inauguração, é interessante apontar que, apesar de alegarem escassez nos recursos públicos, os Presidentes buscavam através desses atos, que não foram poucos, apesar da falta de fundos, criarem os seus perfis políticos forjando-os através dos acontecimentos públicos, regados com “grande pompa, demonstrando a preocupação em promover a imagem dos líderes políticos”<sup>94</sup> e discursos a população. Essas foram práticas usadas constantemente pelos representantes da nova ordem política, uma antítese da monarquia. Logo comprovamos que, de fato, a República necessitava se consolidar com esses eventos, pois, de acordo com Sevcenko, os momentos iniciais do novo regime foram marcados por:

[...] um amplo processo de desestabilização e reajustamento social, o advento da ordem republicana foi marcado também por uma série contínua de crises políticas – 1889, 1891, 1893, 1897, 1904. Todas elas foram marcadas por grandes ondas de “deposições”, “degolas”, “exílios”, “deportações”, que atingiram principalmente e em primeiro lugar as elites tradicionais do Império e o seu vasto círculo de clientes; mas tendendo em seguida – sobretudo nos seus dois últimos movimentos – a eliminar também da cena política os grupos comprometidos com anseios populares mais latentes e envolvidos nas correntes mais férvidas do republicanismo. Opera-se através delas como que uma filtragem dos elementos nefastos ao novo regime,

<sup>92</sup>NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, 1993, v. 10, p. 17.

<sup>93</sup>Idem.

<sup>94</sup>SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Op. Cit., p. 74.

aqueles que pecavam quer por demasiada carência, quer por excesso de ideal republicano<sup>95</sup>.

Os primeiros anos da República caracterizaram-se por momentos de tensão, o regime se impunha através da força e como resultado, revoltas marcaram o cenário nacional, a exemplo da Guerra de Canudos ocorrida em 1896. Segundo Schwarcz: “a rebelião opôs, de um lado, a população de Canudos, arraial que cresceu no interior da Bahia, e, de outro, o recém-criado Governo da República”<sup>96</sup>. Os revoltosos eram sertanejos pobres, esquecidos pelo poder público que preferia modernizar as grandes cidades e esquecer os sertões do interior do país, fazendo com que os sertanejos liderados por Antônio Conselheiro se rebelassem contra o regime e pregassem a volta da Monarquia. Com isso, vemos um Brasil dividido entre as cidades que se remodelavam para a modernidade e o sertão esquecido e pobre.

O sul do Brasil também foi palco de movimentos sociais que incomodaram o Governo Central, a chamada Revolta do Contestado, que iniciou em 1912, finalizando em 1916. Foi travada em um território limítrofe dos Estados do Paraná e Santa Catarina e possuía um caráter messiânico. Os integrantes contestavam a doação das terras daquela região feita pelo Governo Federal para madeireiros e uma empresa estrangeira. Assim como Canudos, “os revoltosos diziam-se monarquistas e pregavam um reino escatológico e longínquo da modernidade<sup>97</sup>”, por isso esses levantes foram combatidos com violência pela República, pois ameaçavam a sua consolidação, que ainda não havia alcançado, temendo até nas primeiras décadas do século XX, a restauração da Monarquia<sup>98</sup>.

É importante ressaltar que aconteceram outras revoltas que estremeceram os pilares da República ainda em construção, como a Revolução Federalista (1893), Revolta da Vacina (1903)<sup>99</sup> e a Revolta da Armada (1910)<sup>100</sup>, todos esses

<sup>95</sup>SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 36-37.

<sup>96</sup>SCHWARCZ, Lília Moritz. População e sociedade. In:\_\_\_\_\_. **A abertura para o mundo**: 1889-1930. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 54.

<sup>97</sup>Ibidem, p. 56.

<sup>98</sup>Gilberto Freyre aponta para a possível restauração monárquica nas primeiras décadas do século XX. Quando as questões sociais se tornaram presentes no cotidiano e ameaçavam a estabilidade do Governo Republicano. Tal situação acarretou na publicação de dois manifestos, o primeiro de 1909 e segundo em 1913, escritos pelo Príncipe dom Luís de Orléans e Bragança, herdeiro presuntivo ao trono do Brasil, filho da Princesa Isabel e do Conde D’Eu. Ver: FREYRE, Gilberto. Op. Cit., p. 991-999.

<sup>99</sup>Sobre a Revolta da vacina, ver: CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>100</sup>Sobre a Revolução Federalista e Revolta da Armada ver: FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida

acontecimentos mostram que o novo regime não agradava a todos e precisava tomar medidas para se estabelecer.

Por isso que as reformas urbanas foram importantes nesse período, serviam para mostrar um regime de mudança, em constante trabalho, porém “o manto da República não cobria a todos. As preocupações acerca do embelezamento de Aracaju foram materializadas com as reformas dos palácios e construção dos jardins nas praças públicas”<sup>101</sup>. A necessidade de possuir áreas verdes no interior das cidades, como já foi apresentada anteriormente, também vigorou em Aracaju durante seu embelezamento, uma matéria do jornal *Diário da Manhã* intitulada “Pelos Jardins”, mostra justamente a remodelação do Jardim Olímpio Campos representado na foto acima (Figura 03). Vejamos o texto publicado na imprensa:

[...] o dr. Intendente, pretende remodelar os nossos jardins, fornecendo-lhes os atractivos necessários aos logradouros publicos, mais em voga nos altos centros. E assim é que, em breve, teremos o jardim Olympio Campos transformado em um bellissimo parque, havendo s.s. recomendado á importante casa dos Estados Unidos a remessa imediata de 60 bancos apropriados. Quanto ao jardim da praça Fausto Cardoso soubemos que s.s. falou em passar por varios melhoramentos dando-lhe um aspecto mais agradável e, por conseguinte, tornando-o um dos primeiros pontos recreativos da nossa querida urbe. Com esses melhoramentos por que a cidade irá passar em breve, o povo aracajuense muito terá a lucrar, dada a sua natural expansão<sup>102</sup>.

A reforma dos jardins aracajuanos, além de propiciar lugares arborizados e arejados, dentro dos padrões higiênicos em voga, eram apropriados para o desenvolvimento das teias das sociabilidades entre a população. Dotados de elementos modernos, oriundos de outros países, os jardins se tornaram locais onde a remodelação era constante, com o intuito de mostrar aos habitantes as obras que transformariam Aracaju em uma cidade moderna, civilizada e ajardinada. O conceito de cidade-jardim é algo tipicamente inglês como podemos observar. É interessante ver que pelo menos nesse aspecto, as reformas urbanas saíam do contexto de urbanização francês. Os habitantes de uma urbe arborizada, nesse molde, desfrutariam de uma vida dual, onde os prazeres campestres estavam ligados às agitações dos grandes centros urbanos. Simultaneamente, a criação de áreas verdes e arborizadas fazia parte do processo de embelezamento das cidades, como vimos anteriormente, as cidades de Natal, Belém e

---

Neves. **O Brasil republicano**: o tempo do liberalismo excludente, da proclamação da República à Revolução de 1930. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

<sup>101</sup>SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Op. Cit., p. 72.

<sup>102</sup>DIÁRIO da Manhã. **Pelos jardins**. Aracaju, 27 abr. 1919, Ano IX, n. 2.311, p. 1.

Franca<sup>103</sup>, que ao realizarem suas reformas urbanas, arborizaram áreas principais da urbe. A arborização das cidades foi reconhecida como “recurso a serviço da salubridade urbana”<sup>104</sup>, pois as árvores ajudariam na circulação do ar, evitando a disseminação de doenças, de acordo com a teoria dos miasmas.

Na imagem da inauguração, perceberemos que além de registrar um dia festivo, onde há uma determinada aglomeração em torno do palácio, os aracajuanos foram conferir uma novidade moderna em uma cidade que necessitava de transformações. No entender de Santos, a transição da cidade “pantanosa” à cidade moderna teve sua gênese na primeira década do século XX, pois:

[...] a década de 1910 figurava no início desse processo. A partir de meados de 1900, dá-se a construção de elementos característicos da modernidade, que na década seguinte começam a ganhar frequência e solidez. Isto é, começam a ser incorporados de forma efetiva no cotidiano da cidade<sup>105</sup>.

Os primeiros sinais da modernização em Aracaju manifestaram-se no início do século passado, no entanto, foi nos anos de 1920 que as mudanças na estrutura urbana começaram a ganhar notoriedade e a inserção aos aparatos modernos foi intensificada. Antes de adentrarmos as transformações que mudaram o cotidiano da capital de Sergipe, devemos entender como estava a situação política e econômica do Estado, todavia devemos também conhecer os agentes dessas transformações, para entendermos quais foram os motivos que os levaram a remodelar a outrora cidade pantanosa.

### 1.3 - Situação Econômica de Sergipe

No que se refere à situação econômica, temos duas vertentes a serem analisadas: a rural e a urbana, pois de acordo com Oliva, no início do século XX “Sergipe era, então, o segundo maior produtor de açúcar do Nordeste e a cultura da cana ocupava parte de seu pequeno território. As finanças estaduais eram inteiramente dependentes

<sup>103</sup>Sobre a arborização de Natal ver: MARINHO, Márcia Maria Fonseca. **Natal também civiliza-se: sociabilidade, lazer e esporte na Belle Époque natalense**. Natal: EDUFRN, 2011.

Sobre as áreas verdes de Belém, ver: SARGES, Maria de Nazaré. Op. Cit.

Sobre a arborização de Franca, ver: FOLLIS, Fransérgio. **Modernização urbana na Belle Époque paulista**. São Paulo: UNESP, 2004.

<sup>104</sup>DOURADO, Guilherme Mazza. **Belle Époque dos Jardins: Da França ao Brasil do século XIX e início do XX**. 214 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Área de concentração: Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2008, p. 15.

<sup>105</sup>SANTOS, Fabrícia de Oliveira. Op. Cit., p. 12.

das exportações açucareiras”<sup>106</sup>. Desde o século XIX que o açúcar tem destaque na economia sergipana, convém lembrar que a mudança da capital teve como principal importância o despacho da produção açucareira através do porto. No entanto, a partir dos anos de 1920, a economia de Sergipe ganha outro destaque como nos mostra Dantas:

Por mais simples que fosse a organização sócio-econômica das cidades de Sergipe pelos anos de 1920, vários traços diferenciavam-nas da vida rural. Embora todas mantivessem seu comércio, suas indústrias mais ou menos rudimentares e seu sistema de serviços, em menores ou maiores proporções, nenhuma cidade se comparava à capital. Aracaju além de ser o centro político-administrativo onde os poderes constituídos, fossem quais fossem suas dependências, engendravam suas decisões, era também o maior centro industrial de Sergipe<sup>107</sup>.

A partir de 1920, Aracaju começa a passar por um surto industrial que ajudaria a alavancar a economia possibilitando assim um conjunto de situações favoráveis para as transformações que estavam acontecendo na estrutura urbana da capital, desde a primeira década do século XX. De fato, houve um aumento significativo de indústrias em Aracaju, entre 1907 a 1920, “de 41 estabelecimentos passava a possuir 237”. No entanto, não se podiam esperar resultados satisfatórios dessas indústrias, pois apesar de terem crescido satisfatoriamente, não possuíam grandes estruturas. Contudo, as fábricas de tecidos foram exceções a serem analisadas<sup>108</sup>. Sobre a indústria têxtil no Brasil, Franco e Lago afirmam que:

O Brasil contava com uma indústria têxtil moderna, importante mesmo em termos internacionais, maior da América Latina e com dimensão comparável à da China, ainda inferior à indiana. [...] O número de fábricas têxteis cresceu de 242 em 1921 para 354 em 1927, enquanto o número total de fusos cresceu 59% e o de teares 32%, com o emprego crescendo apenas 17% (apesar da adoção da jornada de oito horas após a greve de 1919) e a produção somente em 8%<sup>109</sup>.

O crescimento das indústrias têxteis no Brasil nos faz afirmar que Sergipe andava no mesmo passo que o resto do país, pois era evidente a importância das fábricas de têxteis para a economia sergipana e brasileira, elas representavam “a segunda grande

<sup>106</sup>OLIVA, Terezinha Alves de. Op. Cit., p. 29

<sup>107</sup>DANTAS, José Ibarê Costa. Op. Cit., 1999, p. 45.

<sup>108</sup>Ibidem, p. 46.

<sup>109</sup>FRANCO, Gustavo H. B.; LAGO, Luiz Aranha do Corrêa. O Processo econômico In: SCHWARCZ, Lília Moritz. **A abertura para o mundo: 1889-1930**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 222.

contribuição aos cofres públicos”<sup>110</sup>. Todavia, em meio ao surto industrial e ao processo de modernização pelo qual passava Sergipe, a produção de açúcar ainda era a primeira fonte de renda para o Estado. É importante ressaltar, que os antigos engenhos foram substituídos pelas usinas, que por sua vez possuíam uma estrutura diferente, deixaram de usar a tração animal substituindo-a pelo uso de maquinários, logo os locais da produção açucareira passaram por transformações, adotaram sistemas modernos que viabilizassem o crescimento da economia. Sobre a implementação das indústrias têxteis no Brasil, Prado Júnior aponta que:

Outro fator favorável à indústria brasileira será a produção local de uma matéria-prima de grande importância para ela: o algodão. E efetivamente a maquinofatura se iniciará no Brasil com a indústria têxtil que até muito recentemente representará sua parte substancial. Finalmente, uma última circunstância favorável ao estabelecimento de indústria será a disponibilidade de mão-de-obra e seu baixo preço<sup>111</sup>.

A produção de algodão era a segunda maior de Sergipe, sendo superado apenas pelo açúcar, o que facilitou ainda mais a implantação das fábricas têxteis, tanto no Estado quanto no país. Outro fator que colaborou para a implantação das indústrias foi a mão de obra barata, nas fábricas sergipanas, principalmente as da capital, ela era formada pelos operários oriundos da cidade do interior, que se mudavam para Aracaju fugindo da seca e da falta de trabalho em suas terras de origem.

Segundo a mensagem proferida pelo então Presidente do Estado, José Joaquim Pereira Lobo, a Assembleia Legislativa, em 07 de outubro de 1922, das oito fábricas existentes em Sergipe, duas delas estavam em Aracaju. De acordo com o governante “Augmenta progressivamente em nosso Estado, já pelo aperfeiçoamento de seus aparelhos, já pela ampliação de novos ramos, especialmente no que diz respeito a tecidos”<sup>112</sup>.

A mensagem presidencial contém um anexo mostrando as fábricas existentes no Estado, também há uma caracterização de todas elas, por isso podemos constatar que de fato, as maiores e mais importantes estavam em Aracaju, estamos falando da *Sergipe Industrial* e da *Fábrica Confiança*, o capital de ambas superava os da que existiam no

<sup>110</sup>FRANCO, Gustavo H. B.; LAGO, Luiz Aranha do Corrêa. Op. Cit., p. 222.

<sup>111</sup>PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998, 196.

<sup>112</sup>SERGIPE. **Mensagem do Presidente do Estado de Sergipe José Joaquim Pereira Lobo dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1922, ao instalar a 3ª sessão ordinária da 14ª Legislatura**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1922, p. 26.

interior<sup>113</sup>. No mapa abaixo (Figura 04), estão circuladas as cidades que possuíam fábricas de tecidos, além de Aracaju:

**Figura 04 – Mapa de Sergipe em 1918**



Fonte: Tribunal de Justiça de Sergipe, 1918.

Disponível em:

[http://www.tjse.jus.br/arquivojudiciario/images/stories/file/Mapa\\_Sergipe\\_1918](http://www.tjse.jus.br/arquivojudiciario/images/stories/file/Mapa_Sergipe_1918). Disponível em: Acesso em: 26 ago. 2015.

As cidades circuladas no mapa (Figura 04), além de Aracaju, são: Estância, Propriá, São Cristóvão e Villanova (atualmente Neópolis) e com a implantação delas no interior, a indústria de tecidos se tornou mais importante na economia sergipana, principalmente com eclosão da Primeira Guerra Mundial, pois os países beligerantes que eram os nossos principais fornecedores de manufaturas sofrem um grave declínio na economia e desvalorização na moeda e “superado o primeiro impacto, a indústria nacional se beneficiou com a interrupção da concorrência externa e com a abertura de alguns mercados de exportação<sup>114</sup>”, logo passamos da condição de compradores para fornecedores. Eis um dos principais motivos que levaram a valorização dos produtos têxteis na economia sergipana, “a elevação dos preços dos produtos de exportação, por

<sup>113</sup>SERGIPE. Op. Cit., em 07 de setembro de 1919, p. 40; 48.

<sup>114</sup>FERRARESI, Carla Miucci. Op. Cit., p. 69.

sua vez, se refletia na vida interna do Estado, sobretudo em Aracaju”<sup>115</sup>. Paulatinamente a importância das manufaturas cresceu e ficou equiparado com a exportação açucareira. Esses dois fatores alavancaram a balança comercial sergipana e ajudaram a empreender as transformações na capital. Para Dantas:

Por mais que os lucros se acumulassem em mãos de uma minoria de proprietários, o incremento de renda gerada permitia um aumento do poder aquisitivo de outros estratos sociais, resultando na ampliação do mercado interno que, por sua vez, concorria para um maior dinamismo econômico, sobretudo no comércio. E esse processo foi-se tornando cada vez mais positivo, quando as famílias dos grandes proprietários enriquecidos passavam se estabelecer na capital, quer fosse com o objetivo e educação dos filhos quer em busca de atrações da vida urbana. E essa imigração de famílias enriquecidas comumente fomentava o levantamento de novas construções, cuja a primazia já se disse que, a partir de 1914, passou a ser disputada em Aracaju entre os senhores de engenho e os novos ricos<sup>116</sup>.

A melhora na economia sergipana possibilitou uma migração para a capital, não apenas de pessoas abastadas que procuraram vivenciar um cotidiano urbano, mas também de membros de estratos sociais menos favorecidos, que viam em Aracaju um recomeço para suas vidas. Desde o primeiro recenseamento realizado, ainda no Império em 1872 até 1920, houve um aumento significativo da população aracajuana como verificamos no Quadro 01, a seguir:

**Quadro 01 – Crescimento populacional de Aracaju 1872-1920**

| <b>CRESCIMENTO POPULACIONAL DE ARACAJU</b> |                             |
|--------------------------------------------|-----------------------------|
| <b>Ano</b>                                 | <b>Número de habitantes</b> |
| 1872                                       | 9.559                       |
| 1890                                       | 16.336                      |
| 1900                                       | 21.132                      |
| 1920                                       | 37.440                      |

Fonte: IBGE, População nos Censos Demográficos, segundo os municípios das capitais - 1872/2010.

Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>.

Podemos perceber, através do Quadro 01, que a população cresceu significativamente, entre 1900 e 1920, representando um aumento de 78,6% de acordo

<sup>115</sup>DANTAS, José Ibarê Costa. **História de Sergipe**: República (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p. 47.

<sup>116</sup>Ibidem, p. 47-48.

com o IBGE. Devido ao aumento da população, Aracaju foi se “impondo como centro de atração residencial superando a má fama de cidade de clima inóspito e pontuada de poças de água onde proliferavam mosquitos causadores de febres”<sup>117</sup>, era necessário promover uma reforma que possibilitasse não somente o cotidiano urbano que muitos desejavam, como também submeter a população às normas e posturas evitando a proliferação de doenças, pois Aracaju ainda sofria com problemas de saúde pública. Conter atos tidos como não civilizados, que comprometiam a inserção da capital na modernidade e vivenciar sua *Belle Époque* foi um trabalho amplamente realizado pelos grupos dominantes.

Nesse capítulo vimos como surgiu Aracaju, em meados do século XIX, e os problemas iniciais que ela teve para ser firmar como centro urbano e capital da Província de Sergipe. Também conhecemos a economia sergipana no início do século XX, que através das fábricas de tecidos produziram capital que favoreceu o crescimento de Aracaju. Nas próximas páginas vamos conhecer um dos agentes dessas mudanças: o Presidente José Joaquim Pereira Lobo, que, devido à ascensão econômica do Estado, pôde intensificar, ao seu jeito, o processo de modernização que iniciou no final da primeira década do século XX.

---

<sup>117</sup>DANTAS, José Ibarê Costa. Op. Cit., 1999, p. 49.

## CAPÍTULO 2

### O GOVERNO DE PEREIRA LOBO E O INICIO DA REMODELAÇÃO URBANA (1918-1922)

#### 2.1 - O Contexto político e a Reforma de Aracaju

Aracaju, julho de 1918. A Assembleia Legislativa do Estado se reúne em sessão solene para referendar a eleição ocorrida, em 26 de maio do mesmo ano, como mostra o jornal *O Imparcial*:

A Assembléa Legislativa do Estado, reunida em sessão extraordinária a convocação do governo, procedeu, como determina a constituição, ao recenseamento realizada aos 26 de maio último para presidente do estado no próximo quadriênio. Nessa eleição a quasi unanimidade dos suffragios – cerca de sete mil votos, o illustre coronel José Joaquim Pereira Lobo, actual representante de Sergipe no Senado Federal, e Assembleia tendo apurado esses votos, também reconheceu e proclamou eleito a s. ex. pela quase unanimidade de seus membros – vinte e três deputados. O senador Pereira Lobo, assim eleito e reconhecido pela maioria absoluta da população eleitoral do Estado e dos representantes do povo, exerce no Senado Federal um lugar de confiança política, fazendo, como faz, parte commissão dirigente dos seus trabalhos, e é conhecido como um perfeito cavalheiro<sup>118</sup>.

O texto jornalístico mostra a vitória Pereira Lobo<sup>119</sup> à presidência do Estado de Sergipe. Podemos perceber, que antes de assumir, ocupava uma cadeira no Senado e suas atribuições como político são também colocadas, talvez como uma forma de elucidar a satisfação, da maioria, em tê-lo como chefe do executivo estadual. Sobre a entronização do Coronel Pereira Lobo na presidência, Dantas nos mostra um dos primeiros desafios que o novo Presidente iria enfrentar:

Pereira Lobo, ainda nas festas da posse, em outubro de 1918, deparou-se com um problema gravíssimo. Era o surto de gripe espanhola que se espalhava por praticamente todas as cidades e vilas do Estado,

---

<sup>118</sup>O IMPARCIAL. **Posse de Pereira Lobo**. Aracaju, 31 jul. 1918, Ano I, n. 1, p. 2.

<sup>119</sup>Nasceu na cidade de São Cristóvão em 23 de dezembro de 1854, filho do capitão Joaquim José Pereira e dona Joanna Rosa de Vasconcellos Pereira. Seu pai militou durante o Império no Partido Liberal, ao lado do Barão da Estância, comendador Almeida Boto e José Faro. Realizou os estudos primários em São Cristóvão e em 1883 mudou-se para o Rio de Janeiro onde se matriculou na antiga Escola Militar da Corte. Em 1892 recebeu o título de bacharel em matemática, ciências físicas e naturais. No mesmo ano foi encarregado das obras militares em Sergipe. Em 1893 foi promovido a capitão, logo obteve uma licença do exército para ocupar uma cadeira na Assembléa Legislativa do Estado de Sergipe. Através do Presidente do Estado, o Sr. general Oliveira Valladão, fez-se ocupar uma cadeira no Senado Federal de lá saiu para ocupar a presidência de Sergipe até 1922. Faleceu no Rio de Janeiro em 24 de fevereiro de 1933. Ver: SILVA, Clodomir. **Álbum de Sergipe**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1920, p. 80.

sendo registrados 25.910 casos, resultando 997 mortes segundo os registros oficiais. Tratava-se de mais uma epidemia que deixava patente a falta de estrutura de saúde para enfrentar tragédias dessa natureza<sup>120</sup>.

Uma das principais tarefas de Pereira Lobo seria erradicar os focos dessa nova epidemia que assolava a capital e os interiores sergipanos, porém, para que isso fosse realizado, se fazia necessário empreender reformas que garantissem o saneamento básico dos habitantes de Aracaju, pois a Diretoria de Higiene e Saúde Pública, criada pelo Decreto n. 681, de 30 de agosto de 1915, e responsável pelos serviços de profilaxia e sanitária do Estado<sup>121</sup>, não estava conseguindo manter um serviço regular entre a população, “mas era uma uma evolução lenta com pouca ou nenhuma ajuda da esfera federal”<sup>122</sup>. Sobre a Diretoria de Higiene e Saúde Pública, no entender de Santana, servia junto com o Serviço de Assistência Pública, e eram similares aos atuais “Pronto Socorros, que, por razões não compreendidas, estava a cargo do Setor Policial”<sup>123</sup>.

O novo Presidente teve que empreender uma verdadeira força tarefa para erradicar os focos das doenças como varíola, febre amarela e a cólera, que estavam assolando Sergipe e Aracaju nos idos de 1918, pois um fator que era importante para a modernização da cidade era sanear-se e manter-se limpa, no entanto esse problema seria constantemente evidenciado pelos jornais<sup>124</sup>, como nos mostra *O Imparcial*:

A salubridade de Aracajú deve constituir um dos factos tangíveis ao seu progresso e desenvolvimento. Já não é permitido adiar o seu estudo e a aplicação das medidas requeridas pela saúde em geral. A população cresce a cada dia a dia, como se pode ajuizar do movimento das ruas, aumento das construções e deficiência das habitações. Infelizmente não temos outras fontes de informação; prevalecemo-nos da observação que nos oferece os movimentos da capital e que está á vista de todos<sup>125</sup>.

Com o crescimento da população, graças aos que saíam do interior em busca de novas condições de vida ou aos que chegavam para vivenciar um ambiente urbano agitado, os problemas de higiene e saúde pública se desenvolveram intensamente, logo, como o jornal deixa claro, foi um problema que afetaria o progresso e desenvolvimento

<sup>120</sup>DANTAS, José Ibarê Costa. Op. Cit., 2004, p. 37.

<sup>121</sup>SILVA, Clodomir. Op. Cit., p. 84.

<sup>122</sup>DANTAS, José Ibarê Costa. Op. Cit., 2004, p. 37.

<sup>123</sup>SANTANA, Antônio Samarone de. Op. Cit., p. 134.

<sup>124</sup>Os jornais que circulavam na época como o *Correio de Aracaju*, *Estado de Sergipe* e *Sergipe Jornal*, publicavam matérias mostrando as ações da Diretoria de Higiene para conter a salubridade aracujana, com o intuito de mostrar a população os trabalhos que estavam sendo realizados.

<sup>125</sup>O IMPARCIAL. Op. Cit., 31 jul. 1918, p. 1.

na capital. Apesar de ter intensificado o processo de modernização de Aracaju, Pereira Lobo não conseguiu de forma satisfatória controlar os problemas relativos à saúde pública. Somente com seu sucessor Maurício de Graccho Cardoso (1922-1926) é que houve uma reforma sanitária, onde os focos das doenças mencionados anteriormente, que assolaram a capital e o interior, foram controlados. Retornando ao prelúdio do Governo do Coronel Pereira Lobo, Nunes vai nos falar das transformações que foram empreendidas na capital e que foram executadas devido a esse e outros fatores cruciais:

Em 24 de outubro de 1918, assumia a presidência do estado o coronel Dr. José Joaquim pereira Lobo (24/10/1918 a 24/10/1922), e que ainda se vai beneficiar da conjuntura econômica favorável. “Realmente as rendas crescem propiciando à administração pública ensejo para a realização de melhoramentos que se vão tornando inadiáveis em nosso Estado”, diria ele acrescentando que, “por sua vez, a fortuna particular aumenta e com ela o progresso, que se vai acentuando em todos os ramos de nossa atividade de negócio”. Continua a transformação da vida aracajuana, que segue modernizando-se, ganhando hábitos diferentes ante o aparecimento da nova burguesia surgida com a prosperidade dos anos da Grande Guerra<sup>126</sup>.

Havia um interesse em Pereira Lobo de realizar mudanças e melhoramentos na sociedade sergipana, principalmente em Aracaju onde uma nova classe oriunda dos benefícios gerados pela Primeira Guerra, criou novos hábitos para viver o cotidiano. Essa burguesia nascente, representada por novos ricos e comerciantes de outras cidades, teve que se juntar aos antigos representantes da aristocracia rural para conseguirem sua legitimação no espaço da capital.

Os novos ricos passam a ostentar casas residenciais luxuosas, os palacetes, automóveis de vários tipos. Identicamente sucedia com os representantes da velha aristocracia rural, que superam os preconceitos antimerkantistas e se integravam na vida urbana<sup>127</sup>.

Logo percebemos que o burguês se iguala àqueles que no passado ostentavam honrarias, terras e títulos. Esse momento não ficou restrito apenas a Sergipe, ou precisamente Aracaju, pois com a implantação da República, novos paradigmas sociais estavam sendo disseminados e diversas mudanças no âmbito urbano haviam iniciado. No entender de Nunes:

O que ocorria em Sergipe era uma réplica da situação brasileira, onde o austero homem de negócios, do nascente e próspero “alto comércio”

<sup>126</sup>NUNES, Maria Thétis. Op. Cit., 2008, p. 239.

<sup>127</sup>NUNES, Maria Thétis. Op. Cit., 2008, p. 240.

urbano, impunha-se o mesmo código de honra, aspirava aos mesmos ideais e, se não igualava, suplantava o estilo de vida da aristocracia agrária (confundindo, na paisagem social em mudança, os dois mundos mentais, o da “Casa-Grande” e o do “Sobrado”). Seu objetivo supremo deslocava-se, aos poucos, para a conquista de um status senhorial (através da nobilitação de alguma espécie organizadora de titulação), que coroasse o “êxito econômico”, sublimando-o e dignificando-o na escola de prestígio e de valores de uma sociedade esta mental<sup>128</sup>.

A partir do momento que a burguesia desenvolve seu comércio no âmbito da cidade, para serem legitimados e possuírem um *status quo* dentro da sociedade, os seus representantes tiveram que se habituar ao modo de viver dos outrora membros da aristocracia. Por isso que os novos ricos e burgueses “procuraram caricaturar os hábitos das famílias aristocratas que, vaidosamente, ostentavam os títulos dos avós, barões e comendadores”<sup>129</sup>. Um dos fatores que motivaram Pereira Lobo a empreender, com mais solidez do que seus antecessores à reforma urbana de Aracaju, poderia ser, devido ao próprio, ter vivenciado a atmosfera das transformações urbanas do Rio de Janeiro, quando ele exerceu o primeiro mandato de Senador da República entre 1914-1918. Lobo também conheceu personagens da política e da elite sergipana, a exemplo do Barão da Estância<sup>130</sup>, durante sua juventude, uma vez que seu pai havia sido um aliado desse aristocrata e membro do Partido Liberal, ao mesmo tempo, sua formação militar de engenheiro no âmbito das obras do exército, o ajudaria a pensar no processo de remodelação em Aracaju anos mais tarde, mais precisamente em abril de 1919, quando foi dada a ordem para a reforma da capital, o jornal *O Imparcial* noticiou esse momento como veremos no texto a seguir:

---

<sup>128</sup>Idem.

<sup>129</sup>Idem.

<sup>130</sup>De acordo com “[...] Antonio Dias Coelho e Mello nasceu nos idos de 1822, na Freguesia de Nossa Senhora d’Ajuda de Itaporanga, e faleceu a 5 de abril de 1904, em São Cristóvão, aos 82 anos. [...] o Barão da Estância não era estanciano. O termo que especifica o seu título está relacionado ao engenho Escurial (São Cristóvão), um dos itinerários da visita de D. Pedro II a Sergipe, transcorrida entre 11 e 21 de janeiro de 1860. Alguns anos mais tarde, o imperador homenageou o proprietário da bela estância (fazenda), concedendo-lhe o título de barão, em 1867. Filho “legítimo” do Cel. Domingos Dias Coelho e Mello (Barão de Itaporanga) e Maria Michaela Coelho Dantas e Mello, o Barão da Estância foi um destacado político sergipano durante o Império. Chefe do Partido Liberal, desde 1863, foi Juiz de Paz e Vereador Presidente da Câmara Municipal da vila de Itaporanga d’Ajuda; Deputado e Presidente em várias legislaturas da Assembleia Provincial; Vice-Presidente da Província, chegando a governá-la entre junho e julho de 1863, fevereiro e junho de 1864 e de janeiro a fevereiro de 1886; Deputado Geral por três legislaturas e Senador do Império, nomeado por Carta Imperial, de 1885. Ostentava, além do título de Barão, as comendas da Ordem de Christo e da Ordem da Rosa.” Ver em: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. Antônio Dias Coelho e Mello, o Barão da Estância. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, v. 34, 2005a, p. 103-108.

Foi aprovado pelo Presidente do Estado o plano de melhoramentos urgente e imprescindíveis de que carece a nossa *urbs* e que o dr. Director de Obras lhe apresentou em longo e minucioso relatório. Avulta sobre todas as obras projectadas, o calçamento e drenagem das ruas principaes desta capital. Vamos, pois, ter a avenida, Barão do Rio Branco remodelada e melhor ainda ficaria, se fosse possível alonga-la até Chica Chaves<sup>131</sup>.

Entre os jornais aracajuanos que circulavam na época, *O Imparcial* foi o único a noticiar a ordem de remodelação, pois seu dono era partidário do Governo. Meses mais tarde há um rompimento entre eles, e o jornal passa a atacar Pereira Lobo. A partir desse momento o *Correio de Aracaju* e mais tarde o *Sergipe Jornal* passaram a redigir matérias em apoio ao Governo. Uma das primeiras tarefas do Presidente, no que se refere à modernização e urbanização de Aracaju, foi justamente a remodelação das ruas<sup>132</sup>. O próprio Pereira Lobo ressaltou a importância de calçar as ruas de Aracaju, no entanto ele também apontou alguns problemas iniciais, como a falta de pedreiras próximas a cidade que pudesse garantir o fornecimento de pedras e outros materiais para realizarem as devidas melhorias, o que ocasionou um certo atraso nas obras, contudo o alargamento e o calçamento foram iniciados com determinada urgência.

A remodelação das ruas da capital sergipana era importante, pois assim como outras capitais que foram construídas sobre alagadiços e mangues, havia a presença de águas estagnadas e essa situação era vista como “causa principal de insalubridade”<sup>133</sup>. No que se refere ao arruamento e calçamento de Aracaju, o Código de Postura de 1912 na seção 1ª, capítulo IV, artigo 17 dizia que “Todas as ruas e avenidas que forem abertas no perímetro da cidade, terão a largura de 13 m, 20(m), as primeiras, de 26m, 40(m), as segundas”<sup>134</sup>. Através desse documento, vamos perceber que o traçado urbano seguia normas para a sua composição ou remodelação. Ao mesmo tempo, o Código de Postura foi um regulador da vida social da cidade. Sobre o calçamento, as Posturas de 1926<sup>135</sup> diziam no artigo 27 que: “O calçamento das ruas, avenidas e praças bem como o aterro das estradas, deverão obedecer às regras modernas adoptadas – afim de que o

<sup>131</sup>O IMPARCIAL. **A reforma da nossa capital**. 03 abr. 1919, Ano I, n. 177, p. 2.

<sup>132</sup>SERGIPE. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em 07 de setembro de 1919, ao instalar-se a 1ª sessão ordinária da 14ª Legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1919, p. 82.

<sup>133</sup>SANTOS, Fabrícia de Oliveira. Op. Cit., p. 15.

<sup>134</sup>CÓDIGO de Posturas da Cidade de Aracaju. **Aprovado pela Lei do Conselho Municipal nº 112 de 16 de abril de 1912**. Aracaju: Tipographia do Estado de Sergipe, 1912. p. 11.

<sup>135</sup>Os Códigos de Postura de 1912 foram substituídos pelos de 1926, porém de acordo com Santos (2007) eles possuíam a mesma estrutura, somente os capítulos sobre higienização e atuação dos médicos diminuíram.

escoamento das águas pluviais se dê com eficiência”<sup>136</sup>. O Código não explica quais eram as técnicas utilizadas para que o calçamento das ruas não acumulassem águas provenientes das chuvas, pois elas poderiam transmitir as doenças já mencionadas nesse trabalho. Na imagem abaixo, podemos ver uma das principais avenidas de Aracaju em obras. Percebe-se que não é apenas a rua que está sendo remodelada, mas as calçadas das casas também.

**Figura 05 – Avenida Barão de Maruim em fase de melhoramentos, 1920**



Fonte: Acervo Fotográfico do Arquivo Público Municipal de Aracaju – APA.

Observemos na imagem, que ao fundo há pequenos montes de areia ou terra, entre outros materiais, que serão usados para realizar o calçamento da rua e para construir as calçadas e ajudar na pavimentação da cidade. Com o início dessas obras, o jornal *Correio de Aracaju* noticiou que alguns proprietários de comércios, pediram a isenção da taxa cobrada a eles pelas obras executadas através da Presidência do Estado, em parceria com a Intendência Municipal. De acordo com os periódicos, eles alegaram que a rua era um bem público e que não poderia ser cobrada taxa alguma pelos seus melhoramentos. Em resposta, o jornal publicou uma nota enfatizando:

Com effeito, a rua é como elles allegam, e desde a mais remota antiguidade, considerada um bem publico de utilidade geral; mas, desde a mais remota antiguidade também, rua é considerada por igual um bem que interessa *geralmente* á comunidade e *especialmente* aos prédios marginaes. E é justamente em razão da existência desse interesse especial que têm os proprietários dos prédios e terrenos

<sup>136</sup>CÓDIGO de Posturas da Cidade de Aracaju. **Aprovado pela Lei do Conselho Municipal nº 338 de 6 de setembro de 1926.** Aracaju: Regina, 1927, p. 8.

marginaes, é em razão disso que, entre o imposto e a taxa propriamente ditos, vai surgindo uma nova categoria de *contribuições sociaes*, denominadas *bettuments taxes*, na Inglaterra, e *special assements*, nos Estados Unidos, contribuições destinadas a cobrir despesas de certas obras publicas ou melhoramentos que redundam em *vantagem especial* de uma determinada classe de pessoas<sup>137</sup>.

Durante as reformas urbanas em Aracaju, o Decreto de número 238, de 18 de julho de 1919, foi promulgado pelo intendente municipal Dr. Antônio Baptista Bittencourt, onde destinava dois terços da renda do imposto e um terço da *contribuição especial* exigida aos proprietários<sup>138</sup>.

No entanto alguns comerciantes insatisfeitos com a lei procuraram protelar essa contribuição junto à Intendência e a Câmara Municipal, todavia não obtiveram sucesso. O jornal ainda ressaltou que na “Inglaterra e na França vigoram aquelles mesmos princípios, e é intuitivo que também aqui devam elles vigorar”<sup>139</sup>.

Percebamos mais uma vez a presença de elementos europeus para definirem as leis que arrecadaram subsídios para as reformas. O calçamento das ruas vai se intensificando, mesmo com as constantes reclamações de alguns comerciantes com relação aos custos das obras.

A imagem seguinte (Figura 06) mostra uma das praças principais da cidade que passou por reformas significativas durante o período que estamos vendo. Trata-se da antiga Praça Benjamin Constant, onde está localizada a Catedral Diocesana de Aracaju<sup>140</sup>.

<sup>137</sup>CORREIO de Aracajú. **Um luminoso exemplo para muitos Estados**. Aracaju, 9 jun. 1920, Ano XIII, n. 2.893, p. 1.

<sup>138</sup>\_\_\_\_\_. **Calçamento da cidade**. Aracaju, 16 jun. 1920, Ano XIII, n. 2.898.

<sup>139</sup>Idem.

<sup>140</sup>Em 1910 é criada a Diocese de Aracaju que ao separar-se da Arquidiocese de São Salvador da Bahia, tornou-se o primeiro Bispado de Sergipe, tendo como seu bispo Dom José Thomas Gomes da Silva. Tornou-se Arquidiocese em 1960, quando foram criadas as dioceses de Estância e Propriá. Ver em: ANDRADE JÚNIOR, Péricles Moraes de. **Sob o olhar diligente do pastor: a Igreja Católica em Sergipe**. São Cristóvão: UFS, 2010.

**Figura 06 – Praça Benjamin Constant, atual Praça Olímpio Campos ou da Catedral, 1921**



Fonte: Acervo Fotográfico do Arquivo Público Municipal de Aracaju – APA.

Através da fotografia, veremos três elementos que caracterizaram as cidades como instrumento de dominação, desde o período Colonial, e que persistiram nas construções urbanas durante o Império. Estamos nos referindo a presença dos poderes político, religioso e jurídico presentes na antiga Praça Benjamin Constant, atualmente chamada de Praça Olímpio Campos. Esses três órgãos de poder representam a busca pela legitimidade em um espaço privilegiado, pois a praça possuiu importância no surgimento dos núcleos citadinos como nos mostra Holanda:

A construção da cidade começaria sempre pela chamada praça maior. Quando em costa ao mar, essa praça ficaria no lugar e desembarque do porto; quando em zona mediterrânea, ao centro da povoação. A forma da praça seria a de um quadrilátero, cuja largura correspondesse pelo menos a dois terços do comprimento, de modo que, em dias de festa, nelas pudessem correr cavalos [...]. A praça servia de base para o traçado das ruas: as quatro principais saíam do centro de cada face da praça. De cada ângulo saíam mais duas, havendo o cuidado de que os quatro ângulos olhassem para os quatro ventos<sup>141</sup>.

A construção de Aracaju assemelha-se ao modelo de cidade difundido pelos ibéricos, eles erguiam suas urbes tendo como ponto principal uma grande praça que deveria ser arquitetada próxima ao mar, caso o local escolhido ficasse próximo à costa.

<sup>141</sup>HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 97.

A capital sergipana, por ter saída para o oceano através do Rio Sergipe, teve sua praça principal construída em suas margens. Na verdade, foram feitas três praças que atualmente são nomeadas como: Praça Fausto Cardoso (a mais próxima ao rio), Praça Almirante Barroso e a Praça Olímpio Campos (a maior), uma interligando a outra. Mas, a praça em questão é a que foi reproduzida na imagem. No seu lado esquerdo, veremos a catedral diocesana; ao fundo, o Palácio da Relação, representando o Poder Judiciário; do lado esquerdo e ainda em obras, o Palácio Inácio Barbosa, sede do poder municipal, a partir de 1923.

Dentre as ruas e avenidas que ganharam destaque, durante a reforma urbana de Pereira Lobo, a Avenida Rio Branco chamou a atenção da população aracajuana. Nesse local, às margens do Rio Sergipe, foi construído um “cais de proteção, com balaustrada e passeio em grande extensão da Avenida Ivo do Prado, e também da Avenida Rio Branco”<sup>142</sup>. O próprio Pereira Lobo, em mensagem à Assembleia Legislativa elucida a importância de Aracaju possuir uma avenida bela e charmosa, no momento em que ela passa por um momento de remodelação urbana:

Os trabalhos de remodelação e embelezamento da avenida Barão do Rio Branco vão bastantes adiantados. Aracajú, como capital de um Estado que se desenvolve, não podia, por mais tempo, conservar a praia desforme que possuía, sem hygiene e sem regularidade. Assim é que auctorizei a Directoria de Obras a emprehender a construcção do caes de saneamento e protecção, acompanhando as bellas curvas do rio Cotinguiba. Essa construcção, que já attinge a mil metros, segue o projecto de melhoramentos da avenida Barão do Rio Branco, confeccionando pela Directoria de Obras e approved pelo governo. O caes em construcção, alem de sanear a margem do rio, fazendo com que as suas águas lhe estejam em contacto e eliminando os detricitos que se aglomeram nas praias, embelleza-a e protege o grande aterro necessário á avenida<sup>143</sup>.

Nas reformas urbanas das cidades brasileiras, houve a importância de grandes e largas avenidas serem “rasgadas” nas entranhas das urbes, realizando assim, uma compilação das transformações capitaneadas por Haussmann em Paris. Em Aracaju, tais situações foram realizadas de acordo com suas condições, ou seja, devido às suas proporções urbanas, ao tamanho da cidade. No entanto, a necessidade de construir grandes avenidas na capital de Sergipe já havia sido defendida, ou até mesmo ampliá-las

<sup>142</sup>WYNNE, José Pires. **História de Sergipe** (1575-1930). Rio de Janeiro: Pongueti, 1970, p. 426.

<sup>143</sup>SERGIPE. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em 07 de setembro de 1919, ao instalar-se a 1ª sessão ordinária da 14ª Legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1919, p. 78.

e unir avenidas a outras, como vimos na matéria do jornal *O Imparcial* sobre a remodelação da cidade, onde havia um trecho em que opinava pelo alongamento da Avenida Rio Branco com a Chica Chaves após sua remodelação. A referida avenida é representada na imagem a seguir.

**Figura 07 – Avenida Barão do Rio Branco, S/D**



Fonte: Acervo Fotográfico da Biblioteca Pública Epifânio Dória.

Ao vermos a imagem (Figura 08), percebemos de fato o embelezamento referido por Wynne, a avenida de fato era ampla e, ao mesmo tempo, possuidora de algumas árvores e canteiros. Vemos mais uma vez, a necessidade em arborizar e criar jardins na cidades. Além de embelezar, torna o ambiente propício para a circulação de pessoas que realizavam seus passeios à beira do rio Sergipe. A Avenida Barão do Rio Branco, segundo Porto<sup>144</sup>, foi a primeira a ser pensada pelo Engenheiro Pirro. Sua primeira denominação foi Rua da Aurora, por dois motivos: o primeiro, por receber o sol nascente todas as manhãs; e o segundo, em alusão a uma rua no Recife que recebe o mesmo nome e os raios solares todas as manhãs. Mas era comumente chamada como Rua da Frente, “por estar na frente de uma cidade voltada para o rio, onde estava o porto que ela procurava<sup>145</sup>”. Mudou para o nome atual, em 1912, devido à morte do diplomata José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco. Inicialmente, ela foi pensada para não possuir edificações do Governo, pois Inácio Barbosa desejava usar o terreno como concessões para aqueles que desejassem residir em Aracaju. Existia em

<sup>144</sup> PORTO, Fernando de Figueiredo. **Alguns nomes antigos de Aracaju**. Aracaju: J. Andrade, 2011.

<sup>145</sup> Idem, p. 79.

alguns trechos da rua, feiras livres, um comércio diversificado, trapiches, quiosques, bancos, escritórios de advogados e lojas, além de ter sido a primeira a ter a linda de bondes de tração animal, todos esses elementos atribuíam à rua uma grande importância que de acordo com Porto:

Desde seus primórdios até o início dos anos 20, os três primeiros trechos da Rua da Aurora foram o centro da vida comercial e social do Aracaju. Por sua localização e pelo sistema de comunicações então reinante, tudo para ela se encaminhava; lojas teatros, cinemas, bares, restaurantes, hotéis, pensões, desfiles militares etc., coisas que atraíam pessoas e que fizeram dela palco de acontecimentos marcantes do passado. O maior espetáculo encenado na Rua da Frente era, sem dúvida, a procissão de Bom Jesus dos Navegantes, que, sobre uma embarcação, percorria o estuário do rio Sergipe, no primeiro dia do ano<sup>146</sup>.

Podemos perceber através da assertiva, a importância que a avenida tinha para a cidade, pois além de possuir uma quantidade simbólica de serviços, dava-se para assistir uma das principais celebrações da Aracaju que se modernizava. Além disso, a Rio Branco também possuía bonitas residências pertencentes a comerciantes, funcionários do alto escalão do Governo e de políticos. O próprio Pereira Lobo vai residir, em 1919, no número 67 daquela avenida.

O Presidente Pereira “preparando a cidade para as festas de 1920, desapropriou e demoliu os quiosques, as lojas e até o Trapiche Oliveira<sup>147</sup>” presentes na Avenida Barão do Rio Branco, iniciando os trabalhos de melhoramentos da mesma, que consistiu em construir o cais de proteção da balaustrada, arborização e calçamento. Ao realizar essas e demais remodelações, surgiram críticas com relação às reformas empreendidas por Pereira Lobo. Uma dessas críticas foi publicada no *Jornal Século XX*. De acordo com o periódico:

[...] como pode embelezar a cidade se esta continuava um viveiro de mosquitos? Sabemos que há perto de mil contos em cofre público para higienizar a cidade. Mas higienizar como? Construindo um bello caes e fazendo uma linda avenida na frente da cidade? Desperdício do dinheiro público com obras superfluas<sup>148</sup>.

De acordo com o jornal, embelezar a cidade não minimizaria a proliferação de mosquitos, era um gasto desnecessário realizar tais empreendimentos. No entanto, a reforma urbana durante o Governo de Pereira Lobo não estava restrita apenas a

<sup>146</sup> PORTO, Fernando de Figueiredo. Op. Cit., 2011, p. 94.

<sup>147</sup> Ibidem, p. 93

<sup>148</sup> SÉCULO XX. **Aterro da cidade**. Aracaju, 06 jul. 1919, ano I, n. 166, p. 1.

construir novas avenidas, erguer novas edificações ou calçar ruas. O Presidente procurou apressar o trabalho dos aterros, que deveria realizar, com intuito de abrir novas ruas, realizar construções e de evitar um surto de endemias na capital, pois Aracaju, nesse período, era uma cidade dominada pelos pântanos que ainda existiam e era um entrave para a saúde pública, como também por uma capital que progride de forma sensível<sup>149</sup>. Sobre essa questão, o próprio Presidente relata, na mensagem presidencial, as formas que estão sendo tomadas para diminuir com as áreas pantanosas de Aracaju:

Os serviços de saneamento da capital, no que concerne particularmente aos aterros e drenagem, têm sido por mim considerados com especial atenção. Um dos principaes serviços de aterro executados na capital é, sem duvida, o da grande área situada ao norte da cidade, e onde se acha localizada a Estação da Estrada de Ferro. Ponto grandemente freqüentado, da maior communicação com os diversos locaes da cidade, a Estação da Estrada de Ferro, até então era um dos de mais difficil accesso, principalmente nos tempos invernosos, pela immensa lagoa que se formava nos terrenos de apicum, que separam a rua de Japaratuba do bairro Industrial<sup>150</sup>.

Para realizar os aterros, foi necessário desapropriar casas de palha que ainda existiam nessas regiões, pois não tinham como atender às exigências prescritas nos Códigos de Postura, que mesmo no século XX, apresentavam algumas características similares às que foram utilizadas no século anterior, tais como a construção de casas com claraboias para tornar o ambiente iluminado e ventilado. Canto e Mello publicou um livro em 1921 intitulado “*Novo Sergipe: depoimento para a verdade histórica sobre a administração Pereira Lobo*”, que apesar de ser uma obra apologética, onde o autor enaltece o Governo e o seu representante, chegando a comparar as obras de remodelação de Aracaju com as que ocorreram no Rio de Janeiro de Pereira Passos, obviamente que dentro de suas proporções. O autor confirma que o Governo de fato realizou desapropriações:

Por meio de desapropriações, ainda o governo rasgou novas ruas, regularmente traçadas, largas e bellas avenidas, que vieram substituir a intrincada rêde dos antigos beccos e vielas. Um enorme amontoado de casa velhas e inhabitaveis, que impediam a ligação da cidade com o

<sup>149</sup>SANTOS, Fabrícia de Oliveira. Op. Cit., 1999, p 17.

<sup>150</sup>SERGIPE. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em 07 de setembro de 1919, ao instalar-se a 1ª sessão ordinária da 14ª Legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado.** Aracaju: Imprensa Oficial, 1919, p. 79.

Bairro Industrial, veio abaixo. E, nessa região extensos pântanos foram drenados e saneados<sup>151</sup>.

Esse acontecimento, apresentado na citação, de fato assemelha ao processo de reforma urbana do Rio de Janeiro, no início do século XX, no episódio chamado *Bota Abaixo*, onde pobres foram expulsos dos antigos casarões do centro da capital federal e esses, por sua vez, foram demolidos. Obviamente, por escrever as benesses do Presidente Pereira Lobo, o autor não procurou especificar para onde foram destinados os moradores das habitações velhas citadas por ele. Por mais que ele as tenham especificado como casas desabitadas, é possível que pessoas pobres as utilizassem como moradias, uma vez que nesse período, Aracaju recebeu um número de migrantes que saíam de suas cidades, no interior, em busca de novas condições de vida na capital e por não terem onde se abrigar, faziam desses lugares suas moradias.

O Presidente poderia não ter se preocupado com a moradia dos populares, mas a residência oficial do governante sergipano passou por intensas transformações em sua estrutura durante as reformas urbanas de Aracaju. O Palácio do Governo ganhou novos elementos em sua arquitetura, como por exemplo, estátuas, pinturas nas paredes e esculturas de bronze. A construção do antigo Palácio Provincial está atrelada à fundação e edificação de Aracaju. Erguido por ordem do então Presidente da Província, Salvador Correia de Sá, em 1863, o edifício funcionou como sede do Governo e residência do Presidente. Os planos iniciais do prédio foram feitos pelos engenheiros que empreenderam a construção de Aracaju, Francisco Pereira da Silva e Sebastião Pirro, no entanto o palácio passou por algumas modificações em sua estrutura até sua reforma em 1919. A imagem a seguir (Figura 09) mostra como era o edifício antes das obras de remodelação, percebamos que a sede do Governo possuía uma singela estrutura que após as reformas mudará completamente.

---

<sup>151</sup>CANTO E MELLO. **Novo Sergipe**: depoimento para a verdade histórica sobre a administração de Pereira Lobo. Rio de Janeiro: Villas Boas, 1921, p. 71.

**Figura 08 – Palácio do Governo de Sergipe**



Fonte: Acervo Fotográfico do Arquivo Público Municipal de Aracaju – APA.

De acordo com a mensagem presidencial, as obras se iniciaram em julho de 1919 e os trabalhos de alvenaria, carpintaria e marcenaria, foram realizados por José Alcides Leite e Firmino Barreto. Por fim, segundo o documento, as instalações elétricas, de águas e sanitárias já estavam prontas antes do término completo dos trabalhos de reforma do palácio, em 1920<sup>152</sup>. Percebe-se que houve um empenho considerável para que o centro do poder político sergipano fosse devidamente restaurado, a inserção de novos elementos no palácio representou também a busca por novos valores arquitetônicos e artísticos. Lima Neto apresenta com detalhes por qual motivo se deu a reforma do palácio e a composição completa da equipe que a realizou:

Assumindo o Govêrno do Estado em 24 de outubro de 1918 o Cel. Dr. José Joaquim Pereira Lôbo tratou de levar avante a remodelação do velho palácio, a fim de que o mesmo pudesse ficar pronto para as suntuosas festas que se fizeram em 1920, comemorando a passagem do primeiro centenário da emancipação política de Sergipe. Não tendo sido aceita nenhuma proposta, [...] na concorrência pública na administração antecedente, resolveu o Govêrno trazer a Sergipe uma equipe de artistas italianos que naquela época se encontrava na Bahia: Belando Belandi, pintor. Oresti Cerelli; arquiteto e pintor; Bruno Cerelli, pintor; Oresti Gatti, escultor, fundidor e pintor; Fiori, fundidor e Frederico Gentil, que trabalhava em serviços de assentamento<sup>153</sup>.

<sup>152</sup>SERGIPE. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em 07 de setembro de 1919, ao instalar-se a 1ª sessão ordinária da 14ª Legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado.** Aracaju: Imprensa Oficial, 1919, p. 77.

<sup>153</sup>LIMA NETO, Urbano de Oliveira. O Palácio Olímpio Campos (1855-1964). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, v. XXII, n. 26, 1961, p. 92.

A equipe de artistas italianos, que veio para Aracaju com a missão de remodelar o palácio, se encontrava em Salvador realizando as reformas na cidade, durante o primeiro mandato de J. J Seabra (1912-1916) no Governo da Bahia, porém esses artistas participaram também da modernização da capital paulista<sup>154</sup>, pois naquele momento “São Paulo era o grande exemplo de cidade brasileira moderna, sobretudo a partir da segunda década do século”<sup>155</sup>. Porém, apesar desse exemplo de urbe moderna, percebemos que as comparações da remodelação de Aracaju eram realizadas tendo o Rio de Janeiro como exemplo, como atestam os jornais, mensagens presidenciais e publicações, como a de Canto e Mello. É interessante frisar que os trabalhos dos artistas não ficaram limitados apenas ao Palácio do Governo e outros prédios públicos. Algumas residências de particulares abastados também foram remodeladas pela missão italiana.

Ao checar os relatórios presidenciais do Governo de Pereira Lobo, vamos encontrar dados que mostram que as obras iniciaram em 1919, porém Belando Belandi já havia começado a ornamentação externa do palácio em 1918, ainda no mandato de Manoel Prisciliano de Oliveira Valadão, antecessor e sogro de Lobo. As obras de remodelação seguiram com rapidez, pois o prazo de conclusão era dois anos. Em meio às obras, houve um acidente ocorrido na tarde de 10 de maio de 1919 com um dos operários chamado Estevam Paulino, que de acordo como o jornal *O Imparcial* foi “fulminado por uma syncope, caiu e rolou pela escadaria interior, onde se encontrava ocupado”<sup>156</sup>.

De acordo com o periódico o operário foi levado para o Hospital Santa Isabel com lesões internas e a luxação dos quadris, o que impossibilitou o trabalhador de retornar à remodelação. O jornal também lançou um pedido a Firmino Barretto, empreiteiro das obras, que pagasse o trabalhador enquanto ele estivesse impossibilitado, baseando-se em leis já sancionadas sobre acidentes de trabalho, pois a família de Estevam poderia passar por necessidades por conta da incapacidade do mesmo<sup>157</sup>.

Não foram encontradas matérias em edições posteriores, se o pedido foi acatado ou não pelo empreiteiro. O que se sabe é que as obras continuaram, mesmo com esse

<sup>154</sup>FIGUEREDO FILHO, Godofredo Rebello de. A influência do ecletismo na arquitetura baiana. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 19, 1984, p. 15.

<sup>155</sup>PUPPI, Suely de Oliveira Figueirêdo. Profissionais italianos na Salvador. In: VALLE, Arthur. DAZZI, Camila. **Oitocentos: arte brasileira do Império à República**. Rio de Janeiro: EDUR-UFRRJ/DezenoveVinte, 2010. Tomo 2, p. 641.

<sup>156</sup>O IMPARCIAL. **Nas obras do palacio, deu-se hontem um desastre**. Aracaju, 10 de maio de 1919, Ano I, n. 204, p. 1.

<sup>157</sup>\_\_\_\_\_. **O desastre de sexta-feira nas obras do palacio**. Aracaju, 12 maio 1919, Ano I, n. 205, p. 2.

acidente, pois em agosto do mesmo ano, o Diretor de Obras, Agricultura, Indústria e Viação, Dr. Alfredo de Paiva Mello apresentava ao Presidente Pereira Lobo um relatório, onde informava a conclusão das obras de revestimento das fachadas do palácio realizadas por Belandi. Ao mesmo tempo, ele mostra que os serviços internos ainda estão em andamento e mostrou-se insatisfeito com a desproporção de enfeites: ele acreditava que já possuía muitos. Todo esse trabalho, segundo Paiva Mello<sup>158</sup>, era “para que o edifício preenchesse as necessidades de um Palacio”. Lima Neto descreve com detalhes as vicissitudes das obras de remodelação do Palácio do Governo:

O projeto da reforma externa foi trabalho de Oresti Cercelli, que segundo Frederico Gentil, se inspirou em um palácio de Florença. As estátuas da platibanda foram modeladas aqui pelo escultor, também italiano, Pascoal del Chirico, autor do monumento a Rio Branco na cidade do Salvador, nesse tempo diretor da Escola de Belas Artes da Bahia. Estas estátuas foram fundidas por Fiori. As grinaldas, capitéis, balaústre e demais ornamentos, tanto do exterior, como do interior, tiveram sua execução a cargo de Belandi e de Gatti. Da Pintura se encarregou Oresti Cercelli, auxiliado por seu filho Bruno, então recém-chegado do front na 1ª Guerra Mundial e pelo Gatti, que produziram magníficos trabalhos<sup>159</sup>.

No século XIX, durante o Império, na “construção simbólica da figura pública do imperador D. Pedro II, a representação de seus suntuosos palácios é uma constante”<sup>160</sup> e ao que parece, nos anos iniciais da República não foi diferente, pois como podemos ver na citação, o palácio passou por um amplo processo de remodelação com o intuito de tornar o simples prédio de feições neoclássicas em um suntuoso centro de poder político, que pudesse chamar a atenção das pessoas e que construísse a imagem dos governantes que por ali passassem. Além desses trabalhos, o prédio passou por outras obras, como o revestimento da escadaria, oriunda do ano de 1863; os tetos dos salões principais foram ricamente decorados e ao lado do salão de jantar, terraços em concreto armado foram erguidos. Percebemos que o edifício além de ter sido remodelado, teve sua estrutura também modificada, algo que não ocorreu nas duas reformas que aconteceram antes dessa. Para Lima Neto, o trabalho dos italianos obteve êxito, pois:

<sup>158</sup>SERGIPE. **Relatório Apresentado ao Exmº. Sr. Coronel Presidente do Estado pelo Director de Obras, Agricultura, Industria e Viação**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1919, p. 25.

<sup>159</sup>LIMA NETO, Urbano de Oliveira. Op. Cit., p. 92.

<sup>160</sup>SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: Dom Pedro II, um monarca dos trópicos**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 207.

O Cercelli conseguiu dar ao velho casarão um belo e majestoso aspecto que muito melhor teria ficado se possível fosse ter-lhe aumentado um pouco mais de altura, com o que se teriam melhorado sensivelmente as proporções. O notável esforço que o autor do projeto fez nesse sentido levou-o a fazer subir as paredes externas cerca de quatro metros do nível das bicas. Os italianos realizaram inegavelmente um grande trabalho<sup>161</sup>.

Mesmo elogiando o trabalho dos italianos, o autor sugere mudanças em sua arquitetura, o que não contraria o comentário inicial dele sobre a conquista da missão italiana na remodelação do Palácio. Vale a pena ressaltar que a denominação “Palácio Olímpio Campos” foi dada ao edifício através da Lei de nº 575, de 12 de julho de 1954, durante o mandato de Arnaldo Rollemberg Garcez<sup>162</sup>. A beleza e a majestade descritas por Urbano Neto podem ser vistas na imagem a seguir. Nela vemos o após as reformas.

**Figura 09 – Palácio do Governo de Sergipe após a remodelação.**



Fonte: Governo de Sergipe.

Disponível em: <<http://www.palacioolimpiocampos.se.gov.br/o-palacio/historia>>.

Acesso em: 27 out. 2015.

Ao compararmos a imagem da Figura 09 com sua antecessora, constataremos que de fato aconteceram grandes mudanças na fisionomia do Palácio, que não foram apenas simples retoques, mas acréscimos consideráveis que modificaram sua antiga estrutura neoclássica, transformando-a em uma arquitetura eclética. O ecletismo esteve presente durante a *Belle Époque*, principalmente nas reformas urbanas, quando prédios públicos, residências particulares e monumentos se adequaram ou foram construídos,

<sup>161</sup>LIMA NETO, Urbano de Oliveira. Op. Cit., p. 93.

<sup>162</sup>Idem.

tendo esse estilo arquitetônico por base. A imagem, também, evidencia de fato a alteridade do edifício, o quanto os elementos acrescentados a ele retiram-lhe a sua aparência singela, criando, como já foi dito, as representações e o simbolismo dos Governadores que por ali passaram. Ainda sobre o ecletismo Tirapeli explica que:

O fim do período imperial foi marcado pelo início do ecletismo, que, no Brasil, reúne elementos dotados das linhas curvas do barroco, paredes lisas e ornamentos com o pouco dourado do rococó e colunas e arcos típicos do estilo neoclássico. O eclético pode ser visto, por exemplo, nos teatros municipais das cidades de Manaus, São Paulo e Rio de Janeiro. O emprego de ferro fundido para as estruturas de construções como o Theatro José de Alencar, em Fortaleza, dos mercados de Manaus e do Ver-o-Peso, em Belém do Pará, e da Estação da Luz, em São Paulo, são exemplos significativos daquela nova maneira industrial de construção civil. As cidades recebem saneamento básico e reurbanização, à moda dos franceses e italianos. Aos arquitetos franceses e alemães que aqui atuavam vieram se juntar os italianos, que passaram a projetar os edifícios construídos pelos mestres-de-obras, também em sua maioria italianos ou descendentes. [...] A República proclamada em 1889 adotou o estilo eclético e em 1903 fez a remodelação da capital federal abrindo a Avenida Rio Branco, como o mais significativo conjunto urbanístico, para dar à cidade ares da capital francesa. Por todo o país foram construídos estabelecimentos de ensino, como um programa construtivo de uma nova nação progressista e positivista<sup>163</sup>.

O ecletismo pode ser visto como uma fusão de vários elementos de outros movimentos artísticos, que constituíram os fazeres arquitetônicos durante a Primeira República e a *Belle Époque* dos trópicos. Ao mesmo tempo, trazia consigo a inovação do uso do ferro fundido, que além de se fazer presente nas estruturas, também ornamentava as residências com os portões e gradis. É perceptível vermos que a arquitetura eclética foi difundida no Brasil, através de artistas vindos da Europa, o que mais uma vez nos leva a ver como os ideais de civilização europeus foram apropriados na edificação da arquitetura que representaria o regime republicano. Diferente do Velho mundo, onde o “o ecletismo é o estilo próprio de uma modernidade que lida sem problemas com o passado<sup>164</sup>”, no Brasil ele foi caracterizado como uma forma de negação do passado colonial. Mas, “não se pode esquecer que igualmente importante é o critério de gosto da elite dirigente, que deseja reproduzir no Brasil tipos e modelos admirados na Europa<sup>165</sup>”.

<sup>163</sup> TIRAPELI, Percival. **Arte imperial: do neoclássico ao ecletismo: século 19**. São Paulo: Nacional, 2006, p. 31-32.

<sup>164</sup> FABRIS, Annateresa. Arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização. In: **Anais do Museu Paulista**, Anais do Museu Paulista, n. 1, v. 1, 1993, p. 134.

<sup>165</sup> Ibidem, p. 136.

As reformas realizadas, por Pereira Lobo, na capital de Sergipe não ficaram restritas apenas nas reformas dos prédios públicos ou em calçamento das ruas, os olhos do Presidente se voltaram para um monumento de relevância histórica para os aracajuanos, quiçá para os sergipanos: a ponte do Imperador. Monumento construído para receber a visita do Casal Imperial, Dom Pedro II e Dona Teresa Cristina, em 1860, ou seja, cinco anos após a transferência da capital. No entanto, não é de fato uma ponte e sim um atracadouro, que na época da ilustre visita era rude e não possuía as estruturas que vemos na atualidade. De acordo com Medina:

A Ponte do Imperador, ao longo da sua história, foi submetida a diversas reformas e conforme o regime político vigente, ela mudava o seu nome. Chamou-se Ponte do Desembarque, Ponte do Governador, ponte Metálica ou Ponte do Presidente e, a partir de 1939, por decreto lei do Interventor Federal Dr. Eronides Carvalho, passou a se chamar definitivamente Ponte do Imperador II<sup>166</sup>.

Desde a visita dos monarcas brasileiros até o século XX, a ponte havia passado por duas reformas. Segundo Medina: uma em 1904 e outra em 1920. Vale ressaltar que a última reforma foi para as comemorações do centenário da independência de Sergipe, que foi celebrado com diversas atividades que falaremos mais a frente. Na verdade, a maioria das obras capitaneadas pelo Presidente Pereira Lobo tiveram justamente essa finalidade: preparar a cidade de Aracaju para as celebrações da efeméride. Nas estruturas da ponte, havia a presença de madeira na constituição do material que a compôs, situação que mudaria após a reforma realizada em 1920. Sobre esse trabalho, Pereira Lobo fala na mensagem presidencial:

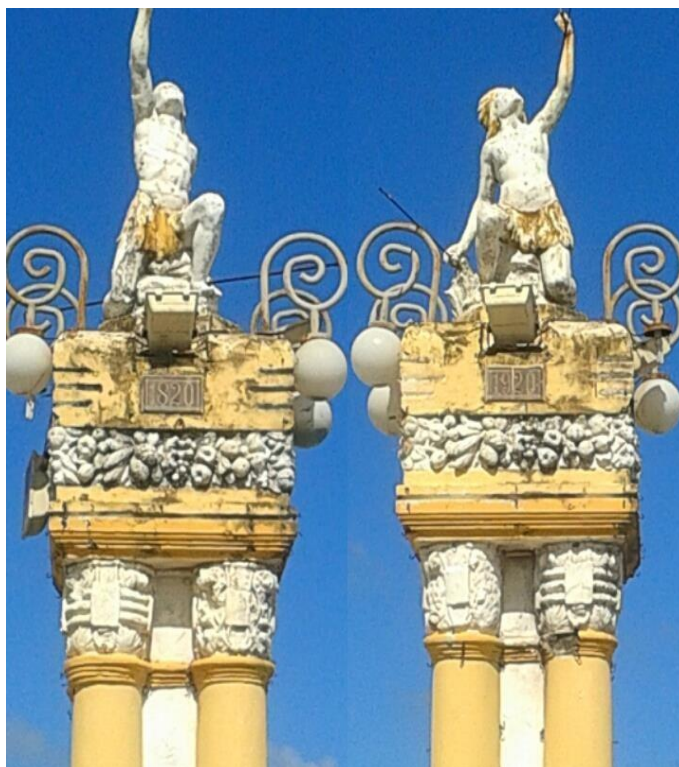
A velha Ponte do Imperador soffreu reformas geraes, tendo sido substituído o lastro de madeira, que constantemente exigia trabalhos de reparação, por um lastro de cimento armado, sendo também reconstruídas as escadas de ferro. Esses trabalhos de reconstrução do lastro, reforma das escadas e pintura geral, forma contractados em virtude de concurrencia publica, tendo sido já o contractante pago do preço do contracto, que foi na importância de 9:848\$800. Com a construção do novo caes de saneamento e protecção de terras da avenida Rio Branco, à margem do rio Cotinguiba, verificou-se que o alinhamento do velho arco da ponte estava afastado para dentro da praça num extensão de 2<sup>m</sup>,80. Tal anomalia não podia subsistir ferindo a esthética. Assim, tendo a Directoria de Obras officiado ao Governo sobre a conveniência da substituição do referido arco por duas columnatas artisticas, foi auctorizada a fazer as obras indicadas. Com essa transformação lucrou a cidade duplamente, não só concorrendo para a esthética da avenida, como substituindo o velho massiço de

<sup>166</sup>MEDINA, Ana Maria Fonseca. **Ponte do Imperador**. Aracaju: J. Andrade. 1999, p. 27.

alvenaria em que se não divisavam os menores traços de estylo architectonico, por essas columnatas onde a arte vem de par com a oportunidade historica do Centenario da nossa Independencia Politica<sup>167</sup>.

Na reforma de 1920, a ponte ganhou novos elementos em sua arquitetura: a parte de madeira foi retirada, sendo substituído por um de cimento e ferro, pois o uso desse último material nas construções era tido como moderno. Outro fator a ser analisado é que a reforma da ponte do Imperador foi realizada quando estava sendo construído o novo cais que embelezou a Avenida Rio Branco. Ao final da mensagem, é perceptível a satisfação do Presidente, quando diz os benefícios que Aracaju teve como os trabalhos reformistas que estavam acontecendo. Para realizar as obras de restauração da ponte, o engenheiro Hugo Bozzi foi contratado através de licitação, e nesse momento, foram acrescentadas à estrutura as estátuas representando os índios nas colunas do monumento.

**Figura 10 - Estátuas dos índios**



Fonte: Acervo fotográfico de Jeferson Augusto da Cruz, 2016.

<sup>167</sup>SERGIPE. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em 07 de setembro de 1919, ao instalar-se a 1ª sessão ordinária da 14ª Legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado. Aracaju: Imprensa Oficial, 1919, p. 78.

As esculturas dos índios representam os primeiros povos que habitaram o território sergipano e que foram mortos durante a guerra de colonização. O uso das estátuas dos indígenas era uma tentativa de construção da identidade nacional, ao mesmo tempo, uma representação do brasileiro nativo e da identidade sergipana através da resistência dos índios dizimados na conquista. Podemos observar nos pórticos que foram colocadas placas com dois anos: 1820, relacionado à independência política de Sergipe com a Bahia e 1920, ano do centenário desse acontecimento.

Durante o processo da remodelação de Aracaju, o Presidente teve uma audaciosa ideia, construir um teatro<sup>168</sup> com uma estrutura grandiosa “com capacidade para 1.000 pessoas.<sup>169</sup>” Pereira Lobo relata a intenção de construir o “Theatro São Christóvão” na mensagem a Assembleia Legislativa em 1920:

Em 1 de Setembro corrente foram recebidas, no Conselho Administrativo Estadual, proposta para a construção do Theatro S. Christóvão, nesta capital. A construção de um theatro moderno em Aracajú, em face do grande desenvolvimento que se notando em todos os ramos da nossa actividade, era já uma necessidade palpitante. O Theatro entre nós não é um edifício que se execute para um limitado numero de annos. A sua construcção deve attender ao desenvolvimento da população que se avanta sensivelmente. O projecto do nosso theatro é de estylo gothico-arabe, com as modificações da época actual, especificando accomodações para mil pessoas<sup>170</sup>.

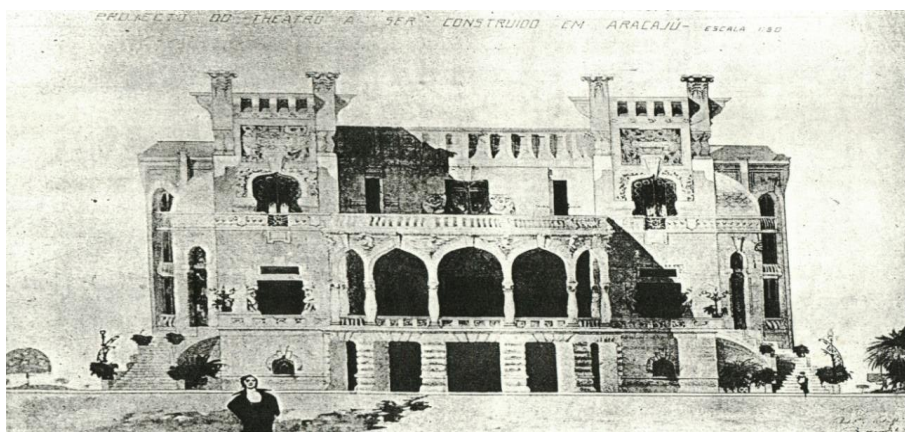
A construção do teatro, como enfatizou o Presidente, não seria para curto prazo, as obras deveriam atender a condição financeira da população que, segundo ele, crescia de forma satisfatória e sensível. É importante pensar que a população queria um teatro, uma vez que o cidadão da *Belle Époque* era aquele que possuía recursos, que estava ligado aos novos ditames da moda de Paris, que seguia os padrões de higiene e que pudesse viver de fato a modernidade que as cidades apresentavam. O inverso era o pobre que residia nas periferias, que possuía trabalho mal remunerado e que talvez não sabia a importância de um teatro para Aracaju. Através da imagem abaixo, veremos como foi pensada a estrutura do prédio.

<sup>168</sup>Para a construção do teatro, o Governo fez um empréstimo de 1.500:000\$000 (mil e quinhentos contos de réis), por meio de apólice nominativas com juros de 7% ao ano, sendo pego a cada primeiro semestre de cada ano. Ver: COLLECÇÃO de Leis e Decretos de 1919. Aracaju: Imprensa Oficial, 1920, p. 266.

<sup>169</sup>NUNES, Maria Thétis. Op. Cit., 2008, p. 240.

<sup>170</sup>SERGIPE. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em 07 de setembro de 1920, ao instalar-se a 2ª sessão ordinária da 14ª Legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado.** Aracaju: Imprensa Oficial, 1920, p. 84.

**Figura 11 - Projeto do Theatro S. Christóvão**



Fonte: SILVA, Clodomir. *Álbum de Sergipe*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1920, p. 161.

A construção de um teatro moderno atendia ao desejo da elite burguesa e dos antigos representantes da aristocracia sergipana, que gostariam de vivenciar um ambiente cosmopolita regado a atrações culturais nacionais ou estrangeiras, principalmente europeia. A construção de teatros foi mais um fator que vigorou durante as reformas urbanas. Aracaju não queria seguir apenas o exemplo do Rio de Janeiro (Teatro Municipal), mas também o de Belém (Teatro da Paz), Manaus (Teatro Amazonas), Natal (Teatro Alberto Maranhão), Salvador (Teatro Castro Alves), Recife (Teatro Santa Isabel) e Fortaleza (Teatro José de Alencar), pois era o lugar requerido pela elite para o desfrute pessoal.

Sobre a construção do teatro, a edição do dia 04 de julho do jornal *Correio de Aracaju* publicou uma matéria falando da intenção do Presidente em edificar um monumento grandioso, dirigido ao engenheiro recém chegado do Rio de Janeiro, Bruno Sercelli:

O exmo sr. dr. Pereira Lobo, sem favor, o mais operoso dos últimos presidentes de Sergipe resolve tomar ao hombros o patriotico encargo da construcção de um theatro moderno. E Sercelli se não faz esperar com a exposição de uma planta e respectiva *maquette*, numa das ruas mais publicas de nossa capital<sup>171</sup>.

No entanto, mesmo com o desejo dos estratos mais abastados da sociedade aracajuana e a empolgação do Presidente, a construção do teatro não saiu do papel, nem de sua maquete feita por Bruno Cercelli, pois “as dificuldades financeiras que começam a surgir em Sergipe, fizeram que esse teatro ficasse apenas no projeto largamente

<sup>171</sup>CORREIO de Aracajú. *Projecto para a construcção do theatro “S. Christóvão”* nesta capital. Aracaju, 04 jul. 1920, Ano XIII, n. 2.910, p. 2.

divulgado. Livrou-se desse modo, Sergipe, de ver erguido um edifício característico de uma época de esnobismo”<sup>172</sup>.

A reforma urbana de Aracaju, no Governo de Pereira Lobo, ganhou destaque nos jornais de Sergipe. Segundo mostra o *Correio de Aracaju*, em um artigo datado em 25 de setembro de 1920, intitulado *A Capital de Sergipe*, o embelezamento da capital só poderia ser empreendido por “um homem adiantado como é s. ex. o sr. dr. Pereira Lôbo”. O periódico<sup>173</sup> enfatizou:

Traçando-se, como se traçara s. ex., o programma de remodelar a capital, aformoseando-a e hygienizando-a tanto quanto possível tanto quanto possível dentro dos recursos Estado, s. ex. com esses sós recursos tem já empreendido executado uma obra colossal, que ahi está patente aos olhos pasmos e jubilosos dos sergipanos. A modéstia relativa dessa obra si a quizessemos comparar com as que realizaram Haussmann, em Paris; Lauro Muller, Pereira Passos e Paulo Frontin, no Rio – O que é impossível – transforma-se, todavia, em grandeza admirável quando a consideramos em face dos diminutos recursos com que s. ex. o dr. Pereira Lôbo a empreendeu e a realizou.

Através do texto jornalístico, podemos perceber que as comparações com as reformas empreendidas em Paris e no Rio foram feitas na reforma de Aracaju, no entanto, diferente das primeiras, onde havia recursos maiores, os trabalhos de embelezamento da capital de Sergipe foram de acordo com seu tamanho e necessidade, porém carregados de uma grande importância, pois depois de mais meio século, a cidade passava por um processo de embelezamento que a levaria para a tão desejada modernidade.

É importante destacar, que assim como nas reformas urbanas de Salvador, já mostradas nesse trabalho, em que houve uma parceria entre os Governos Municipal, Estadual e Federal, onde cada um realizou trabalhos em diferentes lugares da capital baiana, em Aracaju não foi diferente. Podemos perceber que houve uma parceria entre essas esferas, através das matérias publicadas na imprensa. Os jornais possuem na sua escrita, o que Ginzburg chama de indícios e que necessitam de “um método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores”<sup>174</sup>.

Através dos indícios deixados pelos jornais, podemos constatar que houve uma parceria entre as esferas do Poder Executivo Municipal, Estadual e Federal para que a

<sup>172</sup>NUNES, Maria Thétis. Op. Cit., 2008, p. 242.

<sup>173</sup>CORREIO de Aracajú. **A capital de Sergipe**. Aracaju, 25 set. 1920, Ano XIII, n. 2.969, p. 1.

<sup>174</sup>GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

remodelação de Aracaju fosse realizada. Obviamente que os recursos obtidos pela Intendência partiram das finanças estaduais, pois o intuito do Presidente Pereira Lobo era de dividir as funções com o intendente Antônio Batista Bittencourt e juntos galgarem os elogios dos aracajuanos.

Por isso, podemos afirmar quais foram as funções de cada um, baseando-se nos indícios deixados pelos jornais. Coube à Intendência realizar a reforma de algumas praças e jardins públicos, a exemplo do localizado na Praça Fausto Cardoso, o calçamento das ruas e a manutenção da limpeza pública que, de acordo com o jornal *Correio de Aracajú*, este último serviço era “necessario á hygiene publica e á saude da população”<sup>175</sup>. Ao Estado coube a reforma dos monumentos e prédios públicos, como também o aterro das áreas pantanosas e o combate às epidemias, que castigavam a capital e o interior. E a União? Quais as incumbências do Governo Federal no processo de remodelação e na modernização de Aracaju? Assim como Salvador, coube ao Executivo Federal realizar as obras do porto da capital sergipana, como nos mostra o jornal *Diário da Manhã*<sup>176</sup>:

[...] é preciso não esquecer que, parte que é das obras do porto de Aracajú, a construção do caes de que tratamos está na alçada do governo federal, que já tinha começado a levantar o, suspendendo os trabalhos, depois de preparados cerca de cem metros, por causa da grande crise produzida pela guerra.

De acordo com a matéria publicada no jornal, as obras do porto já haviam sido iniciadas pelo Governo Federal, porém com o deflagrar da Primeira Guerra e a crise que a sucedeu, as reformas foram interrompidas e postergadas para outro momento. O jornal iniciou essa matéria, fazendo uma crítica à decisão da Presidência do Estado em substituir a União no comando das obras do porto, devido ao atraso para concluir as obras, porém o jornal diz que naquele momento o Governo de Sergipe deveria pensar nas condições sanitárias de Aracaju, que eram motivos de reclamações pela população, pois por mais que o Presidente estivesse empreendendo uma luta contra as doenças, que constantemente vitimavam a capital, tais esforços não foram o bastante para erradicar os focos das doenças já mencionadas. Mesmo assim, as obras de remodelação continuaram e pouco a pouco, Aracaju deixava as feições do século XIX e o Tabuleiro de Pirro ganhava mais notoriedade durante as obras. A planta abaixo mostra o como ele ficou.

<sup>175</sup>CORREIO de Aracajú. **A obra patriotica do Intendente de Aracajú**. Aracaju, 25 abr. 1920, Ano XIII, n. 2.860. p. 1.

<sup>176</sup>DIÁRIO da Manhã. **Obra de Saneamento**. Aracaju, 27 jul. 1919, Ano IX, n. 2.377, p. 1.



## 2.2 - “Que a Sergipe Honra e Decora”: Celebrações do Centenário da Independência do Estado

No ano de 1920 foi comemorado pelos sergipanos, o ano do centenário da independência política<sup>177</sup>. Há muito tempo esses festejos foram aguardados pela população e por seus políticos, que desejavam realizar diversas inaugurações e enfim apresentar a cidade de Aracaju depois das reformas feitas por Pereira Lobo. De acordo com Nunes:

Aracaju, com seus 37.444 habitantes comemorou festivamente o centenário da emancipação política de Sergipe da Capitania da Bahia por carta Régia de D. João VI, de 8 de julho de 1820. Entre as atividades realizadas, destacou-se a publicação do Álbum de Sergipe, valioso documentário da História de Sergipe organizado por Clodomir Silva. Também foram transladados de Recife os restos mortais de Tobias Barreto, sendo depositados no monumento da praça que leva seu nome<sup>178</sup>.

A carta que emancipava Sergipe do julgo baiano, como mostra a autora, foi assinada em 8 de julho de 1820. Logo, as festas comemorativas deveriam ocorrer nessa data todos os anos, no entanto devido a uma confusão historiográfica que segundo Nunes<sup>179</sup>, ninguém sabe como e quando começou a tradição de comemorar a independência do Estado no dia 24 de outubro, e foi de fato nessa data que as comemorações da efeméride aconteceram.

O Jornal *Correio de Aracaju*<sup>180</sup> relatou algumas das atividades que foram realizadas durante as celebrações do centenário, por exemplo, no dia 23 de outubro ocorreu a Inauguração da Exposição-Feira e produtos indígenas, na qual se fizeram presentes todos os municípios de Sergipe. Também ocorreram festejos populares nas praças Pinheiro Machado e da Estrada de Ferro, com cinema ao ar livre, fogos de artifício e concertos públicos executados por bandas de música.

Para além do campo político, pensar nas celebrações do centenário da emancipação política de Sergipe foi também uma tarefa de instituições culturais e

<sup>177</sup>Para a realização das festividades do centenário da Independência de Sergipe, a Presidência do Estado solicitou junto a Assembleia Legislativa um empréstimo no valor de 150:000\$000 (cinquenta contos de réis). Diferente do que foi feito para a construção do teatro, o decreto promulgado pelo desembargador Simeão Telles de Menezes Sobral, Presidente do Legislativo Estadual, não esclarece como será pago o empréstimo para as festas da emancipação. Ver em: COLEÇÕES de Leis e Decretos de 1920. Aracaju: Imprensa Oficial, 1921, p. 12.

<sup>178</sup>NUNES, Maria Thétis. Op. Cit., 2008, p. 241.

<sup>179</sup>NUNES, Maria Thétis. Qual o significado do 24 de outubro?. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, v. 1, n. 27. Aracaju: IHGSE, 1965.

<sup>180</sup>CORREIO de Aracajú. **Aracaju**, 21 set. 1921, Ano XIV, n. 2.994.

intelectuais, por isso que o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe se somou ao Presidente do Estado, a fim de que fosse criada uma comissão composta por sócios do Instituto, membros do Governo, da Intendência e do clero, para pensarem na programação da efeméride. Podemos ver a referida comissão na fotografia que segue.

**Figura 13 – Comissão Executiva das festas do 1º Centenário da Emancipação Política de Sergipe, 1919**



Fonte: Revista do IHGSE, n. 9, 1920, p. 42.

A comissão representada da imagem foi formada na primeira sessão extraordinária do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, no dia 09 de fevereiro de 1919, na presença dos sócios da Casa de Sergipe, do Presidente do Estado, do Bispo de Aracaju, representantes do Governador de Mato Grosso e do Ministro da Marinha, autoridades civis e algumas senhoras e senhoritas. O seletto grupo era composto pelos seguintes membros:

Coronel dr. José Joaquim Pereira Lôbo, presidente; dr. Alvaro Fontes da Silva, secretario geral; coronel José da Silva Ribeiro, thesoureiro; d. José Thomaz Gomes da Silva, dr. Deodato da Silva Maia, desembargador Evangelino de Faro, desembargador Antônio Teixeira Fontes, major Manoel Joaquim Pereira Lôbo; dr. Antônio Baptista Bittencourt, dr. Gentil Tavares da Motta e dr. Luiz José da Costa Filho<sup>181</sup>.

A primeira reunião realizou-se no salão nobre do Palácio do Governo, no dia 16 de abril de 1919, e contou com a presença de todos os membros e com uma assembleia

<sup>181</sup>REVISTA do IHGSE. *Acta da primeira sessão extraordinária do anno de 1919*. n. 9, 1920, p. 17.

de intelectuais, magistrados, funcionários do Governo, membros do clero e da sociedade civil. A pauta da reunião centrou-se no que deveria ser as celebrações do centenário. A programação do evento abrangeu os seguintes pontos: A) Traslado dos restos mortais do intelectual sergipano Tobias Barreto; B) Distribuição das medalhas de bronze, como lembrança das do 1º centenário de emancipação política de Sergipe; C) Pedido de colaboração aos intelectuais sergipanos, residentes ou não no Estado, com a escrita de artigos sobre o centenário e que seriam publicados posteriormente na Revista do IHGSE; D) Exposição dos produtos industriais sergipanos; E) Confecção da Bandeira Oficial de Sergipe; F) Aumento do número dos membros da comissão; G) Publicar o Álbum Ilustrado de Sergipe e por fim, os pontos mais controversos da reunião: H) Definição da carta geográfica do Estado e I) Mudança da data do centenário<sup>182</sup>.

A carta geográfica de Sergipe, colocada no ponto de pauta da reunião referia-se aos limites entre o Estado e a sua vizinha Bahia. Se retornarmos ao Mapa da Figura 04 (Página 55) veremos que a oeste, há uma parte do território que foi contestado pelo Estado vizinho e que pertencia aos sergipanos. Esse problema persistia desde o século XIX ainda no Império, principalmente nos limites do município de Simão Dias, que teve uma parte do seu território anexado à Província da Bahia. A situação piorou em 1864, quando “o município de Coité foi deslocado para a jurisdição da Bahia<sup>183</sup>”. Os Presidentes da Província começaram a externar suas insatisfações nas mensagens presidenciais, porém foi em vão e o caso adentrou a República.

Os intelectuais do IHGSE, a exemplo de Manoel dos Passos Oliveira Telles, Francisco A. de Carvalho Lima Júnior, Elias Montalvão e Ivo do Prado, desde 1913 estiveram envolvidos em pesquisas, análises documentais e viagens aos limites do Estado, com intuito de aprofundarem o debate e para que pudessem solucionar essa questão que incomodava ambos os governantes da Bahia e Sergipe, quanto sua população. Além de todas as atividades mencionadas Ivo do Prado, em companhia de Manoel dos Passos Oliveira Telles, se destacaram quando participaram do VI Congresso de Geografia em Belo Horizonte<sup>184</sup>. Prado foi nomeado Delegado do Estado e agiu com competência e brilhantismo. Mas, o problema estava longe de ser

<sup>182</sup>REVISTA do IHGSE. **Acta da 1ª reunião da Comissão Executiva do centenario da emancipação política de Sergipe**. n. 9, 1920, p. 19.

<sup>183</sup>DANTAS, José Ibarê Costa. **História da Casa de Sergipe: os 100 anos do IHGSE (1912-2012)**. São Cristóvão: UFS; Aracaju: IHGSE, 2012, p. 73.

<sup>184</sup>O Presidente Pereira Lobo mencionou a participação de ambos na mensagem de 1919. Ver: SERGIPE. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em 07 de setembro de 1919, ao instalar-se a 1ª sessão ordinária da 14ª Legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1919, p. 7-8.

solucionado, com isso, o “Ministério da Justiça agendou outro Congresso Interestadual em Ouro Preto, em 1920, com a presença do Presidente da República, mas não houve solução<sup>185</sup>.” Segundo Dantas:

Nas comemorações do centenário de emancipação política de Sergipe, em 1920, quando o governante da Bahia J.J. Seabra, compareceu às festividades em Aracaju, o presidente do Estado de Sergipe, J.J. Pereira Lobo, tratou do assunto e propôs uma espécie de “convênio” na busca de uma solução amistosa. O documento foi firmado pelos dois chefes do Executivo, que combinaram então escolher um árbitro para decidir a questão. Contudo, no momento de entrega dos papéis, a Bahia recusou o arbitramento e tudo voltou ao ponto zero. Mas os intelectuais de Sergipe não desistiram e continuaram estudando e debatendo o tema. Em 1920, saiu o estudo de mais um sócio do IHGSE, Pereira Barreto, mas pouco acrescentou à temática. O impasse persistiu com a intransigência da Bahia. Os sergipanos amenizaram sua reivindicação da grande parte do território que hoje pertence à Bahia, mas os avanços sobre a área de Simão Dias persistiram secularmente<sup>186</sup>.

Com a presença do governante baiano nas comemorações do centenário de emancipação política, surgiu uma esperança para que pudessem solucionar a questão territorial, mas não foi o que aconteceu como mostra a citação. No entanto, o mérito foi para os intelectuais da Casa de Sergipe, que com afinco, se debruçaram sobre pesquisas que ajudaram a compreender a formação territorial do Estado, como também “à construção da memória e da identidade dos sergipanos<sup>187</sup>”, porém o governante baiano não cumpriu o acordo e a questão persiste até os dias atuais.

O outro ponto que foi amplamente discutido durante a reunião foi exposto pelo Presidente do IHGSE, Manoel Caldas Barreto Netto, que na comissão havia sido indicado para o cargo de Vice-Presidente. Ele defendeu que a data das comemorações deveria ser o 08 de julho, data do Decreto assinado por Dom João VI, separando Sergipe da Província da Bahia<sup>188</sup>. Porém, a ideia não agradou ao autoritário Presidente Pereira Lobo como nos mostra Dantas:

Dois meses depois, na primeira reunião daquele grupo, o presidente do Estado, J. J Pereira Lobo, cioso de suas prerrogativas, decidiu que o governo comemoraria em 24 de outubro, uma data de festas tradicionais, quando se supunha que teria chegado em Sergipe a

<sup>185</sup>DANTAS, José Ibarê Costa. Op. Cit., 2012, p. 76.

<sup>186</sup>Ibidem, p. 77.

<sup>187</sup>Idem.

<sup>188</sup>REVISTA DO IHGSE. *Acta da 1ª reunião da Comissão Executiva do Centenario da Emancipação Política de Sergipe*. n. 9, 1920, p. 20.

notícia da emancipação. Apesar do mal estar gerado, assim transcorreu as comemorações<sup>189</sup>.

Munindo-se do seu autoritarismo e, talvez, zeloso por manter a tradição festiva no dia 24 de outubro, Pereira Lobo mostrou-se contrário ao dia 8 de julho, por isso os festejos do campo político não foram realizados com os do campo intelectual, pois as cerimônias do Governo, de fato, realizaram-se no dia desejado pelo Presidente. Porém o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, “firmando na opinião de historiadores, como o criterioso Lima Júnior<sup>190</sup>” realizou as comemorações na data da assinatura do Decreto de Dom João VI. Na sessão realizada pelo instituto compareceram “várias autoridades, inclusive representando figuras estaduais e federais, além de numerosos sócios<sup>191</sup>”. O Presidente do Estado não compareceu à solenidade<sup>192</sup>, enviando um representante, demonstrando que havia um mal estar entre o governante e os intelectuais da referida instituição. Interessante apontar, que a solenidade realizada no IHGSE não foi intitulada “Centenário da Emancipação Política de Sergipe” e sim “1º Centenário da Assinatura do Decreto de 1820”<sup>193</sup>. Ao nomear assim as suas celebrações os sócios do instituto evitariam mais celeumas com o “impoluto” Pereira Lobo.

No dia 24 de outubro, momento principal das comemorações para o campo político, a população foi acordada às 05h00min com uma alvorada festiva em frente à residência do Presidente do Estado. Mais tarde um *Te Deum* foi entoado na catedral em ação de graças pela comemoração do primeiro Centenário da Emancipação Política de Sergipe. A celebração ficou a cargo do bispo de Aracaju Dom José Thomas Gomes da Silva e representava uma louvação a Deus, uma maneira de agradecer por algum acontecimento especial. No início da tarde, a Praça Fausto Cardoso foi tomada por pessoas que foram assistir ao desfile das forças armadas, que prestavam continências para o Coronel e Presidente Pereira Lobo, representando a obediência ao poder executivo do Estado. Nesse mesmo dia, foi inaugurada a estátua do intelectual sergipano Tobias Barreto, como também o traslado dos seus restos mortais, que foram depositados na praça que hoje leva seu nome. Esse momento foi tido como um culto à memória de um dos principais intelectuais sergipanos. Sobre esse momento, Dantas relata que:

<sup>189</sup>DANTAS, José Ibarê Costa. Op. Cit., 2012, p. 83.

<sup>190</sup>Idem.

<sup>191</sup>Idem.

<sup>192</sup>REVISTA do IHGSE. **Acta da Sessão Magna do dia 8 de julho de 1920**, n. 9, 1920, p. 35.

<sup>193</sup>Ibidem, p. 36.

Os restos mortais de Tobias Barreto que se encontravam no Cemitério de Santo Amaro, em Recife, foram entregues pela família ao IHGSE que os velou por alguns dias até serem transportados para o supedâneo de sua estátua em meio à grande romaria cívica. E os sócios do Instituto, que há mais de ano vinham planejando a cerimônia, participando das subscrições para construção do pedestal, submeteram-se ao cerimonial do governo e elogiaram-no pela sua contribuição na homenagem ao grande filósofo sergipano, ícone dos intelectuais que fundaram o IHGSE<sup>194</sup>.

Percebamos mais uma vez a presença do IHGSE nas comemorações do centenário, mesmo estando subordinado ao Cerimonial do Governo e tendo que aplaudir o Presidente Pereira Lobo, haja vista a relação do governante com a casa de Sergipe, não foram satisfatórias, o que o difere do seu antecessor Oliveira Valadão, que mantinha constantes contatos com os intelectuais do instituto. Os sócios do instituto mantiveram-se quietos durante a cerimônia, receosos em causar algum mal estar ao Governo. Afinal, era um momento festivo em que os restos mortais de um dos intelectuais construtores da *sergipanidade* retornavam ao seu Estado de origem e o IHGSE com seus membros e cabeças pensantes, além de terem ajudado a orquestrar aquele momento, foram responsáveis pela emancipação cultural de Sergipe<sup>195</sup>. Retornando às comemorações, a noite, um banquete foi servido no palácio, seguido por um baile que virou a madrugada. Enquanto a elite e os políticos brindavam aos moldes da civilização europeia, nas ruas aconteciam os festejos populares: as pessoas comuns se divertiam a sua maneira. Sobre o restante da programação, o *Diário Oficial do Estado* nos apresenta:

DIA 25 - *Garden-Party* no Posto Zootechnico de Ibura e inauguração dos novos departamentos recentemente construídos neste posto, às 15 horas. - Baile popular no <Cinema Rio Branco>, a convite, às 21 horas. - Continuação dos festejos populares. DIA 26 - Cerimonia de assentamento da pedra fundamental do edificio do theatro <S. Christovam> às 15 horas. - Inauguração da secção de pecuária da Exposição-feira, no Deposito Municipal, à rua de Siriry, às 10 horas. - Batalha de confetti na praça Fausto Cardoso, às 15 horas. - Recepção de gala no <Club dos Diários>, às 21 horas. DIA 27 Regatas, às 13 horas, com disputa da <Taça do Centenário>. - *Five-o'clock-tea* na Exposição. - *Soirée chic* no <Recreio Club>, às 21 horas<sup>196</sup>.

É importante ressaltar que todos os meios de comunicação do Estado divulgaram amplamente essa programação, a fim de que a população não ficasse de fora desses acontecimentos. Os jornais anunciavam onde a população poderia comprar as roupas

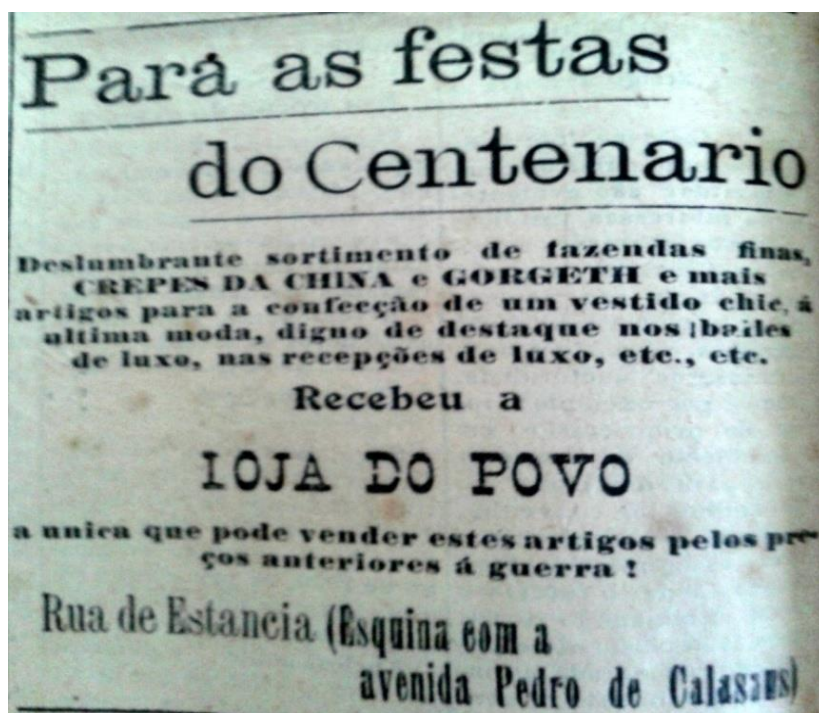
<sup>194</sup>DANTAS, José Ibarê Costa. Op. Cit., 2012, p. 85.

<sup>195</sup>ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. Emancipação Cultural, **Jornal da Cidade**, Aracaju, 08 jul. 2012, Caderno B, p. 7, coluna Opinião.

<sup>196</sup>DIÁRIO Oficial do Estado de Sergipe. Aracaju: Imprensa Oficial, 1920, p. 256.

“chics” para usarem nos festejos, eles apontavam as lojas que traziam as novas tendências da moda de outros lugares, como vemos nesse anúncio encontrado no *Correio de Aracajú*:

**Figura 14 – Anúncio de venda de roupas**



Fonte: CORREIO de Aracajú. Aracaju, 11 mar. 1920, Ano XIII, n. 2.826.

O anúncio apresenta uma loja que, segundo diz, é especializada em roupa *chic* para determinados eventos e as festividades do centenário constituíam em um deles. As pessoas iriam desfilar com suas roupas elegantes, mostrando assim seu *status* na sociedade, pois “o vestuário caracterizava aqueles que compensavam a aposta perdida na República como uma atitude fantasiosa<sup>197</sup>”, ou seja, se o regime republicano não realizou, para alguns, as promessas de criar um país civilizado ao molde europeu, pelo menos se vestir a inglesa e a francesa poderia transformar essa fantasia em uma realidade momentânea. Sobre o primeiro dia dos festejos, o jornal *Correio de Aracaju* divulgou um matéria sobre a Exposição-Feira que tinha por finalidade mostrar produtos sergipanos oriundos dos municípios.

Às duas horas da tarde de hontem, quase todo movimento da capital se fazia especialmente sentir para o lado sul da cidade. Automoveis

<sup>197</sup>SALIBA, Elias Thomé. Cultura. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A abertura para o mundo: 1889-1930**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 252.

ruidosamente fonfonnavam, bonds velozmente corriam cheios do que de melhor tem a nossa alta e media sociedade. Innumeros eram os que açodadamente a para aquelle ponto se dirigiam. É que ás 15 horas ia ter lugar a inauguração da Exposição-feira. E precisamente à hora oficialmente determinada, ss.exs. o dr. Pereira Lobo acompanhado de sua exma. esposa, e dr. José Joaquim Seabra, governador da Bahia, davam entrada no edifício da Exposição-Feira, seguidos de suas illustres comitivas, onde o elemento feminino brilhava pelo esplendor do vestuário e requinte de elegância. Recebidos ao som dos hynos de Sergipe e Bahia e após, devidamente collocados em lugar de honra, como de educação e dever, os presidentes e seus sequitos, a distincta Comissão encarregada das festas do Centenário, pela palavra forte e fluente do dr. Hunald Cardoso, fez entrega do extraordinário trabalho da Exposição-feira ao benemerito dirigente dos destinos de Sergipe<sup>198</sup>.

Nota-se, através desse texto jornalístico, a movimentação nas ruas de Aracaju, a fim de que as pessoas pudessem garantir presença naquele concorridíssimo evento. Segundo Medina<sup>199</sup>, os Presidentes dos outros Estados também foram convidados para os eventos alusivos ao centenário, no entanto a presença do Presidente do Estado da Bahia foi importante, pois como já vimos, naquele momento havia uma intensa disputa entre os territórios que ficavam nos limites entre os dois Estados. Sobre o significado das exposições, Schwarcz diz que elas eram:

Apresentadas como uma espécie de parque de diversões para adultos, as exposições compreendiam, [...] lógicas diferentes: saciavam a simples curiosidade, exibiam o exótico, mas também revelavam o progresso. Eram até mesmo um grande negócio, em razão não só do número de visitantes como também dos acordos que lá se realizavam, sobretudo nas sessões de maquinarias e matéria-prima<sup>200</sup>.

A Exposição-Feira realizada na Praça Fausto Cardoso serviu justamente para as lógicas exemplificadas pela autora: além de apresentar os produtos sergipanos, ela também revelou o momento de progresso que o Estado vivia e o embelezamento da cidade era uma prova edificada disso. Apresentar os produtos significava a procura de fechamento de bons negócios no futuro, era uma forma de procurar consumidores fora do Estado que se interessasse pelo que Sergipe produzia e assim poder expandir os negócios, aumentando a exportação e contribuindo para a economia. A foto abaixo (Figura 15) evidencia os festejos realizados na Praça Fausto Cardoso, próximo ao local da exposição.

<sup>198</sup>CORREIO de Aracajú. **Festa do centenário:** inauguração da exposição-feira. Aracaju, 24 out. 1920, ano XIV, n. 2.993, p. 1.

<sup>199</sup>MEDINA, Ana Maria Fonseca. Op. Cit.

<sup>200</sup>SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. Cit., 1998, p. 389.

**Figura 15 – Praça Fausto Cardoso, celebração da independência de Sergipe, 24/10/1920**



Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal de Aracaju – APA.

Os aracajuanos saíram às ruas de sua capital para celebrar a independência do Estado. É importante ressaltar, que todos os eventos ocorreram nas praças centrais da cidade. A aglomeração vista na imagem foi assistir ao desfile das forças armadas e, em seguida, ouviu o discurso do Presidente, que estava na sacada do Palácio Fausto Cardoso, sede do poder legislativo. Em seu discurso, Pereira Lobo exaltou a alegria de poder ter proporcionado aquele festivo acontecimento aos sergipanos:

Falo-vos, senhores Deputados, sobre esse acontecimento feliz com a maior vibração de entusiasmo que filho desta terra poderia experimentar, desde que o seu coração não fala pelo feio sentimento do despeito, ou do mau veso de tudo deprimir e tisonar. Orgulho-me em poder ter gravado no vasto panorama que é a história os quadros que aqui presenciaram os nossos olhos, attestando o grandioso futuro que aguarda o nosso caro torrão, quadros que não poderão mais ser apagados porque suplantarão sempre em toda a sua grandeza e esplendor, a força augmentativa das mais poderosas, lentes dos grandes telecópios<sup>201</sup>.

A figura de Pereira Lobo foi diversas vezes enaltecida durante as celebrações do centenário até o fim do seu mandato. Como podemos observar ao longo do texto, ele foi intitulado como um dos únicos governantes, para não dizer o único, que realizou reformas de tamanha importância para a capital sergipana, inserindo-a no panteão das cidades modernas, urbanizadas e embelezadas. A imagem abaixo reflete essa devoção ao Presidente-Construtor.

<sup>201</sup>SERGIPE. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em 07 de setembro de 1921, ao instalar-se a 3ª sessão ordinária da 14ª Legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado. Aracaju: Imprensa Oficial, 1921, p. 23.

**Figura 16 – Ilustração em honra a Pereira Lobo, 1920**



Fonte: CORREIO de Aracaju, Ano XIV, n. 2.993, 24 out. 1920.

Veem-se na imagem (Figura 16), fotos de José Joaquim Pereira Lobo, da sua infância até a sua fase adulta. A ilustração ao meio mostra as chaminés das indústrias, representando o desenvolvimento econômico de Sergipe. O trem, o avião e barco, símbolos das comunicações rápidas, fator importante da modernidade, e por fim, a tocha representando a liberdade, iluminando os caminhos do pequeno Estado da Federação. Essa imagem foi impressa também no Diário Oficial do Estado, com a finalidade de celebrarem o centenário de emancipação de Sergipe.

No entanto, os elogios ao Presidente não partiam apenas dos jornais do Estado, eles também foram feitos por diversos periódicos nacionais, como por exemplo, a Revista *Fon-Fon*<sup>202</sup>, um dos veículos de informação carioca mais importantes durante a *Belle Époque*. O jornal *Correio de Aracaju*<sup>203</sup> fala sobre uma matéria publicada pela revista em alusão às festas do centenário e com elogios ao Presidente:

O “Fon-Fon”, comemorando o Centenário de Sergipe, presta significativa homenagem ao Presidente Pereira Lobo, retratando-o na pagina principal e outras vão dedicadas ao texto e photographias, evidenciando o progresso e o desenvolvimento atingidos pelo Estado

<sup>202</sup>REVISTA Fon-Fon. **O Estado de Sergipe**: exemplo a imitar, uma obra profícua. Rio de Janeiro, n. 43, 23 out. 1920, p. 19-21.

<sup>203</sup>CORREIO de Aracaju. **A Fon-Fon publica matéria sobre o centenário a emancipação de Sergipe**. Aracaju, 21 set. 1920, ano XIV, n. 2994, p. 2.

nestes últimos tempos, notadamente do actual governo a esta parte. As gravuras representam a construção do caes, avenida Rio branco, jardim Olympio Campos, o aspecto da praça 24 de outubro, o monumento Ignácio Joaquim Barboza, theatro etc. Alem do presidente são ainda se vêem o secretario geral dr. Alvaro Silva; o chefe de Policia, dr. Wenceslau Guimarães; o presidente da Assembleia, dr. Simeão Telles de Menezes Sobral; e o intendente dr. Baptista Bittencourt.

Sobre a divulgação em periódicos de circulação nacional, segundo Medina<sup>204</sup> “a programação das festividades foi divulgada como matéria paga em revistas e jornais do Sul do país. Do Rio veio uma firma para filmar toda cidade e as festas”. É importante mencionar que a Revista *Fon-Fon* possuía escritórios em diversas cidades do país, que agiam como seus representantes e realizavam matérias sobre outros lugares do Brasil, nos mostrando que ela não estava restrita apenas ao seu local de origem. A intenção era, de fato, imortalizar esse momento da história de Sergipe para a posteridade, pois os festejos da emancipação política não foram apenas para celebrar a data de libertação do julgo baiano, mas também para comemorar a inserção de Aracaju aos padrões modernos que outras cidades brasileiras já haviam experimentado no início do século XX. A imagem seguinte mostra a imagem do Presidente Pereira Lobo na capa do número especial da Revista *Fon-Fon*, que falava sobre as celebrações do centenário e teciam elogios ao Governo. Há uma quantidade de números dessa revista que dedicam suas capas e matérias a nomes da política e da diplomacia brasileira, o que nos faz afirmar que os artigos sobre Aracaju foram pagos, uma vez que ninguém os assinou.

**Figura 17 – Foto de Pereira Lobo**



Fonte: Capa da Revista *Fon-Fon*. 23 de outubro de 1920.

<sup>204</sup> MEDINA, Ana Maria Fonseca. Op. Cit., p. 39.

Joaquim José Pereira Lobo foi um personagem contraditório, durante a Primeira República em Sergipe. Sua carreira militar o rendeu determinados êxitos, ao contrário de sua vida política que foi regada de controvérsias, todavia isso não retira a importância do seu papel durante transformações empreendidas em Aracaju, que devido aos problemas e a pouca condição encontrados durante a realização do embelezamento da capital, algumas obras não foram concluídas. Porém, apesar de realizar valorosos trabalhos, “governou de forma autocrática, a ponto de vários de seus correligionários bandearem-se em 1921 para o movimento oposicionista denominado *Reação Republicana*<sup>205</sup>”.

Em 1922 entregou o Governo a Graccho Cardoso, sobre constantes vivas da oposição, que, segundo Nascimento<sup>206</sup>, contou os dias para a saída de Pereira Lobo do poder, chegando a parodiar o Hino de Sergipe da seguinte maneira “Está por terra a árvore daninha do despotismo: Alegrai-vos sergipanos! Pereira Lobo já não nos governa<sup>207</sup>”. Mesmo fora do Governo, Lobo continuou sendo criticado pela oposição, principalmente quando ganhou as eleições para o Senado, para ocupar a vaga deixada por Oliveira Valadão e que Graccho havia ocupado apenas por um ano. Em 21 de fevereiro de 1923, partiu para o Rio de Janeiro com toda a família no pacote *Íris*<sup>208</sup>. Na capital federal, voltaria a exercer suas funções na Câmara Alta do Legislativo brasileiro. Residiu na casa de número 225, da Rua Barão de Mesquita, bairro Tijuca<sup>209</sup> e lá permaneceu até o derradeiro dia de sua vida em 24 de fevereiro de 1933.

O Governo de Pereira Lobo pode ser dividido em dois momentos, o primeiro entre 1918 e 1920, caracterizado pelo otimismo da economia sergipana, ocasião em que as indústrias de tecidos e o açúcar estavam em alta, o que possibilitou dar continuidade aos trabalhos do seu antecessor e ao mesmo tempo realizar reformas significativas no Estado e na capital. Provavelmente o que influenciou o mandatário sergipano a realizar tais reformas, foi o contato dele com o Rio de Janeiro no início do século passado, quando a capital vivia um momento de transformações em seus cenários, lembrando que antes de assumir o Governo sergipano, Pereira Lobo era um Senador da República e figura presente em diversos periódicos da época, pois se folhearmos alguns

<sup>205</sup>DANTAS, José Ibarê Costa. **Os partidos políticos em Sergipe (1889-1964)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989, p. 87.

<sup>206</sup>NASCIMENTO, Sayonara Rodrigues do. Op. Cit., 2005.

<sup>207</sup>JORNAL do Povo, 24 de outubro de 1922, p. 1.

<sup>208</sup>SERGIPE Jornal. **Despedida**. Aracaju, 22 fev. 1923, Ano II, n. 454, p. 1.

<sup>209</sup>Idem

números da Revista *Fon-Fon*<sup>210</sup>, vamos encontrar diversas matérias sobre ele. Assim como Haussmann e as reformas em Paris influenciaram Pereira Passos e as reformas no Rio de Janeiro, esse último pode ter ajudado a compor o ideal reformista em Pereira Lobo quando decidiu embelezar Aracaju dentro dos mesmos paradigmas.

O segundo momento, entre 1921-1922, está relacionado com a crise financeira que surpreendeu Sergipe, com isso algumas obras ficaram inacabadas como o cais do porto. De acordo com Presidente, o saneamento consumiu as verbas estaduais<sup>211</sup>, ou seja, os trabalhos para erradicar as doenças, como aterros e drenagens, fizeram o Estado gastar mais do que o esperado, mas mesmo com todo esse empenho, as doenças continuaram e diversas obras ficaram inacabadas. Coube a Maurício de Graccho Cardoso, seu sucessor na presidência, dar continuidade aos melhoramentos, reformas e remodelações.

Conhecemos nesse capítulo o Governo de Pereira Lobo, que aproveitando-se da situação favorável da economia do Estado, por conta das fábricas de tecidos, realizou as obras de reforma urbana da cidade de Aracaju, com intuito de prepará-la para os festejos de 1920. Nesse período, a capital sergipana passou por um processo de transformação, que mudaria por completo o cotidiano da cidade. Por fim, fomos levados a conhecer os festejos do centenário da emancipação política de Sergipe e as instituições políticas e intelectuais que ajudaram a organizar as celebrações. Esse capítulo nos ajudou a compreender quais os motivos que levaram o processo de modernização e urbanização de Aracaju a ser impulsionado a partir de 1918 e como esse processo continuaria a partir de 1922, no Governo de Graccho Cardoso que discutiremos no segundo capítulo.

---

<sup>210</sup>Os números da Revista *Fon-Fon* que vamos encontrar menção a Pereira Lobo, antes, durante e depois de exercer a Presidência do Estado são os seguintes: 12,39, 43, 40, 44.

<sup>211</sup>SERGIPE. **Mensagem do Presidente do Estado de Sergipe José Joaquim Pereira Lobo dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1922, ao instalar a 3ª sessão Ordinária da 14ª Legislatura.** Aracaju: Imprensa Oficial, 1920, p. 54.

### CAPÍTULO 3

#### UMA MÃO DE VERNIZ SOBRE O TABULEIRO DE PIRRO: O GOVERNO DE GRACCHO CARDOSO (1922-1926) E A CONTINUAÇÃO DAS OBRAS DA BELLE ÉPOQUE ARACAJUANA

A administração Graccho Cardoso, em Sergipe, está fazendo de Aracajú a legítima “joia do Cotinguiba” [...] a joia do Cotinguiba estará num escrínio de perfeição – perfeição de beleza e comodidade<sup>212</sup>.

O ano de 1922 foi marcado por diversos acontecimentos significativos e que repercutiram no cotidiano da sociedade brasileira. No âmbito cultural podemos citar a Semana de Arte Moderna em São Paulo, que erroneamente foi designada “como marco do nosso modernismo, tornando-se uma espécie de seu sinônimo<sup>213</sup>”. Na verdade, esse evento revelou as novas tendências artísticas modernas do país, uma vez que em meados do século XIX já havia uma corrente literária que se designou como modernismo. O evento foi também uma forma de pensar a sociedade na esfera cultural como um todo, não apenas na literatura. No âmbito político ocorrerá a fundação do primeiro partido comunista no país – O PCB. Também é interessante apontar outro acontecimento que foi gestado no âmbito militar, estamos nos referindo ao Movimento Tenentista, que levou o Brasil a uma crise política sem precedentes<sup>214</sup>. Em Sergipe, de acordo Dantas<sup>215</sup>:

[...] essa inquietação cultural e política de algum tempo vinha se gestando com o surgimento do *Centro Socialista Sergipano* (1918) e da *Liga Sergipense contra o Analfabetismo*, na qual expressões femininas como a farmacêutica Cezartina Régis e a médica Ítala Silva e Oliveira se engajaram de forma decidida através da imprensa.

<sup>212</sup>REVISTA *Fon-Fon*. **A joia do Cotinguiba**, Rio de Janeiro, 14 mar. 1925, Ano XIX, n. 11.

<sup>213</sup>VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves. (Orgs): **O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 354.

<sup>214</sup>De acordo com Lanna Júnior : “O tenentismo surgiu na década de 1920. Desde o início, despontou para a história como um marco relevante para explicar a crise da Primeira República, a revolução de 30 e as Forças Armadas, em especial a participação do Exército na política. Para os dicionários brasileiros e língua portuguesa, “tenentismo” pode se referir tanto a uma determinada ação política ou à ideologia dessa ação. No primeiro caso, o tenentismo tem seu tempo delimitado: da década de 1920 até o início da de 1930. No segundo caso, não existiria propriamente um tempo; seriam ideias que movimentam um aspecto da história do país. Existem aqui dois tipos de tenentismo: o movimento e a ideologia.” Ver: LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves. (Orgs): **O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 315.

<sup>215</sup>DANTAS, José Ibarê Costa. Op. Cit., 2004, p. 39.

Foi dentro desse contexto de efervescência cultural, política e militar, que em 24 de outubro de 1922, Maurício de Graccho Cardoso<sup>216</sup> toma posse da presidência do Estado de Sergipe. É importante apontar que durante algum tempo, entre 1909 a 1921, havia uma ausência de oposição nas eleições em Sergipe<sup>217</sup>, o Partido Conservador liderado pelo Senador Oliveira Valadão e pelo então Presidente Pereira Lobo gozavam de plenos poderes na política sergipana, porém, o autoritarismo do antecessor de Graccho Cardoso gerou um grupo dissidente dentro do partido criando assim a *Reação Republicana*, que no pleito de 1922 lançou a candidatura do aristocrático Senador Gonçalo de Faro Rollemberg, casado com Aurélia<sup>218</sup>, uma das filhas do Barão da Estância. Todavia, mesmo com a investida da dissidência, o Partido Conservador saiu mais uma vez vitorioso nesse pleito: Graccho Cardoso obteve 8.693 votos, já o neto do Barão de Japarutuba<sup>219</sup>, Gonçalo Rollemberg angariou apenas 366. Mas, de acordo com Azevedo:

A vitória de Graccho Cardoso sobre Rollemberg foi expressiva. Apesar da inexistência no país de uma fiscalização apurada dos processos eleitorais e do reduzido número de eleitores, a diferença na quantidade de votos entre os candidatos evidenciava a aceitação da sua candidatura. Ainda assim, porém, no momento de sua posse, em 1922, apesar do seu próprio entusiasmo, perceptível na sua plataforma de governo, Graccho Cardoso não conseguiu ocultar sentimentos de incerteza e de medo<sup>220</sup>.

Mesmo com a falta de lisura no resultado das eleições, a quantidade de votos recebida pelo então Presidente eleito revela a sua aceitação pelos eleitores sergipanos

---

<sup>216</sup>Nascido na cidade de Estância-SE, em 9 de Agosto de 1874, em uma família já caracterizada pelas atividades no campo educacional, filho de Mirena Cardoso e Brício Cardoso, um conceituado professor do Atheneu sergipense quem teve como seu primeiro mestre. Seu avô Joaquim Maurício Cardoso, foi, além de advogado, professor e escritor. José de Alencar Cardoso, de quem Graccho era primo, foi fundador do Colégio Tobias Barreto e Diretor de Instrução no Governo Pereira Lobo (1918-1922). Os estudos de Graccho Cardoso, iniciados em Estância, prosseguiram em Aracaju, depois Rio de Janeiro, onde estudou na Escola da Praia Vermelha. Finalmente, ingressou na Escola Militar do Ceará, estado onde depois, em 1907, concluiu o curso de Direito. Após viver alguns anos no Ceará, onde foi jornalista, professor e político vinculado aos Accioly, diante da derrocada política deste grupo, em momento de dificuldades foi para o Rio de Janeiro, aproximou-se de figuras influentes, integrou-se no esquema Valadão-Lobo, sendo em 1922 eleito Presidente do Estado. Ver: AZEVEDO, Crislane Barbosa de. **A modernidade no Governo de Graccho Cardoso (1922-1926) e a Reforma Educacional em 1924 em Sergipe**. Natal: EDURFN, 2013. p. 26.; DANTAS, José Ibarê Costa. Op. Cit., 2004, p. 39.

<sup>217</sup>DANTAS, José Ibarê Costa. Op. Cit., 2004, p. 46.

<sup>218</sup>Sobre Gonçalo de Faro Rollemberg e Aurélia Dias Rollemberg, ver: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **Memórias de Dona Sinhá**. Aracaju: Scortecchi, 2005b; ALBUQUERQUE, Samuel. **Nas memórias de Aurélia: cotidiano feminino no Rio de Janeiro do século XIX**. São Cristóvão: UFS, 2015.

<sup>219</sup>ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. Aspectos do baronato sergipano, **Revista do IHGSE**, Aracaju, n. 28, 2004, p. 105-127.

<sup>220</sup>AZEVEDO, Crislane Barbosa de. **A modernidade no Governo de Graccho Cardoso e a reforma educacional de 1924 em Sergipe**. Natal: EDURFN, 2013, p. 30.

nos anos iniciais da década de 1920, mas, é válido destacar que Graccho chega à presidência do Estado sob a sombra da gestão de seu antecessor, o que gerou uma determinada desconfiança na sociedade, inclusive naqueles que votaram nele, acreditando em sua tão bem elaborada Plataforma de Governo. Por isso, ao assumir o Governo ele sabia da necessidade de apaziguar os ânimos tanto da população quanto da classe política, pois “a vivência política no Ceará junto aos Accioly, inclusive no momento da queda destes, contribuía para a consciência da necessidade do apaziguamento de comportamentos e práticas políticas<sup>221</sup>”. Em sua posse, ele deixou claro que:

[...] No estado de civilização social moderna, não se compreende governo que não seja obra de colaboração cordeal e solidariedade commum. [...] Só me resta fazer votos por que as relações entre os políticos e os partidos, no Estado, se humanisem e percam dia a dia o caracter aggressivo que as distiguem, tornando, dest’arte, mais fácil e menos esterial a tarefa do governo<sup>222</sup>.

Apaziguar os ânimos no âmbito político era necessário, principalmente em um Estado onde as oligarquias estavam à frente do poder e a violência era utilizada para intimidar os grupos políticos, fossem da oposição ou situação. Inicialmente foi isso que o Presidente Graccho passou para a população nas celebrações de sua posse, que por sinal contou com uma vasta programação e eventos concorridos, como a alvorada realizada pela “banda de música do Batalhão Policial, Missa Campal celebrada pelo Bispo de Aracaju, inauguração de uma ponte no Bairro Industrial, a tarde houve a cerimônia de posse e a noite um baile no Palácio do Governo recém-reformado<sup>223</sup>”. Sobre a cerimônia de posse, o *Sergipe Jornal* registrou:

Às treze horas, solennemente reonida a Assembléia Legislativa do Estado, deu nella entrada s. ex. o dr. Mauricio Graccho Cardoso que, depois de prestado o compromisso a que é obrigado perante a Lei, começou de fazer a leitura de sua Plataforma Presidencial (...). Após a leitura da Plataforma s. ex. dirigiu-se ao Palacio do Governo, recebendo á sua passagem as continências do estylo que lhe foram prestadas por uma Companhia do Batalhão Policial. Ali o aguardava s. ex. o dr. José Joaquim Pereira Lobo para investir na posse de novo Governo em Sergipe. À sua entrada fez-se ouvir uma salva de palmas findo o ruído das quaes, s. ex. o dr. Pereira Lobo pronunciou uma oração de grande valor, seguindo-lhe com a palavra o dr. Graccho

<sup>221</sup>AZEVEDO, Crislane Barbosa de. **A modernidade no Governo de Graccho Cardoso e a reforma educacional de 1924 em Sergipe**. Natal: EDUFRRN, 2013, p. 30.

<sup>222</sup>DIÁRIO Oficial do Estado de Sergipe. Aracaju: Imprensa Official, 1922, p. 13-14.

<sup>223</sup>SERGIPE Jornal. **A posse do novo Governo**. Aracaju, 26 out. 1922, Ano II, n. 360, p. 1.

Cardoso em resposta e que também fez ouvir discurso não menos merecedor de justos applausos<sup>224</sup>.

As transições de Governo são carregadas de representações políticas. É nesse momento que os interesses dos grupos dominantes são expostos, como também o anseio de mudança da população. Nesse caso, o que mudou foi o governante, pois o partido se manteve, demonstrando que não houve manutenção no poder, porém o mandato que se iniciava poderia ser diferente do seu antecessor. As cerimônias de posse também são carregadas de capitais simbólicos, como nos mostra Bourdieu:

A aquisição de um capital delegado obedece a uma lógica muito particular: a *investidura* – acto propriamente mágico de *instituição* pelo qual o partido *consagra* oficialmente o candidato oficial a uma eleição e que marca a transmissão de um capital político, tal como a investidura medieval solenizava a “tradição” de um feudo ou de bens de raiz – não pode ser senão a contrapartida de um longo *investimento* de tempo, de trabalho, de dedicação, de devoção à instituição<sup>225</sup>.

A posse representou para Graccho Cardoso um rito de passagem, momento em que o resultado obtido nas urnas se transfigurou na ascensão do mesmo ao poder executivo do Estado. Ao mesmo tempo, oficializou a continuidade da oligarquia iniciada por Oliveira Valadão que naquele momento estava sob o comando do Senador Pereira Lobo. O que pesava sobre as costas do novo Presidente era justamente o fato de pertencer a esse grupo político, pois para alguns ele poderia “herdar” as mesmas atitudes autoritária e centralizadora do seu antecessor, haja vista que “o campo político, entendido ao mesmo tempo como campo de forças<sup>226</sup>” e agindo da mesma forma que Pereira Lobo, ele poderia angariar críticas da oposição e provocar novos embates.

O novo Presidente deu continuidade às obras deixadas, principalmente por Pereira Lobo, justamente em um momento em que Aracaju enquadrava-se nos mesmos parâmetros de cidades modernas e ele reforçou as obras de remodelação da capital, visto que “em sua plataforma de administração, Graccho Cardoso já demonstrava ideias bastante articulada com relação a problemas cruciais<sup>227</sup>”. De acordo com Azevedo, o Presidente centrou seus esforços através de:

Criação e reformas de instituições, inaugurações e melhoramento de serviços, reordenamento e racionalização dos processos administrativos mediante regulamentação podem ser consideradas

<sup>224</sup> SERGIPE Jornal. **A posse do novo Governo**. Aracaju, 26 out. 1922, Ano II, n. 360, p. 1.

<sup>225</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 193.

<sup>226</sup> Idem, p. 164.

<sup>227</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. Op. Cit., 2004, p. 39.

marcas do governo de Graccho Cardoso em Sergipe. Nos discursos e pronunciamentos oficiais do administrador, eram constantes as referências ao moderno e à necessidade deste no estado<sup>228</sup>.

De acordo com Azevedo, a atuação do Presidente Graccho não se limitou apenas em um setor do Governo, ele esteve interligado com outros setores da sociedade como saúde, educação e a viação pública, que eram primordiais naquele momento, quando o discurso modernizador estava em voga, por isso que seus discursos possuíam a necessidade de citar o moderno, o que mostra a vontade que ele tinha de inserir Sergipe na modernidade. A imagem seguinte (Figura 18) representa o governante de Sergipe em seu gabinete. Interessante frisar que a fotografia nesse período era utilizada para apresentar detalhes relevantes da vida de governantes em seus ambientes de trabalho e em público, como também “se tornaram um mecanismo de grande relevância na difusão das imagens de uma cidade que almeja ser vista com seus traços racionais e construções imponentes<sup>229</sup>”, como era o caso de Aracaju da *Belle Époque*.

**Figura 18 - Graccho Cardoso em seu gabinete no Palácio Olímpio Campos, 1926**



Fonte: Governo de Sergipe. Disponível em: <http://www.palacioolimpiocampos.se.gov.br/o-palacio/historia>. Acesso em: 27 out. 2015.

A imagem (Figura 18) revela o Presidente em seu ambiente de trabalho. É claro que era dessa forma que os políticos, desde a época do uso da fotografia no Império até

<sup>228</sup>AZEVEDO, Crislane Barbosa de. Op. Cit., 2013, p. 31.

<sup>229</sup>SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Op. Cit., p. 73.

a República, gostariam de ser registrados, passando para o povo a noção de compromisso com seu trabalho. A pose também é reveladora, aliás, as imagens que compõem esse trabalho e que possuem determinadas poses, representam de forma sutil as expressões e os comportamentos de um período que foram levados para outro, nesse caso nos referimos ao final do século XIX e o início do XX, pois no entender de Turazzi:

*A pose é o próprio símbolo da fotografia no século XIX, atravessando toda a sua história como um elo de ligação entre as imagens obtidas, os recursos tecnológicos existentes e os agentes sociais envolvidos. A pose é o ponto de partida e de superação o aparente paradoxo que se estabelece nas imagens estáticas de uma sociedade que vive na era do movimento. Onde os homens trilham, cada vez mais, o caminho da velocidade que impulsiona os meios de transporte, a fabricação de mercadorias e as próprias relações sociais*<sup>230</sup>.

Apesar de ser uma invenção do século XIX, a fotografia legou ao século seguinte às mesmas características: como a forma de posar, o cenário e a classe social do fotografado, uma vez que era um recurso para poucos, todavia através dela podemos conhecer como eram engendradas as representações no cotidiano de uma sociedade mutável e que estava buscando se modernizar. Os personagens registrados nas imagens deste trabalho nasceram nos oitocentos, ou seja, são contemporâneos da inserção da fotografia no Brasil, responsáveis pela construção da história das décadas iniciais do século XX e que difundiram as vicissitudes do seu tempo através do testemunho iconográfico. O uso da fotografia estava atrelado ao moderno, este por sua vez era enfatizado nos discursos de Graccho Cardoso como veremos nas páginas que se sucedem.

### 3.1 - A *Belle Époque* da Educação: Os Grupos Escolares

Uma das principais ações do Presidente Graccho Cardoso foi a construção ou implantação de grupos escolares em suntuosos palacetes e prédios. Todavia é importante frisar que a incursão nesse assunto não será algo amplo<sup>231</sup>. Devido aos discursos de modernidade, civilização e progresso estarem ligados com as construções

<sup>230</sup>TURAZZI, Maria Inez. **Poses e trejeitos**: a fotografia e as exposições na era do espetáculo (1839-1889). Rio de Janeiro: Rocco, 1995, p. 13.

<sup>231</sup>Autores a exemplo de Crislane Azevedo (2009) e Magno Santos (2013) desvelaram em seus conceituados trabalhos aspectos importantes como a formação dos grupos e sua arquitetura.

desses “Templos da Civilização<sup>232</sup>”, a análise dos mesmos não pode ser negligenciada neste trabalho. Logo, reiteramos que as obras desses autores nos ajudaram a compor a atmosfera de Aracaju durante sua *Belle Époque*.

No Brasil, durante a transição da Monarquia para a República, o acesso à educação secundária era destinado às famílias abastadas, porém com os ideais de modernização na instrução pública essa situação começa a mudar pouco a pouco, como esclarece Needell:

Com o passar do tempo, um número crescente de filhos de negociantes, burocratas do escalão inferior e profissionais liberais conseguiram acesso aos colégios, mas maioria dos nascidos fora do círculo das elites eram iletrados ou autodidatas. Os motivos não chegam a ser surpreendentes. Os tutores e os poucos colégios existentes custavam caro, eram tradicionalmente considerados privilégio dos ricos e, claro, tirariam jovens do campo, da loja ou de qualquer outro local onde estivessem contribuindo para a sobrevivência econômica de suas famílias<sup>233</sup>.

Como vemos na citação, a instrução era destinada às classes abastadas, ou seja, para aqueles que podiam pagar altos valores pela educação dos filhos, em escolas renomadas ou contratar preceptores (geralmente mulheres e europeias)<sup>234</sup>. Em Aracaju, a instrução de moças da elite, por exemplo, estava sob a obrigação do Colégio Nossa Senhora de Lourdes<sup>235</sup>, enquanto os rapazes eram enviados para outros Estados como Pernambuco, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente para realizar seus estudos nas renomadas faculdades de Direito e Medicina da época. As crianças de outros extratos sociais foram inseridas na escola, mas, o serviço ainda não contemplava a todos. Com o advento da República e a difusão dos ideais de modernidade, o campo educacional foi inserido no contexto da modernização que vinha ocorrendo no Brasil,

<sup>232</sup>Vamos encontrar esse termo na obra de: SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1889-1910)**. São Paulo: UNESP, 1998.

<sup>233</sup>NEEDELL, Jeffrey D. **Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 74.

<sup>234</sup>Sobre a preceptoría no estado, Samuel Albuquerque (Op. Cit. 2005a; 2015) mostra como foram executados os trabalhos de preceptoras alemãs no Sergipe oitocentista.

<sup>235</sup>De acordo com Costa: “O Colégio Nossa Senhora de Lourdes foi criado pelas Irmãs Sacramentinas para instruir as jovens nos princípios fundamentais da doutrina religiosa católica, dando prioridade à formação das moças da elite do Estado de Sergipe. Gerações de mulheres, muitas de uma mesma família, passaram pelo colégio das freiras. [...] Quando o Colégio Nossa Senhora de Lourdes foi criado, os intelectuais sergipanos haviam se mobilizado em defesa da educação. A difusão da instrução era vista como uma possibilidade de inserir o Estado no rol das sociedades civilizadas, demanda presente nos discursos das primeiras décadas do século XX.” Ver: COSTA, Rosemeire Marcedo. **Fé, civilidade e ilustração: as memórias de ex-alunas do Colégio Nossa Senhora de Lourdes (1903-1973)**. 2003. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2003.

pois a instrução era a chave para a inserção das pessoas nos padrões civilizatórios. Logo, o acesso à educação começa a atingir todos os níveis sociais.

Em Sergipe, o surgimento de grupos escolares modernos começa a partir de 1911<sup>236</sup>, quando a capital começava a dar os primeiros passos em busca da sua modernização, já que “a urbanização figura como elemento importante a considerar quando tratamos de educação<sup>237</sup>”, pois quando uma cidade passa por transformações, toda sociedade responde aos ritmos modernos inseridos no contexto citadino, obviamente porque a educação foi a principal forma de difundir as ideias civilizatórias e progressistas. A partir desse momento, a Aracaju daquele período representou isso, pois de acordo com Azevedo:

A cidade, nesse período, transformou-se adquirindo contornos de cidade ‘moderna’, tendo instalado os serviços de luz elétrica, rede telefônica, bondes elétricos, serviços de água e esgotos, construção de hospitais, arquivo público, casas bancárias e comerciais, e o embelezamento e ajardinamento de ruas e praças. Apesar desta remodelação atingir inicialmente apenas a área do “quadrado de Pirro”, nesse processo modernizador os grupos escolares desempenharam papel fundamental, á medida que contribuíram tanto para o embelezamento da cidade e a divulgação de ideais cívicos quanto para o seu asseio, através, por exemplo, da exigência de vacinação das crianças para a realização das matrículas<sup>238</sup>.

Podemos perceber que a finalidade dos grupos escolares extrapolava os limites das salas de aula, sua arquitetura ajudou a embelezar a cidade, pois “o perfil majestoso dos prédios que se impunham na paisagem urbana [...] criando ao mesmo tempo imagens de escola pública como prédio público e de cidade moderna, que progredia com os avanços da educação<sup>239</sup>” e também atendendo aos preceitos higienistas e de saúde pública, intensamente debatidos desde o século XIX<sup>240</sup>. Com isso, percebemos que os grupos escolares não foram meros coadjuvantes na busca compulsória pela

<sup>236</sup>De acordo com Santos: “A emergência dos grupos escolares em Sergipe ocorreu no governo de Rodrigues Dória (1908-1911). Foi nesse período que foi formulado um novo regulamento de instrução pública e tiveram incrementos as obras de construção do novo prédio da Escola Normal de Aracaju. Com essas duas ações, a implantação dos grupos estava sendo encaminhada. A modernidade no campo do ensino primário aos poucos seria edificada.” Ver: SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Op. Cit., p. 76.

<sup>237</sup>AZEVEDO, Crislane Barbosa de. **Grupos escolares em Sergipe (1911-1930): cultura escolar, civilização e escolarização da infância**. Natal: EDUFRN, 2009, p. 67.

<sup>238</sup>Ibidem, p. 67-68.

<sup>239</sup>SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Op. Cit., 2013, p. 90.

<sup>240</sup>Para Azevedo: “As práticas higienistas objetivavam evitar doenças, bem como criar hábitos saudáveis para a sociedade. Estes deviam ser cultivados desde a infância, por isso, atribui-se à escola primária o papel de disseminação dos bons hábitos higiênicos. A escola primária, objeto de transformações no início da República, vai através de uma nova modalidade escolar – grupos escolares – difundir tais comportamentos.” Ver: AZEVEDO, Crislane Barbosa de. Op. Cit., 2009, p. 187.

modernidade, pois eles atuaram como peças fundamentais para difusão das práticas modernas.

É necessário esclarecer que, apesar da construção dos grupos escolares terem seu início a partir de 1911, tomaremos por base o ano de 1924, quando são inaugurados os primeiros grupos em Aracaju, sob a batuta de Graccho Cardoso, afinal o Governo do mesmo “marcou o apogeu e o declínio da difusão dos grupos escolares<sup>241</sup>” e após o seu mandato as características peculiares dos mesmos desapareceram. Em sua primeira mensagem como Presidente do Estado, Graccho externou preocupação com a instrução pública em Sergipe:

A instrução publica, com a qual o estado despende cerca da sexta parte do que arrecada, ainda está longe de corresponder aos resultados que taes sacrificios impõem. Com o muito que gastamos ainda produzimos pouco. Ao lado da incapacidade pelo insufficiente preparo normal, do automatismo esterilizador dos programmas, do ensino mais pedantesco que efficiente, da ausência visível do espírito pedagogico, da pouca comprehensão dos deveres e necessidades do magistério, antes sacerdotício que emprego, havemos de collocar outros factores que accarretam o desalento e a decadência, nada obstante um certo brilho apparente, notadamente nas escolas da capital<sup>242</sup>.

A mensagem mostra que o Presidente estava preocupado, a princípio, com o sistema de ensino. Para ele havia muito a investir, pois os resultados ainda não eram satisfatórios. Era necessário além de uma reforma em seus recursos humanos e educacionais, promover também uma remodelação da arquitetura dos grupos, afinal era o momento em que as cidades adotavam grandes monumentos que pudessem enaltecer o regime republicano e os grupos com suas imponentes sedes faziam parte da paisagem urbana. Porém, mesmo com essa aparente preocupação, com a área educacional, existiam dois aspectos que caracterizavam o descaso da república para com a educação no início do século XX, como nos mostra Saliba:

Não havia sequer um órgão ministerial que tratasse da educação e da cultura de forma autônoma. Toda área educacional, como no Império, era incumbência do Ministério da Justiça e Negócio Interiores – de cunho nitidamente político, articulado com a oligarquia dos estados. Dados de 1920 mostram que a matrícula nas escolas primárias atingia 29% da população em idade escolar no país! <sup>243</sup>

<sup>241</sup>SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Op. Cit., p. 90.

<sup>242</sup>SERGIPE. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 07 de setembro de 1923. Ao instalar-se a 1ª sessão ordinária da 15ª Legislatura, pelo Presidente do Estado Dr. Maurício Graccho Cardoso.** Aracaju: Imprensa Oficial, 1923, p. 6.

<sup>243</sup>SALIBA, Elias Thomé. Cultura. Op. Cit., p. 25.

Vemos que não havia uma pasta determinada do Governo Federal pela educação no país: o processo de ensino era de responsabilidade dos Estados e das oligarquias que os dominavam, por isso que em alguns havia a precariedade na área da educação. Em Sergipe, vemos que, a todo momento, surgia uma instituição. Graccho Cardoso construiu três grupos escolares em Aracaju: General Valladão<sup>244</sup>, Dr, Manoel Luiz e José Augusto Ferraz<sup>245</sup>. Ele também direcionou sua atenção aos grupos já existentes na época, a exemplo dos grupos Modelo (construído por Rodrigues Dória), Central (construído por Siqueira de Menezes), Barão de Maroim e General Valladão (construídos por Oliveira Valadão) e expandiu os grupos pelos interiores e, se formos notar alguns deles estão nas cidades que possuíam fábricas e tecidos, destacadas no Mapa da Figura 04. Sobre essa questão, Santos explica:

Partindo dessa constatação, podemos deduzir que a criação dos grupos escolares em Sergipe também esteve associada à instalação das fábricas, como uma possibilidade de preparar os futuros operários. Contudo, é preciso atentar-se para o fato de que nem todas as cidades que tiveram grupos escolares instalados nesse período estavam atreladas à questão fabril. Cidades como Lagarto, Boquim, Capela e Simão Dias não possuíam fábricas de tecidos e, no entanto, tiveram grupos escolares. O que isso poderia estar denotando? Seria uma contradição da época? Aparentemente não. A criação das escolas graduadas refletia os interesses e lideranças políticas e econômicas de Sergipe e por esse motivo é evidente que personalidades ligadas ao setor industrial tentassem fortalecer seus nomes estimulando a criação de instituições educativas<sup>246</sup>.

A construção de grupos escolares na capital e no interior atendeu às vontades das classes políticas e econômicas, que desejando legitimidade dentro da sociedade, ajudaram a implantar os grupos nas cidades que exerciam influência. Podemos dizer que a legitimidade ocorreu quando a ideia de expansão dos grupos escolares foi acolhida, pois a difusão dos mesmos levou o Presidente Graccho a “ser considerado um grande Presidente<sup>247</sup>” e por ter realizado “a administração mais modernizadora do século XX em Sergipe<sup>248</sup>”. Ao impulsionar o modelo dos grupos escolares em Aracaju, o Presidente preparava a população para a modernidade que constantemente era citada em seus discursos. É válido apontar que, apesar das implantações dos grupos terem sido

<sup>244</sup>Presidente do Estado de Sergipe em dois momentos, o primeiro em 1894 a 1896 e o segundo em 1914 a 1918. Também foi Senador de 1907 a 1914. Ver: DANTAS, José Ibarê Costa. Op. Cit., 2004, p. 27.

<sup>245</sup>Como o terreno para a construção desse grupo foi doado pelo industrial Thales Ferraz, o nome da instituição recebeu o nome do pai dele, que também era um industrial. Ver: SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Op. Cit., p. 92.

<sup>246</sup>SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Op. Cit., p. 100.

<sup>247</sup>NUNES, Maria Thétis. Op. Cit., 2008, p. 249.

<sup>248</sup>DANTAS, José Ibarê Costa. Op. Cit., 2004, p. 39.

apoiadas por industriais, usineiros e pela elite política, eles não foram criados para atender apenas as classes abastadas. Alunos pobres também frequentaram essas instituições de ensino primário, graças as Caixas Escolares, que de acordo com Azevedo:

[...] forneciam aos alunos pobres roupas, calçados, livros e outros acessórios escolares. O seu patrimônio poderia ainda ser aplicado na assistência médica e merenda escolar para os alunos pobres dos grupos<sup>249</sup>.

A finalidade das caixas escolares era de ajudar os alunos pobres, cujos pais não tinham condições financeiras para mantê-los na escola e não seguiam as normas higiênicas prescritas, por isso, era necessário ensiná-los a adquirir, através da educação, práticas de higiene primordiais para a convivência em uma cidade que se tornava moderna. Os recursos das caixas escolares vinham da sociedade civil e do Governo do Estado, por isso, com a queda na economia sergipana em 1921, a prioridade da educação não foi mais comentada, fazendo com que o Presidente do período, Pereira Lobo, se retratasse na mensagem presidencial de 07 de setembro de 1921. Nela, ele lamenta a falta de recursos para viabilizar as obras que havia pensado para o Estado<sup>250</sup>, com isso a arrecadação das caixas escolares também diminuiu.

Quando Graccho Cardoso assumiu a presidência do Estado, não encontrou a instrução pública como desejava, mas, a economia sergipana voltou a crescer, como mostra o Quadro 02 a seguir, o que possibilitou a retomada dos projetos educacionais que o mesmo defendia, desde a época de Deputado.

**Quadro 02 – Exportações sergipanas**

| ANO  | RECEITA         | ANO  | RECEITA         |
|------|-----------------|------|-----------------|
| 1919 | 21.334:763\$582 | 1923 | 43.003.580\$275 |
| 1920 | 19.418:536\$747 | 1924 | 39.758:102\$013 |
| 1921 | 17.687:381\$561 | 1925 | 39.393:394\$503 |
| 1922 | 20.387:153\$419 | 1926 | 33.882:199\$164 |

Fonte: NUNES, Maria Thétis. **História da educação em Sergipe**. 2.ed. São Cristóvão: UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008, p. 250.

<sup>249</sup>AZEVEDO, Crislane Barbosa de. Op. Cit., 2009, p. 99.

<sup>250</sup>SERGIPE. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em 07 de setembro de 1921, ao instalar-se a 3ª sessão ordinária da 14ª Legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1921, p. 21.

Como podemos constatar as exportações de açúcar, tecidos de algodão, algodão em rama, arroz e de outros produtos ligados à economia agrícola<sup>251</sup> voltaram ao ritmo de crescimento perdido durante o Governo de Pereira Lobo. É importante frisar que, nesse momento, o Brasil era um país predominantemente agrícola: a agricultura correspondia a uma boa parte da economia, sendo seguida pela indústria e pelos serviços<sup>252</sup>. Após a Primeira Guerra, o câmbio mundial passou a ser inconstante, ora aumentava, ora diminuía. Tal situação insidia fortemente nas exportações, contudo a situação começou a se normalizar, a partir da década de 1920<sup>253</sup>, por isso que no ano de 1923, quando Graccho assumiu, a receita havia crescido consideravelmente. Importante salientar que, além disso, cresceram também as receitas dos cofres públicos:

A relação entre receitas e despesas na administração Graccho Cardoso demonstrava no início do seu governo uma situação econômica promissora. A receita orçada para 1923 era de 4.995:434\$400, entretanto produziu 9.061:690\$007. A despesa, por sua vez, fixada em 4.995:049\$740, elevou-se a 7.733:370\$324<sup>254</sup>.

Aproveitando-se desse momento de estabilidade na economia, o Presidente Graccho pode efetivar as mudanças necessárias no campo educacional. Uma das primeiras ações foi construir a sede do Grupo Escolar Oliveira Valladão, que desde a sua fundação, em 1918, ainda não possuía uma estrutura física. A imagem a seguir (Figura 19) mostra como era o referido grupo.

**Figura 19 – Grupo Escolar General Valladão**



Fonte: Acervo Fotográfico do Memorial de Sergipe.

<sup>251</sup>SERGIPE. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 07 de setembro de 1923. Ao instalar-se a 1ª sessão ordinária da 15ª Legislatura, pelo Presidente do Estado Dr. Maurício Graccho Cardoso.** Aracaju: Imprensa Oficial, 1923, p. 62.

<sup>252</sup>FRANCO, Gustavo H. B.; LAGO, Luiz Aranha do Corrêa. Op. Cit., p. 220.

<sup>253</sup> Ibidem, p. 210.

<sup>254</sup>AZEVEDO, Crislane Barbosa de. **A modernidade no governo de Graccho Cardoso e a Reforma Educacional de 1924 em Sergipe.** Natal: EDUFRRN, 2013, p. 35.

A imagem (Figura 19) é reveladora, pois podemos compará-la à Figura 09 e vamos perceber que há semelhanças arquitetônicas com o Palácio do Governo, por isso que os grupos escolares foram denominados “Palácios da Sabedoria”, porque seus prédios eram suntuosos e seguiam os parâmetros da arquitetura vigente naquele período, ou seja, o ecletismo. Na gestão de Graccho Cardoso, os engenheiros responsáveis pelas construções dos grupos foram Arthur Araújo, Alfredo Aranha e o já mencionado Hugo Bozzi, o mesmo que realizou a reforma da Ponte do Imperador, esses profissionais procuraram criar uma identidade na arquitetura que identificasse o Governo Graccho, “com um estilo diferenciado do que vinha sendo estabelecido por seus antecessores<sup>255</sup>”, deixando de lado o traçado neoclássico e gótico, por isso esses prédios com suas imponentes fachadas repleta de adornos, tinham pousadas em seus pórticos as águias, que simbolizavam voos mais altos e visão futura para Aracaju e Sergipe. Tais aves designaram os edifícios construídos ou remodelados na administração de Graccho Cardoso, uma forma também de criticar seus antecessores, mostrando que seu Governo abria suas grandes asas, feito águias, prontas para voar rumo às novas possibilidades.

É necessário salientar que os grupos escolares tiveram início no Estado de São Paulo, nas décadas finais do século XIX, “ainda no seio das agitações da queda da Monarquia<sup>256</sup>”, em um momento onde a campanha monarquista ainda se fazia presente no país, por isso a República começava a edificar a modernidade, através desses e de outros monumentos. Além de seguirem a Pedagogia Moderna<sup>257</sup>, adotada pelos grupos paulista, verificamos que:

Os primeiros grupos edificadas em Sergipe seguiram a tendência arquitetônica dos grupos paulistas, criando-se uma discrepância no cenário urbano das cidades em que eram construídos. A modernidade arquitetônica deveria ser acompanhada pela adequação pedagógica, incrementada pelas mestras oriundas da Escola Normal e pelo uso de novos recursos pedagógicos, muitos dos quais importados dos Estados Unidos e da Europa<sup>258</sup>.

<sup>255</sup>SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Op. Cit., p. 152.

<sup>256</sup>Ibidem, p. 74.

<sup>257</sup>De acordo com Valença: “O programa educacional da Pedagogia Moderna acionava a necessidade de moralizar os costumes, de civilizar. Para os reformadores, se fazia necessário dar uma formação mais completa de conhecimentos. Iniciou-se, então, a construção de um novo projeto que articulava idéias de uma educação direcionada para a formação de um homem novo, e esta formação deveria ser operacionalizada pela escola.” Ver: VALENÇA, Cristina de Almeida. Civilizar, Regenerar e Higienizar: as palavras de ordem da Pedagogia Moderna em Sergipe.(1900-1935), **Revista do IHGSE**, n. 34, 2005, p. 171.

<sup>258</sup>SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Op. Cit., p. 76.

O modelo arquitetônico dos grupos escolares, erguidos em Aracaju, seguiu o mesmo criado em São Paulo. Uma constatação interessante, pois enquanto a cidade que se remodelava e se modernizava no entorno desses grupos e que buscou inspirar-se nas reformas urbanas do Rio de Janeiro, então capital federal e centro político da nação, suas escolas encontraram na *Belle Époque*, do centro econômico do Brasil, elementos que a constituíssem como modernas, por isso é cabível afirmar que a modernidade da capital sergipana procurou seguir o exemplo do Rio de Janeiro no âmbito urbano, enquanto no campo educacional buscou em São Paulo suas referências.

Havia diversas necessidades para que Graccho Cardoso inaugurasse grupos escolares em Aracaju, uma delas era que a maioria ficava próximo um do outro, no centro da cidade<sup>259</sup>, isso dificultava o traslado das crianças que residiam longe desses estabelecimentos de ensino. Por isso que o Presidente, atendendo aos anseios da população e da imprensa<sup>260</sup>, construiu outras instituições fora desses limites, para que pudesse atender ao alunado que residia longe dessas áreas e consequentemente de suas escolas.

Um desses novos grupos que não estava situado na zona central da cidade foi o Grupo Escolar Manoel Luiz, construído em 1924. A seguinte imagem retrata os traços arquitetônicos do referido prédio.

**Figura 20 – Grupo Escolar Manoel Luiz**



Fonte: Acervo Fotográfico do Memorial de Sergipe.

<sup>259</sup> SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Op. Cit, p. 88.

<sup>260</sup> O *Sergipe Jornal*, em matéria publicada em 26 de abril de 1923, evidenciou o traslado demorado que os alunos residentes na zona norte realizavam para chegar à zona sul, onde os grupos escolares estavam localizados. Ao mesmo tempo, o jornal também enfatizou a ação do Presidente em construir essas instituições fora do perímetro do Tabuleiro de Pirro. Tal ação do governante foi recebida com entusiasmo pela população. Ver: SERGIPE Jornal. **Outro grupo escolar em Aracajú:** mais uma realização. 26 abr. 1923, Ano II, n. 503, p. 1.

A imagem (Figura 20) mostra a grandiosidade do prédio em contraste com a rua que não havia sido calçada, porém tal detalhe não retira do grupo a grandiosidade e beleza que lhes são peculiares. O Manoel Luiz foi construído na Avenida Pedro Calazans, distante há poucos quilômetros do Centro de Aracaju, onde estavam localizados a maioria dos grupos escolares. As suas obras iniciaram em 1923<sup>261</sup> e terminaram no ano seguinte juntamente, com os grupos General Valladão e José Augusto Ferraz. Ao mesmo tempo, concluíram-se as obras dos grupos de outros municípios sergipanos<sup>262</sup>. Sobre essa questão, Santos afirma que:

[...] Graccho Cardoso buscou inaugurar uma série de prédios que atenderiam ao ensino primário. No total foram onze edifícios construídos na sua gestão, quase todos com um mesmo traçado arquitetônico, marcados pela imponência da fachada e presença de águias. Com isso, na era dos grupos escolares sergipanos, Graccho Cardoso foi o presidente que mais difundiu esse tipo de instituição, a modalidade de escola primária graduada. O perfil majestoso os prédios que se impunham na paisagem urbana das principais cidades sergipanas, criando ao mesmo tempo imagens de escola pública como prédio público e de cidade moderna, que progredia como os avanços da educação. O imaginário republicano foi exposto nas paredes dos prédios escolares. Os projetos dos grupos não eram apenas de uma escola racionalizada, mas também um desígnio de um país que buscava exasperadamente a civilização<sup>263</sup>.

A construção dos grupos escolares, de fato, rendeu a Graccho Cardoso, prestígio e reconhecimento da população aracajuana e sergipana, além disso, os prédios ajudaram a compor a paisagem urbana de Aracaju que, naquele momento passava por um processo de remodelação, que já havia sido iniciado em gestões passadas. Ao mesmo tempo, em que os grupos escolares ajudavam na imagem do Presidente e na fisionomia da cidade, eles também solidificavam os ideais de progresso, civilização e modernidade que o regime republicano prometera. Freyre<sup>264</sup> analisa esse momento de *Ordem e Progresso* da Primeira República como um período de incertezas, afinal a dominação do mais forte com o mais fraco permaneceria, ou seja, as mesmas estruturas que vigoraram no Império se fariam presentes nas décadas iniciais da República, aumentando ainda mais o questionamento se o regime poderia se estender a todos.

<sup>261</sup>SERGIPE. **Mensagem do Presidente do Estado de Sergipe Maurício de Graccho Cardoso dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1923, ao instalar a 1ª sessão Ordinária da 15ª Legislatura.** Aracaju: Imprensa Oficial, 1923, p. 6.

<sup>262</sup>SERGIPE. **Mensagem do Presidente do Estado de Sergipe Maurício de Graccho Cardoso dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1924, ao instalar a 2ª sessão Ordinária da 15ª Legislatura.** Aracaju: Imprensa Oficial, 1924, p. 22.

<sup>263</sup>SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Op. Cit., p. 90.

<sup>264</sup>FREYRE, Gilberto. Op. Cit., p. 873.

A busca pela civilização no âmbito dos grupos escolares, além de ser concebida através das aulas e das diversas práticas pedagógicas, era também realizada pelas festas e atos cívicos realizados por essas instituições. Azevedo nos apresenta como eram realizados esses eventos:

Conforme as descrições, todos os eventos ocorridos na instituição processavam-se dentro da mais perfeita disciplina, exatamente da forma pregada pelo novo Regime político: tudo deveria reinar ordenadamente, demonstrando o progresso, a civilidade. Estas em que alunos, professoras, porteiros e serventes mantinham-se em ordem, a postos, contando como o toque musical da banda de música da Força Pública do Estado, geralmente presente em todas as festas cívicas<sup>265</sup>.

As datas comemorativas, a exemplo do 7 de setembro, 13 de maio, 15 de novembro, entre outras, eram carregadas de simbolismos e rituais pelos grupos escolares, pois eram nesses momentos que os alunos deveriam mostrar a civilidade, a ordem e o respeito a essas celebrações solenes, que além de contar com a participação da população tinha a presença do Presidente do Estado e de membros do Governo. A imagem seguinte (Figura 21) representa a organização das alunas da Escola Normal de Aracaju, instituição responsável por formar futuras professoras e que também aprimorava suas técnicas de ensino nos grupos escolares, como por exemplo, no Grupo Modelo que ficava anexo ao prédio da referida escola<sup>266</sup> e que servia como um estágio para as alunas.

**Figura 21 – Grupo de alunas da Escola Normal de Aracaju**



Fonte: REVISTA *Fon-Fon*, n. 35, 1925.

<sup>265</sup>AZEVEDO, Crislane Barbosa de. Op. Cit., 2009, p. 223.

<sup>266</sup>SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Op. Cit., p. 78.

A imagem (Figura 21) encontrada na Revista *Fon-Fon* nos mostra a organização das alunas durante o ato do registro, vê-se também como a pose é importante para caracterizar a ordem e disciplina. Ao mesmo tempo, vemos que o ato de posar “é recorrente e ocupa lugar de destaque<sup>267</sup>” no momento de fotografar. Um fator é interessante na imagem: a quantidade de alunas negras é expressiva em uma época onde os preconceitos raciais eram constantes e em determinados espaços públicos, limitada. A educação era, talvez, a única chance de trabalho para essas moças no futuro.

As ações de Graccho Cardoso voltadas para a educação também lhe renderam artigos na imprensa, dentro e fora do Estado. Para um dos periódicos “uma das cousas para que mais olha a actual administração de Sergipe é, indiscutivelmente, a instrucção pública<sup>268</sup>”. A Revista *Fon-Fon*, em seu número 35, dedicou diversas páginas para retratar a situação de progresso que vivia Aracaju e Sergipe durante a gestão do Presidente Graccho. Sobre a instrução pública o periódico escreveu:

A instrucção é uma verdade no Estado de Sergipe, pois está disseminada por todos os cantos, mesmo pelos mais longiquos, graças á tenacidade de um governo conscio de seus deveres como é o do dr. Graccho Cardoso. Antes da entrada do actual governo, o que havia em Sergipe, com relação á instrucção, deixava muito a desejar. As escolas primarias funcionavam principalmente no interior, em salas antigas, onde o ar e a luz nunca penetraram. Em ambiente assim, era natural que as crianças não sentissem a alegria que só ultimamente vieram a conhecer<sup>269</sup>.

A gestão de Graccho Cardoso ganhava cada vez mais notoriedade devido a sua intensa atuação na área educacional. Para o Presidente, a educação, além de tornar o indivíduo ciente de suas obrigações e ajudá-lo a adentrar na modernidade e na civilização, era responsável, também, pelo desenvolvimento econômico e social do Estado, por isso, para além dos grupos escolares, ele também criou escolas profissionalizantes, como o Patronato de São Maurício, representado na imagem que segue (Figura 22).

<sup>267</sup>TURAZZI, Maria Inez. Op. Cit., p. 14.

<sup>268</sup>SERGIPE Jornal. **A Instrução Publica em Sergipe**. Aracaju, 27 jan. 1923, Ano II, n. 457, p. 1.

<sup>269</sup>REVISTA Fon-Fon. **A instrucção pública em Sergipe**. Rio de Janeiro, 29 ago. 1925, Ano XIX, n. 35, p. 56.

**Figura 22 – O edifício do Patronato de São Maurício**



Fonte: REVISTA *Fon-Fon*, n. 35, 1925.

O Patronato foi uma escola agrícola, que recebia meninos desamparados e tinha capacidade para duzentas crianças. A criação desses espaços ocorria no Brasil desde o Império. Servia para incluir, de alguma forma, crianças descendentes de ex-escravos e pobres, para evitar vadiagem. Era como uma forma de controle e assegurava a formação de mão de obra para as empresas, portanto, não era um simples ato de benevolência como os registros oficiais transmitiam. Nessa instituição, além de estudarem<sup>270</sup>, os alunos aprendiam como trabalhar com a agricultura, num momento em que esse setor da economia estava em alta, devido aos investimentos e trabalhos do Governo do Estado<sup>271</sup>.

Com a criação da escola agrícola, Graccho Cardoso demonstrou que estava interessado em trabalhar com todos os níveis de ensino, não apenas com a educação primária e o ensino profissionalizante, ele também teve a iniciativa de pensar no ensino superior no Estado, que de acordo com Souza<sup>272</sup>:

[...] as primeiras tentativas de implantá-lo nas plagas sergipanas remonta aos decênios iniciais da *República*. Em 1898, Daniel Campos, presidente interino do Estado, nomeou uma comissão para elaborar o plano de fundação de uma academia de direito. Em 1907, o presidente Guilherme Campos concedeu uma subvenção à sociedade que criasse uma faculdade de direito na capital. Todavia, nenhuma dessas iniciativas surtiu efeito.

<sup>270</sup>REVISTA *Fon-Fon*. **O patronato de menores**. Rio de Janeiro, 29 ago. 1925, Ano XIX, n. 35, p. 66.

<sup>271</sup>SERGIPE. **Mensagem do Presidente do Estado de Sergipe Maurício de Graccho Cardoso dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1923, ao instalar a 1ª sessão Ordinária da 15ª Legislatura**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1923, p. 37-38.

<sup>272</sup>SOUZA, Cristiane Vitorio de. Op. Cit., 2001.

Podemos perceber, que as tentativas de implantação de uma Faculdade de Direito em Sergipe começam nos anos finais do século XIX e adentra ao XX com resultados infrutíferos. É interessante nos questionarmos, por que Direito? Obviamente que o Estado gostaria de entrar no seleto grupo de instituições voltadas para essa ciência jurídica, a exemplo de Recife e São Paulo. Em 1925, Graccho Cardoso anuncia, na mensagem presidencial, a fundação da referida instituição, tão almejada pelos governantes sergipanos que o antecederam:

Festividade de intenso júbilo, pelas esperanças que suscitou, traduziu a instalação da Faculdade de Direito Tobias Barretto, estabelecimento superior de letras jurídicas, a cujo salutar influxo Sergipe vae dever amanhã pujantes e profícuas conquistas no campo das instituições sociaes e políticas. Tomando logar ao lado das Academias congêneres do paiz, o novel instituto cumula lacuna sensibilissima nas aspirações da mocidade conterranea e, do mesmo passo, rende tributo de immortal admiração ao patricio notavel que pelo seu esforço genial tanto soube accrescer o patrimônio philosophico e jurídico da patria e da humanidade<sup>273</sup>.

A mensagem do governante externa a alegria do mesmo ao fundar uma instituição de ensino superior no Estado, desejando que a mesma seja comparada às grandes Faculdades de Direito do país. Para Graccho Cardoso, os jovens sergipanos que aspiravam se tornar advogados não precisariam sair de sua terra para estudar em outros lugares do país. Inicialmente, a faculdade direito funcionaria no prédio do Grupo Escolar Barão Maroim, representado na próxima imagem.

**Figura 23 – Grupo Escolar Barão de Maroim**



Fonte: Acervo Fotográfico do Memorial de Sergipe.

<sup>273</sup>SERGIPE. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 07 de setembro de 1925. Ao instalar-se a 3ª sessão ordinária da 15ª Legislatura, pelo Presidente do Estado Dr. Maurício Graccho Cardoso. Aracaju: Imprensa Oficial, 1925, p. 6.

O imponente prédio, localizado na Avenida Ivo do Prado, não foi construído na administração de Graccho Cardoso, percebe-se pela ausência da água em seu pórtico. Erguido em 1917, na gestão do General Oliveira Valadão, intencionou-se que o curso de Direito funcionasse em suas dependências, o que não ocorreu, pois mesmo tendo professores, estatutos aprovados, diretor e vice-diretor já definidos<sup>274</sup>, a instituição não obteve êxito, por falta de equipamentos não concedidos pelo Governo Federal. Como consequência disso, não atraiu um número considerável de matrículas e desestimulou o início das aulas<sup>275</sup>. Outro fator que pode ter incidido sobre as matrículas foi a falta de condições dos jovens, uma vez que o curso de Direito era caro, apesar da maioria do seu corpo discente ser formado por filhos da elite. Contudo, a Faculdade de Farmácia e Odontologia, criada no mesmo ano pelo Governo de Graccho, não seguiu em frente por muito tempo, durou apenas um ano<sup>276</sup>. Por fim, a ida de jovens da elite para as faculdades de outros Estados poderia também ter influenciado no número baixo de matrículas, pois, quem, com situação econômica favorável, deixaria de frequentar as renomadas instituições da época?

O Instituto de Química também foi outro investimento importante na educação sergipana, durante o mandato de Graccho e assim como as outras instituições que “eram criadas com o objetivo de prover o Estado de profissionais habilitados<sup>277</sup>”, podemos notar que havia uma falta de mão de obra qualificada em Sergipe, que pudesse atender aos anseios modernistas do Governo. Em seguida, vemos na imagem a fachada do Instituto.

---

<sup>274</sup>NUNES, Maria Thétis. Op. Cit., 2008, p. 263.

<sup>275</sup>SERGIPE. **Mensagem do Presidente do Estado de Sergipe Maurício de Graccho Cardoso dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1926, ao instalar a 1ª sessão Ordinária da 16ª Legislatura.** Aracaju: Imprensa Oficial, 1926, p. 12-13.

<sup>276</sup>SOUZA, Cristiane Vitorio de. Op. Cit., p. 46.

<sup>277</sup>AZEVEDO, Crislane Barbosa de. Op. Cit., 2013, p. 47.

**Figura 24 – Instituto de Cuimica**



Fonte: REVISTA *Fon-Fon*, n. 36, 1925.

De acordo com a mensagem presidencial de 1925, o instituto foi edificado todo em cimento armado e media 12x20,8m totalizando aproximadamente 250m<sup>2</sup> e era distribuído em dois andares<sup>278</sup>. Assim como nos demais edifícios erguidos por Graccho Cardoso, a águia também estava pousada sobre o Instituto de Química. No artigo publicado pela *Fon-Fon* a instituição iria “fornecer ao Estado analysts capazes de prover as necessidades dos laboratorios das usinas e das estações experimentaes<sup>279</sup>”, porém, assim como nas outras instituições houve um baixo número de matrículas. Outra instituição, que ganhou um novo prédio na gestão de Graccho Cardoso, foi o Ateneu Sergipense, existente em Sergipe desde o período Imperial, com sua fundação em 3 de fevereiro de 1871, que, nas palavras do Presidente Graccho era “o único órgão com caracter official, que ha mais de meio seculo se devota no Estado a melhorar a qualidade e augmentar a quantidade dos conhecimentos adquiridos na escola<sup>280</sup>.” Para essa instituição, o Governo construiu um novo prédio que está representador na imagem seguinte (Figura 25).

<sup>278</sup>SERGIPE. **Mensagem do Presidente do Estado de Sergipe Maurício de Graccho Cardoso dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1925, ao instalar a 3ª sessão Ordinária da 15ª Legislatura.** Aracaju: Imprensa Oficial, 1926, p. 114.

<sup>279</sup>REVISTA *Fon-Fon*. **O Instituto de Chimica.** Rio de Janeiro, 29 ago. 1925, Ano XIX, n. 35, p. 63.

<sup>280</sup>SERGIPE. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 07 de setembro de 1923. Ao instalar-se a 1ª sessão ordinária da 15ª Legislatura, pelo Presidente do Estado Dr. Maurício Graccho Cardoso.** Aracaju: Imprensa Oficial, 1923, p. 9.

**Figura 25 – Prédio do Atheneu Pedro II**



Fonte: Museu da Gente Sergipana.

Disponível em:

<<http://www.museudagentesergipana.com.br/wps/portal/inicial/restauracaoemuseografia/opredio>>.

Acesso em: 27 out. 2015.

No dia 13 de agosto de 1926, o palacete que abrigaria a instituição escolar foi inaugurado. Na ocasião se fez presente o então Presidente eleito da República, Washington Luís. A partir daquela data, a escola seria chamada por Atheneu Pedro II, em homenagem ao centenário de nascimento do monarca que ocorreu naquele ano e que nas palavras de Graccho uma forma de “gratidão ao monarca que tanto fizera pelo progresso do ensino no Brasil<sup>281</sup>”. Interessante como mesmo após 38 anos da abolição da monarquia, como a representação e o poder simbólico do último Imperador do Brasil se faziam presentes no regime republicano. É importante ressaltar que a mudança do nome da instituição escolar, se deu após a Lei do Banimento da Família Imperial ser revogada em 1920, pelo então Presidente Epitácio Pessoa<sup>282</sup>. Antes disso, nada que remetesse à memória da Monarquia poderia ser utilizado em público, pois com o 15 de novembro de 1889, o novo regime impôs seus preceitos, apagando a memória deixada pela família imperial. Ruas que homenageavam o imperador e a imperatriz mudaram de nome, enaltecendo figuras republicanas, uma forma de criar novos heróis para o nascente regime. Estátuas e quadros dos mesmos desapareceram das repartições e lugares públicos. Na residência do Monarca, o Palácio de São Cristóvão, ocorreram

<sup>281</sup>SERGIPE. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 07 de setembro de 1926. Ao instalar-se a 4ª sessão ordinária da 15ª Legislatura, pelo Presidente do Estado Dr. Maurício Graccho Cardoso.** Aracaju: Imprensa Oficial, 1926, p. 22.

<sup>282</sup>SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. Cit., 1998, p. 499.

leilões de objetos e móveis pertencentes à realza brasileira<sup>283</sup>. Em 1907, o príncipe Dom Luís, segundo filho da Princesa Isabel e do Conde D'Eu foi impedido de desembarcar em solo brasileiro<sup>284</sup>. Era a República brasileira temendo a restauração da Monarquia, mas em 1925, com as celebrações do centenário de nascimento do imperador Pedro II, parece que o regime republicano fez as pazes, comemorando o nascimento daquele que ele próprio banuiu.

Ao adentrarmos ao universo da educação sergipana no Governo de Graccho Cardoso, vamos perceber que, segundo o Presidente do Estado, a educação traria desenvolvimento para Sergipe e inseria ainda mais Aracaju nos padrões de civilização e modernidade que a mesma vinha se inserindo com suas reformas urbanas. O pensamento do mandatário não poderia ser diferente, afinal o mesmo era oriundo de uma “família da pequena burguesia urbana ligada ao magistério<sup>285</sup>” e foi através da instrução pública com os seus imponentes grupos escolares, que Aracaju vivenciou uma *Belle Époque* em seu sistema educacional.

### 3.2 - O Tabuleiro em Obras

Como foi abordado anteriormente nesse trabalho, as obras de remodelação iniciadas no mandato do Presidente Pereira Lobo (1918-1922) não foram concluídas, devido à crise que se abateu nas finanças estaduais, a partir de 1921, por isso os trabalhos foram postergados e ao assumir o Governo, Graccho Cardoso deveria continuá-los. Os trabalhos voltados para a educação foram relevantes, pois ajudariam na escolarização dos sergipanos, em período onde existiram dificuldades de ensino com as escolas isoladas, porém Azevedo aponta outras obras que mereceram destaque durante a gestão do referido Presidente:

Contam-se muitas iniciativas do governo Graccho Cardoso, tais como: Regularização da propriedade fundiária; continuação de aterros e calçamento em Aracaju e diversos melhoramentos no interior do Estado; melhora dos sistemas de esgotos e de fornecimento de água; organização dos serviços sanitários e edição de um Colégio Sanitário; criação do instituto Parreiras Horta para pesquisa e práticas médicas e do Instituto de Química; contribuição à construção do Hospital de

<sup>283</sup>SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. Cit., 1998, p. 486.

<sup>284</sup>Sobre a vinda do Príncipe Dom Luís ao Brasil, em prol de uma possível restauração, ver: MALATIAN, Teresa. **Dom Luís de Orléans e Bragança**: peregrino de impérios. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010.

<sup>285</sup>NUNES, Maria Thétis. Op. Cit., 2008, p. 251.

Cirurgia; início, em parceria com o Ministério da agricultura, das pesquisas sobre a possível existência de petróleo em Sergipe; construção da Penitenciária, do Mercado e do Matadouro em Aracaju; criação do Banco Estadual de Sergipe; substituição dos bondes de tração animal por carris elétricos e regulamentação da inspetoria de veículos<sup>286</sup>.

As obras apresentadas, pela autora, foram realizadas na capital sergipana, o que não significa dizer que o interior ficou aquém dos trabalhos iniciados pelo Presidente, porém isso não nos impede de citar algumas obras em outros municípios de Sergipe, como por exemplo: “instalação de energia elétrica em cidades do interior, como Estância, Lagarto e Nossa Senhora das Dores; construção de estradas; incentivo ao cultivo do algodão, à criação de gado, bem como à indústria [...]”<sup>287</sup>.

Em parceria com a Intendência Municipal, que a partir de 1925 estava sob a administração de Hunald Santaflor Cardoso, indicado pelo Presidente Graccho<sup>288</sup> para liderar o poder executivo de Aracaju, o Governo deu continuidade às obras inacabadas nas gestões passadas, como o calçamento da cidade imprescindível para uma urbe que se modernizava.

No calçamento realizado pelos atuais Governos Estadual e Municipal houve uma diferença dos que foram realizados por Pereira Lobo: dessa vez era feito com paralelepípedos, o que impossibilitava a formação de poças nas ruas da capital. Não se sabe ao certo qual material foi utilizado na pavimentação da cidade feita pela gestão anterior, porém, como era comum naquele período, o uso de pedras irregulares poderia ter sido uma opção utilizada por seu antecessor. As obras de calçamento podem ser observadas na imagem:

<sup>286</sup>AZEVEDO, Crislane Barbosa de. Op. Cit., 2009, p. 104.

<sup>287</sup>Idem.

<sup>288</sup>Com a instauração da República, os chefes dos executivos municipais eram designados pelos Presidentes dos Estados, sem que houvesse eleições para o cargo. Ao assumir o governo em 1922, Graccho contou com a ajuda de dois intendentes: Antônio Batista Bittencourt e Adolfo Espinheira Freire de Carvalho, até 1925, quando exonerou esse último e empossou Hunald Santaflor Cardoso, seu irmão e então bacharel e diretor do Banco Estadual de Sergipe. Ver: SERGIPE. **Mensagem do Presidente do Estado de Sergipe Maurício de Graccho Cardoso dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1925, ao instalar a 3ª sessão Ordinária da 15ª Legislatura.** Aracaju: Imprensa Oficial, 1925, p. 9-10.

**Figura 26 – O novo calçamento de Aracaju – Rua de Itabaiana, calçada a paralelepípedos**



Fonte: REVISTA *Fon-Fon*, n. 35, 1925.

A imagem (Figura 26) apresenta as obras de calçamentos realizadas nas ruas de Aracaju. É interessante notarmos, no registro fotográfico, a presença dos trilhos de bondes elétricos que logo seriam implantados na capital em substituição aos bondes de tração animal. De acordo com a mensagem presidencial, foram realizados na Rua Itabaiana (mostrada na fotografia), 8.664 metros de calçamento com paralelepípedos e ao todo:

Foram assentados 20.951 metros quadrados, sendo [...] 1.193 na rua de Pacatuba, 4.767 na Avenida Barão do Rio Branco, 2.271 na Avenida Ivo do Prado e 4.056 na Praça Fausto Cardoso. Desse total, é preciso notar que 11.111 metros foram executados em 1924 e os restantes, isto é, 9.840, no corrente anno, proseguindo presentemente as turmas encarregadas desse serviço a trabalhar na Avenida Ivo do Prado e rua de Itabaiana. Á pedra irregular, tendo somente a face superior aparelhada foram assentados 525 mestros quadrados, na Praça de Santa Izabel<sup>289</sup>.

A partir da mensagem presidencial, podemos perceber que ainda havia um trecho em que as pedras irregulares eram utilizadas para calçamentos e que os paralelepípedos foram colocados nas principais ruas da cidade. Para embelezar o calçamento, 1.377 metros lineares de meios fios de granito foram colocados no trecho entre as Avenidas Barão do Rio Branco e Ivo do Prado, como também na Rua de

<sup>289</sup>SERGIPE. Mensagem do Presidente do Estado de Sergipe Maurício de Graccho Cardoso dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1925, ao instalar a 3ª sessão Ordinária da 15ª Legislatura. Aracaju: Imprensa Oficial, 1925, p. 10.

Pacatuba<sup>290</sup>. As transformações no calçamento renderam comentários dignos de nota pela Revista *Fon-Fon*:

O calçamento que era o mais antiquado possível, está sendo substituído pelo de parrallelepipedos de granito ou de macadame alcatroado, achando-se já nas ruas e praças calçadas. O serviço de calçamento custa á municipalidade enormes sommas, pois, não havendo em Sergipe pedra em quantidade sufficiente, é ella trazida de fóra do Estado<sup>291</sup>.

Essa assertiva encontrada no periódico carioca nos revela que de fato o calçamento de Aracaju era rústico, mas não informa qual material foi utilizado, ao mesmo tempo, mostra que para conseguir pedras como granito, a Intendência, que era responsável pelas obras de pavimentação, buscou em outros Estados o que custou enormes valores à municipalidade. De acordo com a mensagem presidencial, o valor somado com as obras públicas de Aracaju, que foram repassados para a administração municipal, era de 58:997\$881. Logo, no entender de Azevedo:

Os investimentos do governo em obras públicas denunciavam um projeto modernizador em que, além da atenção aos serviços de instrução, tinha lugar de destaque os serviços embelezamento e higienização dos espaços públicos<sup>292</sup>.

Além de grandes investimentos da educação com os grupos escolares, escolas agrícolas e até com ensino superior, Graccho Cardoso mostrou-se preocupado com as obras públicas, por isso que, assim como seu antecessor, ele promoveu reformas das praças e jardins, a exemplo da Praça Pinheiro Machado, onde os restos mortais de Tobias Barreto foram depositados em um monumento em homenagem ao mesmo<sup>293</sup>. A Praça Fausto Cardoso, localizada no centro do já mencionado “Tabuleiro de Pirro”, também recebeu melhoramentos, novas árvores foram plantadas. A construção de áreas verdes ajudava a combater os miasmas segundo os sanitaristas. A Praça ganhou também novos coretos, como o que a imagem seguinte representa.

<sup>290</sup>SERGIPE. **Mensagem do Presidente do Estado de Sergipe Maurício de Graccho Cardoso dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1925, ao instalar a 3ª sessão Ordinária da 15ª Legislatura**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1925, p. 10.

<sup>291</sup>REVISTA Fon-Fon. **Aracaju remodelada**. Rio de Janeiro, 29 ago. 1925, Ano XIX, n. 35, p. 75.

<sup>292</sup>AZEVEDO, Crislane Barbosa de. Op. Cit., 2013, p. 36.

<sup>293</sup>REVISTA Fon-Fon. **Jardins de Aracajú**. Rio de Janeiro, 29 ago. 1925, Ano XIX, n. 35, p. 79.

**Figura 27 - Coreto da Praça Fausto Cardoso**



Fonte: Acervo Fotográfico de Jeferson Augusto da Cruz, 2016.

Os coretos seguem os preceitos da arquitetura eclética e que, paulatinamente, começava a se impor sobre a paisagem urbana de Aracaju, no início do século XX, como também a de outras cidades brasileiras, deixando de lado a arquitetura neoclássica, que figurou no Brasil durante o período monárquico.

Para abrir novas ruas e avenidas, “artérias da cidade moderna”, a exemplo da Artur Bernardes que, segundo o Presidente era a maior da cidade, pois começava “a partir da Estação Estrada de Ferro E’ste Brasileiro [...] até o triangulo de entroncamento das linhas ferreas no bairro Aribé<sup>294</sup>”. Desapropriações foram feitas para que outras ruas e avenidas surgissem no Bairro Santo Antônio e no Centro da cidade. De acordo com a mensagem presidencial elas foram de utilidade pública e os proprietários foram indenizados<sup>295</sup>. Interessante notar que foi a primeira vez que atos de desapropriação foram citados nos documentos presidências de Graccho Cardoso, porém o paradeiro das pessoas, sua condição social e econômica são desconhecidos. A remodelação de avenidas que já haviam passado por obras em gestões passadas, a exemplo da Avenida Barão do Rio Branco, também foi realizada, o que demonstra a insatisfação do

<sup>294</sup>SERGIPE. **Mensagem do Presidente do Estado de Sergipe Maurício de Graccho Cardoso dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1925, ao instalar a 3ª sessão Ordinária da 15ª Legislatura.** Aracaju: Imprensa Oficial, 1925, p. 11.

<sup>295</sup>\_\_\_\_\_. **Mensagem do Presidente do Estado de Sergipe Maurício de Graccho Cardoso dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1925, ao instalar a 3ª sessão Ordinária da 15ª Legislatura.** Aracaju: Imprensa Oficial, 1925.

Presidente Graccho com os investimentos em obras públicas realizados por seus antecessores, ou a criação de uma nova memória e o apagamento da anterior. Como todo político, ele também demarcou seu território, por isso que as remodelando, mais uma vez, ele ganharia mais notoriedade e destaque na população aracajuana. A imagem (Figura 28) mostra como ficou a avenida referida acima:

**Figura 28 - Um trecho da Avenida Rio Branco, depois do calçamento e da nova ajardinação**



Fonte: REVISTA *Fon-Fon*, n. 35, 1925.

Além de acrescentar mais árvores e um novo calçamento na avenida representada na imagem (Figura 28), o Presidente terminou as obras da balaustrada do cais do Rio Cotinguiba (atualmente chamado Rio Sergipe), “Foram construídos 517,81 metros lineares, sendo 274,71 na Avenida Rio Branco e 243,10 na Avenida Ivo do Prado<sup>296</sup>”.

As obras do porto foram deixadas inconclusas por Pereira Lobo, que por falta de apoio do Governo Federal e pelas críticas da imprensa, não deu seguimento aos trabalhos de revitalização da zona portuária. Com isso, Graccho Cardoso, em 1926, último ano do seu mandato, conseguiu apoio da União para realizar as obras do porto:

Por decreto n. 17.073, de 21 de outubro de 1925, o Governo Federal, de acordo com o que propôs a Inspectoria de Portos, Rios e Canais,

<sup>296</sup>SERGIPE. **Mensagem do Presidente do Estado de Sergipe Maurício de Graccho Cardoso dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1925, ao instalar a 3ª sessão Ordinária da 15ª Legislatura.** Aracaju: Imprensa Oficial, 1925, p. 10.

aprovou o projecto e orçamento para as obras de melhoramentos do porto de Aracajú, neste Estado, na importância de 4.998:200\$000<sup>297</sup>.

Com a economia crescendo se fazia necessária a reestruturação do porto da capital, pois com isso a exportações dos bens produzidos no Estado cresceriam pelo país e a economia de Sergipe teria um avanço considerável. Ao mesmo tempo, o porto também iria servir para atrair pessoas, principalmente estrangeiros, por isso que tornar a cidade moderna era necessário, também, para atrair os olhares internacionais, como europeus acostumados com a modernidade e civilização em seu continente. Não ter bom porto na cidade não era permitido, afinal, por esse motivo que, em 1855, a capital foi transferida.

As preocupações com o embelezamento da capital seguiram Graccho Cardoso até o final do seu mandato. Segundo ele “a cidade de Aracajú [...], foi objecto tambem dos nossos mais instantes cuidados, passando, como é notorio, nos logares mais movimentados e de maior importância, por transformações radicaes<sup>298</sup>”. Tais transformações, de fato, embelezaram a cidade e ajudaram a conviver com padrões de higiene. Para dotar ainda mais a cidade de belas e imponentes construções, o Governo doou o terreno para a construção da nova sede da Intendência<sup>299</sup>, representada na imagem seguinte (Figura 29).

**Figura 29 – Palácio da Prefeitura de Aracajú, construído no Governo Graccho Cardoso**



Fonte: REVISTA *Fon-Fon*, n. 35, 1925.

<sup>297</sup>SERGIPE. **Mensagem do Presidente do Estado de Sergipe Maurício de Graccho Cardoso dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1926, ao instalar a 1ª sessão Ordinária da 16ª Legislatura.** Aracaju: Imprensa Oficial, 1926, p. 5.

<sup>298</sup>Ibidem, p. 25.

<sup>299</sup>**Legislatura.** Aracaju: Imprensa Oficial, 1926. Ver também: AZEVEDO, Crislane Barbosa de. Op. Cit., 2013, p. 49.

O prédio recebeu a denominação de “Palácio Inácio Barbosa”, em alusão ao fundador de Aracaju, e diferente do grandioso Palácio do Governo (atualmente Olímpio Campos), não possuía características que atribuísem pompa a sua arquitetura, que lembrava as construções neoclássicas, sem muitos ornamentos, o que tiravam um pouco do seu esplendor, porém a grandiosidade do edifício chamava atenção, juntamente com as duas esculturas representando as famosas águias, símbolo da gestão Graccho Cardoso. Provavelmente é o único a possuir duas esculturas dessas aves, enquanto os outros apenas uma reina sobre as fachadas.

As obras realizadas por Graccho, em sua gestão, serviram para legitimar sua trajetória política, sobrepondo sua memória a outra. Obviamente houve um interesse dentro de cada trabalho realizado por ele, mas é inegável a importância que seus trabalhos legaram a Aracaju nos anos 1920. No que se refere à saúde pública, sua atuação foi constantemente lembrada pelas gerações seguintes. No próximo tópico veremos como se deram os trabalhos da reforma sanitária, promovida pelo Presidente do Estado.

### **3.3 - “Hygienizar, Embelezar e Modernizar”: A Reforma Sanitária de Graccho Cardoso**

Um dos fatores principais para que uma cidade se torne moderna, são sem dúvida as preocupações relativas à higiene e saúde pública. Para que isso ocorresse a contento, a população deveria seguir as ordens prescritas pela inspetoria de higiene, porém, ao que parece isso não acontecia, pois os surtos de epidemias aumentavam constantemente na capital e no interior de Sergipe.

A remodelação urbana consistia em embelezar a cidade, inserido em sua estrutura elementos que a tornassem moderna, mas é importante ressaltar que “os melhoramentos justificavam-se como uma urgência e estética<sup>300</sup>”, por isso que as reformas urbanas seguiram as ideias higienistas difundidas no final século XIX e que eram pautadas no ensino de novos hábitos passados principalmente pela educação, visando a manutenção da saúde pública.

Ao assumir a presidência do Estado em 1922, Graccho encontrou uma estrutura de saúde pública deficitária e diversas epidemias assolando a capital e o interior de

---

<sup>300</sup>LEITE, Rinaldo César Nascimento. **E a Bahia civiliza-se....: ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana em Salvador (1912-1916)**. 1996. 161f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996, p. 55

Sergipe. Mesmo seu antecessor, Pereira Lobo, ter empreendido trabalhos para por fim aos focos de doenças, como a *Influenza* e varíola, os mesmos não surtiram efeito, uma vez que trabalhos urbanos, a exemplo de aterros, foram realizados, todavia não impediram a formação de águas estagnadas e por sua vez, a proliferação de doenças<sup>301</sup>. Além da educação e das obras públicas, responsáveis pela remodelação da capital, Graccho Cardoso direcionou seus esforços no âmbito da saúde, por se tratar de um setor que ajudaria no desenvolvimento econômico de Sergipe, entretanto:

Graccho partilhava também da crença dominante de que somente a União teria recursos técnicos e financeiros para estender a saúde pública para o conjunto da Federação. [...] a primeira medida tomada pelo novo governante, pouco depois da posse, foi procurar o Departamento Nacional de Saúde Pública<sup>302</sup>.

Para o Presidente, apenas o Governo Federal poderia realizar com afinco, os trabalhos de saúde pública e resolver os problemas ocasionados pelas epidemias, por isso que em 1923, um Decreto foi assinando, onde as atribuições da Diretoria de Higiene e Saúde Pública se tornaram obrigação da União, causando automaticamente a sua extinção. A partir daquele momento, o Departamento Nacional de Saúde Pública estava encarregado pelos serviços sanitários em Sergipe. Ao mesmo tempo, houve a “transferência das atribuições do órgão de assistência pública para a Intendência Municipal (Prefeitura) e o Serviço de Assistência aos mortos retornava para a Diretoria de Segurança Pública<sup>303</sup>”. Todas essas ações foram previstas no contrato assinado entre o Estado e a União.

Com a transferência das atribuições da antiga Diretoria de Higiene e Saúde Pública, houve a centralização pela União no comando da repartição, porém não significava dizer que o Estado não realizaria algumas indicações de pessoas para ocuparem cargos no órgão, contudo algumas das indicações do Presidente foram negadas, como a do seu irmão para chefiar os serviços sanitários, ficando o mesmo em um cargo secundário. Vê-se aí a presença do nepotismo, tão presente nas indicações da Primeira República, a partir desse episódio começaram as rusgas entre os Governos Estadual e Federal. De acordo com Santana:

Conflitos também ocorreram para a nomeação do quadro de pessoal e foi feito e cumprido um acordo: O Governo Estadual nomearia o

<sup>301</sup>DIÁRIO da Manhã. **Águas Estagnadas**. Aracaju, 26 jul. 1919, Ano IX, n. 2.376, p. 1.

<sup>302</sup>SANTANA, Antônio Samarone de. **As febres do Aracaju**: dos miasmas aos micróbios. Aracaju: O Autor, 2001, p. 201.

<sup>303</sup>Idem.

peçoal administrativo e o Federal o peçoal técnico. A pretensão de autonomia da saúde pública batia de frente com as formas tradicionais de ocupação dos cargos públicos em Sergipe<sup>304</sup>.

É perceptível vermos que a busca pela autonomia nesse âmbito era constante, o Governo do Presidente Graccho, orgulhoso pelas reformas na cidade e as construções dos grupos escolares terem elevado a sua popularidade, não queria deixar mais esse mérito. O mesmo caso ocorria com a União, que sempre legou para si os avanços da saúde pública nos Estados brasileiros, também não abriria mão dos méritos que os trabalhos de saúde pública iriam proporcionar no Estado da federação.

Apesar desses problemas iniciais, o órgão começa a realizar suas tarefas e o diretor nomeado pela União, Dr. Phocion Serpa, determina o plano de ação e as atribuições do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural em Sergipe<sup>305</sup>. O plano atendia a diversos setores e consistia principalmente em fiscalização e controle da higiene aracajuana, “um verdadeiro programa de saúde pública, que ao ser implantado modificaria totalmente a face dos serviços de higiene do Estado de Sergipe<sup>306</sup>”, porém a conturbada relação entre o Governo do Estado e a União resultou na rescisão<sup>307</sup> do Decreto que entregava os serviços de saúde pública estadual ao Governo Federal. Após inúmeros debates, a presidência do Estado é pressionada para retomar o acordo com o Governo Federal, o que só ocorreu no ano de 1924, como nos mostra a mensagem presidencial do referido ano:

No período do meu governo, nenhum surto epidemico registrou-se no Estado. Renovado o accordo com o Departamento Nacional de Saude Publica, que havia sido denunciado pelos motivos que voz expuz na Mensagem do anno passado, entreguei toda direcção dos serviços correlatos a esse importante ramo da administração aos delegados federaes do Departamento e as vantagens têm sido sensíveis, em bem da saude publica<sup>308</sup>.

Os motivos expostos pelo Presidente Graccho, que resultaram no rompimento do contrato com a União, além das querelas e insatisfações ocorridas, foi por conta dos altos valores que o Estado deveria pagar para a realização dos serviços do Departamento

<sup>304</sup>SANTANA, Antônio Samarone de. Op. Cit., p. 202.

<sup>305</sup>Foi um serviço criado no âmbito do Departamento Nacional de Saúde Pública e que assumiu os trabalhos de saúde pública em Sergipe. Ver: SANTANA, Antônio Samarone de. Op. Cit., p. 201.

<sup>306</sup>SANTANA, Antônio Samarone de. Op. Cit., p. 203.

<sup>307</sup>SERGIPE. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 07 de setembro de 1923. Ao instalar-se a 1ª sessão ordinária da 15ª Legislatura, pelo Presidente do Estado Dr. Maurício Graccho Cardoso.** Aracaju: Imprensa Oficial, 1923, p. 36.

<sup>308</sup>SERGIPE. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 07 de setembro de 1924. Ao instalar-se a 2ª sessão ordinária da 15ª Legislatura, pelo Presidente do Estado Dr. Maurício Graccho Cardoso.** Aracaju: Imprensa Oficial, 1924, p. 21.

Nacional de Saúde no Estado, segundo o Governo “estava sendo mais oneroso que eficiente<sup>309</sup>”. Ao perceber que os serviços de saúde, estando sob responsabilidade da União e que os gastos partiriam do Governo de Sergipe, não lhe rendendo nenhum prestígio, o contrato foi rompido, o que nos faz entender que Graccho não desejava arcar com nenhuma despesa e levar para si os lucros simbólicos que os trabalhos renderiam.

O que possivelmente fez Graccho Cardoso retomar o contrato com o Governo Federal foi a inoperância da velha repartição de saúde do estado que voltou a operar após o rompimento com a União. Mesmo o Presidente tendo afirmado que não houve epidemias durante esse período, é possível também que necessitando de mais verbas para realizar obras voltadas para a saúde e higiene da população, o Presidente reata com o Departamento Nacional de Saúde e passa a contribuir com 50% das despesas<sup>310</sup>.

Para ajudar na estrutura da saúde pública em Aracaju e no Estado, Graccho Cardoso planejou a criação de instituições que ajudariam no desenvolvimento da saúde pública e que seriam destinadas “a pesquisa e a produção de insumos básicos<sup>311</sup>”. Por isso que em 14 de novembro de 1922, criou uma lei que autorizasse a fundação de uma instituição, que seguiria os mesmos parâmetros de pesquisa do Instituto Oswaldo Cruz (atualmente Fundação Oswaldo Cruz) e em 23 de julho de 1923, deu-se início as obras do Instituto “Parreiras Horta” representado na imagem.

---

<sup>309</sup> \_\_\_\_\_. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 07 de setembro de 1923. Ao instalar-se a 1ª sessão ordinária da 15ª Legislatura, pelo Presidente do Estado Dr. Maurício Graccho Cardoso. Aracaju: Imprensa Oficial, 1923, p. 23

<sup>310</sup>SANTANA, Antônio Samarone de. Op. Cit., p. 206.

<sup>311</sup>Ibdem, p. 216.

**Figura 30 – Vista lateral do Instituto Parreiras Horta, em Aracaju**



Fonte: REVISTA *Fon-Fon*, n. 35, 1925.

A imagem mostra a lateral do prédio do Instituto Parreira Horta, que recebeu esse nome em homenagem ao médico discípulo de Oswaldo Cruz, que assumiu a direção do Instituto. A construção do instituto terminou no prazo previsto, porém a inauguração ocorreu em 5 de maio de 1924, pois o Governo aguardava a chegada do Dr, Paulo de Figueiredo Parreiras Horta “o illustre cientista, que lhe dá o nome, para iniciar o seu proveitoso e humanitário trabalho<sup>312</sup>”. De acordo com Santana o objetivo do instituto era o de:

[...] construir, ao mesmo tempo, um Instituto Pasteur, voltado para o combate a raiva; um Instituto Vacinogênico, para a produção da vacina anti-varíola; e um laboratório de análise clínica, bacteriológica e química; e que também funcionasse como um centro de pesquisas médicas<sup>313</sup>.

As funções do instituto estavam divididas em três partes, como podemos ver na citação, mas a produção da vacina contra a varíola foi importantíssima para aquele momento de intensos combates a doença. Não há registros, em Aracaju, que revelem algum tipo de revolta contra a aplicação de vacinas, diferente do que ocorreu no Rio de Janeiro, mas a questão é que desde os tempos da antiga inspetoria de higiene, o número de pessoas que procuravam a “imunização” contra a doença era baixo, por isso que os grupos escolares, através da Nova Pedagogia incitavam em seu alunado as noções primordiais de higiene, que deveriam ser aplicadas no cotidiano, por isso que educação

<sup>312</sup>SERGIPE. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 07 de setembro de 1924. Ao instalar-se a 2ª sessão ordinária da 15ª Legislatura, pelo Presidente do Estado Dr. Maurício Graccho Cardoso.** Aracaju: Imprensa Oficial, 1924, p. 22.

<sup>313</sup>SANTANA, Antônio Samarone de. Op. Cit., p. 216.

se tornou uma parceria na difusão dos trabalhos sanitários e tiveram no médico Helvécio Andrade um aliado na propagação desses ideais higienistas no âmbito educacional<sup>314</sup>. As funções do instituto foram realizadas com presteza, além disso, ele produziu pela primeira vez em todo país, a vacina contra as febres tifoide e paratifoide, doenças que se assemelham pela forma de contágio através da urina e vezes, mas que produzem sintomas diferentes, procurou também elucidar a existência de difteria em Sergipe<sup>315</sup>.

O instituto Parreiras Horta ganhou prestígio em todo país por ter ajudado durante a Reforma sanitária, empreendida pelo Presidente Graccho Cardoso, a erradicar os focos das doenças que assolavam a capital e o Estado, desde o século XIX. Tais moléstias “eram o pesado tributo pago pela população mais pobre às péssimas condições da Capital<sup>316</sup>”. A referida instituição também foi destaque nas páginas da Revista *Fon-Fon*:

Notável criação do illustre presidente de Sergipe é o Instituto Parreiras Horta dirigido pelo sábio que lhe dá o nome, e que tão grandes e assinalados benefícios vem prestando aos sergipanos. Nelle, todas as vaccinas são encontradas e são feitas as analyses biologicas, produzindo, também o soro anti-rabbico<sup>317</sup>.

Os investimentos na saúde deram de fato notoriedade a Graccho Cardoso. Os trabalhos sanitários associados a práticas modernas revelaram-se eficientes no combate às epidemias que assolaram a Aracaju da *Belle Époque*. Com efeito, “imprimia, desse modo, a redefinição do espaço urbano, a redistribuição dos locais destinados aos serviços sanitários e o emprego de mecanismos de controle da população<sup>318</sup>”, com isso as pessoas passaram a ser orientadas e suas residências constantemente visitadas, principalmente a população pobre, que por conta da falta de higiene de sua habitações, a culpa recaía sobre ela.

As preocupações com a saúde pública não cessaram com a fundação do Instituto Parreiras Horta. Se fazia necessário outra instituição que pudesse atender os casos mais graves, tanto de epidemias quanto de outras doenças e que pudesse realizar cirurgias, uma vez que a rede de caridade hospitalar de Sergipe era precária. Dentro desse

<sup>314</sup>VALENÇA, Cristina de Almeida. **Civilizar, regenerar e higienizar: A difusão dos ideais da pedagogia moderna por Helvécio Andrade (1911 – 1935)**. 2006. 254 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2006.

<sup>315</sup>SANTANA, Antônio Samarone de. Op. Cit., p. 218.

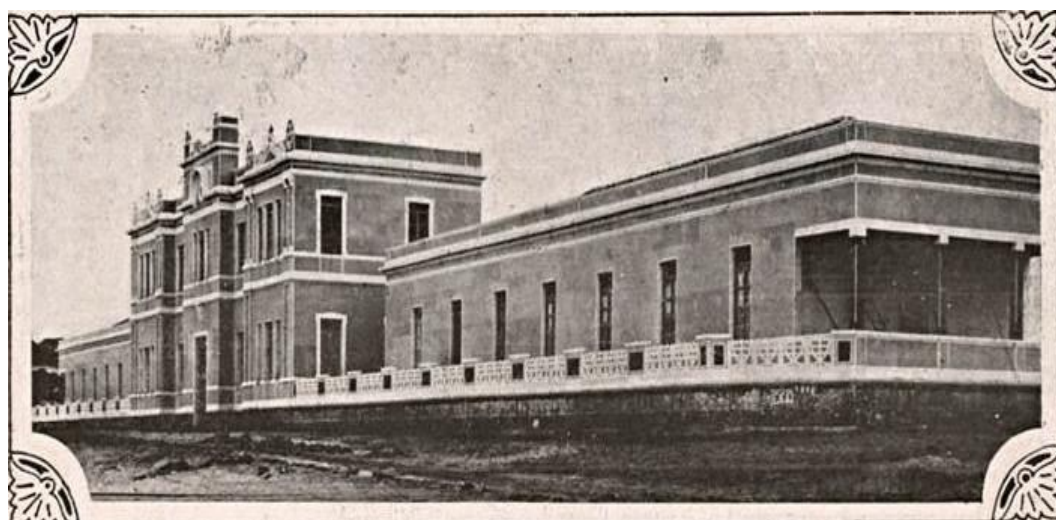
<sup>316</sup>Idem.

<sup>317</sup>REVISTA Fon-Fon. **Sergipe sobre os impulsos do progresso**. Rio de Janeiro, 29 ago. 1925, Ano XIX, n. 35, p. 49.

<sup>318</sup>SARGES, Maria de Nazaré. Op. Cit., p. 155.

contexto foi dada a ordem para a construção do Hospital de Cirurgia em 1º de novembro de 1923, “a planta [...] foi traçada pelo Dr. Arthur Araújo e a construção ficou sob responsabilidade do arquiteto e construtor Hugo Bozzi<sup>319</sup>”, o mesmo que executou diversas obras, durante a remodelação de Aracaju, no Governo de Pereira Lobo.

**Figura 31 – Vista geral do Hospital de Cirurgia, em Aracaju**



Fonte: REVISTA *Fon-Fon*, n. 35, 1925.

A estrutura do hospital era grandiosa e sua construção custou caro aos cofres públicos, tendo obtido ajuda também de particulares para que suas obras fossem concluídas. É importante frisar que Aracaju possuía outra instituição hospitalar, o Hospital Santa Isabel, o diferencial dessa nova instituição é que promoveria o cuidado com a saúde e realizaria procedimentos cirúrgicos dentro dos padrões higiênicos e modernos, ainda não experimentados pelo antigo hospital. A mensagem presidencial de 1926 mostra como ocorreu a cerimônia de inauguração do hospital:

Constituiu notável acontecimento a solennidade inaugural do Hospital de Cirurgia, fundação de beneficência constituída pelo Estado, destinada a prodigilizar assistência medico-cirurgico, de accordo com os ensinamentos e methods de technica moderna<sup>320</sup>.

Em clima de festa o maior hospital de Sergipe era inaugurado, através da fala do Presidente vamos perceber que o discurso do moderno se fazia presente também no âmbito da saúde pública, afinal o Instituto Parreiras Horta e o Hospital de Cirurgia

<sup>319</sup>SANTANA, Antônio Samarone de. Op. Cit., p. 227.

<sup>320</sup>SERGIPE. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 07 de setembro de 1926. Ao instalar-se a 4ª sessão ordinária da 15ª Legislatura, pelo Presidente do Estado Dr. Maurício Graccho Cardoso.** Aracaju: Imprensa Oficial, 1926, p. 13.

consistiam em “exemplos da preocupação modernizadora do Governo, marcada pela busca do desenvolvimento de instituições de pesquisa científica e prontos serviços à população destinados aos aspectos de higiene<sup>321</sup>.” No entanto, criar instituições para cuidar da saúde e da higiene da população não era o bastante, se fazia também necessário trabalhar com o externo, ou seja, com as ruas. O saneamento de Aracaju também necessitava passar por reformas também, pois no entender de Santos:

As representações elaboradas para a cidade de Aracaju indicam que sua higienização era um dos pré-requisitos à modernização. A construção da cidade moderna, prescindia o estabelecimento de uma estrutura a fim de assegurar o seu continuo estado de vir a ser. Dessa forma, grande parte das inovações que emergiram podem ser concebidas como fatores necessários à manutenção desse processo. Para fazê-la moderna, era preciso torná-la higiênica<sup>322</sup>.

O higienismo<sup>323</sup> foi peça fundamental para a inserção das cidades na modernidade, por isso, cuidar das habitações, dos costumes, da medicina, da eugenia, da alimentação e do saneamento das ruas, se tornou uma tarefa empenhada pelos governantes para alcançarem o *status* de moderno. No que se refere ao saneamento de Aracaju, há muito tempo vinha passando por alguns problemas, como a falta de estrutura, que gerava transtornos à população, acarretando na falta de abastecimento de água. Pensando nessas questões, o Presidente Graccho contratou o famoso engenheiro higienista Saturnino de Brito, que devido aos seus trabalhos nas cidades de Vitória-ES, Santos-SP, Pelotas-RS, Natal-RN e Recife-PE, se tornou referência, graças ao pioneirismo do urbanismo sanitário<sup>324</sup>. Seu pioneirismo deve-se ao fato das obras e projetos desenvolvidos por ele, no início do século passado, pois a trajetória desse engenheiro “se desenrola dentro da cultura urbanística do final do século XIX, num contexto de industrialização e de explosão demográfica nas cidades européias, chegando mais tarde às cidades brasileiras.”<sup>325</sup> É interessante relatar a visita feita pelo engenheiro à Aracaju em 1923, a pedido de Maurício de Graccho Cardoso, então Presidente do

<sup>321</sup>AZEVEDO, Crislane Barbosa de. Op. Cit., 2013, p. 43.

<sup>322</sup>SANTOS, Fabrícia de Oliveira. Op. Cit., p. 27.

<sup>323</sup>O higienismo surge no Brasil entre o final do século XIX e início do XX e caracterizou-se pela preocupação com saúde dos habitantes das cidades, principalmente a população pobre. Ver: CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 31.

<sup>324</sup>BURGER, Juliana Bandeira A. **A paisagem nos Planos de Saneamento de Saturnino de Brito: entre Santos e Recife (1905-1917)**. 161f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

<sup>325</sup>ARRUDA, Juliana Bandeira de. SÂ, Ana Rita Carneiro. A Estética Urbana no Projeto de Saturnino de Brito. In: **Paisagem e ambiente: ensaios**, São Paulo, n. 22, 2006, p. 110-121.

Estado. A chegada do engenheiro foi noticiada pela imprensa, como nos mostra um informe escrito no *Sergipe Jornal*:

Chegou a esta Capital pelo trem de domingo ultimo, em companhia de seu auxiliar o jovem engenheiro dr, Attilio Guimarães, o eminente profissional da engenharia sanitária dr. Saturnino de Britto. A vinda do proficiente especialista a nosso Estado, obedece ao instante chamado do dr. Graccho Cardoso afim de que seja aqui estudado e solucionado o problema de abastecimento de água á capital, e melhoria do serviço de esgotos<sup>326</sup>.

A vinda do tão afamado profissional consistia em elaborar ações com o governo que viessem ajudar nos problemas de higiene e também na reforma do porto. No entanto, abordaremos essas questões mais a frente. Sobre a presença de Saturnino em Aracaju, o *Sergipe Jornal* informou:

A presença, pois, de tão illustre personagem em nossa capital, para tanto sendo-lhe necessário interromper viagem de interesse a outros Estados, deve para nos constituir motivo da mais justa alegria, porquanto outro não é o intuito aqui do proficiente especialista que attender aos desejos do Presidente de Sergipe no sentido de dar immediata solução ao problema do abastecimento de agua a Aracajú, e melhoria do serviço de esgotos<sup>327</sup>.

A presença de Saturnino em Aracaju atendia aos anseios do governo, que desejava por um fim no problema de falta de água nas residências aracajuanas, por isso que obras importantes foram realizadas, para que esse problema fosse solucionado. É interessante frisar que a falta de água também atingia as repartições públicas e os grupos escolares, o que fez com que o Presidente viajasse ao Rio de Janeiro para poder, pessoalmente, tratar com o engenheiro a viabilidade das obras na capital sergipana. De acordo com Santana:

O contrato visava a realização de um completo diagnóstico da situação do saneamento básico de Aracaju e as sugestões de medidas para resolver o problema. [...] Um amplo diagnóstico foi realizado, para efetuar as obras, reformas e ampliação, a mesma empresa de Saturnino de Brito foi contratada. Em 26 de dezembro de 1923, o engenheiro Povia de Brito, representante da empresa no Estado, iniciou as obras de reconstrução da rede e abastecimento e água, drenagem e esgoto de Aracaju. Foi necessário a reconstrução de grande parte dos condutores, duplicação do reservatório e instalação de um sistema de pré-filtragem junto ao ponto de captação do rio Pitanga<sup>328</sup>.

<sup>326</sup> SERGIPE Jornal. **Dr. Saturnino Britto**. Aracaju, 30 jan. 1923, Ano II, n. 435, p. 1.

<sup>327</sup> Idem.

<sup>328</sup> SANTANA, Antônio Samarone de. Op. Cit., p. 236.

Como podemos perceber, através da assertiva, um longo processo de reestruturação na rede de abastecimento de água e esgoto foi realizado. Não se sabe se após essas reformas, a distribuição continuou a ser paralisada, pois essa situação era rotineira antes da reforma, fazendo com que a população ficasse sem água em suas residências durante dias, mas “essa era uma das consequências da modernização. Isto é, nem sempre os melhoramentos dela decorrentes, eram coesos. Seu caráter inovador poderia estar permeado de falhas e limitações<sup>329</sup>”. O que se sabe é que após a reforma dos serviços de saneamento básico de Aracaju, Graccho Cardoso privatizou no final do seu mandato as redes de água e esgoto<sup>330</sup>, provavelmente ele pensou que nas mãos de entidades particulares poderia haver um melhor desenvolvimento do que sob os cuidados públicos. Os serviços de abastecimento de água agora faziam parte do patrimônio do capitalista Francino de Andrade Mello, personagem já citado nesse trabalho. Dono do jornal *O Imparcial*, empastelado na gestão anterior, o que o tornou adversário de Pereira Lobo. Essa venda apresenta um jogo de interesses e ao mesmo tempo uma aproximação do Presidente com os inimigos políticos de seu antecessor e colega de partido, mostrando que Graccho pode ter saído lucrando com a empreitada e ter reformado o sistema de abastecimento para depois vendê-lo.

Preocupado também com a origem dos alimentos, sua conservação e manuseio em feiras-livres, o Presidente providenciou as obras do Mercado Modelo e do Matadouro Modelo, pois a fiscalização dos gêneros alimentícios fazia parte do plano de ação do Departamento Nacional de Saúde Pública e não poderia deixar de lado, visto que a má alimentação poderia transmitir doenças. A imagem seguinte (Figura 32) mostra a construção do Mercado Modelo de Aracaju.

---

<sup>329</sup>SANTOS, Fabrícia de Oliveira. Op. Cit., p. 25.

<sup>330</sup>SANTANA, Antônio Samarone de. Op. Cit., p. 236.

**Figura 32 - O grande Mercado Municipal de Aracaju, em vias de conclusão.**



Fonte: REVISTA Fon-Fon, n. 35, 1925.

O Mercado Modelo possuía uma grande estrutura, assim como outros que foram construídos em reformas urbanas pelo país, como por exemplo: os mercados de Belém (Mercado Ver-o-Peso) e Manaus (Mercado Municipal Adolpho Lisboa), e “tomava uma área de 5.168 m<sup>2</sup>. Tornava-se, pois, mais uma obra monumental da administração Graccho Cardoso<sup>331</sup>”. Infelizmente não conseguimos imagens que mostrassem a estrutura do Matadouro Modelo, porém, sabemos que era “moderno e suntuoso<sup>332</sup>”, características típicas da gestão do Presidente.

Assim como seu antecessor, o Presidente Graccho Cardoso foi vítima de constantes ataques na imprensa, no entanto, os jornais que elogiavam os feitos do seu governo modernista foram os que se voltaram contra ele. Estamos nos referindo ao *Correio de Aracajú* e o *Sergipe Jornal*, que, como já evidenciamos nesse trabalho, foram órgãos de propaganda do governo, porém um desentendimento dentro do Partido Republicano Conservador de Sergipe liderado por Pereira Lobo, causou a divisão do mesmo. Dantas nos apresenta:

Apesar da consciência dos problemas, Graccho Cardoso foi percebendo dificuldades para efetivar seus projetos, fez concessões e nem sempre conseguiu evitar descontentamentos. Embora tenha se manifestado bastante reverente ao presidente da República, inclusive atendendo o seu pedido de eleger senador, Lopes Gonçalves, cidadão maranhense sem nenhuma vinculação com o estado, perdeu apoio dos quadros políticos dominantes locais<sup>333</sup>.

<sup>331</sup>AZEVEDO, Crislane Barbosa de. Op. Cit., 2013, p. 43.

<sup>332</sup> Idem.

<sup>333</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. Op. Cit., 2004, p. 41.

Ao acatar o pedido da presidência da República, para eleger alguém sem ligação com Sergipe para o Senado Federal, Graccho Cardoso causou um cisma dentro do partido, inclusive com o próprio Pereira Lobo, que do Rio de Janeiro expressou sua indignação, porém não falou em rompimento com o Presidente do Estado.

A partir desse momento, em meados de 1924, o partido começou a utilizar os jornais contra o governo, chamando Graccho de “Judas”. Porém, é importante frisar que a maioria dos membros do referido partido ficaram do lado do Presidente o que o possibilitou trabalhar sem maiores complicações, haja vista que, durante o seu mandato ocorreu a Revolta Tenentista<sup>334</sup>, onde ele ficou preso durante 21 dias e retomou em seguida ao cargo.

É importante comparar as administrações de Pereira Lobo e Graccho Cardoso, pois ambas tinham em seu bojo um processo de reforma da capital, baseando-se em ideais modernos já experimentados em outras cidades. Pereira Lobo iniciou esse processo, pois pegou o Estado em uma satisfatória condição financeira, porém acabou deixando uma grande parte das obras para o seu sucessor, como: o calçamento das ruas, reforma do porto, construção do mercado e da penitenciária modelo. Graccho, por sua vez, as realizou em parceria com a Intendência Municipal e aproveitou-se da situação econômica favorável por qual passava o Estado.

Assim como seu antecessor, Graccho Cardoso teve matérias publicadas na Revista *Fon-Fon*, mas o diferencial de um para outro foi que para o último, o periódico dedicou mais páginas da edição de número 35 que estava ricamente ilustrada com imagens das obras realizadas em parceria com a Intendência Municipal. Isso ajudaria na representação simbólica do governante e no imaginário social da época, afinal era um periódico de circulação nacional que realizava uma matéria sobre Aracaju, que seria lida por todo país.

Graccho pode terminar seu mandato sem maiores problemas, “mas não conseguiu indicar seu sucessor nem foi para o Senado<sup>335</sup>” diferente do que ocorreu com Pereira Lobo. Porém voltou a ser Deputado Federal até Revolução de 1930, retornando com redemocratização do país, em 1945. Faleceu no Rio de Janeiro, em 3 de maio de

---

<sup>334</sup>A Revolta Tenentista ocorreu em Sergipe quando, na madrugada de 13 de julho de 1924, quatro oficiais acompanhados por soldados, invadiram o Quartel de Polícia e em seguida o Palácio do Governo, mataram dois sentinelas e prenderam Graccho Cardoso, formando assim uma junta governativa por 21 dias. Passado período tropas do 20º BC., 21º BC, 22º BC vieram a Aracaju e acabaram com o movimento, o presidente foi reconduzido ao cargo e se tornou adversário dos tenentes. Ver: DANTAS, José Ibarê Costa. Op. Cit., 2004, p. 42.

<sup>335</sup>DANTAS, José Ibarê Costa. Op. Cit., 2004, p. 43.

1950, durante uma sessão plenária que presidia. Os reflexos das obras de Pereira Lobo e Graccho Cardoso, no cotidiano de Aracaju, durante a *Belle Époque* serão vistos no próximo capítulo.

## CAPÍTULO 4

### ECOS DA *BELLE ÉPOQUE*: O COTIDIANO DA CAPITAL DE SERGIPE COM AS REFORMAS URBANAS

[...] a cidade serve de baliza ou marco totalizador e quase mítico para as estratégias sócio-econômicas e políticas, a vida urbana deixa sempre mais remontar àquilo que o projeto urbanístico dela excluía. A linguagem do poder “se urbaniza”, mas a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico. A cidade se torna o tema dominante dos legendários políticos, mas não é mais um campo de operações programadas e controladas. Sob os discursos que a ideologizam, proliferam as astúcias e as combinações de poderes sem identidade, legível, sem tomadas apreensíveis, sem transparência racional – impossíveis de gerir<sup>336</sup>.

Durante algum tempo, em decorrência das transformações urbanas vivenciadas, entre o final do século XIX e início do XX, a cidade se tornou o ponto principal para as mudanças que ocorreram na sociedade, desde seu plano econômico até o cultural. O espaço urbano se tornou, ao mesmo tempo, um dos principais temas dentro do universo político, pois ele pode ser considerado como um palco para as apresentações e representações de um determinado grupo, por isso, no entender de Marinho:

Ao elegermos a cidade como objeto de estudo, não tivemos a intenção de mostrá-la como um cenário onde se passaram os acontecimentos, mas como uma construção espacial e simbólica de uma determinada sociedade em uma certa temporalidade. As cidades, ou os diferentes espaços da cidade, são representados de modo diferente por cada grupo social, sendo ela, por excelência, um espaço conglomerado de temporalidades e culturas, sua complexidade é imensa, assim como o é a compreensão dos usos que cada grupo social faz do mesmo espaço<sup>337</sup>.

Para compreendermos as mudanças que ocorreram no âmbito das cidades, se fez necessária uma incursão pelo universo político, afinal as ações desse âmbito reverberaram sobre o espaço citadino, tornando-o um objeto de transformação, onde os acontecimentos se desenrolavam. É claro que os olhares dos grupos sociais sobre as transformações das cidades não serão os mesmos, existiram aqueles que se apropriaram dos ideais de modernidade e civilização disseminados em outros lugares e outros segmentos da sociedade, que por serem considerados “inadequados” foram afastados da

---

<sup>336</sup>CERTEAU, Michel de. Op. Cit., p. 174.

<sup>337</sup>MARINHO. Márcia. Op. Cit., p. 71.

efervescência causada por essas transformações, ou seja, nem todos puderam vivenciar a modernidade e puderam interpretá-la de formas diferentes.

Quando apresentamos as mudanças ocorridas em Aracaju, através das reformas urbanas, realizadas pelos Presidentes Pereira Lobo e Graccho Cardoso, tivemos a intenção de retratar de que forma aconteceram os trabalhos, o que foi mudado, qual a finalidade das obras de remodelação, entre outras questões. Entretanto, a aceitação da população não foi apontada com muita ênfase, apenas pontuada de forma simples, mas não foi por acaso, é como se estivéssemos preparando o terreno para em seguida apontar os resultados obtidos.

O intuito deste capítulo é apresentar como os discursos da modernidade presentes na *Belle Époque* foram recebidos pela população da capital sergipana, através das reformas urbanísticas por ela, durante as décadas iniciais do século XX, com isso observaremos como as vicissitudes do cotidiano eram desveladas e de qual forma o discurso do “civiliza-se” era mensurado.

#### 4.1 - “Aracaju Civiliza-se!”

O título desse primeiro item do capítulo na verdade é uma transformação feita através da expressão “O Rio Civiliza-se”, máxima de autoria de Álvaro Figueiredo Pimentel, em 1904, momento em que o Rio de Janeiro passava por sua reforma urbana, que influenciou outras cidades do país, como já mostramos. Da mesma forma que essa mesma expressão foi emprestada para outros autores, a exemplo de Rinaldo César Nascimento Leite, em sua dissertação: “E a Bahia civiliza-se: ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana em Salvador (1912-1916)”, e Márcia Marinho, em seu livro: “Natal também civiliza-se: sociabilidade, lazer e esporte na Belle Époque natalense”.

Mas não é por acaso. A onda do “civiliza-se” tomou conta das cidades brasileiras. A propagação dos ideais de civilização era realizada constantemente pelos veículos de comunicação da época, pois “civilizar, progredir, modernizar eram as palavras de ordem adotadas por certos segmentos mais ilustrados e elitizados<sup>338</sup>”. No que se refere a essa difusão da civilização pelos periódicos, Leite explica como foi o contexto de Salvador:

---

<sup>338</sup>LEITE, Rinaldo César Nascimento. Op. Cit., 199, p. 36.

As formas derivativas das expressões civilizar e progredir foram muito comumente nos jornais, recebendo acentuação das mais diversas, em frases como: "a nossa falsa civilização..."; "se fala em progresso e adeantamento..."; "em todos os grandes centros civilizados..."; "uma cidade civilizada..."; "com o progresso que indubitavelmente estamos vivendo..."; "a luz da civilização se derrama sobre a Bahia..."; "a Bahia civiliza-se"<sup>339</sup>.

É possível vermos que o assunto do momento era a busca da civilização nos jornais de Salvador, que publicaram várias matérias ligadas ao tema, todavia podemos dizer que foi uma situação que não ficou restrita apenas a um único lugar, mas em todas as cidades que buscaram essa modernização compulsória em busca de padrões civilizatórios e progressistas.

Em Aracaju, por exemplo, palavras como moderno, civilização, progresso e suas derivações apareciam constantemente nos jornais da época, principalmente nos que eram favoráveis aos governantes como o *Correio de Aracajú*. Vamos encontrar escritos como esses: "[...] dia a dia caminha fulgurante na larga estrada do progresso e da civilização"<sup>340</sup>, "A cidade de Aracajú prospera e florescente capital do futuroso Estado do norte"<sup>341</sup>, "Compreendendo a necessidade de que a civilização, já em grao tão adiantado para a sociedade daquelle Estado"<sup>342</sup>, "[...] obra de grande necessidade e de relevante marco de progresso para Aracajú"<sup>343</sup>, "Empregando ingentes esforços para tornar Aracajú uma cidade moderna"<sup>344</sup>, "[...] o teatro é a expressão fiel da civilização d'uma época"<sup>345</sup> "[...] continua a trabalhar pelo progresso e o adeantamento da capital"<sup>346</sup>.

Através de textos como esses, surgia a necessidade de refletir a inserção da cidade na modernidade, os jornais serviam para incitar a população a pensar nas possibilidades de adentrarem ao mundo civilizado, pois a imprensa "exaltava o progresso, a tecnologia e as civilidades importadas da Europa que havia chegado à cidade para transformá-la [...] e formatar novos estilos de vida"<sup>347</sup>. Sobre a civilização, Elias nos apresenta:

<sup>339</sup>LEITE, Rinaldo César Nascimento. Op. Cit, p. 36-37.

<sup>340</sup>SERGIPE Jornal. **Aracajú**. Aracaju, 30 jul. 1921, Ano I, n. 6, p. 2.

<sup>341</sup>CORREIO de Aracajú. Aracaju, 08 abr. 1920, Ano XIII, n. 2.846, p. 1.

<sup>342</sup>\_\_\_\_\_. Aracaju, 9 jul. 1920, Ano XIII, n. 2.914, p. 1.

<sup>343</sup>\_\_\_\_\_. Aracaju, 11 mar. 1920, Ano XIII, n. 2.826, p. 1.

<sup>344</sup>\_\_\_\_\_. Aracaju, 13 jun. 1920, Ano XII, n. 2.896, p. 1.

<sup>345</sup>O IMPARCIAL. Aracaju, 7 jun. 1919, Ano I, n. 226, p. 1.

<sup>346</sup>CORREIO de Aracaju. Aracaju, 1º ago. 1920, Ano XIII. N. 2.932, p. 1.

<sup>347</sup>FEIJÃO, Rosane. **Moda e modernidade na Belle Époque carioca**. Rio de Janeiro: Estação das Letras e Cores, 2011, p. 133.

O conceito de “civilização” refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo das maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou a maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma “civilizada” ou “incivilizada”. Daí ser sempre difícil sumariar em algumas palavras tudo o que se pode descrever como civilização<sup>348</sup>.

Como percebemos, através da assertiva, o conceito de civilização está atrelado a uma diversidade de circunstâncias que determinam a formação de uma sociedade, por isso o que pode ser civilizado para alguns, pode não ser para outros, logo, de acordo com o autor, não há como especificar, ao certo, quais ações podem ser civilizadas ou não. Porém “não significa a mesma coisa para diferentes nações ocidentais<sup>349</sup>”, pois os países ocidentais, principalmente França e Inglaterra, foram responsáveis por criar as diferenças que constituem suas civilizações e a forma como eles propagaram esse conceito, pois ele se “resume em uma única palavra seu orgulho pela importância de suas nações para o progresso do ocidente e da humanidade<sup>350</sup>”.

Buscar os ideais de civilização era uma forma que as elites brasileiras encontraram para se equipararem com o Velho Mundo, logo a formação da identidade moderna, progressista e civilizatória, difundida pela República, passava pela representação do cotidiano europeu em terras tropicais, como foi o caso do Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e tantas outras que buscaram na Europa a fonte de inspiração para as transformações no âmbito citadino. Mas, e Aracaju? Como ocorreu essa representação e apropriação da civilização? De quais formas a cidade reagiu às transformações? Esses questionamentos servirão como pontos norteadores para entendermos como as mudanças foram recebidas.

A apropriação dos ideais de civilização e modernidade foi representada em Aracaju, como na maioria das outras cidades, através da busca incessante de elementos que imitassem o padrão europeu de viver. Tais elementos poderiam ser encontrados na arquitetura, nas ruas, nas inovações tecnológicas, como o automóvel e o cinema, nas festas e sociabilidades tecidas no âmbito urbano.

As construções particulares de Aracaju seguiram as tendências arquitetônicas dos prédios públicos construídos e remodelados durante a reforma urbana e a cidade

---

<sup>348</sup> ELIAS, Norbert. Op. Cit., p. 23.

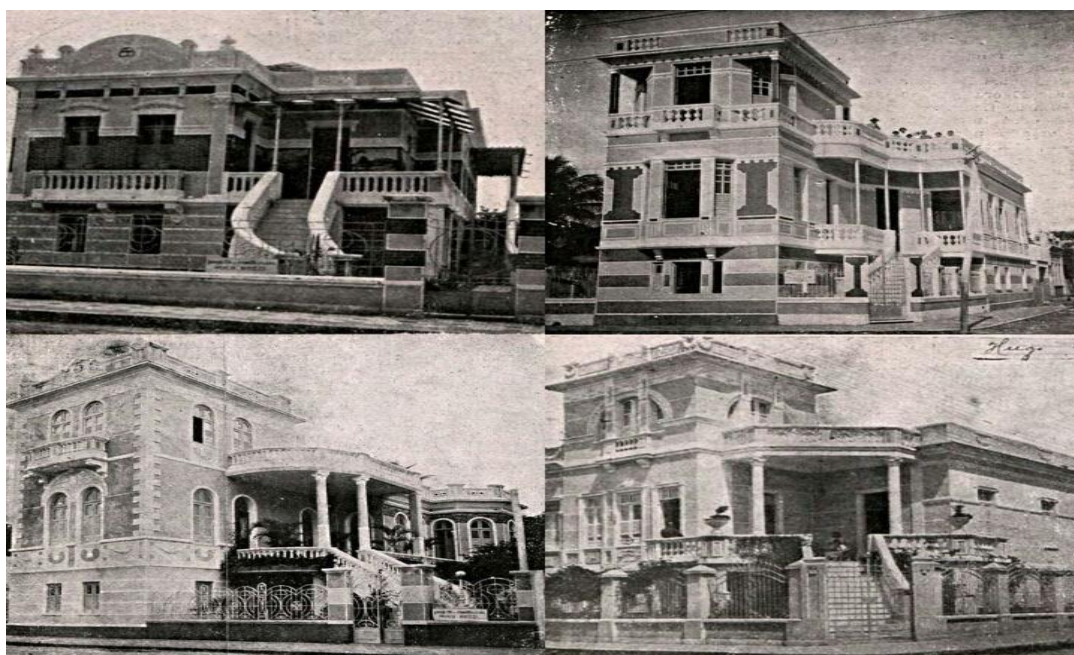
<sup>349</sup> Idem.

<sup>350</sup> Idem.

começou a possuir belas residências. “A capital sempre mais se estende e dilata aos seus ambitos, apresentando, hoje, magníficas construcções, não sómente em relação a edificios públicos como ás habitações particulares”, noticiava o jornal *Correio de Aracaju*<sup>351</sup>.

A capital de Sergipe recebeu de fato belos palacetes e casarões durante a sua remodelação. Os proprietários aproveitaram a presença da equipe dos artistas italianos, contratados pelo governo para remodelação dos prédios públicos, para realizarem obras, ou até mesmo construções, em suas residências. Isso nos leva a crer que Aracaju se mostrou vantajosa para os artistas, tanto que alguns chegaram a fixar residência na cidade, como Frederico Gentil e Oreste Gatti, esse último participou da reforma da catedral. A beleza e imponência das moradias foram registradas pela Revista *Fon-Fon* como veremos nas imagens:

**Figura 33 – Palacetes do Dr. Manoel Dantas, à rua de Estância, do Sr. J. Couto Faria, na Rua de Pacatuba, do Dr. Manoel Cruz, na Rua de Itabaiana e do Coronel Ceciliano Teixeira de Andrade, na Rua de Pacatuba**



Fonte: REVISTA *Fon-Fon*, n. 35, 1925.

As imagens mostram a monumentalidade dos palacetes construídos na Aracaju da *Belle Époque* e que provavelmente para serem construídos seguiram as diretrizes de higiene contidas no Código de Postura, pois os padrões higiênicos das habitações

<sup>351</sup>CORREIO Aracajú, Op. Cit., 9 de junho de 1920, p. 1

deviam passar por constantes fiscalizações dos órgãos de saúde pública como também da Intendência Municipal, que aplicava multas em quem desobedecessem as ordens prescritas para realizar construções<sup>352</sup>, visto que a higiene das residências, sejam elas das elites ou não, consistia em evitar a proliferação de doenças, por isso que era essencial que a arquitetura dessas suntuosas residências tivesse “abertura de áreas internas, cobertas por claraboias, para iluminar e ventilar as alcovas, consideradas o principal vilão da insalubridade domiciliar e urbana<sup>353</sup>”. A falta de iluminação e ventilação nas construções era considerada fator de risco à saúde pública, logo deveria ser controlada através das inspeções feitas nas obras. As fotografias mostram também que as construções particulares das elites aracajuanas não ficaram aquém das existentes em Belém, Manaus, Recife e por que não dizer Rio de Janeiro e São Paulo, uma vez que tais construções seguiram o estilo arquitetônico em voga naquela época, o ecletismo. Todavia vamos perceber que com essa reprodução, a arquitetura brasileira do final do século XIX e início do XX é carente de originalidade, pois de acordo com Fabris:

À luz de tais idéias, é, possível compreender melhor a operação fundamental da "ideologia *Belle Époque*", atenta sobretudo à criação de um cenário faustoso, no qual o artefato cultural é um símbolo funcional e ornamental ao mesmo tempo, desempenhando um "papel cosmético", a cujos anseios responde plenamente a arquitetura de importação. País mestiço que se sonha branco, país que começa a experimentar o processo industrial e já se crê plenamente moderno, o Brasil de fins do século XIX deseja romper de vez com o estatuto colonial, projetando-se integralmente num modelo econômico e cultural que lhe permitiria superar de imediato um passado com o qual não se identificava e que procura apagar, sem rodeios, como comprova a remodelação do Rio de Janeiro quando da construção da Avenida Central<sup>354</sup>.

A *Belle Époque* brasileira, como um todo, buscou mascarar sua realidade através da arquitetura, encontrando em elementos europeus essa forma “cosmética” de vivenciar os padrões de civilização almejados pela elite e pela classe política. As remodelações das cidades serviram como base para a inserção nesse mundo, o que mostra um estrangeirismo exacerbado, o rompimento com as raízes históricas e culturais do Brasil e a construção de uma identidade pautada em elementos vindos de fora do país. A arquitetura eclética, mais do que nunca, serviu para evidenciar o *status* dos

<sup>352</sup>Sobre as licenças para as edificações, podemos encontrá-las no Capítulo III do CÓDIGO de Posturas da Cidade de Aracaju. **Aprovado pela Lei do Conselho Municipal n. 112, de 16 de abril de 1912.** Aracaju: Tipographia do Estado de Sergipe, 1912, p. 9.

<sup>353</sup>DE PAOLI, Paula Silveira. **Entre relíquias e casas velhas:** a arquitetura das reformas urbanas de Pereira Passos no Centro do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Rio Book's, 2013, p. 187.

<sup>354</sup>FABRIS, Annateresa. Op. Cit., p. 136.

donos dos imóveis e sua relevância na sociedade. A seguir, veremos mais um exemplo de residência com características ecléticas em Aracaju.

Podemos perceber que ambos os palacetes mostrados nas últimas fotos possuem características semelhantes como, por exemplo, as colunas em estilo dórico, os ornamentos feitos de ferro (portões e gradil), juntamente com os que ladeavam as portas e janelas, o que de fato mostra que o ecletismo foi a fusão de outros movimentos artísticos, com intuito de revivê-los de outra forma e em uma época distinta, logo tentou-se reviver o que não foi vivido<sup>355</sup>. Um fato que constatamos, a segunda imagem, leva a assinatura do arquiteto Hugo Bozzi, um dos responsáveis pelas obras de remodelação de Aracaju como já observamos. Essa constatação nos leva a crer, que o mesmo realizou as obras dessa residência, que por sinal não existe mais, e possivelmente de outras, já que após as reformas dos prédios públicos “o ecletismo italiano predominou<sup>356</sup>” na paisagem urbana da cidade, que no entender de Nascimento e Santos a arquitetura transmite:

[...] a idéia da cidade que comunica, portadora de uma linguagem. Nesse sentido, as variações estéticas, nos anos de seu desenvolvimento, seriam um meio de comunicar. A arquitetura, portanto, e toda sua carga simbólica, a seu tempo, tem uma função nesse contexto<sup>357</sup>.

A arquitetura transfere as impressões e as vicissitudes de uma cidade que se moderniza e civiliza-se, ela se torna portadora da linguagem que remete e mostra que “a arte deve ser mais rica do que a realidade, a importância atribuída ao virtuosismo e à noção de abundância<sup>358</sup>”, os quais são elementos presentes nos prédios públicos e nas residências de particulares em Aracaju. Vale ressaltar que os palacetes e casarões estavam localizados no centro da cidade ou em bairros próximos, como o Bairro São José, que tinha como residentes antigos membros da elite açucareira do Estado, entre outros moradores de alto poder aquisitivo, por isso podemos dizer que o São José foi para Aracaju o que o aristocrático Bairro de Botafogo foi para o Rio de Janeiro, durante

<sup>355</sup>NASCIMENTO, Edna Maria do; SANTOS, Waldefrankly Rolim de Almeida. Aracaju urbana e humana: Aspectos de uma leitura da cidade. **Revista do Aracaju**, Aracaju, n. 10, 2003, p. 231.

<sup>356</sup>Idem.

<sup>357</sup>Ibidem, p. 228.

<sup>358</sup>FABRIS, Annateresa. Arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização. In: **Anais do Museu Paulista**, Anais do Museu Paulista, n. 1, v. 1, 1993, p. 139.

os momentos finais do século XIX<sup>359</sup> e os iniciais do XX. Sobre as habitações de Aracaju durante a *Belle Époque*, a Revista *Fon-Fon* publicou o seguinte texto:

O Estado renasce agora, sob outro aspecto, para outra vida, aspirando ideais altaneiros que vê já quasi satisfeitos. A capital que se desenvolve, tem palacetes bem acabados, *bungalows*, primorosos e garridos, que o espirito entusiasta e confiante do povo faz surgir em sítios pittorescos ou em bairros elegantes<sup>360</sup>.

O ritmo de mudança tomou conta de todo Estado de Sergipe, tendo em sua capital o exemplo de grandes obras modernas responsáveis pela adoção de padrões civilizados para Aracaju. Através da assertiva vemos que os palacetes e *bungalows* estavam localizados tanto em bairros nobres como em locais mais afastados, como nos sítios e chácaras, o que nos faz acreditar que com a reforma urbana os limites da cidade se expandiram além do Tabuleiro de Pirro.

Para além das habitações particulares e públicas, outras edificações foram destaque, quando introduziram em suas estruturas as características da arquitetura eclética, como foi o caso da Igreja de São Salvador representada na imagem seguinte.

**Figura 34 – Igreja de São Salvador recém-reformada**



Fonte: REVISTA Fon-Fon, n. 35, 1925.

<sup>359</sup>O bairro de Botafogo, durante o Império, abrigou moradores possuidores de títulos de nobreza e com influência na dinâmica da política do Império. O Barão da Estância, nobre sergipano e Deputado Geral, morou com sua família na referida localidade. Ver: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. Op. Cit., 2005b, p. 22.

<sup>360</sup>REVISTA Fon-Fon. **A moderna capital de Sergipe**. Rio de Janeiro, 29 ago. 1925, Ano XIX, n. 35, p. 79.

Podemos verificar na imagem, uma enorme quantidade de elementos que remete-nos à arquitetura eclética, como por exemplo, a grande quantidade de ornamentos contidos em sua fachada e os elementos religiosos como cruzes e imagens sacras. No entanto, Nascimento e Santos nos dizem que:

As igrejas, em todo Estado de Sergipe, incorporaram um ecletismo de predominância neogótica. Aliás, esse estilo continuou como fonte de inspiração por muito tempo, recebendo nova feição a cada época [...] Em Aracaju, os templos religiosos católicos encontraram uma forma de expressão com as tendências góticas. Uma tentativa de revivalismo (reviver o que nunca viveu), fez desse estilo uma constante, principalmente nos finais da década de 1910 e durante a seguinte, pelo menos o suficiente para alterar, para o estilo, vários templos religiosos como a Igreja de Santo Antônio, Catedral Metropolitana, São José, São Salvador, capela do Colégio Nossa Senhora de Lourdes (hoje demolida), capela do Colégio Arquidiocesano, capela São João Batista (fábrica Sergipe Industrial)<sup>361</sup>.

Apesar de terem adotado o ecletismo em sua estrutura, as igrejas mantiveram a arquitetura neogótica, um estilo que predominou durante algum tempo nos templos católicos da capital e do interior, porém, isso não os impedia de seguirem as tendências artísticas presentes em outras edificações de Aracaju, principalmente depois da remodelação, quando o projeto eclético italiano dominou a paisagem urbana da capital de Sergipe.

A arquitetura se tornou elemento formador da civilização, mesmo sendo uma apropriação oriunda da Europa e a representação desse ideal civilizador tenha encontrado uma conjuntura diferente em terras tropicais. Mas, os palacetes e prédios públicos com suas belezas arquitetônicas, não foram o único fator que classificaria Aracaju como uma cidade moderna, civilizada e progressista. Os meios de locomoção como bondes e automóveis foram também os símbolos dessa modernização ocorrida na capital sergipana.

Outras capitais brasileiras, no início do século XX, já experimentavam o conforto de terem seus habitantes transportados por bondes movidos por tração elétrica desde os anos finais do século XIX. Em Aracaju, a situação era diferente, os bondes eram puxados por burros, o que demonstrava atraso perante as outras cidades e um entrave para os padrões da civilização, de acordo com Maynard:

[...] nos anos vinte, Aracaju ainda contava com bondes puxados por burros. Voluntariosos, os animais precisavam ser chicoteados durante

---

<sup>361</sup> NASCIMENTO, Edna Maria do; SANTOS, Waldefrankly Rolim de Almeida. Op. Cit., p. 231.

os trajetos. Isso ocorria porque subitamente os burros empacavam, deitavam-se nos trilhos, faziam greve pacífica e não havia chicote que o arredasse dali. Os passageiros eram obrigados a descer e assistir a luta do condutor para ‘convencer’ os animais de sua obrigação<sup>362</sup>.

Os empaques dos animais se tornaram um problema para a população aracajuana, principalmente em uma época onde o ato de mover-se com rapidez foi uma forma de viver a modernidade urbana, mas a inoperância que às vezes recaía sobre os sistemas de bondes de tração animal, impedia o cotidiano de uma cidade que se modernizava, “a lentidão e desconforto dos bondes puxados por burros eram motivos de vergonha para muitos moradores de Aracaju<sup>363</sup>”.

Ao mesmo tempo em que as ruas eram tomadas por esses bondes, havia também quem utilizasse animais, como cavalos, burros e bois, como meio de transporte, fossem como montaria ou puxando carroças ou charretes. Era inaceitável para uma cidade moderna e civilizada, possuir em suas ruas, meios de transportes rudimentares que além de criarem problemas corriqueiros à população, ainda emporcalhava as vias públicas com as fezes dos animais.

É importante mencionar a falta de estrutura dos bondes puxados pelos burros. Tal situação causou desconfortos constantes entre o Presidente Pereira Lobo e a empresa *Carris Urbanos*, responsável pela manutenção e operação do meio de transporte da capital. Após muitas denúncias e reclamações, o governo resolveu comprar a empresa<sup>364</sup>, o que inicialmente foi visto com bons olhos por um dos maiores acionistas e dono da mesma, o senhor Francino Mello. Porém, após a venda ser efetuada, ao que parece, a forma do pagamento proposta pelo governo não agradou ao empresário, o que resultou em diversos ataques ao Pereira Lobo, através do jornal *O Imparcial*, que por sinal tinha Francino como dono. Por conta disso, o jornal foi empastelado, como vimos anteriormente: seu proprietário exilou-se na capital federal<sup>365</sup> e a *Carris Urbanos* com sua frota de bondes passou a ser administrada pelo governo, através da diretoria de obras<sup>366</sup>.

Mesmo passando a ser responsabilidade do governo, o serviço de bondes ainda era motivo de críticas e reclamações. Era preciso adotar um meio rápido e eficiente que

<sup>362</sup>MAYNARD, Andreza Santos Cruz. “A 10 quilômetros por hora”: automóveis em Sergipe no início do Século XX. *Revista do IHGSE*, n. 38, 2009, p. 147.

<sup>363</sup>Ibidem, 2009, p. 146.

<sup>364</sup>CORREIO de Aracaju. **A solução do caso Carris Urbanos**. Aracaju, 10 set. 1919.

<sup>365</sup>NASCIMENTO, Sayonara Rodrigues do. Op. Cit., p. 60.

<sup>366</sup>SERGIPE. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em 07 de setembro de 1919, ao instalar-se a 1ª sessão ordinária da 14ª Legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1919, p. 85.

atendesse aos anseios da população, como por exemplo, os bondes elétricos. Porém a “eletricidade fora introduzida no estado em 1913, mas era usufruída por poucos. Em comparação com outras capitais, Aracaju demorou a se desfazer dos candeeiros e lâmpões<sup>367</sup>”. Assim como o telefone, outro símbolo da modernidade, e a água encanada, a eletricidade foi um benefício para poucos, no entanto, nos últimos anos do mandato do Presidente Graccho Cardoso, ocorreu a ampliação das usinas de energia elétrica, o que favoreceu, em 1925, a implantação dos bondes elétricos em Aracaju. A Revista *Fon-Fon* fala sobre esse momento:

Espera o governo inaugurar ainda este anno o serviço de bonds electricos, para o que á dispõem os concessionários de todo o material necessario e já construidos 23 kilomentros de linha. O serviço será iniciado com 12 carros motores, em que foram empregados o mais modernos melhoramentos e 12 carros para reboque. Os novos serviços de illuminação e de bondes a serem utilizados, transformarão, por completo, o movimento urbano, tornando mais encantadora a cidade<sup>368</sup>.

Percebamos que a ampliação dos serviços de eletricidade foram recebidos com entusiasmo pela imprensa e provavelmente pelo governo e a população de Aracaju, pois além de “dar à luz” literalmente à cidade, o que era considerado um fator de modernidade, possibilitou a implantação dos bondes elétricos, facilitando o dia a dia dos habitantes da capital e dos visitantes também. A imagem a seguir retrata como eram os bondes implantados na metade da década de 1920.

**Figura 35 - Bondes na Rua João Pessoa**



Fonte: Acervo Fotográfico da Biblioteca Pública Epifânio Dória.

<sup>367</sup>MAYNARD, Andreza Santos Cruz. Op. Cit., 2009, p. 146.

<sup>368</sup>REVISTA Fon-Fon. **Viação, força e luz**. Rio de Janeiro, 29 ago. 1925, Ano XIX, n. 35, p. 73.

A imagem evidencia a passagem dos bondes pela Rua João Pessoa, uma das mais movimentadas da época, porém, provavelmente essa ilustração serviu para apresentar como era o serviço de viação urbana da capital, ela pode não ter sido captada nos anos de 1920, pois nessa década “não existiam revendedoras de automóveis em Sergipe. Os veículos eram comprados fora e trazidos para o estado<sup>369</sup>” e na imagem aparece uma placa informando a loja da *Ford* e isso nos faz afirmar que ela não foi registrada no período destacado. Amado, em seu livro de memórias recorda a implantação dos bondes aracajuanos no início do século XX:

Na terra dos inteligentes, bonde de burros. O elétrico, só no governo Graccho Cardoso, anos depois, os Amados já na Bahia. O de tração animal começou em 1907, na presidência de Guilherme Campos, o que foi deposto e em seguida reposto. Já o encontrei em Aracaju e oi ali um dos meus deslumbramentos. A qualificação há de parecer excessiva, mas quem é pequeno engrandece as coisas. E aquele bondezinho me maravilhou<sup>370</sup>.

O bonde de tração animal consistiu em uma novidade em Aracaju e mesmo com a utilização de bondes mais modernos, esse transporte ainda tinha que dividir as ruas com animais que também eram usados como meio de locomoção, seja montado ou puxando uma carroça, para Ferraresi:

O bonde e a carroça representam, respectivamente e metaforicamente, a modernidade e a tradição, o novo e o velho, cuja convivência se deu não sem conflitos, acomodações e adaptações durante todo início do século XX<sup>371</sup>.

As ruas estavam divididas: de um lado estavam os bondes elétricos, modernos e eficazes e do outro lado as carroças, ou montarias, que representavam o atraso e um problema para o alcance da civilização e para “os pedestres que precisavam competir com carroças, bicicletas e bondes<sup>372</sup>”. Para evitar maiores conflitos, o Código de Postura da Cidade de Aracaju, de 1926, determinou leis que ajudariam a controlar o ritmo dos meios de transporte de tração animal nas ruas. Era terminantemente proibido:

A) Correr a cavalo pelas ruas, avenidas e praças da cidade. B) Andar a cavalo, guiar ou demorar animais sobre passeios e em jardins. C) Atar

<sup>369</sup>MAYNARD, Andreza Santos Cruz. Op. Cit., 2009, p. 142.

<sup>370</sup>AMADO, Genolino. **Um menino sergipano**: memórias. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 104.

<sup>371</sup>FERRARESI, Carla Miucci. Op. Cit., p. 91.

<sup>372</sup>MAYNARD, Andreza Santos Cruz. Op. Cit., 2009, p. 143.

animais as portadas, postes de iluminação ou de bondes, de linhas telegráficas ou telefônicas<sup>373</sup>.

Tais determinações eram utilizadas para coibir o trajeto dos “atrasados e rústicos” transportes, uma vez que não era admissível que uma cidade moderna e civilizada se deparasse em meio aos seus modernos bondes com animais e carroças velhas, usadas principalmente pela população pobre e pelos que moravam nos sítios nos arredores de Aracaju. Além disso, os automóveis também dividiam esse espaço da cidade e foram uma novidade da época e apresentavam, além do poder aquisitivo do proprietário, “um consumo requintado quanto moderno, legitimado pelo *status* cosmopolita que se estendia às nossas elites<sup>374</sup>”. O primeiro automóvel surgiu em Aracaju em 1913<sup>375</sup>, porém já existia um conjunto de leis presentes no Código de Postura da Cidade de Aracaju de 1912, que determinavam o uso de automóveis pelas ruas, como nos mostra Maynard:

Entre as obrigações estavam a idade mínima de 18 anos para guiar, o registro dos veículos, particulares ou de aluguel, na Municipalidade, a proibição de subir nos passeios, de abandonar o veículo em qualquer lugar, e de parar em pontes, pontilhões e bueiros. De acordo com as normas vigentes em Aracaju na década de 1910 ninguém poderia ser condutor de veículo, seja carro ou carroça pública, ou particular, sem ter feito a devida matrícula e adquirido a placa mencionada no regulamento n. 10 para arrecadação das rendas do Município<sup>376</sup>.

As leis prescritas no Código de Postura refletem a necessidade de preparar as ruas para receberem os automóveis, pois “se os bondes não conferiram grandes emoções aos usuários em Aracaju, os automóveis se encarregavam de trazer os tão sonhados problemas das grandes metrópoles para as ruas da capital sergipana<sup>377</sup>”. Logo, podemos perceber que a chegada do automóvel transparecia a vontade de viver o burburinho dos grandes centros urbanos da época, todavia, por não possuir um preço acessível e não haver lojas no Estado, na década de 1920, esse desejo não materializou com sucesso, pois poucas pessoas possuíam automóveis na cidade de Inácio Barbosa, e com certeza faziam parte da elite da época. Sobre a representação dos automóveis no início do século XX, Cunha diz que:

<sup>373</sup>CÓDIGO de Posturas da Cidade de Aracaju. **Aprovado pela Lei do Conselho Municipal nº 338 de 6 de setembro de 1926.** Aracaju: Regina, 1927.

<sup>374</sup>FERRARESI, Carla Miucci. Op. Cit., p. 95.

<sup>375</sup>NUNES, Maria Thétis. Op. Cit., 2008, p. 226.

<sup>376</sup>MAYNARD, Andreza Santos Cruz. Op. Cit., 2009, p. 142.

<sup>377</sup>Ibidem, p. 149.

O automóvel, que muito recentemente havia sido inserido em nossa sociedade, era símbolo de status, riqueza e possuía um grande atrativo, tanto para os homens, que ansiavam em adquiri-los, como para as mulheres, que viam os proprietários destes veículos com grande interesse<sup>378</sup>.

Além de todas essas características que representavam o automóvel no âmbito das cidades, os veículos também representavam perigo para as pessoas que transitavam a pé pelas ruas. Quando ocorria um atropelamento ou algum acidente similar envolvendo automóveis, os jornais faziam questão de escrever uma matéria relatando o ocorrido, mostrando se a vítima chegou a óbito ou não. Temos como exemplo, uma matéria publicada pelo *Correio de Aracajú*, em 1924:

Ontem às 18 horas na rua da Frente, esquina de Maroim, o automóvel n. 11 guiado pelo chofer Oyntho Correia na ocasião em que desviava do bonde da Fundação que nesta hora vinha rumo ao Bairro industrial, atropelou um menor de nome Cícero, morador à rua do Lagarto, que viajando, clandestino no veículo da viação, quis fugir ao buzinar do auto sendo, porém, pegado por uma das rodas, atirando-o no calçamento. Socorrido por passageiros do bonde, verificaram não ter o menor sofrido coisa alguma, salvando deste modo a responsabilidade do chofer<sup>379</sup>.

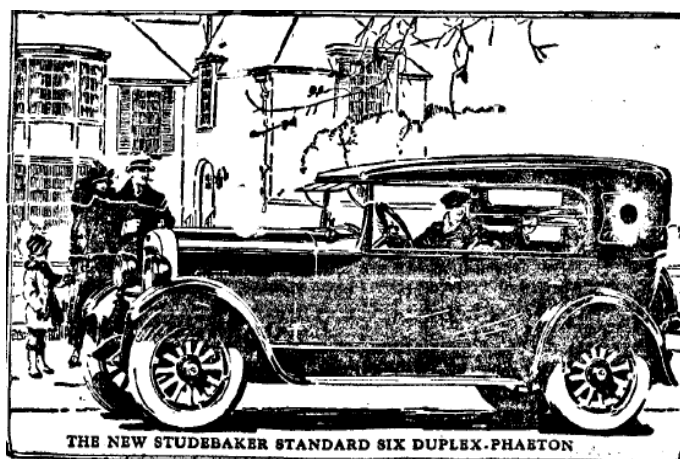
É interessante como a notícia é escrita com riqueza de detalhes: desde o horário do ocorrido, o local, o número da placa do automóvel, quem estava dirigindo, quem foi atropelado, como ocorreu, enfim, isso mostra que de fato Aracaju gostaria de vivenciar toda a agitação, com ou sem acidentes, que outras cidades viviam com o trânsito de veículos. A necessidade de fazer parte de um mundo moderno não tinha limites. Como já dissemos, ainda não existiam lojas responsáveis em vender automóveis para a população, porém, os jornais faziam propagandas de lojas em outros estados, o que podemos dizer que existiam representantes em Sergipe. Um exemplo disso, foi um anúncio no jornal *Gazeta do Povo*, em 1925, sobre a venda de um *Studebaker*, modelo muito utilizado nos grandes centros urbanos. O anúncio vinha acompanhado pela seguinte ilustração:

---

<sup>378</sup>CUNHA, Fabiana Lopes da. **Caricaturas carnavalescas: carnaval e humor no Rio de Janeiro através da ótica das revistas ilustradas *Fon-Fon! e Careta* (1908-1921)**. 2008. 510f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, p. 79.

<sup>379</sup>CORREIO de Aracajú. **Menor atropelado, mas o chauffer não teve culpa**. Aracajú, 28 jul. 1924, p. 1

**Figura 36 – Ilustração de um automóvel Studebaker**



Fonte: GAZETA do Povo. **Os novos Studebaker**. Aracaju, 06 jul. 1925, Ano I, n. 212.

O anúncio falava o quanto esses automóveis se faziam presentes nas ruas do Rio de Janeiro e o interessado poderia ver as condições de pagamento procurando o revendedor na Teixeira Chaves e Companhia, responsável pelas vendas de automóveis em Sergipe<sup>380</sup>. Ao mesmo tempo, o anúncio enfatizava a necessidade de possuir veículos dessa marca, considerados inovações da modernidade.

As inovações da modernidade não pararam de fazer parte do cotidiano dos aracajuanos, durante as primeiras décadas do século XX. Uma delas foi o cinema, responsável por entreter a população em suas exhibições noturnas. Durante o final do século XIX, a necessidade de captar as imagens do dia a dia se tornou indispensável para a sociedade desse período.

Dar movimento a essas imagens foi outro desafio empreendido, estáticas elas não apresentavam o ir e vir de uma época que estava em constante movimentação, por isso criaram-se os *cinematographos* que eram responsáveis pelas exhibições das fotografias em movimento e que mais tarde deram origem ao cinema. A presença de tal inovação “pode ser considerada expressão de modernidade<sup>381</sup>” e ajudavam a elaborar uma nova percepção moderna. Sevckenko mostra como foi a primeira exibição de imagens em movimento na Europa:

Uma das primeiras apresentações de imagens em movimento na Europa ocorreu com a exibição do filme *A chegada do trem na estação*, de Louis Lumière, em 1895. Acompanhemos a descrição que o escritor Máximo Górkí fez da sua primeira impressão quando viu o

<sup>380</sup>GAZETA do Povo. **Os novos Studebaker**. Aracaju, 06 de julho de 1925, Ano I, n. 212, p. 3.

<sup>381</sup>SANTOS, Fabrícia de Oliveira. Op. Cit., p. 42.

filme: “De repente há um estalo, tudo se apaga e um trem numa ferrovia aparece na tela. Ele dispara como um flecha na sua direção – cuidado! A sensação que se tem é como se ele arremessasse na escuridão até onde você está sentado e fosse reduzi-lo a um saco de pele estropiado... e destruir esse salão e esse prédio... tornando tudo em fragmentos e pós...” Esse impacto sentido por Górkí correspondia fielmente ao choque geral que o aparecimento da técnica cinematográfica desencadeou por toda parte. A primeira apresentação desse filme se deu em Lyon, durante o Congresso das Sociedades Fotográficas Francesas. O tipo de público reunido nesse evento era bastante familiarizado portanto com instrumentos óticos e recursos relacionados à fotografia, não sendo de esperar que fosse se alterar muito com o espetáculo. Mas o que sucedeu foi curioso. Quando houve o anúncio da primeira sessão de cinema, o desinteresse foi completo, os participantes do Congresso reagiram com ceticismo e pouco-saco à suposta “novidade”. Apenas 33 gatos-pingados tomaram assento no salão para conferir a engenhoca. Quando a luz se apagou e a imagem do trem se pôs em movimento, o resultado foi conforme o relato do escritor russo. Após a projeção os espectadores saíram comentando a experiência e, em breve, o salão de Lumière estava completamente lotado. As pessoas viam e voltavam para rever, já acompanhadas de outros cétricos<sup>382</sup>.

É possível vermos, tanto no relato quanto nas palavras do próprio Nicolau Sevcenko, o quanto os expectadores em meio à descrença inicial ficaram amedrontados ao ver a imagem do trem em movimento sendo projetada na tela, pois pensaram que ele sairia da tela e os atropelaria. A descrença deu lugar ao momentâneo medo, que logo foi sucedido por espanto e admiração pela nova invenção da modernidade. Tais sentimentos foram sentidos durante a *Belle Époque* e marcaram as gerações vividas nesse período.

Não demorou muito para que essa novidade moderna atravessasse o Atlântico no próximo Pacote e causasse esse turbilhão de sensações em terras tropicais, pois em finais do século XIX, o Brasil começa a experimentar essas novidades oriundas principalmente da Europa. Vejamos o que Sevcenko relata sobre esse momento:

Já no ano seguinte, a 8 de julho de 1896, ocorreria a primeira apresentação das imagens em movimento no Rio de Janeiro. O parêlho projetor francês era anunciado como sendo um “omniográfico”, para ressaltar a diferença entre ele e as máquinas americanas de Edison, os chamados “kinetoscópios”, que mostravam seqüências miniaturizadas de movimentos no interior de uma câmara, as quais, entretanto, só podiam ser observadas através de uma objetiva por uma pessoa de cada vez. A novidade era anunciada com entusiasmo pela imprensa, nos dias que antecederam a exibição, como sendo “uma maravilha da ciência moderna, tão surpreendente em suas descobertas e aplicações”, ou ainda como a “maravilhosa lanterna mágica da ciência”<sup>383</sup>.

<sup>382</sup> SEVCENKO, Nicolau. Op. Cit., p. 517-518.

<sup>383</sup> SEVCENKO, Nicolau, Op. Cit., 1998, p. 518-519.

A capital federal recebeu com entusiasmo a novidade e como mostra a citação, a imprensa tratou de divulgar as suas impressões sobre o evento. É perceptível uma determinada concorrência entre o maquinário oriundo da Europa e os que eram produzidos nos Estados Unidos, que para não causar transtornos, os nomes eram diferentes, todavia possuíam a mesma função. Obviamente que por ter Paris como ponto principal de inspiração, o Rio de Janeiro deu preferência ao material de origem francesa.

Mas, e Aracaju? Como ficou dentro desse quesito? A capital de Sergipe começa a ter as primeiras projeções também no final do XIX, como nos mostra Maynard:

A primeira exibição cinematográfica em Aracaju teria ocorrido em 1899 graças à iniciativa do escritor teatral Cypriano Duarte, que utilizou o palco do teatro São José, localizado à Rua da Aurora, para improvisar uma tela e exibir uma película de 18 metros. De acordo com Cypriano Duarte foi preciso aplicar nessa exibição e em outras várias substâncias químicas. [...] Acostumado às peças teatrais o público aracajuano não se rendeu de imediato às exibições cinematográficas, que embora fossem concorridas, logo receberam o jocoso apelido de “Presepe de Sombras”. A maioria dos filmes eram reproduções de paisagens, cenas do cotidiano, a exemplo dos filmes dos Lumière, com poucos minutos de duração. Eram chamados de “documentários” ou “atualidades”<sup>384</sup>.

A apresentação de imagens em movimento não causou muito espanto nos aracajuanos, uma vez que eles estavam acostumados com peças teatrais para o seu entretenimento, o que de fato é verdade. Frequentemente, os jornais publicavam anúncios sobre as apresentações teatrais da capital. Com o passar do tempo, a população começa a se interessar por aquela invenção da modernidade, no entanto “a primeira década do século XX a exibição de filmes em Aracaju era uma atividade esporádica, realizada por empresas itinerantes que viajavam constantemente<sup>385</sup>”, além disso, a falta de um local específico que fosse usado para as exibições foi um problema: geralmente usavam as dependências dos teatros e a falta de equipamentos também foi outro problema constatado.

A partir de 1909 é fundado o primeiro cinema de Aracaju, e as idas às exibições se tornaram frequentes, pois “o cinema frequentemente é relacionado à ideia de uma diversão moderna<sup>386</sup>” e para ir assistir as sessões, se fazia necessário seguir algumas normas, como explica Santos:

<sup>384</sup> MAYNARD, Andreza Santos Cruz. Op. Cit., 2009, p. 133-134.

<sup>385</sup> MAYNARD, Andreza Santos Cruz. “Presepe de Sombras” em Aracaju (Sergipe - Brasil): Uma reflexão sobre exibições cinematográficas no início do século XX. **Revista de História da UEG**, v. 3, 2014, p. 135.

<sup>386</sup> MAYNARD, Andreza Santos Cruz. Op. Cit, 2014, p. 136.

Para ir ao cinema, segundo crônica da época, teriam que ser observados algumas posturas de comportamento, sobretudo manter-se calado contendo entusiasmo diante das cenas exibidas na tela. Caso contrário, os demais “habitués” sofreriam com os incômodos de ter alguém tagarelando ao seu lado<sup>387</sup>.

As posturas de comportamento no cinema ajudaram a manter a ordem nas salas de projeção, uma vez que não era de bom tom que habitantes de uma cidade que se modernizava terem comportamentos que não eram condizentes com os padrões de civilização prescritos naquela época. Com isso, os cinemas começam a se expandir e logo a capital já possuía algumas opções, além do cinema Rio Branco, inaugurado em 1911, com o nome *Kidema Ideal*. Em seguida, no ano de “1912 apareceu o Elite Cinema (que mudou o nome para Royal em 1914), e em 1913 surgiu o Eden Cinema, na Travessa José de Faro. Todos eles estavam localizados na região central da cidade<sup>388</sup>.” No final da década de 1910, os jornais anunciavam as atrações em uma sessão dedicada a diversões e vinha junto com anúncios de circos e teatros, mas na década de 1920, em plena modernização de Aracaju, os anúncios dos cinemas passaram a dividir com o teatro um espaço somente para eles nos principais jornais, a exemplo do *Correio de Aracajú*, que possuía uma sessão intitulada “Palcos e Têlas”, onde apresentava as exhibições do cinema da semana e as peças que seriam encenadas nos teatros. Logo, o cinema se torna um dos principais entretenimentos da capital sergipana durante a *Belle Époque*.

Além dessas formas de diversão, Aracaju também possuía festas que a movimentava, afinal a cidade da *Belle Époque* deveria estar efervescente, mostrando-se mais movimentada que as outras do interior, isso chamaria atenção daqueles que por ventura desejassem nela habitar, pois uma urbe morta e sem atrativos não causaria sedução nem no mais simples dos homens.

As festas comumente realizadas em Aracaju, nesse período, e que atraía a população para as ruas, dividiam-se entre as festividades religiosas, como a do Bom Jesus dos Navegantes e o Natal, e as que eram tidas como pagãs, a exemplo do Carnaval e os festejos juninos<sup>389</sup>. É interessante que no início do século XX, “paganizavam” as festas juninas, uma vez que se comemora nessa data o nascimento de um dos santos mais populares da Igreja Católica. Um dos motivos devia ao fato da maneira que era

<sup>387</sup>SANTOS, Fabrícia de Oliveira. Op. Cit., p. 43.

<sup>388</sup>Ibidem, p. 138.

<sup>389</sup>FONTES, Lúcia Meire Rocha dos Santos. **Espaço, disciplina e festividades numa cidade Considerada moderna** Aracaju-SE (1900-1930). 1998, 59f. Monografia (Graduação) – Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1998, p. 16.

comemorada pela população, mas não nos prenderemos a essa questão. Sobre as festas religiosas, o jornal *O Imparcial* relatou como foram os festejos de Bom Jesus dos Navegantes, em 1919:

Realizou-se, hontem, com pompa habitual, a costumada festa do Senhor dos Navegantes, correndo tudo com muita solemnidade. Na procissão, em terra e no mar, se encorporaram gentis senhoritas da sociedade aracajuana, concorrendo assim para o brilhantismo dessa cerimônia religiosa, a que se associou a população da capital<sup>390</sup>.

A festa do Senhor dos Navegantes, em Aracaju, tem sua gênese em meados do século XIX, em 1856 para sermos exatos, quando a capital de Sergipe estava sendo erguida por Inácio Barbosa<sup>391</sup>. Com o Rio Sergipe à disposição dos aracajuanos os festejos ficaram mais belos, atraindo a população para as ruas. Com o passar dos anos, foi ganhando destaque e adentrou ao século XX como um dos eventos mais importantes e concorridos da cidade. A assertiva acima enfatiza a participação de senhoritas da sociedade, o que denota apenas a participação da elite, porém de acordo com Fontes:

Em período de festas, muitos homens e mulheres de baixa condição financeira se deslocavam dos lugares mais longínquos do perímetro urbano da cidade para o “quadrado de Pirro”, “invadindo” as ruas e praças dando um aspecto festivo ao mesmo. Essas pessoas se divertiam ou expressavam sua religiosidade<sup>392</sup>.

Através do texto percebemos que as festas congregavam toda população, fosse de origem abastada ou pobre, mas é claro que a vigilância sobre essa última era redobrada, como veremos mais a frente, porém, a necessidade de aparentar uma cidade festiva onde a população se reunia para celebrar os eventos mais importantes, revela o caráter aglutinador que as festas possuíam, logo podemos corroborar com Priore que afirma:

A festa é um meio de organização social e uma forma de concretização da necessidade de convívio grupal para troca de sentimentos e ou experiências. É, portanto, o momento de dinâmica sócio-cultural em que uma coletividade reafirma, de modo lúdico, as relações culturais e a cultura que lhes são próprias<sup>393</sup>.

<sup>390</sup>O IMPARCIAL. **Bom Jesus dos Navegantes**. Aracajú, 02 jan. 1919, Ano I, n. 105, 1.

<sup>391</sup>CORRÊA, Isabella Cristina Chagas. **Natureza e Sagrado na memória da Festa de Bom Jesus dos Navegantes**. 2013. 143f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013, p. 40.

<sup>392</sup>FONTES, Lúcia Meire Rocha dos Santos. Op. Cit., p. 16.

<sup>393</sup>PRIORE, Mary Del. **Festas e utopias no Brasil colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 10.

As relações sociais eram realizadas nas festas, momento em que as experiências vividas por ambas as classes da sociedade eram apresentadas e onde os costumes eram externados criando assim uma atmosfera de conhecimento e aprendizado. Uma cidade que buscava a modernidade, não poderia ser estática e tão pouco sem o convívio da sociedade. As festas também movimentavam a economia, as lojas de roupas e calçados eram constantemente visitadas, principalmente no período das festas natalinas, por isso os jornais se encarregavam em informar a população onde poderiam encontrar roupas de qualidade ou até mesmo uma modista informada sobre as últimas tendências da moda carioca, quiçá da Cidade Luz<sup>394</sup>.

Saindo do contexto religioso e entrando nas festas tidas como profanas, como o Carnaval, que igualmente as festas religiosas, atraíam pessoas as ruas de Aracaju. O jornal *Correio de Aracajú*, mostra como foram os festejos carnavalescos de 1920:

Não foram três dias de carnaval que empolgaram nas suas expansões a população inteira de Aracajú; foram quarenta e oito horas que passaram entre os ruídos estonteantes da massa anonyma, que se diverte e delira. A segunda-feira escoou-se como um dia commum, sem que nem ao menos deixasse indícios de que também ella é parte integrante dos divertimentos de Momo. Mas o domingo decorreu animadissimo, e a terça-feira attingiu as proporções eloquentes da folia. Foi uma folia relativa, própria dos pequenos centros mas nem por isso deixou de sacudir e despertar o sentimento alegre de todos os moradores da nossa terra. Aracajú recreou-se, e na febre dos seus divertimentos não houve grandes escândalos, que deixam, após a festa, o pesar do passado, a recordação das diversões desmedidas e inconvenientes<sup>395</sup>.

Os aracajuanos se divertiram sob os auspícios de Momo e as delícias de Baco, que reinavam absolutos sobre os brincantes e era “descrito como um deus, pois vive nas alturas, um velho, mas ao mesmo tempo jovem<sup>396</sup>”, que de tempos em tempos, se juntava aos mortais para celebrar a lascividade durante a festa da carne. O carnaval da capital sergipana atraía a população em massa para as ruas nos dias que sucederam as festas carnavalescas e que, segundo o jornal, não ocorreram maiores problemas durante os festejos. É interessante apontar que as festas de carnaval em Aracaju não ocorreram apenas nas ruas, o jornal também mostrou como foram as festividades em residências particulares e clubes sociais.

<sup>394</sup>DIÁRIO da Manhã. **Quereis possuir uma roupa Chic?**. Aracaju, 12 ago. 1919, Ano IX, n. 2.398, p. 1.

<sup>395</sup>CORREIO de Aracajú. **Carnaval**. Aracajú, 19 fev. 1920, Ano XIII, n. 2.819, p. 2.

<sup>396</sup>CUNHA, Fabiana Lopes da. Op. Cit., p. 128.

### UMA FESTA PARTICULAR

A residência do sr. comandante Oscar de Azevedo esteve em festa na segunda e terça feira de Carnaval, com um lindo baile a que concorreu um grupo escolhido de rapazes e senhorinhas. Os que assistiram, contaram aos outros que a festa esteve acima de qualquer elogio.

### NO CLUB DOS DIARIOS

Também o *Club dos Diarios* deu uma noite de alegria durante todos os dias de Carnaval, nota que em nada desmereceu das lindas festas, que desde a sua fundação vem exibindo no seu vasto salão. A ultima noite sobretudo correu animadissima, sendo o baile offerecido aos promotores da *Phenix Carnavalesca*, que nelle tomaram parte.

### NO RECREIO CLUB

Mas de todas as festas elegantes que celebraram a passagem do carnaval, as que mais no agradaram foram dois magnificos bailes na sede do *Recreio Club*, tão bellos e tão animados como em Aracajú poucas vezes se terá presenciado. O ultimo principalmente, o de terça feira, esteve esplendido. Sentimos não dar aqui os nomes das innumeradas senhoras e senhorinhas que povoavam de graça aquelle recinto. Não o fazemos para que não desmereçamos da laconicidade com que vimos referindo as diversões dos três dias da folia. Mas o salão estava literalmente cheio, e sentia-se a alegria a esfusiar na cadencia das danças, nos olhares, nos sorrisos e nas conversas animadissimas; e experimentava-se o bem estar naquella atmospheria de luz e graça, onde tudo era distincto de onde se notava o excesso da alegria sem a alegria do excesso e sem uma nota que destoasse do que era harmonia polyphonica. As serpentinas, os confettis, os lança-perfumes, a diversidade e bom gosto das phantasias, os pares que revolteavam ao som duma orchestra escolhidissima, deixaram em todos uma impressão excellente da passagem de Momo pelo salão do *Recreio Club*. À meia noite dansava-se o ultimo tango: entrava a quarta feira de cinza, e era entrada também a grande quaresma. Passaram as diversões, deu-se novamente a volta á vida de labutar<sup>397</sup>.

Os festejos particulares mostraram que as pessoas da elite queriam “evitar o contato com a população mais pobre que insistia em participar ativamente das brincadeiras carnavalescas<sup>398</sup>”. Podemos perceber que as celebrações carnavalescas em lugares fechados também congregavam um número alto de participantes e como a animação tomava conta desses locais. O jornal afirmou que não pôde expor os nomes das senhoras e senhoritas que se fizeram presentes na festa realizada no *Recreio Club*, devido ao breve texto escrito nas páginas daquele folhetim, no entanto, por conta do carnaval ser um momento em que os desejos carnavais se materializam em seus festejos e por ser considerado uma festa pagã, mesmo estando em uma “pilhéria de respeito” não seria interessante revelar a identidade das participantes do evento, uma vez que pertenciam às classes abastadas.

<sup>397</sup>CORREIO de Aracajú. **Carnaval**. Aracajú, 19 fev. 1920, Ano XIII, n. 2.819, p. 2.

<sup>398</sup>CUNHA, Fabiana Lopes da. Op. Cit., p. 57.

Além dos espaços já mencionados, o jornal informou outras festas particulares, que ocorreram, como a do *Cine Rio Branco* e a presença de agremiações carnavalescas da classe média conhecidas por ranchos<sup>399</sup>, típicos do carnaval carioca e que “foram criados pelos migrantes baianos que buscavam nestes grupos e diversões uma maneira de reviver formas de sociabilidade e integração vivenciadas por eles na Bahia<sup>400</sup>”. Ainda sobre o carnaval das elites, Cunha nos mostra que:

A elite desejava construir um carnaval luxuoso e elegante, diferentemente do modelo até então existente, o qual era marcado por um espírito carnavalesco cheio de teatralidade, graça e comentários jocosos e, muitas vezes, injuriosos. Porém, não conseguiu total sucesso, já que os gracejos e as interpelações pelas ruas continuavam e eram, em geral, muito citados pelas revistas ilustradas como experiência do próprio articulista ou como uma narrativa bem humorada<sup>401</sup>.

Esse desejo da elite reflete a necessidade de elevar o carnaval aos padrões europeus, a exemplo do que ocorre em Veneza na Itália, todavia os festejos de rua falaram mais alto e a “europeização”, pelo menos do carnaval, não ocorreu, devido ao fato dos festejos populares atraírem multidões e por serem mais comentadas que os particulares. Sobre as festas de rua, na capital de Sergipe, o *Correio de Aracajú* relata que havia:

Muito entusiasmo, muita phantasia, mas notou-se a ausencia completa de um individuo de espírito, que com suas graças divertisse e animasse. Ouviam-se apenas gritos descompassados e chocarreiros que se candidatavam a engraçados. Em materia de phantasias, não houve uma só a despertar a atenção pela sua originalidade. O domador de ursos, que noutros centros não offereria novidade, causou sensação. O vendedor de joias foi uma idéa curiosa. O *Conde de Fuparatuba* saiu de *Tio Sam*, garboso e bonito. O resto era mais ou menos batido<sup>402</sup>.

Apesar de ter sido alegre, o carnaval de Aracaju necessitava de alguém que fizesse às vezes de um “bobo carnavalesco”, que levasse a população nas ruas ao divertimento e a descontração, alguém que colocasse ordem na bagunça, com mais bagunça. As fantasias também tinham um papel simbólico na festa, pois através delas que a imprensa tecia seus maiores comentários e elogios. Como vimos acima, a fantasia, de fato, era a roupa de gala do carnaval, principalmente “aquelas que se referiam a fatos

<sup>399</sup>CORREIO de Aracaju. **Carnaval**. 19 fev. 1920, Ano XIII, n. 2.819, p. 2.

<sup>400</sup>CUNHA, Fabiana Lopes da. Op. Cit., p. 178-179.

<sup>401</sup> Ibidem, p. 258.

<sup>402</sup> CORREIO de Aracajú. **Carnaval**. Aracajú, 19 fev. 1920, Ano XIII, n. 2.819, p. 2.

e pessoas que fizeram notícia no período<sup>403</sup>”, como foi o caso do suposto conde ter se fantasiado de Tio Sam, um ícone republicano norte-americano.

As festas em Aracaju serviram para tecer uma cadeia de sociabilidades entre seus habitantes, mesmo que na maioria das vezes os níveis sociais os afastassem. No entanto, a rua e outros espaços serviram também para mostrar como eram constituídas as relações de sociedade de uma cidade que se considerava moderna e civilizada.

## 4.2 - As Ruas, os Espaços e as Sociabilidades

Apesar das festas elencadas anteriormente serem realizadas nas ruas, como uma forma de interação social entre os habitantes de Aracaju, as sociabilidades extrapolam os momentos festivos, logo é vivida no dia a dia. De acordo com Certeau<sup>404</sup> o cotidiano das cidades está relacionado com a forma que os seus habitantes se apropriam das práticas existentes no âmbito urbano, no entanto, para que esse cotidiano fosse apropriado, era necessária uma incursão pelas ruas.

O ato de caminhar está para o sistema urbano como a enunciação está para a língua ou para os enunciados proferidos. Vendo as coisas no nível mais elementar, ele tem com efeito uma tríplice função “enunciativa”: é um processo de *apropriação* do sistema topográfico pelo pedestre (assim como o locutor se apropria e assume a língua); é uma *realização* espacial do lugar (assim como o ato da palavra é uma realização sonora da língua); enfim, implica *relações* entre posições diferenciadas, ou seja, “contratos” pragmáticos sob a forma de movimentos (assim como a enunciação verbal é “alocução”, “coloca o outro em face” do locutor e põe em jogo contratos entre colocutores). O ato de caminhar parece portanto encontrar uma primeira definição como espaço de enunciação<sup>405</sup>.

Caminhar significava conhecer o cotidiano das cidades, se apropriar dos usos e contra usos que a urbe oferecia aos seus habitantes. A partir do momento que o espaço é traçado, as relações começaram a serem tecidas e as ruas foram fundamentais para viver a cidade e as suas sociabilidades.

Com as reformas urbanas empreendidas, principalmente nas capitais dos estados, a população sentia a necessidade de sair cada vez mais da esfera dos seus lares e

<sup>403</sup>CUNHA, Fabiana Lopes da. **Caricaturas carnavalescas**: carnaval e humor no Rio de Janeiro através da ótica das revistas ilustradas *Fon-Fon!* e *Careta* (1908-1921). 2008. 510f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, p. 258.

<sup>404</sup>CERTEAU, Michel de. Op. Cit.

<sup>405</sup>Idem, p. 177.

adentrarem nas artérias da cidade, ou seja, as ruas. Era através delas que a vida urbana pulsava e a modernidade ganhava, digamos, um corpo físico. Para João do Rio:

[...] a rua é mais do que isso, a rua é uma fator da vida das cidades, a rua tem alma! Em Benarés ou em Amsterdão, em Londres ou em Buenos Aires, sob os céus mais diversos, nos mais variados climas, a rua é agasalhadora da miséria. Os desgraçados não se sentem de todo sem o auxílio dos deuses enquanto diante dos seus olhos uma rua abre para outra rua. A rua é o aplauso dos medíocres, dos infelizes, dos miseráveis da arte. [...] A rua continua, matando substantivos, transformando a significação dos termos, impondo aos dicionários as palavras que inventa, criando o calão que é o patrimônio clássico dos léxicos futuros. A rua resume para o animal civilizado todo o conforto humano<sup>406</sup>.

O cronista carioca mostra-se apaixonado pela rua, pois foi através dela que o mesmo pode descrever as transformações ocorridas no Rio de Janeiro, durante a reforma urbana empreendida por Pereira Passos culminando na *Belle Époque* da capital federal. As ruas constituíram a passarela da modernidade, eram por elas que os costumes, hábitos, as novidades e principalmente as sociabilidades desfilavam sobre ela. Para Ferraresi<sup>407</sup>, a gênese da palavra “sociabilização” não segue caminhos retos, ou seja, não se sabe ao certo a sua procedência, no entanto, O’donnell apresenta um conceito de sua variante, sociabilidade:

[...] a *sociabilidade* é aqui tomada como feição lúdica da socialização que a comporta. Em outras palavras, ela é a abstração da *socialização* que se realiza com caráter de arte ou jogo, num processo de construção de relações sociais que, por sua vez, sustentam o processo social como um todo. O exercício da sociabilidade, portanto, emerge como fruto de um contexto moderno feito de novos espaços e idéias, constituindo-se como prática urbana por excelência<sup>408</sup>.

As sociabilidades são construídas através das relações sociais nas cidades. Elas foram construídas através das ruas, como já vimos, mas elas também surgem de ideias modernas que se materializaram durante as reformas urbanas. As ruas foram encarregadas de construir as relações entre os habitantes das urbes, através das lojas, cafés, cinemas, livrarias, sorveterias e chapelarias.

<sup>406</sup>RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**: Crônicas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 29-30.

<sup>407</sup>FERRARESI, Carla Miucci. Op. Cit., 2007.

<sup>408</sup>O’DONNELL, Julia. Op. Cit., p. 59.

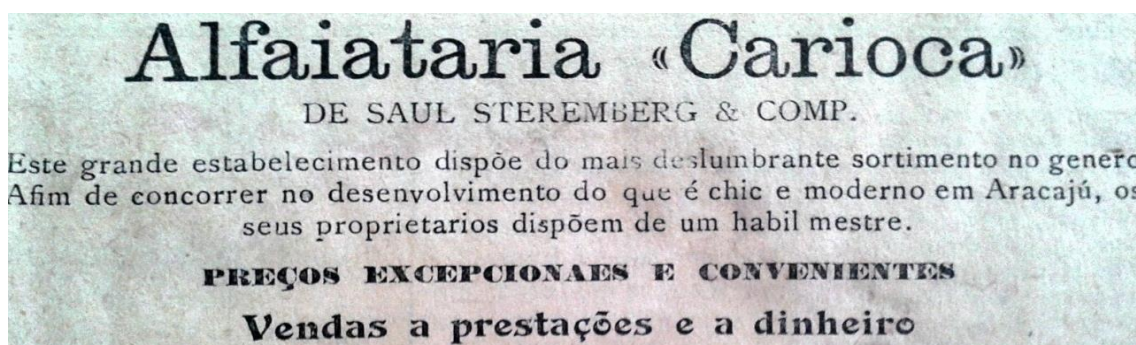
Em Aracaju, durante sua *Belle Époque*, duas ruas ganharam notoriedade nesse processo de interação da sociedade: estamos nos referindo as Ruas João Pessoa e Laranjeiras, que de acordo com Andrade e Brito Filho elas:

[...] representam duas artérias da paisagem de Aracaju que muito contribuíram para o seu crescimento comercial e sua solidificação. Ruas que estão vivas dentro do contexto histórico aracajuano, desde a formação do centro histórico e comercial aos dias atuais, dando sua forte contribuição para a sociedade<sup>409</sup>.

No início do século XX, mais precisamente na década de 1920, essas ruas concentram o comércio de Aracaju, obviamente nada que se comparasse a vasta zona comercial da Rua do Ouvidor e da Avenida Central no Rio de Janeiro, mas os estabelecimentos ofertados nas Ruas João Pessoa e Laranjeiras atendiam a população de alto poder aquisitivo, quando se “deslocavam para passear, conversar, consumir produtos de alta qualidade e tomar chás<sup>410</sup>”.

Os anúncios nos jornais são fontes importantes para entendermos como eram tecidas as sociabilidades dos aracajuanos em suas ruas mais efervescentes, pois quando os cotejamos encontraremos diversos estabelecimentos frequentados pela população, como por exemplo, as modistas e as alfaiatarias, como o anúncio abaixo revela.

**Figura 37 - Anúncio da Alfaiataria Carioca**



Fonte: CORREIO de Aracajú. Aracaju, 11 mar. 1920, Ano XIII, n. 2.826.

Assim como em outras cidades, a imprensa teve um papel importante durante as reformas empreendidas no âmbito urbano, pois além de alguns ressaltarem a importância das remodelações para a busca compulsiva da modernidade e dos ideais de civilização, como também buscaram levar o leitor a conhecer o que as ruas tinham de

<sup>409</sup>ANDRADE, Adênia Santos. BRITO FILHO, José de Oliveira. **O ir e vir das Ruas João Pessoa e Laranjeiras (1920-1940)**. São Cristóvão: UFS, 2012, p. 35.

<sup>410</sup>Ibidem, p. 38.

melhor para oferecer, por isso havia muitos anúncios de diversos produtos e casas comerciais. Na maioria desses anúncios encontraremos analogias ao Rio de Janeiro e a Paris. Essa última, notemos no anúncio que segue.

Figura 38 - Anúncio do Lança Perfume Paris



Fonte: GAZETA do Povo. Os novos Studebaker. Aracaju, 06 jul. 1925, Ano I, n. 212.

Podemos perceber, através dos jornais, que nas ruas João Pessoa e Laranjeiras existiam uma grande quantidade de estabelecimentos voltados para o comércio, como sorveterias, cafés, restaurantes, papelarias, cinema, relojoarias, padarias, chapelarias, loja de móveis, entre outros. Além disso:

As ruas João Pessoa e Laranjeiras, além do comércio diversificado, possuíam a alegria para comemorar as datas festivas. Pela João Pessoa desfilavam os foliões, carnavalescos; também passeavam as pessoas influentes da sociedade; e nas noites de carnaval, os rapazes curtiam os bailes carnavalescos no Cinema Rio Branco. Por outro lado, a Rua Laranjeiras tinha um aspecto mais sério, e até hoje existe uma de tranquilidade em relação às demais artérias do calçadão, isto porque nela encontra-se a Igreja São Salvador, edificada em 1857<sup>411</sup>.

As ruas além de servirem como centro comercial de Aracaju, por elas também passaram as festas já citadas nesse trabalho, o que nos mostra as diversas formas de utilizar Isso ocorre quando um determinado espaço recebe uma gama de manifestações culturais, religiosas e econômicas.

<sup>411</sup>ANDRADE, Adênia Santos; BRITO FILHO, José de Oliveira. Op. Cit., p. 59.

Estavam localizados nas ruas citadas, como também em outras com menos relevância, espaços onde a população se encontrava, principalmente nas tardes de sábado, para conversar e se divertir. Além dos cinemas como já foi mostrado, existiam os Cafés, pois “comer bem, era comer à moda européia<sup>412</sup>”. Os jornais anunciavam os mais concorridos cafés de Aracaju, o *Ideal* e o *Café República*. Para Souza, esses espaços:

Todas essas inovações aguçaram nos sergipanos o desejo de acelerar o processo modernizador então em curso. Imbuídos do princípio de que a razão deve ser estendida a todos os campos da experiência humana, servir como guia da sociedade – axioma do ideário cientificista vigente à época – compartilhavam a crença de que era preciso trabalhar para integrar a pequena unidade federativa, explorada durante séculos pelo governo central e pelos estados política e economicamente mais poderosos, ao mundo civilizado. Porém, a esse sonho cosmopolita associou-se o anseio de demarcar a sua singularidade. Acreditavam na necessidade de torná-la grandiosa tanto aos olhos dos estrangeiros quanto ao dos conterrâneos. Em outras palavras, era preciso forjar uma *identidade* sergipana<sup>413</sup>.

Os Cafés se tornaram espaços para pensar em um novo Sergipe, voltado para a modernidade e a civilização. Ao mesmo tempo, era necessário refletir sobre como forjar uma identidade tipicamente do nosso estado. Podemos dizer que esses estabelecimentos eram frequentados por intelectuais e outras pessoas que aproveitavam esses momentos para compartilharem suas experiências de vida. Além disso, “os cafés ou os simples freges (como eram chamados, na época, os botequins) podem ser, simbolicamente, tidos como o local privilegiado pelos autores pré-modernistas<sup>414</sup>”. Além dos Cafés, existiam os Clubes, a exemplo do *Recreio Club* e *Club dos Diários*, que reuniam as pessoas em suas reuniões, festas e bailes beneficentes. Jornais como o *Correio de Aracaju* constantemente publicavam os dias das reuniões dos clubes, principalmente dos Diários. Nota-se, também, que esses espaços possuíam estatutos e sedes, todavia, não conseguimos encontrar tais documentos que nos apresentassem a origem dessas organizações, mas Needell, ao pesquisar sobre as elites da *Belle Époque* carioca mostra que o *Club dos Diários*:

<sup>412</sup>SANTOS, Fabrícia de Oliveira. Op. Cit., p. 92.

<sup>413</sup>SOUZA, Cristiane Vitorio de. Op. Cit., p. 28.

<sup>414</sup>SILVA, Maurício. Op. Cit., p. 32

[...] originava-se diretamente dos clubes que surgiram em Londres no século XVII e chegaram ao apogeu em Paris e Londres no século XIX, como locais onde se reuniam os cavalheiros refinados. Mais importante, “diários” apontava para uma nova realidade ocupacional das elites cariocas. O termo deriva das viagens diárias a que se obrigavam aqueles cuja riqueza e posição lhes permitia veranejar no fresco refúgio serrano da elegante Petrópolis, mas paralelamente exigia deles que percorressem o caminho de ida e volta até seus escritórios cariocas, a cada manhã e tarde, num ritual tedioso para aplacar tanto os deuses da moda quanto os da riqueza<sup>415</sup>.

Não sabemos se o *Club dos Diários da Belle Époque* aracajuana tinha mesma finalidade que o carioca, uma vez que apesar das elites possuírem residências campestres como chácaras e fazendas, Sergipe não possuía uma cidade aos moldes de Petrópolis para que os afortunados pudessem passar o verão e fugir do calor. De acordo com o jornal *Estado de Sergipe*, o *Clube dos Diários* foi fundado em 24 de fevereiro de 1918, como uma sociedade recreativa que teve como finalidade:

A) proporcionar aos seus socios o Maximo convívio e relações, por meio de saraus e torneio de qualquer natureza, jogos e bilhar e quaesquer outras diversões; B) ministrar o ensino da dança e organizar gabinete de leitura com biblioteca; C) esses fins irão sendo realizados com o capital social e os saldos verificados annualmente<sup>416</sup>.

Como podemos ver, o *Club dos Diários* aracajuano difere do modelo apresentado por Needell<sup>417</sup>, uma entidade que promove a interação entre seus sócios através de jogos e leituras. Sobre o *Recreio Club*, o memorialista Murilo Melins diz que estava localizado no Parque Teófilo Dantas e que animou Aracaju até a década de 1940. Com seu fim, os sócios passaram a incorporar a Associação Atlética de Sergipe<sup>418</sup>. Os Clubes voltados para as práticas desportistas também fizeram parte da formação das sociabilidades de Aracaju, como o *Cotinguiba Sport Club*, fundado nos anos iniciais do século XX, mais precisamente em 1909, por um “grupo de desportistas, com a finalidade de disputar as modalidades e Remo, Futebol, Basquete, Voleybol<sup>419</sup>”. Havia também o *Club Sportivo Sergipe*, que surgiu uma semana depois do primeiro, oriundo de uma ala dissidente. Os dois foram rivais durante muitos anos<sup>420</sup>.

É interessante frisar a existência de clubes voltados apenas para o público masculino, as casas de diversão noturna ou cabarés, para os rapazes solteiros em busca

<sup>415</sup>NEEDELL, Jeffrey D. Op. Cit., p. 95.

<sup>416</sup>ESTADO de Sergipe. **Estatutos do Club dos Diarios**. Aracaju, 1º jul. 1919, Ano XX, n. 5.784, p. 4.

<sup>417</sup>NEEDELL, Jeffrey D. Op. Cit., 1993.

<sup>418</sup>MELINS, Murilo. **Aracaju romântica que vi e vivi**. 3. ed. Aracaju: Unit, 2007, p. 217.

<sup>419</sup>Ibidem, p. 219.

<sup>420</sup>Idem.

de uma aventura sexual e homens casados que desejavam deixar o recôndito dos lares, a fidelidade matrimonial e se entregarem aos prazeres da noite. O jornal *Gazeta do Povo* evidencia um anúncio de um desses estabelecimentos.

Figura 39 - Anúncio do Palace Club



Fonte: GAZETA do Povo. Os novos *Studebaker*. Aracaju, 06 jul. 1925, Ano I, n. 212.

De acordo com anúncio, o estabelecimento era luxuoso, o que aparenta dizer que somente os homens e rapazes afortunados poderiam frequentá-lo, no entanto, para aqueles que não possuíam condições financeiras para custear os prazeres lascivos nesse local, poderiam encontrar outros, em lugares distantes do centro ou até mesmo em suas imediações<sup>421</sup>.

Esses cafés e clubes teciam as sociabilidades e davam vida ao cotidiano de Aracaju durante a *Belle Époque* e tiveram um papel importante na construção de uma cidade moderna e civilizada, no entanto, não podemos esquecer a importância das livrarias, como por exemplo, da Livraria Regina, fundada em 1918, em Aracaju, e que se tornou importante na difusão de livros e revistas, como a “*Fon-Fon!*”. Ao mesmo tempo “encontravam-se livros de várias nacionalidades: italianos, franceses, espanhóis, além dos nacionais, em diversas áreas do conhecimento<sup>422</sup>”. No centenário da independência de Sergipe em 1920, a livraria imprimiu diversos cartões postais com

<sup>421</sup>Um exemplo desses estabelecimentos foi o cabaré da famosa prostituta da Aracaju dos anos de 1920 conhecida por “Nonôca”, localizado na Rua das Almas. Segundo processos crimes encontrados no Arquivo do Judiciário do Estado de Sergipe, devido a prisão de dois gatunos ocorrida nas dependências da casa de tolerância, as atividades foram encerradas em 1922. (ARQUIVO do Judiciário do Estado de Sergipe, Comarca de Aracaju, 1ª Vara. Penal, **Processo-crime: Assassinato**, 29/08/1922, caixa de número 19, documento 2.597).

<sup>422</sup> ANDRADE, Adênia Santos; BRITO FILHO, José de Oliveira. Op. Cit., p. 69.

imagens dos prédios recém-remodelados da capital sergipana<sup>423</sup>. Algumas fotos que compõe esse trabalho são justamente esses postais como as fotos do palácio, antes da reforma, da Praça da Catedral, da Assembleia Legislativa e dos grupos escolares. Sobre a difusão dos cartões-postais, Schapochnik diz que:

Os cartões-postais são como um convite à viagem, uma prenda delicada àqueles que estão distantes. Imagens cuidadosamente escolhidas servem de moldura a juras de amor, reiteram plasticamente laços de amizade, perplexidade e encantamento<sup>424</sup>.

Os cartões-postais serviam para apresentar Aracaju como uma cidade moderna, ao mesmo tempo era uma forma de convidar aqueles que moravam longe e só poderiam conhecer a capital sergipana através das imagens, por isso os locais e monumentos fotografados deveriam ser escolhidos rigorosamente, pois o contrário a urbe não se tornaria objeto de curiosidade dos que nela não habitam.

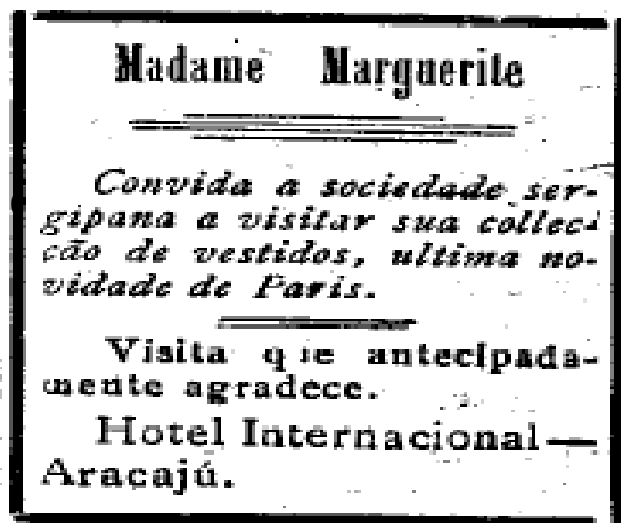
É importante lembrarmos que a bela época foi marcada também pelo consumismo exagerado, a necessidade de obter produtos, principalmente da Europa, fazia com que as pessoas praticassem o ato de *flanar*, ou *footing*, pelas ruas das cidades olhando as vitrines das lojas e comprando seus artigos de luxo. As lojas em Aracaju, apesar de não ter encontrado anúncios que mostrassem a chegada de materiais requintados, conseguiam vender seus produtos, talvez por conta das analogias que faziam com os grandes centros urbanos, mas se não dava para ir à Paris, a cidade luz vinha até os aracajuanos como nos mostra o anúncio do jornal *Gazeta do Povo*.

---

<sup>423</sup>A livraria teve seu apogeu a partir da década de 1930, quando se tornou um dos espaços de sociabilidade mais frequentados de Aracaju, por isso analisar esse período foge ao nosso recorte temporal, mas tendo vista sua significativa contribuição nos seus anos iniciais se fez necessário mostrá-la nesse trabalho. Ver: SANTOS, Elissandra Silva. **Livraria Regina**: notas sobre a aventura do livro em Aracaju (1918-1976). 2004. 61 p. Monografia (Graduação) – Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2004, p. 24.

<sup>424</sup>SCHAPOCNIK, Nelson. Cartões-postais, álbuns de família e ícones da intimidade. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 3.

Figura 40 - Anúncio de Madame Marguerite



Fonte: GAZETA do Povo. Os novos Studebaker. Aracaju, 06 jul. 1925, Ano I, n. 212.

Não sabemos se a senhora citada no anúncio é de fato de nacionalidade francesa, uma vez que era costume no Brasil as mulheres de elite serem chamadas de *Madames*, tanto nos periódicos quanto pelas pessoas. Em Aracaju, o jornal *Correio de Aracaju* referia-se a Tereza Lobo, esposa do Presidente do Estado, como *Madame Pereira Lobo*. O fato é que a busca por roupas femininas sofisticadas era uma constante, mesmo não havendo vendas em grande escala na capital de Sergipe. Feijão nos explica essa busca por vestuários femininos elegantes:

Á mulher, à mulher burguesa casada, cabia, além das tarefas domésticas, destacar-se nos eventos sociais pela sua beleza e, principalmente, pela riqueza e correção de seu traje: sua aparência deveria ser o reflexo do sucesso econômico do marido. Para isso se revestia de rendas, bordados e fitas, em peças de corte intrincado, difíceis de vestir e de portar – enquanto os trajes de seu par enveredavam para um crescente despojamento<sup>425</sup>.

A mulher trajada com roupas sofisticadas mostrava o quanto era elevada a posição do seu marido dentro da sociedade da *Belle Époque*, onde as identidades eram forjadas através das apropriações de costumes europeus. Quanto mais elegante o traje da mulher, mais demorado e difícil de vestir seria.

Enquanto o do masculino mostrava-se o contrário do feminino e os homens se vestiam ao modo inglês. Algo que já fazia parte do cotidiano do século XIX, pois havia

<sup>425</sup>FEIJÃO, Rosane. Op. Cit., p. 109-110.

uma construção de “imagem austera, com predileção por roupas de aspecto prático, que espelhassem sua ligação com a vida econômica, intelectual e política do país<sup>426</sup>”. Em Aracaju, também existiam *ateliers* especializados nas roupas masculinas, portanto os homens também poderiam buscar seus trajes elegantes em lojas que ficavam geralmente na Rua João Pessoa, além disso “os rapazes visitavam as sapatarias para comprar sapatos de cromo, sociais de bico fino, bicolores, que seriam usados na praça e nos bailes<sup>427</sup>”. O anúncio a seguir, encontrado no jornal *Correio de Aracajú*, mostra uma propaganda da *Alfaiataria Paris*.

**Figura 41 - Anúncio da Alfaiataria Paris**



Fonte: CORREIO de Aracajú. Aracaju, 11 mar. 1920, Ano XIII, n. 2.826.

Mais uma vez Paris aparece, mas no nome de um estabelecimento comercial de Aracaju. O anúncio do estabelecimento de roupas para homens é comprovada no texto contido no anúncio. Logo, isso mostra que apesar de Aracaju não receber em suas lojas quantidades significativas de artigos de luxo, o comércio buscava representar-se através dos textos e imagens que invocavam o Rio de Janeiro e Paris, como uma forma de atrair a clientela às suas vitrines.

Outro objeto muito utilizado tanto por homens quantos mulheres foram os chapéus. Esses adereços possuíam diversos significados que caracterizavam quem os usavam, no caso dos chapéus femininos Sevcenko nos diz que:

<sup>426</sup> FEIJÃO, Rosane. Op. Cit., p. 108.

<sup>427</sup> ANDRADE, Adênia Santos; BRITO FILHO, José de Oliveira. Op. Cit., p. 57.

Na Belle Époque, o objeto do desejo por excelência eram os chapéus femininos. Os códigos eram complicadíssimos – variavam conforme a idade, estado civil, condição social, posição do pai ou marido, estação, ambiente, hora do dia, características dos vestidos e jóias em usos, as modas das companhias teatrais, parisienses e os últimos lançamentos das boutiques francesas. Misteriosos, exuberantes, ousados, eles catalisavam olhares, ocupavam o espaço, acrescentando traços de poder, sofisticação e ares enigmáticos às usuárias<sup>428</sup>.

O chapéu, assim como o sapato, era um adereço que possuía um significado naquele período, distinguia as pessoas, apresentando detalhes como estado civil e condição financeira. Isso nos mostra que o vestuário era também responsável por criar as representações durante a Belle Époque, pois quanto mais caro o chapéu, mais rica seria a senhora que o usava. Em Aracaju havia lojas que vendiam esse cobiçado adereço, como nos mostra o anúncio do *Correio de Aracaju*.

**Figura 42 - Anúncio da loja de chapéus Elite.**



Fonte: CORREIO de Aracaju, 1920.

Notemos que a fábrica de chapéus estava localizada em um dos pontos comerciais mais conhecidos de Aracaju, a rua de Laranjeiras, o que não poderia ser diferente uma vez que era um local propício para os comerciantes daquele período. A *Belle Époque* em Aracaju foi sentida também na moda, as revistas vindas dos principais centros urbanos do país, como a Revista *Fon-Fon*, facilitavam a reprodução de roupas principalmente em períodos vestidos, quando as senhoras e senhoritas corriam para as costureiras com as revistas nas mãos e providenciavam roupas para as festividades de fim de ano.

<sup>428</sup>SEVCENKO, Nicolau. Op. Cit. 1998, p. 534.

Tanto as lojas e outros estabelecimentos, quanto os clubes, serviram para legitimar as sociabilidades nas ruas da capital sergipana, caracterizando-a como uma urbe em que o ir e vir era rotineiro. No entanto, vimos apenas os espaços, onde as elites circulavam sem fazer menção às classes menos favorecidas. Para isso, achamos conveniente dedicar uma parte deste trabalho, ao relato do cotidiano dos pobres, pois como toda cidade que procurou se modernizar no final do século XIX e início do XX, o processo de modernização de Aracaju possuiu características excludentes, como veremos adiante.

### 4.3 - Os Pobres da *Belle Époque* Aracajuana

Na historiografia das cidades, os pobres possuíam uma posição de inferioridade perante aos demais habitantes. A eles foi negado direito de habitar em determinados locais da urbe, por isso eram levados a residir em locais impróprios e, em alguns casos, foram até expulsos desses lugares. Aos pobres foram atribuídas culpas por epidemias, devido à falta de higiene de suas construções, por crimes no âmbito urbano e por perturbar a ordem pública.

A circulação de pessoas das classes menos favorecidas em determinados lugares como praças e ruas, já era o suficiente para deixar os demais transeuntes em pânico e as autoridades policiais em vigília. Para manter os pobres afastados dos lugares destinados às elites, foram criados códigos que ajudariam a disciplinar essas camadas. Freitas mostra como deveria ser a disciplina no espaço urbano da capital de Sergipe:

A disciplina que vamos perceber na cidade de Aracaju, ou melhor, dentro do “quadrado de Pirro”, é estabelecida pelos poderes dirigentes que ditam as regras de conduta e de estabelecimento do cidadão em diversas áreas da cidade. E é essa mesma disciplina que exclui o cidadão e o faz estabelecer-se em regiões periféricas<sup>429</sup>.

Os governantes criaram leis que dificultaram a inserção dos pobres no Tabuleiro de Pirro, ocasionando a sua ida para lugares inóspitos nos arredores da cidade. No início do século XX, a população da capital de Sergipe cresceu consideravelmente, como já observamos. As pessoas oriundas do interior do Estado vieram em busca de novas condições de vida e acreditavam que a “cidade grande” poderia proporcionar isso para

---

<sup>429</sup> FREITAS, Bárbara Sheila Gonçalves e. A ocupação periférica do quadrado de Pirro: Aribé (1901 – 1931). *Revista do Aracaju*, ano LX, número 10. Aracaju: FUNCAJU, 2003, p. 262.

eles, devido ao crescimento da indústria têxtil. Armando Fontes em sua obra “*Os Corumbas*” relata a saída da família Corumba do interior em busca de trabalho na Aracaju que se modernizava<sup>430</sup> e foram trabalhar em uma das fábricas de tecidos da cidade, onde as longas jornadas e má remuneração faziam parte do cotidiano fabril. As condições de moradias eram precárias, pois a cidade não foi pensada para receber as classes menos favorecidas, o que nos mostra uma natureza excludente desde sua construção até as reformas empreendidas no século XX. De acordo com Fontes:

A situação da população pobre era outra. Homens e mulheres de baixa condição econômica dificilmente poderiam construir moradia no “Quadrado de Pirro”. Os pobres edificaram suas casas de palhas em lugares afastados de maneira “desordenada”, em terrenos alagadiços sem saneamento e outros serviços<sup>431</sup>.

A ida desses migrantes para lugares afastados do centro urbano de Aracaju fez surgir outra cidade, só que caracterizada pela falta de saneamento, higiene e “sem infraestrutura de esgoto e abastecimento de água, provocando altas taxas de mortalidade pelos surtos de cólera-morbus, febre amarela, varíola, peste bubônica, tuberculose<sup>432</sup>”. As habitações dos pobres, localizadas nas áreas periféricas, não correspondiam aos preceitos higienistas pregados na época. Isso ocasionará, mais tarde, a saída deles dessas zonas endêmicas.

Com a chegada da população pobre em Aracaju, áreas como o Aribé (Atualmente Bairro Siqueira Campos), que desde o início do século XX recebia moradores que não tinha condições de erguerem suas moradias nas proximidades do núcleo urbano da cidade, “foi uma das regiões procuradas pelos indivíduos pobres. Possuindo sítios e áreas pantanosas, esta região acolheu família emigrantes do interior do Estado<sup>433</sup>”. Nesse lugar eles construíam suas casas de palhas sem estrutura e fora dos padrões estipulados pelos Códigos de Postura, por isso essas pessoas eram vistas como “pessoas com a moral corrompida que precisavam ser disciplinadas [...]. As pessoas pobres eram consideradas um perigo, havendo uma segregação dos lugares, ou seja, começa a haver uma separação entre os lugares de pobres e ricos<sup>434</sup>”. Pesavento nos explica os motivos dessa separação:

<sup>430</sup>FONTES, Armando. **Os corumbas**. 25. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

<sup>431</sup>FONTES, Lídia Meire Rocha dos Santos. Op. Cit., p. 15.

<sup>432</sup>FREITAS, Bárbara Sheila Gonçalves e. Op. Cit., p. 267.

<sup>433</sup>SOUSA, Antônio Lindvaldo. Op. Cit., 1993, p. 11.

<sup>434</sup>Idem.

A urbe se queria ordenada, bela e asséptica, e não agredida por construções que concentravam gente potencialmente perigosa e degenerada. No final do século, todas as argumentações valiam, ligando-se às teorias científicas europeias, que classificavam os indivíduos de acordo com seu biótipo e vinculavam os comportamentos ao meio social. Os pobres eram feios, sujos e malvados, por que não? Morar amontado, viver de biscate, apresentar proceder duvidoso eram todos indícios de algo que os cidadãos honrados não queriam no seu cotidiano<sup>435</sup>.

A cidade desejava ser vista e admirada por suas belezas oriundas da remodelação urbana e os pobres com suas construções rústicas não eram bem vindos, por isso a separação dos corpos limpos e sujos deveriam ser realizados, para que não corrompessem a estrutura urbana. Os pobres eram geralmente designados da forma que a autora<sup>436</sup> nos mostrou na assertiva, ou seja, tudo que a sociedade civilizada repulsava.

O comportamento das classes menos favorecidas também preocupava os seguidores dos ideais da civilização. Para eles as classes populares tinham costumes reprováveis e que não condiziam com a situação de Aracaju naquele momento. Era preciso criar leis que garantissem a ordem, por isso nas festas populares da cidade a polícia se fazia presente, para garantir a aplicabilidade das mesmas e acima de tudo para vigiar os homens e mulheres pobres, para que seus atos “incultos” e “incivilizados” não atormentassem o restante dos habitantes. Sobre a aplicação de disciplina aos pobres, Foucault fala que:

O exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre aqueles quem se aplicam<sup>437</sup>.

A aplicabilidade das leis cabia a chefatura da polícia, que também regia regulamentos de diversões públicas e como forma de conter as manifestações tidas como indecorosas e que não atendiam aos preceitos de uma cidade que buscava se modernizar, ou seja, a relação entre pobres e modernidade não surtia efeito, por isso que “vigiar espaços tornava-se uma das formas de inibir as consideradas desordens sociais. O falar alto, as risadas, as brigas constituíam estranhos comportamentos para os atores sociais modernos<sup>438</sup>”.

<sup>435</sup>PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os pobres da cidade: vida e trabalho (1880-1920)** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994, p. 93.

<sup>436</sup>Idem.

<sup>437</sup>FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 143.

<sup>438</sup>FONTES, Lídia Meire Rocha dos Santos. Op. Cit., p. 23

Além da ação dos governantes em controlar a presença dos pobres nas áreas elitizadas do Tabuleiro de Pirro, outro fator que influenciou na saída dessas pessoas para as zonas periféricas e afastadas da cidade foi a alta no preço dos aluguéis de imóveis. Em 1919, o jornal *Correio de Aracajú* publicava um texto sobre essa situação, vejamos:

Em Aracajú, está constituindo um problema muito serio a exorbitancia dos alugueis de casas, que são aqui relativamente muito mais altos do que no Rio ou em qualquer outra capital do Estados do Brasil. É certo que a população tem augmentado consideravelmente, mas essa razão não bastaria determinar uma mudança tão brusca, se não influissem outros factores que apresentam talvez mais decisivos. O lustro que durou o conflicto europeu foram os cinco annos de fartura para os engenheiros sergipanos; e estes, depois que enriqueceram, debandaram para a capital, e ao envez de construírem moradias, começaram a offerecer qualquer preço pelas já construídas ou accederam a morar nellas por um aluguel desproporcionado. Por sua vez, os commerciantes que tambem tiraram bom partido dessa quadra toda cheia de anormalidades, não fazem questão de entrar com um preço exorbitante, comtanto que arranquem casa no interior da cidade<sup>439</sup>.

Muitos inquilinos, que não possuíam condições financeiras para continuar pagando pelas suas permanências nas residências acabavam sendo despejados, como podemos ver nos processos crimes do Arquivo do Judiciário do Estado de Sergipe. Documentos dessa natureza nos mostram que houve desapropriações por particulares, já que os jornais falavam que o governo realizava também. No entanto, não informavam como se davam essas retiradas. Um desses processos teve como requerente Mariana Capell, que solicitou à justiça o despejo do seu inquilino José Almeida Amorim, por ter atrasado doze meses o pagamento do aluguel da casa localizada na Rua de Arauá. O documento não mostra qual a profissão do réu, que ao ser despejado teve que pagar o valor atrasado de 345\$720 (trezentos e quarenta e cinco mil setecentos e vinte réis), multa de 28\$920 (vinte e oito mil novecentos e vinte réis), como também os valores do imposto predial aplicado pela Intendência. As pessoas que alegaram não ter condições de pagar pediam um atestado de pobreza junto à chefatura de polícia, como foi o caso do réu desse processo<sup>440</sup>.

Com a especulação imobiliária que Aracaju passou em 1919, as ações de despejos foram mais frequentes, como atestam os processos. Casas simples também foram motivos para querelas judiciais, como a de José Alves Cavalcante e sua esposa

<sup>439</sup>CORREIO de Aracaju. **A exorbitância dos aluguéis**. Aracajú, 10 ago. 1919, Ano XIII, n. 2.659, p. 1.

<sup>440</sup>ARQUIVO do Judiciário do Estado de Sergipe, Comarca de Aracaju, cartório de 3º ofício, **Ação Penal: Despejo**. 28/03/1916, Caixa 1, documento 3.438/1.

Thereza Duarte Cavalcante, que solicitaram à justiça o despejo de Deoclides Santos da casa de taipa e telha, com duas janelinhas de frente e uma porta, localizada na Rua de Estância, número 89. O motivo alegado era que a habitação iria ser ocupada por um parente dos requerentes, uma vez que estava sendo difícil conseguir casas em Aracaju. O processo foi finalizado sem maiores problemas<sup>441</sup>.

Nem sempre os despejos eram aceitos pelos despejados, como foi o caso de Francisca Soares Mello, que reagiu quando foi notificada da ação feita por André Ramos, proprietário da casa situada na Rua Silvio Romero. Ao ser colocada para fora da residência, por falta de pagamento e ter atrasado em dois meses, a inquilina se negou a sair. A polícia foi acionada e Francisca passou a noite na chefatura policial, sendo liberada no dia seguinte<sup>442</sup>.

Pode-se observar também que casas foram desapropriadas para depois serem passadas à Intendência como utilidade pública, ou seja, podiam ser vendidas ou não ao governo municipal, que com as obras de reforma da capital precisou realizar desapropriações e derrubar construções velhas<sup>443</sup>. Interessante notar que alguns despejados eram funcionários públicos, porém os documentos não informam qual a área de atuação. Outra situação vista foi que a maioria dos contratos dos aluguéis foi feito de forma verbal, sem a assinatura de um documento. Por conta disso, os réus dificultavam a ordem de saída, fazendo com que os proprietários acionassem a justiça.

É interessante pensarmos na seguinte hipótese: o aumento dos aluguéis<sup>444</sup> se deu em um momento em que a cidade passava por um processo de remodelação, onde padrões de modernidade e ideais de civilização eram constantemente buscados pelas elites, por isso ter pessoas de baixo poder aquisitivo residindo no Tabuleiro de Pirro poderia ser uma afronta aos afortunados aracajuanos. Logo, o crescimento exagerado do valor pode ter sido feito propositalmente, com o intuito de expulsar essas pessoas, deixando as áreas nobres de Aracaju reservada para os ricos<sup>445</sup> e para que as casas pudessem ser remodeladas ou demolidas e ali nascer uma nova Aracaju.

---

<sup>441</sup>ARQUIVO do Judiciário do Estado de Sergipe, Comarca de Aracaju, cartório de 3º ofício, **Ação Penal: Despejo**. 13/10/1919, Caixa 1, documento 3.438/2

<sup>442</sup>\_\_\_\_\_, Comarca de Aracaju, cartório de 3º ofício, **Ação Penal: Despejo**. 05/05/1923, Caixa 1, documento 3.438/11

<sup>443</sup>\_\_\_\_\_, Comarca de Aracaju, cartório de 3º ofício, **Ação Penal: Despejo**. 12/07/1920, Caixa 1, documento 3.438/5

<sup>444</sup>De acordo com os processos analisados no Arquivo do judiciário, os valores dos aluguéis eram de 23\$000 (vinte e três mil réis) a 40\$000 (quarenta mil réis).

<sup>445</sup>Na historiografia atual tem a premissa de que o investigador não deve deter-se apenas às questões de certeza, mas também abrir espaço para as dúvidas, as possibilidades. Prova disso é o que Natalie Zemon Daves realizou na sua pesquisa sobre *Matin Guerre*, em que de forma magistral a historiadora norte-

O crescimento demográfico de Aracaju fez com que os bairros Santo Antônio e Industrial também recebessem uma quantidade expressiva de migrantes pobres. O último ficava localizado próximo a Fábrica de Tecidos Confiança, para onde se destinava a maioria dessas pessoas, que iriam juntar-se ao operariado das fábricas têxteis de Aracaju. Porém, de acordo com Sousa, o crescimento desses bairros não foram bem aceitos:

Os atores sociais da modernidade não percebiam com “bons olhos” a ocupação desses dois núcleos pela população pobre. Esses espaços eram considerados um afronto à “beleza natural”, ou seja, provocava desarmonia com a parte mais central da cidade e sobretudo “desrespeito às pessoas adiantada nos deveres para consigo e com seus semelhantes”. As críticas eram feitas principalmente às ruas margeadas por casas consideradas impróprias onde inúmeras famílias viviam “promiscuamente”<sup>446</sup>.

O crescimento populacional dos bairros Aribé, Santo Antônio e Industrial preocupava esses atores sociais da modernidade, ou seja, os políticos e a elite, que desejavam inserir a capital no contexto da civilização. Com isso, a partir da década de 1920, “começava o processo de eliminação das áreas consideradas impróprias e não compatíveis com a nova situação de Aracaju<sup>447</sup>”, logo, esses bairros passaram por processos de desapropriação, por conta de diversos fatores, o principal deles foi a falta de higiene da população pobre que fazia desses lugares focos de inúmeras epidemias, mas a falta de decoro e o excesso de promiscuidade vivido pelas baixas camadas também se tornaram motivos de preocupação, pois como nos mostra Sousa:

A intenção de afastar os homens pobres das áreas indesejadas não se dava somente porque suas casas tinham aspectos rudimentares e faltavam preceitos de higiene. A interferência se processava por causa também do seu modo de vida, dos seus costumes. Isto é perceptível quando se observam as críticas dos atores sociais aos costumes desses homens pobres<sup>448</sup>.

Para uma cidade que se tornava moderna e civilizada, possuir lugares considerados impróprios, onde a proliferação não só de doenças, mas de hábitos indecorosos, era algo que consistia em atraso perante aos agentes responsáveis pelos ideais de modernidade. Todavia, é necessário salientar que os pobres foram retirados de

---

americana cria uma discussão sobre provas e possibilidades no âmbito da História. Ver: GINZBURG, Carlo. Provas e possibilidades. In: \_\_\_\_\_. Op. Cit., 2007.

<sup>446</sup>Sousa, Antônio Lindvaldo. Op. Cit., 1993, p. 46.

<sup>447</sup>Ibidem, p. 49.

<sup>448</sup>Idem.

suas moradias por conta de obras realizadas na cidade, como o “o prolongamento da viação, a continuação da linha de bondes da empresa elétrica de Aracaju<sup>449</sup>”.

Não bastava retirar os homens e mulheres pobres de suas moradias, para conter doenças ou mostrar uma civilização maquiada, baseada em uma modernização cosmética, onde as realidades eram escondidas do verdadeiro cotidiano. Fazia-se necessário instruí-los, com o intuito de discipliná-los de forma pacífica, garantindo assim o controle sobre essa população. De acordo com Rago:

A habitação do pobre não escapará ao desejo de disciplinarização do proletariado manifestado pelos dominantes. Na moradia operária, a burguesia industrial, os higienistas e os poderes públicos visualizam a possibilidade de instaurar uma nova gestão da vida do trabalhador pobre e controlar a totalidade de seus atos, ao reorganizar a fina rede de relações cotidianas que se estabelecem no bairro, na vila, na casa e, dentro desta, em cada compartimento. Destilando o gosto pela intimidade confortável do lar, a invasão da habitação popular pelo olhar vigilante e pelo olfato atento do poder assinala a intenção de instaurar a família nuclear moderna, privativa e higiênica, nos setores sociais oprimidos<sup>450</sup>.

Ao disciplinar a moradia do homem pobre, obviamente que os agentes da modernidade vão impor seus preceitos, controlando assim os hábitos dessas pessoas, principalmente os que se referiam às questões de higiene, por isso eles passaram “a receber “visitas” constantes em sua residência dos técnicos, que lhe imprimiam informações em torno da higienização da casa e do corpo<sup>451</sup>”.

Os processos encontrados no Arquivo do Judiciário mostram que a maioria dos homens e mulheres pobres era analfabeta e trabalhava como operários, pedreiros, lavadeiras, vendedores ambulantes, ajudantes entre outros. Por não possuírem instrução, o ato de disciplinarização ficava difícil, pois essas pessoas não possuíam entendimento sobre diversas práticas de higiene e civilidade. Por isso:

O contato maior com a população pobre no sentido de sensibiliza-la para a instrução, ocorreu, sem sombra de dúvidas, na medida em que os governos, os empresários e, principalmente a intelectualidade, passaram a promover palestras em ocasiões de festividades dos trabalhadores ou outra atividade que reunia um número significativo de pessoas pobres como a inauguração da Escola de Aprendizes e Artífices<sup>452</sup>.

<sup>449</sup>SOUSA, Antônio Lindvaldo, Op. Cit., 1993, p. 11.

<sup>450</sup>RAGO, Margareth. Op. Cit., p. 214.

<sup>451</sup>Ibidem, p. 15.

<sup>452</sup>SOUSA, Antônio Lindvaldo. Op. Cit. 1993, p. 55.

Instruir a população pobre seria uma saída para retirá-los dos hábitos considerados indecorosos para os padrões da época, por isso que os Grupos Escolares tiveram um papel importante na difusão do civismo e de práticas de higiene. Os agentes da modernidade encontravam nas festividades, uma forma de orientar a população pobre sobre a importância da instrução, pois eram nesses eventos que eles se faziam presentes em massa. Quando falamos em festas, nos referimos aos eventos realizados pelos políticos ou pelas fábricas, como o 1º de maio. Eram nessas ocasiões que os discursos destinavam-se à população pobre e não nas festividades que envolviam as classes mais favorecidas, pois nessas eles estavam em constante vigilância.

Os pobres foram as vítimas do processo de modernização das cidades, a eles foram dados lugares marginais no espaço urbano, como também uma situação de inferioridade perante as pessoas mais abastadas. Mesmo possuindo um caráter marginalizado, durante a reforma urbana de Aracaju, podemos dizer que os pobres tiveram um papel significativo na *Belle Époque* aracajuana, pois mesmo excluídos e proibidos de adentrarem ao Tabuleiro de Pirro, seus hábitos, moradias e costumes levaram o governo a criar elementos disciplinadores para que não atrapalhassem no desenvolvimento da capital sergipana, durante sua busca incessante pela modernidade e civilização, por fim, eles foram à contra gosto, coadjuvantes desses eventos.

## CONCLUSÃO

O período que compreende o final do século XIX e o início do XX revelou-se como um momento de transformações para a sociedade que viveu naquela época, pois as cidades passaram, paulatinamente, por processos de transformações, que modificariam o cotidiano dos seus habitantes. A intensidade dessas transformações foi assistida, principalmente, nas duas primeiras décadas do século passado, quando algumas cidades tiveram condições, graças ao aumento da economia, por conta da Primeira Guerra Mundial, de promoverem reformas e remodelações em sua estrutura urbana.

É necessário lembrar que algumas cidades passaram por tais transformações ainda na segunda metade do século XIX, a exemplo de Manaus, Belém e Recife, que adentraram ao XX em ritmo de modificações urbanas. O Rio de Janeiro, então capital federal, vivenciou a partir de 1903, reformas urbanas empreendidas pelo Prefeito Pereira Passos, que serviram como base para outras cidades brasileiras, que executaram obras de remodelação nos decênios iniciais do século passado.

Os anos de 1910 a 1920 representaram uma busca frenética pelos aparatos da modernidade no âmbito de cidades como São Paulo, Salvador, Natal e Aracaju, que de uma forma tardia, se comparada às outras urbes já citadas, efetivaram remodelações no espaço urbano, buscando aspirações de modernidade e transformações em prol do progresso. Vale a pena enfatizar que a necessidade de modernizar a capital de Sergipe e as outras cidades já citadas, seguia uma tendência nacional, que ganhou ainda mais notoriedade com as reformas cariocas. Por isso que esse trabalho objetivou-se em analisar o processo de modernização e urbanização de Aracaju, culminando sua inserção em um período que se convencionou em chamar de *Belle Époque*.

As cidades brasileiras que passaram por esse período e pela busca da modernidade puderam vivenciar, ou não, transformações significativas em sua estrutura urbana, como também em diversos âmbitos da sociedade. Aracaju, por sua vez, teve seu cotidiano moderno idealizado pelo governo, mesmo já tendo experimentado em pequenas doses, o ritmo da modernidade e seus aparatos como cinema, luz elétrica, água encanada entre outros.

Assim como nas outras cidades, a reforma urbana de Aracaju atendeu um desejo das elites locais e, ao mesmo tempo, do poder público, que não mediu esforços para tornar a capital de Sergipe em uma cidade moderna. É válido ressaltar que tais obras

ocorrem em um período diferente das realizadas no Rio de Janeiro, ponto de inspiração para o projeto reformador e irradiador da *Belle Époque* nos trópicos. Na época das transformações, na então capital federal, Aracaju estava aquém dos acontecimentos. Poucas obras eram realizadas nesse período, como vimos anteriormente, por isso Santos diz que:

O ingresso de Aracaju na onda do “civiliza-se”, a construção, remodelação espacial e arquitetônica de vários imóveis públicos e privados; a introdução de um padrão de sociabilidade mediado pelo dinheiro e a difusão de novos hábitos de consumo, aconteceram a partir dos anos vinte do século XX, principalmente no governo de Graccho Cardoso. Sendo assim, considerando características e conceituações conferidas à Belle Époque, se aplicadas à Aracaju, são no mínimo, inadequadas. Em 1900 e 1905, nossa cidade de Aracaju – tabaroa vestida de chita e calçada de tamancos – estava, de fato, na contramão dos acontecimentos<sup>453</sup>.

Para a autora, incluir a Aracaju do início do século XX nos padrões de civilidade adotados principalmente pelo Rio de Janeiro nesse período, é contraditório, pois a cidade não vivenciava a inserção de padrões modernos e civilizatórios, sem falar que sua população ainda era baixa, se comparada a outros municípios sergipanos. De fato, a capital de Sergipe no início do século passado, possuía uma estrutura deficiente, a sua fisionomia urbana nada lembrava uma capital de um estado. Ela também mostra que nos anos de 1920, esses hábitos foram sendo inseridos no cotidiano aracajuano, durante o governo Graccho Cardoso. É cabível lembrar que Pereira Lobo contribuiu para a inserção de padrões modernos, através das reformas urbanas, iniciadas por ele, para as comemorações do centenário da emancipação política de Sergipe.

A remodelação de Aracaju não teve a grandiosidade das realizadas em outras cidades do país, a exemplo de Rio de Janeiro e São Paulo, mas se formos analisar a quantidade de obras que foram legadas à população, como o calçamento das ruas, reforma dos prédios públicos e particulares, reforma e criação dos Grupos Escolares, instalação de luz elétrica, rede de água e esgoto, reforma de praças, parques e passeios públicos, veremos que foram características presentes em todas as cidades vistas nesse trabalho, o que nos leva a constatar que a capital de Sergipe vivenciou, proporcionalmente, é óbvio, o período denominado por *Belle Époque*. Uma vez que o caráter modernizador era baseado em princípios de civilização adotados pela capital federal, onde o higienismo foi uma constante, já que as preocupações eugênicas fizeram

---

<sup>453</sup> SANTOS, Maria Nely. Aracaju na contra-mão da Belle Époque. **Revista de Aracaju**, Ano LIX, n. 09, 2002, p. 153.

parte das reformas urbanas como também da bela época, dotando esse período com um caráter excludente, pois aqueles que não estavam aptos a se adequarem a tais preceitos eram fadados ao ostracismo dos lugares mais afastados da cidade, criando assim zonas periféricas e impróprias para habitação.

É importante ressaltar, também, a importância que os lugares de sociabilidade tiveram para a constituição do viver a cidade na *Belle Époque*, pois uma vez remodelada e moderna, se fazia necessário que a população conhecesse a urbe, perscrutando por suas artérias, admirando as vitrines, experimentando as novidades e flanando pelas ruas. Em suma, a modernização de Aracaju poder ser caracterizada da seguinte maneira: entre 1911 e 1920, inicia-se o processo de modernização tendo aumentado em 1918, com o governo de Pereira Lobo. O período que compreende os anos de 1921 a 1930, possui o destaque por ser o momento do apogeu da modernização, tendo o mandato de Graccho Cardoso exercido forte influência para as transformações ocorridas em Aracaju.

Obviamente, por ser uma pesquisa com prazos para sua execução, alguns elementos da *Belle Époque* aracajuana não foram destacados ou apresentados com mais rigorosidade, porém isso possibilitará àqueles que por ventura se sentirem atraídos em enveredar pelas nuances de Aracaju nesse período, a pesquisar outros elementos que constituíram a modernização da cidade, pois essa pesquisa propõe um leque de possibilidades a serem estudados com afinco e seriedade, como por exemplo, os locais de sociabilidades, as festas, as habitações dos ricos e também a dos pobres, o comércio, a educação, os transportes e os hábitos da população da capital de Sergipe.

Enfim, cremos que não importa o tamanho das obras, mas sim o que elas legaram a Aracaju, nas décadas iniciais do século XX e que a cidade finalmente recebeu uma mão de verniz sobre o Tabuleiro de Pirro, fazendo com que os ecos da *Belle Époque* ressoassem em uma urbe, que a partir daquele momento, se considerava moderna, civilizada e progressista.

## REFERÊNCIAS

### CORPUS DOCUMENTAL

#### *- Fontes Manuscritas*

SERGIPE. **Relatório Apresentado ao Exm<sup>o</sup>. Sr. Coronel Presidente do Estado pelo Director de Obras, Agricultura, Industria e Viação.** Aracaju: Imprensa Oficial, 1919. p. 25.

#### *- Mensagens Presidenciais*

SERGIPE. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em 07 de setembro de 1919, ao instalar-se a 1ª sessão ordinária da 14ª Legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado.** Aracaju: Imprensa Oficial, 1919.

\_\_\_\_\_. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em 07 de setembro de 1920, ao instalar-se a 2ª sessão ordinária da 14ª Legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado.** Aracaju: Imprensa Oficial, 1920.

\_\_\_\_\_. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em 07 de setembro de 1921, ao instalar-se a 3ª sessão ordinária da 14ª Legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado.** Aracaju: Imprensa Oficial, 1921.

\_\_\_\_\_. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em 07 de setembro de 1922, ao instalar-se a 4ª sessão ordinária da 14ª Legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado.** Aracaju: Imprensa Oficial, 1922.

\_\_\_\_\_. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 07 de setembro de 1923. Ao instalar-se a 1ª sessão ordinária da 15ª Legislatura, pelo Presidente do Estado Dr. Maurício Graccho Cardoso.** Aracaju: Imprensa Oficial, 1923.

\_\_\_\_\_. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 07 de setembro de 1924. Ao instalar-se a 2ª sessão ordinária da 15ª Legislatura, pelo Presidente do Estado Dr. Maurício Graccho Cardoso.** Aracaju: Imprensa Oficial, 1924.

\_\_\_\_\_. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 07 de setembro de 1925. Ao instalar-se a 3ª sessão ordinária da 15ª Legislatura, pelo Presidente do Estado Dr. Maurício Graccho Cardoso.** Aracaju: Imprensa Oficial, 1925.

\_\_\_\_\_. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 07 de setembro de 1926. Ao instalar-se a 4ª sessão ordinária da 15ª Legislatura, pelo Presidente do Estado Dr. Maurício Graccho Cardoso.** Aracaju: Imprensa Oficial, 1926.

#### *- Código, Leis e Decretos*

CÓDIGO de Posturas da Cidade de Aracaju. **Aprovado pela Lei do Conselho Municipal nº 112 de 16 de abril de 1912.** Aracaju: Tipographia do Estado de Sergipe, 1912.

\_\_\_\_\_. **Aprovado pela Lei do Conselho Municipal nº 338 de 6 de setembro de 1926.** Aracaju: Regina, 1927.

COLLECÇÃO de Leis e Decretos de 1919. Aracaju: Imprensa Oficial, 1920.

COLLECÇÃO de Leis e Decretos de 1920. Aracaju: Imprensa Oficial, 1921.

DIÁRIO Oficial do Estado de Sergipe. Aracaju: Imprensa Oficial, 1920.

\_\_\_\_\_. Aracaju: Imprensa Oficial, 1922.

POSTURAS da Câmara Municipal da Capital. **Collecção de leis, decretos e resoluções da Provincia de Sergipe.** 1850-1859. Aracaju: Typ. Provincial de Sergipe, 1856.

#### - *Processos*

ARQUIVO do Judiciário do estado de Sergipe, Comarca de Aracaju, cartório de 3º ofício, **Ação Penal: Despejo.** 13/10/1919, Caixa 1, documento 3.438/2.

\_\_\_\_\_, Comarca de Aracaju, cartório de 3º ofício, **Ação Penal: Despejo.** 12/07/1920, Caixa 1, documento 3.438/5.

\_\_\_\_\_, Comarca de Aracaju, 1ª Vara. Penal, **Processo-crime: Assassinato,** 29/08/1922, Caixa 19, documento 2.597.

\_\_\_\_\_, Comarca de Aracaju, cartório de 3º ofício, **Ação Penal: Despejo.** 05/05/1923, Caixa 1, documento 3.438/11.

#### FONTES IMPRESSAS

##### - *Atas*

REVISTA do IHGSE. **Acta da 1ª reunião da Comissão Executiva do Centenario da Emancipação Política de Sergipe,** n. 9, 1920.

\_\_\_\_\_. **Acta da primeira sessão extraordinária do anno de 1919,** n. 9, 1920.

\_\_\_\_\_. **Acta da Sessão Magna do dia 8 de julho de 1920,** n. 9, 1920.

##### - *Jornais*

CORREIO de Aracajú. Aracaju, 11 mar. 1920, Ano XIII, n. 2.826.

\_\_\_\_\_. Aracaju, 8 abr. 1920, Ano XIII, n. 2.846.

\_\_\_\_\_. Aracaju, 13 jun. 1920, Ano XII, n. 2.896.

\_\_\_\_\_. Aracaju, 9 jul. 1920, Ano XIII, n. 2.914.

\_\_\_\_\_. Aracaju, 1º ago. 1920, Ano XIII, n. 2.932.

- \_\_\_\_\_. **A capital de Sergipe.** Aracaju, 25 set. 1920, Ano XIII, n. 2.969.
- \_\_\_\_\_. **A exorbitância dos aluguéis.** Aracajú, 10 ago. 1919, Ano XIII, n. 2.659.
- \_\_\_\_\_. **A obra patriotica do Intendente de Aracajú.** Aracaju, 25 abr. 1920, Ano XIII, n. 2.860.
- \_\_\_\_\_. **A Fon-Fon publica matéria sobre o centenário a emancipação de Sergipe.** Aracaju, 21 set. 1920, ano XIV, n. 2.994.
- \_\_\_\_\_. **A solução do caso Carris Urbanos.** Aracaju, 10 set. 1919.
- \_\_\_\_\_. **Calçamento da cidade.** Aracaju, 16 jun. 1920, Ano XIII, n. 2.898.
- \_\_\_\_\_. **Carnaval.** Aracaju, 19 fev. 1920, Ano XIII, n. 2.819.
- \_\_\_\_\_. **Festa do centenário:** inauguração da exposição-feira. Aracaju, 24 out. 1920, ano XIV, n. 2.993.
- \_\_\_\_\_. **Política de Sergipe:** um caso de “impeachment”. Aracaju, 21 set. 1918, Ano XI, n. 2.424.
- \_\_\_\_\_. **Projecto para a construção do theatro “S. Christóvão” nesta capital.** Aracaju, 04 jul. 1920, Ano XIII, n. 2.910.
- \_\_\_\_\_. **Um luminoso exemplo para muitos Estados.** Aracaju, 9 jun. 1920, Ano XIII, n. 2.893.
- DIÁRIO da Manhã. **Águas estagnadas.** Aracaju, 26 jul. 1919, Ano IX, n. 2.376.
- \_\_\_\_\_. **Obra de Saneamento.** Aracaju, 27 jul. 1919, Ano IX, n. 2.377.
- \_\_\_\_\_. **Pelos Jardins.** Aracaju, 27 abr. 1919, Ano IX, n. 2.311.
- \_\_\_\_\_. **Quereis possuir uma roupa Chic?** Aracaju, 12 ago. 1919, Ano IX, n. 2.398.
- GAZETA do Povo. **Os novos Studebaker.** Aracaju, 06 jul. 1925, Ano I, n. 212.
- O IMPARCIAL. Aracaju, 07 jun. 1919, Ano I, n. 226.
- \_\_\_\_\_. **A reforma da nossa capital.** 03 abr. 1919, Ano I, n. 177.
- \_\_\_\_\_. **Bom Jesus dos Navegantes.** Aracajú, 02 jan. 1919, Ano I, n. 105.
- \_\_\_\_\_. **Nas obras do palacio, deu-se hontem um desastre.** Aracaju, 10 maio 1919, Ano I, n. 204.
- \_\_\_\_\_. **O desastre de sexta-feira nas obras do palacio.** Aracaju, 12 maio 1919, Ano I, n. 205.
- \_\_\_\_\_. **Posse de Pereira Lobo.** Aracaju, 31 jul. 1918, Ano I, n. 1.

SÉCULO XX. **Aterro da cidade.** Aracaju, 06 jul. 1919, ano I, n. 166.

SERGIPE Jornal. **A Instrução publica em Sergipe.** Aracaju, 27 jan. 1923, Ano II, n. 457.

\_\_\_\_\_. **A posse do novo governo.** Aracaju, 26 out. 1922, Ano II, n. 360.

\_\_\_\_\_. **Aracajú.** Aracaju, 30 jul. 1921, Ano I, n. 6.

\_\_\_\_\_. **Despedida.** Aracaju, 22 fev. 1923, Ano II, n. 454.

\_\_\_\_\_. **Dr. Saturnino Britto.** Aracaju, 30 jan. 1923, Ano II, n. 435.

\_\_\_\_\_. **Outro grupo escolar em Aracajú:** mais uma realização. 26 abr. 1923, Ano II, n. 503.

#### - *Revistas*

NUNES, Maria Thétis. Qual o significado do 24 de outubro?. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, v. 1, n. 27. Aracaju: IHGSE, 1965

REVISTA Fon-Fon. **A instrução pública em Sergipe.** Rio de Janeiro, 29 ago. 1925, Ano XIX, n. 35.

\_\_\_\_\_. **A joia do Cotinguiba.** Rio de Janeiro, 14 mar. 1925, Ano XIX, n. 11.

\_\_\_\_\_. **A moderna capital de Sergipe.** Rio de Janeiro, 29 ago. 1925, Ano XIX, n. 35.

\_\_\_\_\_. **Aracaju remodelada.** Rio de Janeiro, 29 ago. 1925, Ano XIX, n. 35.

\_\_\_\_\_. **Jardins de Aracajú.** Rio de Janeiro, 29 ago. 1925, Ano XIX, n. 35.

\_\_\_\_\_. **O Estado de Sergipe:** exemplo a imitar, uma obra profícua. Rio de Janeiro, 23 out. 1920, n. 43.

\_\_\_\_\_. **O instituto de chimica.** Rio de Janeiro, 29 ago. 1925, Ano XIX, n. 35.

\_\_\_\_\_. **O patronato de menores.** Rio de Janeiro, 29 ago. 1925, Ano XIX, n. 35.

\_\_\_\_\_. **Sergipe sobre os impulsos do progresso.** Rio de Janeiro, 29 ago. 1925, Ano XIX, n. 35.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

#### - *Anais*

FABRIS, Annateresa. Arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização. In: **Anais do Museu Paulista**, Anais do Museu Paulista, n. 1, v. 1, 1993.

MOREIRA, Fernando Diniz. A construção de uma cidade moderna: Recife (1909-1926) In: **Anais do VI Encontro Nacional da ANPUR**, Brasília – DF, 1995.

**- Autores e memorialistas sergipanos**

ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **Memórias de Dona Sinhá**. Aracaju: Typografia editorial/Scortecchi, 2005b.

\_\_\_\_\_. **Nas memórias de Aurélia**: cotidiano feminino no Rio de Janeiro do século XIX. São Cristóvão: Editora UFS, 2015.

AMADO, Genolino. **Um menino sergipano**: Memórias. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

ANDRADE JÚNIOR, Pérciles Moraes de. **Sob o olhar diligente do pastor**: a Igreja Católica em Sergipe. São Cristóvão: Editora da UFS, 2010.

ANDRADE, Adênia Santos. BRITO FILHO, José de Oliveira. **O ir e vir das Ruas João Pessoa e Laranjeiras (1920-1940)**. São Cristóvão: UFS, 2012.

AZEVEDO, Crislane Barbosa de. **Grupos escolares em Sergipe (1911-1930)**: cultura escolar, civilização e escolarização da infância. Natal – RN: EDUFRN, 2009.

\_\_\_\_\_. **A modernidade no governo de Graccho Cardoso e a Reforma Educacional de 1924 em Sergipe**. Natal: EDUFRN, 2013.

CALAZANS, José. **Aracaju e outros temas Sergipanos**. 2. Ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.

CANTO E MELLO. **Novo Sergipe**: depoimento para a verdade histórica sobre a administração de Pereira Lobo. Rio de Janeiro: Villas Boas, 1921.

DANTAS, José Ibarê Costa. **História da Casa de Sergipe**: os 100 anos do IHGSE (1912-2012). São Cristóvão: UFS; Aracaju: IHGSE, 2012.

\_\_\_\_\_. **História de Sergipe**: República (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

\_\_\_\_\_. **O tenentismo em Sergipe**: Da Revolta de 1924 à Revolução de 1930. 2. ed. Aracaju: J. Andrade, 1999.

\_\_\_\_\_. **Os partidos políticos em Sergipe (1889-1964)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

FONTES, Armando. **Os corumbas**. 25. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. **História de Sergipe**. 3. ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.

MEDINA, Ana Maria Fonseca. **Ponte do Imperador**. Aracaju: J. Andrade. 1999.

MELINS, Murilo. **Aracaju romântica que vi e vivi**. 3. ed. Aracaju: Unit, 2007.

NUNES, Maria Thétis. **História da educação em Sergipe**. 2. ed. São Cristóvão: UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

\_\_\_\_\_. **Sergipe Provincial II: 1840-1889**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.

OLIVA, Terezinha Alves de. **Impasses do federalismo brasileiro: Sergipe e a Revolta de Fausto Cardoso**. 2. ed. São Cristóvão: UFS; Aracaju: IHGSE, 2014.

PORTO, Fernando. **A cidade do Aracaju (1855-1865): ensaio de evolução urbana**. 2. ed. Aracaju: FUNDESC, 1991.

SANTANA, Antônio Samarone de. **As febres do Aracaju: dos miasmas aos micróbios**. Aracaju: O Autor, 2001.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Ecos da modernidade: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos (1911-1926)**. São Cristóvão: UFS, 2013.

SILVA, Clodomir. **Álbum de Sergipe**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1920.

WYNNE, José Pires. **História de Sergipe (1575-1930)**. Rio de Janeiro: Editora Pongueti, 1970.

#### - **Livros**

AZEVEDO NETO, Joachin. **Uma outra face da Belle Époque carioca: o cotidiano nos subúrbios nas crônicas de Lima Barreto**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2011.

BARBOZA, Naide. **Em busca de imagens perdidas: centro histórico de Aracaju (1900-1940)**. Aracaju: Fundação Cultural Cidade de Aracaju, 1992.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora da UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

DAOU, Ana Maria. **A Belle Époque amazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

DE PAOLI, Paula Silveira. **Entre relíquias e casas velhas**: a arquitetura das reformas urbanas de Pereira Passos no Centro do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Rio Book's, 2013.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011, v. 1.

FEIJÃO, Rosane. **Moda e modernidade na Belle Époque carioca**. Rio de Janeiro: Estação das Letras e Cores, 2011.

FOLLIS, Fransérgio. **Modernização urbana na Belle Époque Paulista**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e progresso**. São Paulo: Global. 2004.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MALATIAN, Teresa. **Dom Luís de Orléans e Bragança**: peregrino de impérios. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010.

MARINHO, Márcia. **Natal também civiliza-se**: sociabilidade, lazer e esporte na *Belle Époque* natalense. Natal: UFRN, 2011.

NEEDELL, Jeffrey D. **Belle Époque tropical**: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

O'DONNELL, Julia. **De olho na rua**: a cidade de João do Rio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2008.

PAULA, Zuleide Casagrande de. **A cidade e os jardins**: Jardim América, de projeto urbano a monumento patrimonial (1915-1986). São Paulo: UNESP. 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os pobres da cidade**: vida e trabalho (1880-1920) Porto Alegre: UFRGS, 1994.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**: reformas urbanas e controle social (1860-1930). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf, 1993.

- PORTO, Fernando de Figueiredo. **Alguns nomes antigos de Aracaju**. Aracaju: J. Andrade, 2011.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- PRIORE, Mary Del. **Festas e utopias no Brasil colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista, Brasil (1890-1930)** 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- REZENDE, Antônio Paulo. **Desencantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX**. Recife: FUNDARPE, 1997.
- RIO, João do. **A alma encantadora das ruas: Crônicas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SANTUCCI, Jane. **Cidade rebelde: as revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.
- SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: Riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)**. 2. ed. Belém: Paka-Tatu, 2002.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: Dom Pedro II, um monarca dos trópicos**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SILVA, Maurício. **A hélade e o subúrbio: confrontos literários na Belle Époque carioca**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.
- TIRAPELI, Percival. **Arte imperial: do neoclássico ao ecletismo: século 19**. São Paulo, SP: Nacional, 2006.
- TURAZZI, Maria Inez. **Poses e trejeitos: a fotografia e as exposições na era do espetáculo (1839-1889)**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.
- WEBER, Eugen. **França Fin-de-Siècle**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

#### - Capítulos de livros

- FRANCO, Gustavo H. B; LAGO, Luiz Aranha do Corrêa. O processo econômico In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A abertura para o mundo: 1889-1930**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- GASKELL, Ivan. História das Imagens. In: BURKE, Peter. (Org.): **A escrita da história: novas Perspectivas**. São Paulo: Unesp, 2011.

GINZBURG, Carlo. Controlando a evidência: O juiz e o historiador. In: NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogério Forastieri da. (Orgs). **Nova História em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs): **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. Uma senhora na Rua do Imperador: população e transformações urbanas na cidade de São Paulo 1870-1890. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs). **O Brasil imperial: 1870-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

PUPPI, Suely de Oliveira Figueirêdo. Profissionais Italianos na Salvador. In: VALLE, Arthur; DAZZI, Camila. **Oitocentos: arte brasileira do Império à República – Tomo 2**. Rio de Janeiro: EDUR-UFRJ/DezenoveVinte, 2010.

SALIBA, Elias Thomé. Cultura. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A abertura para o mundo: 1889-1930**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. População e sociedade. In:\_\_\_\_\_. **A abertura para o mundo: 1889-1930**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1889-1910)**. São Paulo: UNESP, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In:\_\_\_\_\_. (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 3.

VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucila de Almeida Neves. (Orgs): **O Brasil republicano: O tempo do liberalismo excludente da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

#### **- Artigos em periódicos e revistas**

ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. Antônio Dias Coelho e Mello, o Barão da Estância. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, v. 34, 2005a.

\_\_\_\_\_. Aspectos do baronato sergipano, **Revista do IHGSE**, Aracaju, n. 28, 2004.

\_\_\_\_\_. Emancipação cultural, **Jornal da Cidade**, Aracaju, 08 jul. 2012, Caderno B, p. 7, coluna Opinião.

ARRUDA, Juliana Bandeira de; SÀ, Ana Rita Carneiro. A estética urbana no projeto de Saturnino de Brito. In: **Paisagem e ambiente: ensaios**, São Paulo, n. 22, 2006.

CARDOSO, Amâncio. A cidade de palha, **Revista do Aracaju**, Ano LX, n. 10. Aracaju: FUNCAJU, 2003.

FIGUEREDO FILHO, Godofredo Rebello de. A influência do ecletismo na arquitetura baiana. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 19, 1984.

FREITAS, Bárbara Sheila Gonçalves e. A ocupação periférica do quadrado de Pirro: Aribé (1901 – 1931), **Revista do Aracaju**, Aracaju: FUNCAJU, ano LX, n. 10, 2003.

LIMA NETO, Urbano de Oliveira. O Palácio Olímpio Campos (1855-1964). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, v. XXII, n. 26, 1961.

MAYNARD, Andreza Santos Cruz. “A 10 quilômetros por hora”: automóveis em Sergipe no início do século XX. **Revista do IHGSE**, n. 38, 2009.

\_\_\_\_\_. “Presepe de sombras” em Aracaju (Sergipe - Brasil): uma reflexão sobre exposições cinematográficas no início do século XX. **Revista de História da UEG**, v. 3, 2014.

NASCIMENTO, Edna Maria do; SANTOS, Waldefrankly Rolim de Almeida. Aracaju urbana e humana: Aspectos de uma leitura da cidade. **Revista do Aracaju**, Aracaju, n. 10, 2003.

SANTOS, Maria Nely. Aracaju na contra-mão da Belle Époque. **Revista de Aracaju**, Ano LIX, n. 09, 2002.

VALENÇA, Cristina de Almeida. Civilizar, regenerar e higienizar: as palavras de ordem da Pedagogia Moderna em Sergipe (1900-1935), **Revista do IHGSE**, n. 34, 2005.

**- Monografias, dissertações e teses**

BURGER, Juliana Bandeira A. **A paisagem nos planos de saneamento de Saturnino de Brito**: entre Santos e Recife (1905-1917). 161f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

COSTA, Rosemeire Marcedo. **Fé, civilidade e ilustração**: as memórias de ex-alunas do Colégio Nossa Senhora de Lourdes (1903-1973). 2003. 129f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2003.

CORREIA, Isabella Cristina Chagas. **Natureza e sagrado na memória da festa de Bom Jesus dos Navegantes**. 2013. 143f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

CUNHA, Fabiana Lopes da. **Caricaturas carnavalescas**: carnaval e humor no Rio de Janeiro através da ótica das revistas ilustradas *Fon-Fon!* e *Careta* (1908-1921). 2008.

510f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

DOURADO, Guilherme Mazza. **Belle Époque dos jardins: da França ao Brasil do século XIX e início do XX**. 2008. 214f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Área de concentração: Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2008.

FERRARESI, Carla Miucci. **Papéis normativos e práticas sociais: o cinema e a modernidade no processo de elaboração das sociabilidades paulistanas na São Paulo dos anos de 1920**. 475f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FONTES, Lídia Meire Rocha dos Santos. **Espaço, disciplina e festividades numa cidade Considerada moderna Aracaju-SE (1900-1930)**. 1998, 59f. Monografia (Graduação) – Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1998.

LEITE, Rinaldo César Nascimento. **E a Bahia civiliza-se....: ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana em Salvador (1912-1916)**. 1996. 161f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

NASCIMENTO, Sayonara Rodrigues do. **Foros de oposicionismo em Sergipe: a relação entre a imprensa e o governo de Pereira Lobo (1918-1922)**. 2005. 125f. Monografia (Licenciatura) – Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2005.

SANTOS, Elissandra Silva. **Livraria Regina: notas sobre a aventura do livro em Aracaju (1918-1976)**. 2004. 61f. Monografia (Graduação) – Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2004.

SANTOS, Fabrícia de Oliveira. **“Hygiene, saúde e beleza”: preocupações eugênicas nos periódicos sergipanos de Aracaju (1910-1920)**. 1999. 110f. Monografia (Curso de Licenciatura em História) – Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1999.

SANTOS, Waldefrankly Rolim de Almeida. **Práticas e apropriações na construção do urbano na cidade de Aracaju/se**. 2007. 144f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Área de Concentração: Desenvolvimento Regional, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

\_\_\_\_\_. **Em nome do progresso e da liberdade: 'ordem' e 'rebeldia' no emergente processo urbano-industrial de Aracaju (1910-1930)**. 1993. 99f. Monografia (Especialização em Ciências Sociais) - Núcleo de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1993.

SOUZA, Cristiane Vitorio de. **A “República das Letras” em Sergipe (1889-1930)**. São Cristóvão, 2001. 210f. Monografia (Graduação) – Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2001.

VALENÇA, Cristina de Almeida. **Civilizar, regenerar e higienizar:** a difusão dos ideais da pedagogia moderna por Helvécio Andrade (1911–1935). 2006. 254f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2006.